

História da África

História da África

Crislayne Gloss Marão Alfagali

Victor Martins de Souza

Ivete Miranda Previtalli

© 2018 por Editora e Distribuidora Educacional S.A.
Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por qualquer outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Editora e Distribuidora Educacional S.A.

Presidente

Rodrigo Galindo

Vice-Presidente Acadêmico de Graduação e de Educação Básica

Mário Ghio Júnior

Conselho Acadêmico

Ana Lucia Jankovic Barduchi

Camila Cardoso Rotella

Danielly Nunes Andrade Noé

Grasiele Aparecida Lourenço

Isabel Cristina Chagas Barbin

Lidiane Cristina Vivaldini Olo

Thatiane Cristina dos Santos de Carvalho Ribeiro

Revisão Técnica

Diego da Costa Vitorino

Vitor Aquino de Queiroz D'Ávila Teixeira

Editorial

Camila Cardoso Rotella (Diretora)

Lidiane Cristina Vivaldini Olo (Gerente)

Elmir Carvalho da Silva (Coordenador)

Leticia Bento Pieroni (Coordenadora)

Renata Jéssica Galdino (Coordenadora)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Alfagali, Crislayne Gloss Marão
A385h História da África / Crislayne Gloss Marão Alfagali, Victor
Martins de Souza, Ivete Miranda Previtalli. – Londrina :
Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2018
224 p.

ISBN 978-85-522-0680-4

1. História. 2. África. I. Alfagali, Crislayne Gloss Marão.
II. Souza, Victor Martins de. III. Previtalli, Ivete Miranda.
IV. Título.

CDD 960

Thamiris Mantovani CRB-8/9491

2018
Editora e Distribuidora Educacional S.A.
Avenida Paris, 675 – Parque Residencial João Piza
CEP: 86041-100 – Londrina – PR
e-mail: editora.educacional@kroton.com.br
Homepage: <http://www.kroton.com.br/>

Sumário

Unidade 1 África: antiguidade, fontes e metodologias _____	7
Seção 1.1 - África: imaginário e história_____	9
Seção 1.2 - A África e o processo de hominização: interdisciplinaridade na pesquisa _____	26
Seção 1.3 - África Antiga: a formação da civilização egípcia _____	42
Unidade 2 África: da Era Cristã ao século XV _____	63
Seção 2.1 - A região da Núbia: política, cultura e religião _____	65
Seção 2.2 - Norte e Nordeste africanos: outras formações estatais_____	81
Seção 2.3 - África Ocidental: entre reinos e a expansão do islamismo_____	99
Unidade 3 África: colonização europeia entre os séculos XVI e XIX _____	114
Seção 3.1 - África Central e Oriental: entre reinos e a colonização europeia _____	115
Seção 3.2 - Diáspora africana: escravidão e tráfico _____	130
Seção 3.3 - Partilha da África e colonialismo _____	145
Unidade 4 Identidades nacionais na África lusófona e anglófona _____	165
Seção 4.1 - Resistência e Independências nos países africanos_____	167
Seção 4.2 - Nacionalismos na África Lusófona _____	189
Seção 4.3 - África do Sul: apartheid e resistência _____	205

Palavras do autor

Hoje não há dúvidas de que não é possível entender a história brasileira sem estudarmos as sociedades africanas. Vários aspectos da nossa sociedade foram forjados no Atlântico Sul e as dores da travessia atlântica não foram suficientes para apagar a identidade de africanos que resistiram e com seu conhecimento e criatividade se tornaram o pilar mais importante da formação do Brasil. Para além desse objetivo mais imediato, que é o de entender quem somos, de onde viemos e por que aqui chegamos, a história do continente mais antigo do mundo, responsável por uma infinidade de contribuições culturais, intelectuais e científicas, prenhe de civilizações grandiosas, que foi palco de um dos maiores crimes da humanidade – a escravização e o tráfico de seres humanos –, é incontornável para todo aquele que se aventura nos mares da história.

Neste livro, você terá acesso às informações relevantes sobre as sociedades africanas, a partir do ponto de vista dos africanos. Isso é importante porque, durante muito tempo, o que sabíamos sobre o continente era contado pela perspectiva eurocêntrica, ou seja, pela visão de colonos e colonizadores, que tinham a tarefa de subjugar corpos e mentes, por meio de uma retórica depreciativa, que deixou raízes profundas expressas em preconceitos de todo tipo em nossa sociedade.

Para descrever um panorama geral do conteúdo que é objeto de ensino e aprendizagem na educação básica e, assim, habilitar futuros professores e pesquisadores, recorreu-se a escolhas que procuram conciliar o didatismo e a síntese. Diante disso, apontamos alguns caminhos que você, leitor, poderá trilhar na busca por novos dados, análises mais profícuas de conceitos-chaves, redimensionando e complementando esta obra.

Dividido em quatro unidades, o livro abrange discussões teórico-metodológicas fundamentais para o estudo da História da África e um recorte histórico e geográfico que abarca desde o processo de hominização até os desafios da constituição das nações africanas. O foco passa das civilizações antigas para a era cristã até o século XV e, então, para o período da presença europeia e seus desdobramentos,

as diferentes etapas da colonização e, enfim, as independências dos países africanos.

Com o processo de descolonização, sobretudo a partir de 1960, a divisão entre centro (a Europa ocidental) e periferia (o restante do mundo), o dito "Norte do mundo", ante ao "restante" (asiáticos, latino-americanos, africanos), vem sendo constantemente questionada. As "margens" e os marginalizados – escravizados, indígenas, trabalhadores, mulheres, entre outros – passaram, a partir desse período histórico, a ter seu protagonismo reivindicado.

É por isso que você, ao se dedicar ao estudo da história da África, aprenderá o quanto essa disciplina é importante para as ciências humanas, pois por meio dela entendemos quais as iniciativas necessárias para construir uma sociedade livre de estereótipos, exclusões, preconceitos e violências.

África: antiguidade, fontes e metodologias

Convite ao estudo

Em um momento em que imigrantes e refugiados africanos não são bem-vistos e recebidos na maior parte do mundo, alvos do racismo e de violências de toda ordem, é importante analisarmos as raízes históricas das discriminações e compreender como essas ideias destrutivas mudaram ao longo do tempo. Você já parou para pensar que a história é um poderoso instrumento para combater mitos, estereótipos e preconceitos?

A maioria dos historiadores segue a carreira docente. Em algum momento de sua formação, você se verá no lugar de discutir esse assunto com seus alunos. Vamos analisar um exemplo prático que discorre sobre a vivência de uma professora da educação básica?

Procurando abordar temáticas relativas à História da África, a professora Teresa propôs algumas atividades para seus alunos. A classe era formada por crianças entre sete e oito anos. Nos anos iniciais do ensino fundamental, a criança passa a aprender sobre seu lugar no mundo e no tempo. Portanto, nessa idade, o ambiente escolar expande as noções de temporalidades, fontes de pesquisa histórica, noções de comunidade, cultura, o que torna interessante fazer essas crianças observarem a ação do homem sobre o meio ambiente. A história do continente africano é um bom caso para a compreensão desses processos. Teresa queria entender quais informações e imaginários seus alunos tinham sobre o continente africano e mostrar como aqueles conteúdos de estudo se relacionavam diretamente com a história dos educandos.

No lugar da professora Teresa, que atividades você proporia para conhecer as informações e imagens de seus alunos sobre a África? E quanto a você, qual é a primeira imagem que vem a sua cabeça ao pensar sobre o continente africano? São representações positivas ou negativas?

Nesta unidade, você conhecerá uma das civilizações africanas mais conhecidas, importantíssima para a história da humanidade, o Egito. Contudo, antes de abordarmos a formação da civilização egípcia, trilharemos um caminho que nos leve à valorização das culturas e histórias africanas de forma geral, discutindo os principais conceitos e questões que pautam a história e a historiografia sobre a África.

Seção 1.1

África: imaginário e história

Diálogo aberto

Desde a publicação da Lei 10.639/2003 e da Lei 11.645/2008, que tornaram obrigatório o ensino de histórias e culturas da África, Afrobrasileira e dos povos e nações indígenas, há uma efervescente produção de textos acadêmicos e didáticos que ainda estão muito aquém da demanda. O desafio de tornar visíveis narrativas que até então eram vistas como inexistentes ou pouco importantes é, ao mesmo tempo, grande e animador. Trata-se de um esforço pelo despertar da consciência histórica da sociedade brasileira, a população com maior número de afrodescendentes fora da África (a Nigéria é o país de maior população negra).

Como você encararia esse desafio? A quais recursos e conteúdos podemos recorrer para explicar para uma criança a importância do estudo da África e dos africanos? Lembra-se da professora Teresa que estava justamente pensando sobre essa pergunta? Vamos ver como ela se saiu com seus alunos.

Teresa pediu aos seus alunos que desenhassem as primeiras imagens que viessem à mente quando pensavam na África. Tiago, que há pouco tempo tinha assistido ao filme da Disney "Madagascar", desenhou leões, girafas, rinocerontes e densa mata. Outra aluna, Carla, tinha o sonho de ser missionária na África, por isso escolheu retratar um missionário ensinando crianças seminuas, que portavam amuletos e objetos que para ela eram fonte de feitiçaria. Luiza, informada por um comercial de uma organização de médicos que trabalham como voluntários na África, desenhou pessoas subnutridas e doentes. Outros educandos buscaram inspiração no deserto, mesmo sem saber o nome do Saara, ilustraram paisagens vazias, sem água e sem perspectiva. Para outros, a África era o lugar de onde vieram os escravos para trabalhar no Brasil. Teresa estava diante de muitos desafios: e o maior deles era a desconstrução de crenças e imaginários negativos em torno da noção de África. Como a professora poderia, em uma linguagem acessível a seus

alunos, começar a trazer novas perspectivas sobre o continente africano, mostrando sua variedade nos mais diversos âmbitos – cultural, linguístico, político, histórico e social? Você, futuro professor de história, como iniciaria os estudos sobre história da África, aproveitando as informações que seus estudantes trazem de seus cotidianos? Você considera que a história pode romper crenças e imaginários negativos?

Nesta seção vamos conhecer os primeiros escritos sobre a história da África e como eles determinaram o que até hoje pensamos sobre o assunto. Faremos um primeiro mergulho por dentro do continente, vislumbrando sua imensidão, diversidade e as variadas maneiras de contar sua história, seja no papiro, com a caneta em punho, ou com instrumentos musicais, tal como fazem alguns *griots* (contadores de história), os guardiões da memória.

Não pode faltar

A história do continente africano está permeada por preconceitos, estereótipos e até mesmo equívocos que muitas vezes são fruto do desconhecimento sobre essa rica e diversa região. Você já parou para pensar sobre as origens da visão depreciativa sobre a África? As causas são múltiplas, contudo é possível elencar alguns fatores. O primeiro deles diz respeito à elaboração das informações e narrativas sobre a África e os africanos, que foram marcadas pelo eurocentrismo.

Seja por meio dos discursos missionários, das anotações de viajantes e exploradores europeus ou por intermédio das teorias evolucionistas ou de análises etnológicas sob o viés do colonialismo, o saber sobre o continente africano foi construído em bases etnocêntricas e racistas, que visavam afirmar uma suposta superioridade do mundo ocidental. A esse conjunto de discursos preconceituosos Valentim Mudimbe, importante intelectual congolês, chamou “biblioteca colonial” (MUDIMBE, 2013).

Infelizmente, em grande parte, é a essa “biblioteca” que os meios de comunicação e o senso comum recorrem, quase sempre de forma acrítica para se remeter à África. Por isso, nosso imaginário sobre a África é alimentado por cenas de miséria, guerras étnicas, doenças, subdesenvolvimento ou por um mundo exótico de desertos, savanas, animais selvagens e religiões obscuras. Em resumo, esses textos, documentos e representações produzidos

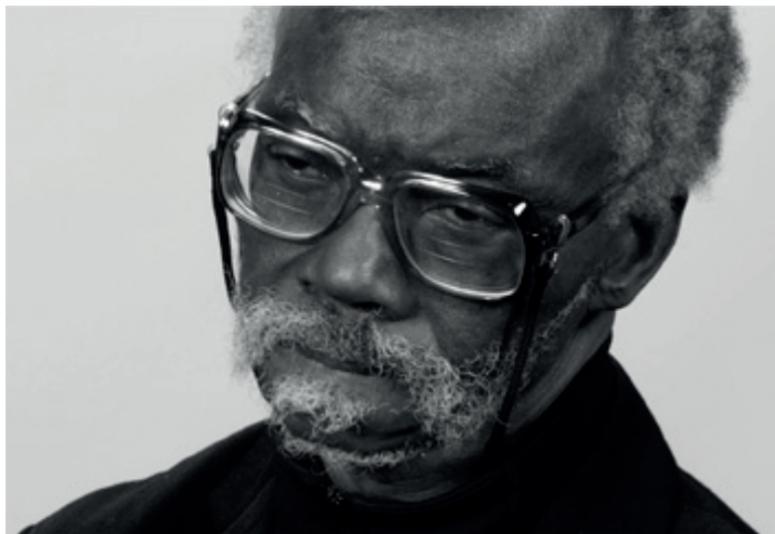
por aqueles que queriam dominar e explorar “inventaram” a África sob os estigmas da inferioridade e do exotismo.



Pesquise mais

Valentin Mudimbe é filósofo e autor de vasta bibliografia sobre a história e a cultura africanas. Atualmente, radicado nos Estados Unidos, é professor de literatura na Duke University. Em um de seus livros, *A Invenção da África*, Mudimbe trabalha com o conceito de *biblioteca colonial* e essa noção de história da África que foi *inventada* a partir de referenciais ocidentais. Ao ler a introdução deste livro, você conhecerá um pouco mais dos objetivos e das ideias deste que é um dos principais pensadores dos estudos pós-coloniais. MUDIMBE, Valentin Yves. **A invenção de África**: Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento. Mangualde: Edições Pedagogo; Luanda: Edições Mulemba, 2013.

Figura 1.1 | Valentin Mudimbe



Fonte: <<https://alchetron.com/V-Y-Mudimbe-272073-W#->>. Acesso em: 21 out. 2017.

Desse modo, é preciso reconhecer que o processo de ensino-aprendizagem da História da África foi e, infelizmente, ainda é alvo de imprecisões e preconceitos. Agora, podemos dar o próximo passo que é desconstruir esses estereótipos por meio do estudo dessa história.

Em primeiro lugar, não podemos partir da falsa premissa de que as sociedades africanas perfazem um todo homogêneo e isolado, seja no passado, seja no presente. A África é o segundo maior continente do mundo em extensão. Lembre-se de que ele não é um país. Para você ter uma ideia, esse vasto território abriga 54 países e nove territórios independentes. Entretanto, essa divisão geopolítica não faz jus à diversidade social e cultural do continente, que é composto por mais de duas mil línguas e mais de dois mil grupos socioculturais.

As paisagens naturais são ricas com grandes desertos, além do Saara, o de Calarari, savanas, picos altíssimos como o Kilimanjaro, vastas pastagens e pântanos. Você também não pode esquecer que grandes cidades como Lagos - Nigéria, Johannesburgo – África do Sul, Luanda – e Angola são centros comerciais e culturais que estão no mapa da economia mundial. A esses dados você pode somar outros que contribuem para abrir seus horizontes, trazer novas perspectivas e vislumbrar o dinamismo e a riqueza do continente africano.

Por vezes, a própria regionalização da África traz as marcas do olhar colonial, porque responde a interesses externos. Um exemplo disso é a falsa divisão entre África branca e África negra que, além de tudo, é imprecisa em termos geográficos. Essa é uma cisão que servia a planos ideológicos já que classificava como África branca aquela com características mais próximas ao Ocidente, às sociedades do mar Mediterrâneo, e como África negra a região isolada ao sul do deserto do Saara, ambas supostamente incomunicáveis.

Essas informações são completamente equivocadas. Tanto o norte da África é povoado por negros quanto no Sul há povos de pigmentação mais clara. As rotas comerciais transaarianas e intercontinentais desmitificam a falácia de que havia uma divisão determinada por barreiras naturais intransponíveis, como o Saara. Como veremos ao longo deste livro, o continente africano é definido pelo movimento de intensas redes comerciais e culturais internas e externas. Não é possível, por exemplo, isolar o Antigo Egito e a Núbia das sociedades ao sul do Saara, tampouco desconsiderar os contatos estabelecidos com a Ásia, a Europa antes da chegada dos europeus na costa africana (século XV).

A temporalidade do continente é outra fonte de disputas. Uma história dividida de acordo com o neocolonialismo, que tem como

marco inicial a Conferência de Berlim (1884-1885). Todo o período anterior à conferência nesta abordagem é conhecido como pré-colonial, seguido pela época colonial e, após a emancipação e a constituição de nações africanas, o pós-colonialismo. Em outras palavras, essa é uma linha do tempo que obedece aos ritmos da colonização, à presença ou ausência dos europeus, completamente avessa às dinâmicas internas africanas. Outra crítica possível é a de que essa cronologia apaga a ação exploratória da colonização europeia antes do final do século XIX. Vale lembrar que já no século XV os portugueses estabeleceram feitorias, portos, povoações civis e colônias na África.



Assimile

O neocolonialismo é um conceito que pode ser descrito como um conjunto de ações das potências mundiais (Europa ocidental e Estados Unidos da América) que tinham por objetivo a ocupação territorial e a exploração das riquezas econômicas do continente africano. Trata-se de uma nova etapa da colonização da África, a partir de fins do século XIX, que pretendia criar novos mercados de produção e consumo.

A história e o estudo de como a história foi escrita, a historiografia, exercem um papel fundamental em nosso imaginário sobre a África. A partir do final do século XVIII e na primeira metade do século XIX, sistemas classificatórios que dividiam o mundo entre sociedades “civilizadas” e “bárbaras” ou “selvagens”, tal como demonstrou a teoria evolucionistas de Lewis Morgan (1818-1881), entraram em voga e a porção não europeia da humanidade passou a ser considerada a-histórica. Você deve considerar que o auge do tráfico de escravos ocorreu justamente nos séculos XVIII e XIX, por isso o continente africano passou a ser atrelado à história do comércio de africanos escravizados.

Na obra de Hegel (1770-1831), encontramos uma síntese das questões que povoavam o pensamento europeu nessa época. O autor disse em sua *Filosofia da história universal* que a África “não é um continente histórico; ela não demonstra nem mudança nem desenvolvimento” (HEGEL, 1928, p. 187).

A parte setentrional africana, ligada ao mediterrâneo, pertenceria à Espanha. Por sua vez, a chamada “África propriamente dita” se

localizaria ao sul do Saara e não seria objeto digno do conhecimento histórico porque seria o espaço da “barbárie e selvageria”. Para esse filósofo, a África subsaariana estaria isolada do resto da humanidade, fechada sobre si mesma, condenada aos determinismos da natureza, incapaz de produzir história e cultura.

O mesmo passou a ser dito sobre os africanos, identificados por uma gama de estereótipos raciais. As representações em torno da África e suas gentes foram marcadas, desde então, pelos rótulos da barbárie, do atraso, da superstição, da emoção e das narrativas mitológicas. A Europa, em oposição, se tornou o símbolo da civilização, do progresso, da ciência, da razão e da história.



Refleta

Nós vamos estudar as facetas do colonialismo mais detidamente em outro momento. Por hora, convido você a refletir sobre como o filósofo camaronês Achille Mbembe discorre sobre a distribuição do olhar em um contexto colonial, descrevendo o europeu que observa o africano:



um certo modo de distribuição do olhar acaba por criar o seu objeto, por fixá-lo e por destruí-lo ou, ainda, por restituí-lo ao mundo, mas sob o signo da desfiguração ou, pelo menos, de um ‘outro eu’, um eu objeto, ou ainda um eu-à-parte. Determinado modo de olhar tem de fato o poder de bloquear a aparição do terceiro e a sua inclusão na esfera do humano” (MBEMBE, 2014, p. 191).

Essa é uma passagem forte que mostra as implicações práticas dos discursos depreciativos e racistas sobre os africanos, que se tornam taxativos no século XVIII e se reforçaram ao longo do tempo. Como os conquistadores/colonizadores construíram a ideia do outro (africano, índios, populações locais) e a quais propósitos essas ideias serviram?

Como você pôde perceber, essa mentalidade baseada na dicotomia civilizado *versus* selvagem é datada e constituída por conceitos que têm sua história definida em uma conjuntura específica, não surgem misteriosamente sem quaisquer explicações. Dito isso, por que você acha que essa abordagem tão antiga ainda perdura no nosso imaginário e na própria escrita da História da África?

O modo como a história do continente africano foi abordada ao longo do tempo está diretamente relacionado aos projetos europeus para a África e à resistência anticolonial dos africanos. Dessa forma, salvo raras exceções, perpetuaram-se ao longo do século XIX e até meados do século XX estudos que não consideravam a historicidade da África subsaariana e as complexas formas de organizações sociais e políticas dos povos da região.

Os primeiros relatos antropológicos, ainda muito ligados aos preceitos do colonialismo, dedicaram-se a descrever os objetos coletados em expedições, por serem considerados elementos materiais da cultura, e a enumerar as chamadas “sociedades tribais”, alegando erroneamente que o continente era formado por pequenas unidades ou “tribos” e não por formas de organização social de maior complexidade, como os reinos, estados e impérios europeus. Esses relatos eram interpretados pelos ditos “antropólogos de gabinete”, tais como James Frazer (1854 – 1941) e Edward B. Tylor (1832 – 1917).

Esses relatos antropológicos acabaram por reforçar os estigmas do racismo e da “barbárie” presentes em estudos anteriores. Somase a eles os relatos dos agentes coloniais, administradores ou funcionários, sem formação acadêmica, que escreviam sobre as sociedades que pretendiam governar.

Registros que vão contra a corrente e que são bastante significativos são os da história escrita pelos próprios africanos. Havia os eruditos islamizados que escreviam em árabe e também pensadores que tinham aprendido as línguas dos colonizadores e delas se valiam para deixar por escrito sua história. Um exemplo é o livro *History of the Yorubas* de Samuel Johnson, de Serra Leoa, finalizado em 1895 e publicado em 1921, que se tornou uma referência incontornável sobre os iorubás. Outros estudiosos africanos também registraram sua história nas línguas locais.

De modo contundente, foi somente a partir da década de 1950 que a historiografia e a antropologia assumiram uma vertente crítica, destinada a combater os preconceitos que discutimos até aqui. A revista *Présence Africaine*, da Société Africaine de Culture, empenhou-se desde 1947 a produzir uma história da “África descolonizada”.

Intelectuais africanos treinados nas técnicas europeias de pesquisa histórica se dedicaram a se voltar ao passado da África

como fonte de uma identidade cultural negligenciada pelo colonialismo. Desse esforço, novos métodos, fontes e técnicas surgiram. Simultaneamente, novas universidades e programas de história foram implantados na África, como a Escola Superior de Letras de Dacar (1950).

Gerações de historiadores passaram a se dedicar à história da África com o objetivo de descolonizar o conhecimento, assumindo a tarefa de analisar a história do continente de acordo com suas dinâmicas internas e não tendo como ponto de partida o tráfico de escravos ou a história dos colonizadores, imigrantes europeus. Esse movimento, todavia, não aconteceu descolado da realidade, pelo contrário, o desenvolvimento desses estudos só foi possível com o crescimento dos movimentos anticoloniais e nacionalistas, que alcançariam anos depois a emancipação da África do regime colonial.



Exemplificando

O compêndio em oito volumes da *História Geral da África*, planejado pela Unesco junto a intelectuais e Estados Africanos, é o exemplo maior do nascimento de uma nova historiografia, que quer pensar a experiência histórica dos africanos a partir de suas motivações e linguagens. Essa abordagem de "dentro" do continente, em que o ponto de partida é a África, também é conhecida pela perspectiva africanista. O projeto começou a ser executado em 1969, foi publicado em 1981 e é encontrado facilmente em português no site da Unesco. A coleção foi escrita por mais de 350 estudiosos coordenados por um comitê científico formado por uma maioria de intelectuais africanos. Tenha acesso a essa publicação no site da UNESCO. Disponível em: <[http://www.unesco.org/new/pt/brasil/about-this-office/single-view/news/general_history_of_africa_collection_in_portuguese_pdf_only/](http://www.unesco.org/new/pt/brasil/pt/about-this-office/single-view/news/general_history_of_africa_collection_in_portuguese_pdf_only/)>. Acesso em: 21 out. 2017.

A nova historiografia africanista inaugurou um tratamento diferenciado das fontes, que podem ser divididas, basicamente, em três tipologias: documentação escrita, arqueologia e tradição oral.



Refleta

Você conhece alguma dessas tipologias? Saberia citar um exemplo?

Quanto aos documentos escritos do período anterior ao século XV, há predomínio de crônicas, relatos de viagens, descrições geográficas, obras religiosas, alguns documentos oficiais (como pareceres jurídicos) e textos clássicos, escritos em egípcio antigo, grego e latim, e árabe. As primeiras fontes escritas conhecidas no mundo são os papiros egípcios, que são de vinte séculos anteriores aos papiros de Ravena (século VI), os documentos mais antigos conservados na Europa. Nomes que você conhece por outras razões figuram entre os autores de obras sobre a África: Heródoto, Ptolomeu, Procópio, Ibn Khaldun.

Há uma maior profusão de registros escritos, sobretudo sobre a África subsaariana, a partir dos séculos XV e XVI. Autores do Velho Mundo passaram a documentar as regiões em que estabeleciam contatos. Este é o caso das descrições geográficas, narrativas de missionários, tratados de governadores e administradores coloniais, fontes referentes às trocas comerciais, relatos de viajantes, médicos, naturalistas. A lista é longa e variada, e se altera ao longo do tempo, da região e das línguas – português, holandês, francês, inglês, alemão.

Como você pode imaginar, é preciso ler essas fontes com cuidado, afinal, na maioria das vezes, inferiorizam as sociedades locais em nome da superioridade europeia. Temos de resistir à interpretação colonial sobre os africanos, aos juízos de valor, aos filtros dos colonizadores, dos funcionários europeus, dos missionários e nos esforçar para entender o ponto de vista africano ali inscrito.

Por outro lado, há também o florescimento de uma literatura escrita por africanos. Na maioria dos casos, recorrendo ao árabe e às línguas europeias, uma tradição historiográfica interna ganha uma nova dimensão. No cinturão sudanês e na região oriental do continente africano, onde o Islão exerceu prolongada influência, surgem crônicas sobre famílias, grandes nomes e história política. A história do império Songai, à título de exemplo, é descrita por três gerações da família Kati de Djenné, no manuscrito *Ta'rikh al-Fattash*.

Em línguas europeias, vale lembrar as publicações de africanos escravizados que conseguiram conquistar a liberdade como Ignatius Sancho (1729-1780), Ottobah Cugoano (1745-1800) e Oloduah Equiano (1745-1797). A escrita foi uma importante ferramenta para a propagação das ideias abolicionistas defendidas por esses autores.

Apesar do grande conjunto de fontes escritas nas línguas africanas, orientais e europeias, dos mais variados tipos, ainda há muito para se descobrir e investigar. Recentemente, acadêmicos de diferentes áreas têm se dedicado aos manuscritos coligidos pela Unesco no Centro de Pesquisas Históricas e Estudos Africanos Ahmed Baba, em Tombuctu, no Mali. Uma coleção inestimável sobre arte, medicina, ciência, poesia, descrições de batalhas das culturas islamizadas, que permanece praticamente inédita.

E, no Brasil, há arquivos em que podemos encontrar fontes para a história da África? O Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), no Rio de Janeiro, guarda os resultados do *Projeto Acervo Digital Angola-Brasil* (PADAB), que promoveu a pesquisa histórica por meio da permuta de coleções digitais de documentação sobre a História de Angola e da Diáspora africana no Brasil (séculos XVI ao XX) envolvendo o Arquivo Histórico de Angola e o IHGB.

Esse projeto envolveu a digitalização de fontes pertencentes ao Arquivo Nacional de Angola, em especial os códices da documentação administrativa. Este é um dos valiosos acervos que guardam documentos sobre a História de Angola, no Brasil. Você conhece outros arquivos, bibliotecas e museus que abrigam documentação sobre a África?

Para algumas regiões do continente, a arqueologia é um recurso fundamental para a reconstituição histórica. Este é o exemplo da Núbia, civilização que conhecemos em grande parte graças ao material arqueológico e epigráfico (desenhos murais, inscrições antigas).

Por meio do estudo de artefatos vistos como objetos-testemunhos, tais como pedaços de ferro e outros metais, vidro, cerâmica, ossos, estatuetas de argila, braceletes, vasos, fragmentos de armas, é possível identificar origens, técnicas, autenticidade, datação, vestígios da vida social e econômica de civilizações antigas. Por seu turno, esses dados levaram a descobertas muito importantes, como o reconhecimento de que a África é o berço da humanidade.

Você já ouviu falar sobre tradição oral, os *griots* e a noção de ancestralidade? Na África, em geral, predominam civilizações orais, da palavra falada. A fala não é apenas um meio de comunicação, mas um instrumento usado para resguardar a sabedoria dos ancestrais. A tradição oral é o testemunho transmitido entre gerações, uma mensagem que se quer passar para a geração seguinte. Veja bem, a

forte presença da oralidade não é o mesmo que a ausência de uma habilidade, como a escrita. A fala tem um poder criador relacionado ao sagrado e tem a função social fulcral de preservar a harmonia entre os homens e entre eles e o mundo que os cerca.

Figuras 1.2 e 1.3 | Os *Griots* na África



Fonte: *Griot* na África Ocidental. <<http://atlantablackstar.com/2015/08/15/african-griot-storytelling-key-literacy-african-american-preschool-children/>>. Acesso em: 21 out. 2017.

Fonte: Um *griot* contando histórias com a ajuda da Kora (harpa-alaúde). Ilustração de Tall Papa Ibra. <<http://www.webmande.net/bibliotheque/claireAndree/fem.html>>. Acesso em: 21 out. 2017.

Para o historiador Jan Vansina, um dos principais responsáveis pela revitalização da pesquisa com tradições orais, antes de querer interpretar uma tradição é preciso mergulhar nos modos de pensar da sociedade oral (VANSINA, 1982).

Vansina (1982) também aconselha analisarmos as tradições como obras literárias, devemos conhecer cada gênero: epopeias, panegíricos, poemas, entre outros. Desse modo, provérbios, charadas, orações, genealogias são condensadas em poemas, canções, narrativas, enfim, na récita. A declamação obedece às fórmulas preestabelecidas como rimas, número de sílabas das frases, entre outros, que funcionam como recursos mnemônicos, à escolha do artista.

Quando são recolhidas todas as variantes de uma tradição que conta a história da fundação de um reino ou a genealogia de uma família, é possível descobrir sua origem híbrida. Em um exercício de compilação e comparação se eliminam as versões orais que não são oriundas do testemunho ocular.



Exemplificando

Vamos ler um exemplo citado por Vansina. “Uma narrativa luba das margens do lago Tanganica conta como um chefe livrou-se de outro, convidando-o a sentar-se num tapete sob o qual havia sido cavado um poço contendo estacas com pontas afiadas. O chefe sentou-se e morreu” (VANSINA, 2010, p. 145). O mesmo episódio é narrado em tradições desde a região dos Grandes Lagos até o oceano, entre os Peul do Liptako, os Haussa e os Mossi de Yatenga. Esse é um episódio clichê que não deve ser ignorado, mas que precisa ser explicado dentro da tradição. Nesse caso, a mensagem transmitida pelo clichê é simples: um chefe eliminou outro, a descrição dramática dos eventos é fictícia, apelativa, para agradar aos ouvintes.

Os responsáveis pela guarda das tradições de uma sociedade fazem parte do grupo dirigente. Especialistas, tradicionalistas, guardiões da palavra falada se encarregam da transmissão para a próxima geração. Esses artistas passam por um ritual de iniciação, um processo de ensino-aprendizagem eivado por significados mágico-religiosos, com a finalidade de prepará-los para o exercício do ofício. Em alguns lugares há grandes escolas de iniciação para formar os guardiões. Hampâté-Bá, historiador malinês, cita um poema ritual recitado em sua região que revela o compromisso do tradicionalista com a palavra:



**“A fala é divinamente exata, convém ser exato com ela”.
“A língua que falsifica a palavra vicia o sangue daquele que mente” (HAMPÂTÉ-BÁ, 2010, p. 174).**

Há diversos tipos de especialistas, alguns se voltam para as genealogias, outros, como algumas mulheres entre os Xhosa (África do Sul), representam histórias engraçadas. Já os *griots* são trovadores, contadores de histórias, compositores e animadores públicos. Seu nome foi atribuído pelos franceses aos que entre os bambaras (Mali) eram chamados *diéli* (contador de história).

Durante muito tempo, as tradições orais não foram consideradas como fontes fidedignas para o conhecimento histórico. Isso se deve muito ao fato de as sociedades ocidentais darem maior valor à escrita.

Mais uma vez a cultura e a história africanas ficaram reféns do eurocentrismo, porém, com as novas propostas da historiografia africanista, foi possível restituir o valor e a importância da cultura das sociedades orais. Em muitas regiões da África, como em Ruanda, nos sítios de Kumbi Saleh (Mauritânia), no lago Kisale (Zaire), as informações da tradição oral têm sido corroboradas pelas descobertas das escavações arqueológicas.

Toda fonte precisa ser analisada com rigor pelo historiador, cada tipologia oferece desafios diferentes, portanto não é possível construir uma relação hierárquica na qual algumas são mais precisas, verídicas ou até mesmo melhores que outras. Cabe aos historiadores recorrerem a metodologias específicas que permitam extrair ao máximo a potencialidade da fonte, seja ela escrita, oral, elementos da cultura material, imaterial ou imagens.

Agora você já conhece as principais questões que envolvem o estudo da História da África, um campo de pesquisa instigante e repleto de desafios!

Sem medo de errar

Estudamos um pouco das histórias e culturas africanas para promover o reconhecimento dos povos da África como protagonistas de suas respectivas sociedades. Este é o momento de retomarmos a situação-problema e procurarmos soluções.

A professora Teresa reuniu junto a seus alunos diferentes imagens sobre a África: um espaço em que domina a natureza; de diferentes religiões ditas obscuras, de feiticeiros; de miséria e escassez de recursos, principalmente, a água; reduto dos povos escravizados que vieram para o Brasil. Essas representações são as divulgadas na grande mídia, em alguns livros, junto a algumas comunidades religiosas, enfim, no cotidiano das crianças.

Há muitos caminhos para mostrar as verdadeiras faces do continente africano. Um deles é por meio de imagens, mostrando que a pobreza não é exclusiva do continente africano, que abriga grandes centros urbanos, indústrias, riquezas. Reúna imagens de várias localidades e peça para os educandos descobrirem que cidade grande e iluminada é aquela, quem são aqueles escritores e intelectuais importantes.

Viu como as possibilidades de se trabalhar com esse tema são múltiplas e variadas? Inspire-se nesses exemplos e construa sua própria atividade didática.

Faça valer a pena

1.

Eu sou uma contadora de histórias e eu gostaria de contar para vocês algumas histórias pessoais sobre o que eu gosto de chamar 'o perigo da história única'. [...] Quando criança, lia livros norte-americanos e britânicos, em que as personagens eram brancas de olhos azuis. Elas brincavam na neve, comiam maçãs e falavam muito sobre o clima, em como era maravilhoso o sol ter aparecido. [...] Porque tudo que eu havia lido eram livros nos quais as personagens eram estrangeiras, eu convenci-me de que os livros, por sua própria natureza, tinham que ter estrangeiros e tinham que ser sobre coisas com as quais eu não podia me identificar. Bem, as coisas mudaram quando eu descobri os livros africanos.

TED. Technology, Entertainment and Design. **Chimamanda Adichie**: o perigo de uma única história. 2009. Disponível em: <https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story/transcript?language=pt-br>. Acesso em: 22 out. 2017.

No trecho acima da palestra da escritora nigeriana Chimamanda Adichie, vemos as dificuldades que ela enfrentou por ser africana e não se ver representada na maioria dos livros que lia. O “perigo da história única” alerta sobre:

- a) A importância das personagens dos livros britânicos e norte-americanos para as crianças de todas as partes do mundo.
- b) As consequências de uma historiografia eurocêntrica que não leva em consideração o protagonismo, a história e a cultura de povos de outras partes do mundo, como os africanos, os latinos, os asiáticos.
- c) A validade das fontes europeias para a escrita da história e literatura africanas.
- d) Os malefícios de escrever uma história plural que revele uma sociedade multiétnica e multirracial.
- e) A incoerência entre personagens literários africanos e a vida da escritora, que prefere ler sobre personagens estrangeiros.

2. O historiador Joseph Ki-Zerbo, de Burkina Faso, disse em sua introdução aos volumes da coleção *História Geral da África*: “[...] a história da África, como a de toda a humanidade, é a história de uma tomada de consciência. Nesse sentido, a história da África deve ser reescrita. E isso porque, até o presente momento, ela foi mascarada, camuflada, desfigurada, mutilada” (KI-ZERBO, 2010, p. XXXII).

Fonte: KI-ZERBO, Joseph. Introdução Geral. In: KI-ZERBO, J. (Ed.) *História geral da África I*. 2. ed. Brasília: MEC/Unesco, 2010, p. XXXI-LVII.

De acordo com o texto acima, o autor faz uma dura crítica historiográfica. Quais eventos e narrativas aprisionaram a história da África, por séculos, e a mascararam, camuflaram, desfiguraram? Assinale a alternativa que responde corretamente essa questão.

- a) O processo de islamização do continente africano e os manuscritos árabes produziram narrativas preconceituosas sobre a história da África.
- b) A chegada dos europeus ao continente africano e os relatos de viajantes e naturalistas contribuíram para a tomada de consciência dos historiadores em relação à história da África.
- c) Os movimentos abolicionistas e os livros publicados por ex-escravos, como Oloduah Equiano, favoreceram o aprisionamento da história da África em narrativas eurocêntricas.
- d) O crescimento do tráfico de escravos, os sistemas classificatórios elaborados durante o Iluminismo, as teorias hegelianas e evolucionistas/ raciais reduziram a África a um continente sem cultura e história.
- e) A formação de grandes impérios africanos e os manuscritos de Tombuctu foram suficientes para impedir que estereótipos sobre a história africana se perpetuassem.

3.



Quando se fala da ‘tradição africana’, nunca se deve generalizar. Não há uma África, não há um homem africano, não há uma tradição africana válida para todas as regiões e etnias. Claro, existem grandes constantes (a presença do sagrado em todas as coisas, a relação entre os mundos visível e invisível e entre os vivos e os mortos, o sentido comunitário, o respeito religioso pela mãe etc.), mas também há numerosas diferenças: deuses, símbolos sagrados, proibições religiosas e costumes sociais delas resultantes variam de uma região a outra, de uma etnia a outra; às vezes, de aldeia para aldeia. (HAMPÂTÉ-BÁ, 2003, p 14)

Fonte: HAMPÂTÉ-BÁ, Amadou. **Amkoullel, o menino fula**. São Paulo: Palas/Casa das Áfricas, 2003.

A ancestralidade é uma temática recorrente na história dos africanos. No que consiste a chamada "tradição africana"? Assinale a alternativa que melhor responde à questão.

- a) A tradição africana se confunde com a ideia que no Ocidente se tem de religião, uma vertente filosófica descolada do mundo material.
- b) As tradições são a um só tempo materialidade e religião, literatura e história, porque unem o saber dos ancestrais, do mundo invisível, ao cotidiano do universo material por eles influenciados por meio da memória e da récita.
- c) A tradição africana está para a oralidade como a filosofia ocidental está para a escrita.
- d) As tradições transmitidas de geração em geração têm função recreativa, são ao mesmo tempo música e literatura, divertimento e recriação.
- e) A superstição e o obscurantismo são a marca da religião africana, também conhecida como tradição africana.

Seção 1.2

A África e o processo de hominização: interdisciplinaridade na pesquisa

Diálogo aberto

Nesta seção, aprofundaremos nosso entendimento sobre o homem e os milhões de anos do continente mais antigo do mundo. As narrativas sobre o início da nossa presença no mundo são variadas: de religiosas e míticas às narrativas científicas. O interessante é saber: há uma hierarquia entre elas? A África se tornou o lugar mais certo para pensar essas questões. O assunto pode se tornar polêmico, principalmente quando tocamos em questões que contradizem as narrativas religiosas e precisamos apresentar o tema em sala de aula.

Você se lembra da professora Teresa e de seus alunos? Vamos acompanhar mais uma situação-problema que ela enfrentou em seu cotidiano como professora.

Teresa continuava a buscar formas de apresentar para seus alunos algumas fontes de conhecimento produzidas na África. Para tanto, selecionou três contos africanos sobre a criação do mundo, uma maneira didática de introduzir a noção de cosmogonia (visão de mundo): um recolhido em Guiné-Bissau, outro em Angola e um de Moçambique. Para explicar a origem dos contos, Teresa falou sobre os historiadores do continente, o que é uma das funções dos *griots* da África Ocidental, por exemplo. Os alunos logo se encantaram com as histórias e ilustrações que a professora trouxe. Pedro tinha uma dúvida e logo a expôs: “Mas isso aconteceu mesmo?”. Mesmo após uma certa discussão na sala de aula, Pedro, insistente, indagou sem rodeios: “Como a gente pode acreditar em algo que não está escrito?”. A pergunta desse aluno nos leva à reflexão sobre as diversas fontes a que recorreremos para a elaboração do conhecimento histórico. Você considera que algumas fontes são mais importantes ou têm maior credibilidade que outras? Como você lidaria com o processo de hominização frente às crenças religiosas dos diferentes alunos em uma sala de aula? Você afirmaria

que a África é um continente ágrafo? Qual o peso da tradição oral para nossa apreensão sobre a cultura e a história das múltiplas regiões da África?

Os rastros deixados pelos primeiros homínidos, as primeiras tecnologias, a importância da linguagem e sua relação com a tradição oral são algumas das temáticas desta seção. Você perceberá que avançaremos o nosso conhecimento sobre a história de regiões específicas e os muitos legados da pré-história da África para a humanidade.

Não pode faltar

Você se lembra das nossas discussões sobre o pensamento de Hegel, no século XIX? O filósofo do Oitocentos não considerava que na África existia uma evolução histórica e, por conseguinte, para ele e para o mundo europeu de então, a Ásia era o berço da humanidade, o lugar de origem de todos os povos. Nessa leitura, nada de significativo para a história da humanidade poderia vir da África. Como veremos, essa premissa é equivocada.

Cabe ressaltar que o meio científico ao qual pertencia Hegel (1770 – 1831), filósofo idealista de tradição iluminista, dividia a humanidade segundo características fenotípicas – cor da pele, tipo de cabelo, características físicas em geral –, por isso cabe lembrar que no período em que este pensador viveu a teoria da evolução de Charles Darwin seria publicada apenas 27 anos mais tarde. Darwin, junto a Alfred Wallace, publicou suas descobertas em 1858. *A origem das espécies* foi um marco paradigmático na história da ciência.

Darwin percebeu semelhanças entre espécies aparentadas que viviam em diferentes regiões e entre os animais vivos e aqueles já extintos. Partindo dessas observações, chegou a conceitos importantes que todos já ouvimos falar, como o de *seleção natural*, e ideias que causaram um grande rebuliço na época como a premissa de que o homem e o macaco possuem a mesma ascendência.

Depois de Darwin, é certo que a espécie humana pertence a um único tronco, no limite, a uma única “raça” – se entendermos raça como sinônimo de espécie. Do ponto de vista biológico, a “teoria das raças” é um mito social, uma construção social, porque não existe mais de meia dúzia de pares de genes que diferenciam brancos de negros, por exemplo. Em termos de conjunto de genoma, a cor da

pele é algo insignificante. O que faz com que as nossas características fenotípicas sejam diferentes – a soma da carga genética dos genitores mais adaptação ao meio – não nos diferencia enquanto seres humanos, enquanto *Homo sapiens sapiens*.

Fora isso, Darwin foi o primeiro a apontar a África como o lugar de origem do homem (*The Descent of Man, and a Selection in Relation to Sex, 1871*). E, hoje em dia, não há dúvidas, a África é o berço da humanidade. No Chade foram encontrados fósseis dos primeiros bípedes hominídeos, que apareceram por volta de sete milhões de anos atrás (o *Sahelanthropus tchadensis*). Portanto, todos somos descendentes daqueles primeiros africanos e cada um de nós carrega as heranças que nos legaram: a habilidade de se adaptar ao meio, de aprender e compartilhar conhecimentos.

Qual é a história da presença humana no mundo? Ao longo do tempo, a evolução humana ocorreu com grandes variações, continuidades e rupturas, caracterizada pela convivência ou pela extinção de ramos da família *Hominidae*. Em outras palavras, não foi um processo linear. A imagem amplamente divulgada de uma fila que representa a sucessão de animais entre o macaco e o homem é equivocada. Se quisermos imaginar ou projetar essa evolução, a imagem de uma árvore genealógica é mais plausível.

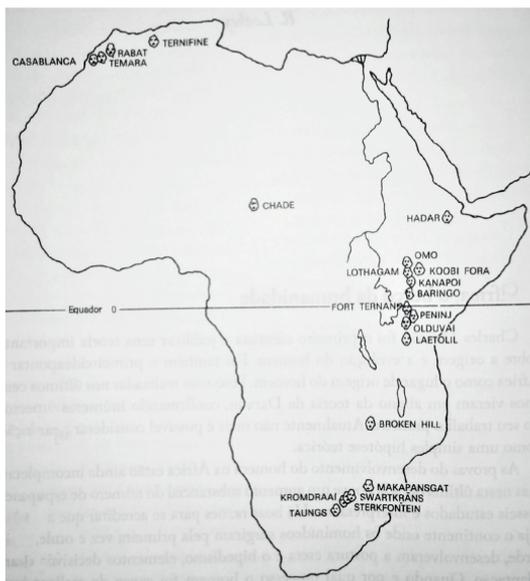


Pesquise mais

Que tal assistir a um vídeo que torna essas noções abstratas mais palpáveis e compreensíveis? Ricardo Monteiro e Thiago Quadros montaram um vídeo elucidativo sobre o assunto intitulado *Como os Homo sapiens se espalharam pelo mundo*. (3min 41s). Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/video/video/Como-os-Homo-sapiens-se-espalharam-pelo-mundo>>. Acesso em: 22 out. 2017.

O homem é um mamífero e pertence à ordem dos Primatas e é classificado, segundo as taxinomias biológicas, como símio. Há cerca de 30 milhões de anos, aconteceu uma proliferação de formas entre os símios e desta profusão se supõe que tenha surgido a família *Hominidae*.

Mapa 1.2 | Sítios arqueológicos de hominídeos na África



Fonte: Coppens (2010, p. 492).

O gênero *Homo*, ao qual pertencemos, se desenvolveu a partir das sucessivas evoluções desses hominídeos. Isso se deveu a um extenso *processo de hominização*, ou seja, a uma longa evolução que levou dos primeiros símios ao *Homo sapiens*. Há restos paleontológicos, os fósseis, de hominídeos em vários continentes, porém só na África se encontram vestígios de todas as fases da hominização.



Exemplificando

Muitas espécies fazem parte da árvore genealógica dos homens modernos. A Paleontologia, Paleoantropologia, entre outras disciplinas científicas, reúne pesquisadores que por meio de variadas técnicas nos ajudam a entender como e por que viemos a ser o que somos. Fato é que se imagina que nosso ancestral mais antigo seja um grande símio (orangotango, gorila, chimpanzé) e que nossa saga evolutiva tenha ocorrido de acordo com essa sequência: fixação bipedia – fabricação de ferramentas de pedra – consumo expressivo de proteína animal – desenvolvimento de cérebro grande e complexo – fixação da capacidade de significação no cérebro – evolução criativa e tecnológica – ocupação de todo o planeta. Quer conhecer mais sobre

o processo de hominização? Você sabia que existe um Museu Virtual da Evolução Humana, coordenado pelo Laboratório de Estudos Evolutivos Humanos (IB-USP)? Que tal fazer uma visita? O endereço é este aqui: <<http://www.ib.usp.br/biologia/evolucaohumana/>>. Acesso em: 22 out. 2017. Recomendo também a leitura de parte de um artigo de Walter Neves, do Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo: "E no princípio...era o macaco!". *Estudos Avançados*, 20 (58), 2006, p. 249-260. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n58/21.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2017. Que tal assistir a uma reportagem com o citado cientista Walter Neves? Veja o vídeo: TEIXEIRA, Mônica; SALLES, Silvana; CHIAVONE, Lucca. *Descoberta no Marrocos liga fóssil de 350 mil anos a nós*. (7min 28s). Núcleo de Divulgação Científica da USP. 13 jan. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cho8wcv1so&feature=youtu.be>>. Acesso em: 22 out. 2017.

Para entender o processo de hominização, é preciso voltar ao passado, milhões de anos atrás no nordeste africano. Há cerca de 20 milhões de anos, encontraríamos ali primatas com novos modos de vida, que procuravam alimentos em zonas abertas, em torno de lagos e rios.

Há aproximadamente seis ou sete milhões de anos surgiram os australopithecíneos (em Botsuana foi encontrado o primeiro australopithecíneo em 1924). A essa descoberta sucederam outras que limitaram a área de distribuição do *Australopithecus*, o hominídeo mais próximo do gênero *Homo*, à África Oriental e Meridional. Esses hominídeos teriam desaparecido há cerca de 1 milhão de anos.

Algumas tendências permitiram que os paleontólogos encontrassem o hominídeo mais próximo do gênero *Homo*, para isso levaram em consideração as seguintes adaptações entre os fósseis analisados: a locomoção sobre os pés de forma ereta e as consequentes transformações dos pés, das pernas, da bacia, da orientação do crânio, dos globos oculares, da coluna vertebral; caninos menores; redução da face, entre outras.

Entre os vários hominídeos, o *Australopithecus* é o que apresenta tendências evolutivas mais próximas do gênero *Homo*: têm pés humanos, mãos modernas, maior volume cerebral, caninos pequenos e face reduzida. A distinção entre esse hominídeo e o gênero *Homo* ocorre pelo "aumento da estatura, melhoria na postura ereta, crescimento do cérebro e transformação da dentição

em decorrência da mudança do regime alimentar, de vegetariano para onívoro” (COPPENS, 2010, p. 448).

Entre 2,5 e 3 milhões de anos atrás, desse grupo polimorfo de hominídeos australopithecíneos, emergiu um ser, que ainda poderia ser *Australopithecus* ou já Homem, capaz de fabricar instrumentos de pedra e de osso. O novo hominídeo construía cabanas e organizava a vida em pequenos grupos e tinha capacidade criadora, de aprender e ensinar novas habilidades.

Figura 1.4 | Lucy - *Australopithecus afarensis*, encontrado em 1974, no Hadar, Etiópia



Fonte: : Esqueleto parcial do espécime que ficou conhecido como "Lucy" e tornou-se muito famoso por ser, na época, o mais antigo fóssil a evidenciar bipedia entre os hominídeos. NEVES, Walter. "E no princípio...era o macaco!". *Estudos Avançados*, 20 (58), 2006, p. 256. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n58/21.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2017.

Esse seria o primeiro *Homo Faber*. A partir dessa espécie levariam mais 2 milhões de anos para chegarmos ao *Homo sapiens sapiens*, que conquistou rapidamente todo o mundo. O *Homo erectus* é uma dessas formas *pré-sapiens*, a mais conhecida, justamente pela sua postura ereta e por ter características próximas ao do homem moderno. Essa espécie foi encontrada primeiramente na África Oriental e depois na China e no Extremo Oriente (COPPENS, 2010, p. 448).

Citamos agora para você um exemplo dessa dispersão, no caso para a Europa, que deriva de pesquisas genéticas: uma equipe de

cientistas norte-americanos apresentou, em 2001, no congresso da Organização do Genoma Humano, a conclusão de uma pesquisa que revela que os europeus descendem de um grupo de africanos que migrou para o norte há 25 mil anos (LOPES, 2012, verbete "África").

Os paleontologistas criaram muitas teorias sobre quais condições teriam levado à aparição do gênero *Homo*. Um fragmento de mandíbula descoberto na Etiópia, em 2013, tem levado os pesquisadores a concordar com a explicação de Yves Coppens, nomeada de "Evento (H)omo": a aparição do gênero *Homo* estaria ligada a mudanças climáticas.

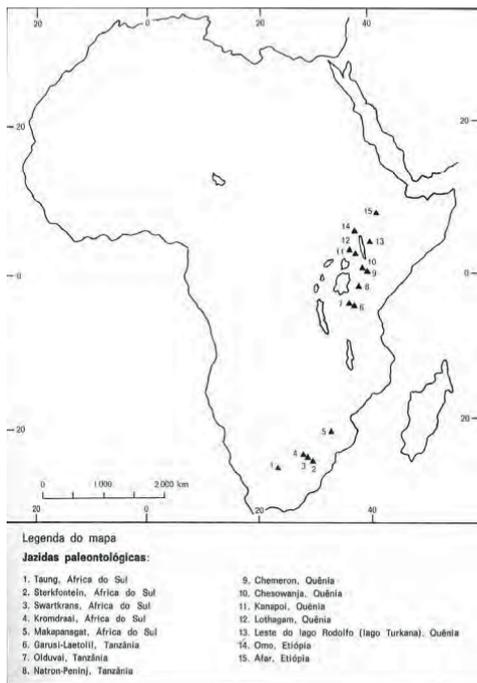
Coppens fala, especificamente, de um espasmo que abalou a terra há mais de três milhões de anos, levando à aridez que se estabeleceu na África tropical. A flora e a fauna foram diretamente afetadas, alguns animais foram extintos, outros tentaram vencer a crise via adaptação. Esse seria o caso dos hominídeos.

Na África do Sul, surgiram os *Australopithecus* robustos. Já na África Oriental, teriam aparecido o *Homo* com o cérebro duas vezes maior que os *Australopithecus* e dentes de onívoros. Nas palavras de Coppens sobre o processo de adaptação que levou ao *Homo*: "Havia de um lado uma estratégia física e do outro uma estratégia intelectual" (COPPENS, Entrevista concedida para a revista *Sciences et Avenir*, 2015).

As polêmicas neste campo de estudos são frequentes, uma vez que, como em todas as ciências, nenhuma teoria é definitiva e cada nova descoberta pode trazer mais informações. Cabe agora entendermos como os historiadores da pré-história conseguem identificar como e quando os hominídeos foram capazes de indústria, no sentido de serem engenhosos o suficiente para fabricarem artefatos.

De acordo com Balout, o pré-historiador da África deve responder a três perguntas: o utensílio é um critério de hominização? O utensílio nos permite delimitar o início da hominização? O utensílio humano, no estado de preservação em que chegou até nós, pode ser identificado com toda segurança? (BALOUT, 2010, p. 473).

Mapa 1.3 | Jazidas Paleontológicas



Fonte: Coppens (2010, p. 454).

Refleta por um momento sobre essas perguntas. Os historiadores consideram que ossadas de fósseis e pedras podem indicar interferência humana desde que haja algum vestígio de preparação dos instrumentos. Vamos ver um exemplo para nos ajudar a compreender como os historiadores fazem as pedras, as ossadas e os fósseis “falarem”.



Exemplificando

Raymond Dart defendeu a existência de uma indústria osteodontoquerática (artefatos fabricados em osso, dente e chifres). Em uma análise de 50 crânios de babuínos e seis de australopitecíneos, Dart constatou que, em 80% dos casos, existia evidências de traumatismos causados por golpes de armas. Para esse autor, isso é uma prova da existência de caçadores que produziam armas e instrumentos. Já outros estudiosos consideravam que esses “restos” não passavam de vestígios de banquetes carnívoros. Pouco a pouco essas hipóteses mais incrédulas foram descartadas e tem-se afirmado a existência de uma indústria osteodontoquerática (BALOUT, 2010, p. 478).

Em geral, há muitas controvérsias sobre esse assunto e apesar de estimarem que um “processo cerebral” de hominização começou há 2,5 milhões de anos, os historiadores da pré-história da África consideram que as evidências de uma ação humana sobre a natureza de forma criativa e transformadora não têm data de início definida.

Nossa espécie, ao longo do tempo, com um cérebro cada vez mais complexo e volumoso, tem se adaptado aos mais diversos ambientes pelo desenvolvimento de novas tecnologias, que possibilitaram atividades extra-biológicas, ou seja, de domínio cultural. E, neste sentido, a dimensão social assume posição fulcral na consolidação das aptidões humanas. Quando o homem foi capaz de sociabilidade, as organizações sociais se tornaram mais complexas, foi possível adquirir a linguagem e desempenhar melhor funções de trabalho.

Como acompanhamos até aqui, para conhecer a pré-história da África, paleontólogos, arqueólogos, linguistas, geneticistas e historiadores se unem para melhor interpretar os fragmentos do passado que chegam até nós.

Há cerca de dez mil anos, a África era habitada por povos caçadores e coletores, que viviam ligados aos cursos d’água, às terras por eles banhadas e a suas fontes de alimento, em um momento em que o clima da África era muito úmido. Uma “civilização aquática” difundiu-se por todo o continente, criando um novo modo de vida, com instalações comunitárias estáveis que levaram ao crescimento demográfico e a um novo ambiente social e intelectual. Vemos, então, florescer um artesanato complexo, utilizado na fabricação de armas, embarcações, cestos e cerâmica.

Junto a essas inovações, o desenvolvimento de múltiplas técnicas de cultivo com muitos implementos agrícolas – enxada, a vara para cavar, arados - ocupou um lugar central. Muitas plantas hoje cultivadas em vários lugares do mundo têm origem no continente africano. As árvores que fornecem óleo e goma, variedades de sorgo e milhetes, arroz e outros cereais, são alguns exemplos. O arroz você conhece bem, mas o sorgo, menos famoso, mas igualmente especial, é o quinto cereal mais consumido do mundo e é usado na culinária na África e na Ásia.

Não nos cabe aqui traçar a história do desenvolvimento humano em todas as partes da África, antes o objetivo é compor um

quadro geral que permita a você entrever a natureza multicultural e multiétnica do continente africano. Nas páginas que estudamos, pode-se depreender que o continente estabeleceu relações intercontinentais e foi um centro de divulgação de invenções e técnicas. As inovações culturais e sociais foram igualmente multifacetadas.

É interessante também observar que a linguagem tem uma longa história. Por meio da linguagem se tornou possível a transmissão dos conhecimentos, pois se desenvolveu a habilidade de conceituar e memorizar. A fala foi um instrumento fundamental para as relações de domínio, liderança e poder. Não é à toa que nas representações cosmogônicas africanas a palavra tenha um potencial criador, um poderio sobre todas as coisas. Você não acha que isso confere um novo olhar sobre o nosso conhecimento da tradição oral?

A linguagem é um indicativo incontestável da imensa variedade e complexidade das sociedades africanas. Segundo as teorias de Greenberg de 1963, as línguas africanas se dividem em quatro famílias principais. Essa classificação passa longe de ser consensual entre os linguistas, mas se tornou uma referência incontornável. As línguas Afro-Asiáticas cobrem toda a África do Norte e o chifre da África (Etiópia, Somália) e são o berbere, o egípcio antigo, o semítico (como o hebraico, alguns dialetos do aramaico, árabe e línguas etíopes), o cuxítico (somali, afar, saho, mbugu entre outras) e o chádico (haussa, a língua mais falada na África Ocidental, além do ron, musgoi etc.).

A família linguística Níger-Kordofaniano é representada por grupos esparsos geograficamente: na África Ocidental, partes do Sudão central e oriental, sendo o sub-ramo Bantu encontrado nas regiões central, oriental e meridional do continente. Já o kordofaniano se limita à região do Kordofan, no Sudão. Há ainda a língua mande do grupo níger-congo, entre muitas outras.

A família Nilo-Saariana é predominante no vale superior do Nilo e nas porções orientais do Saara ao Sudão. Possui muitas ramificações como o songhai, o saariano, o maban, o furian, o chari-nilo e o coman e, por fim, a família Khoisan. São conhecidas por possuírem cliques entre as consoantes e a maioria de seus falantes é formada pelos San, na África do Sul. Essas línguas também são faladas na Tanzânia.

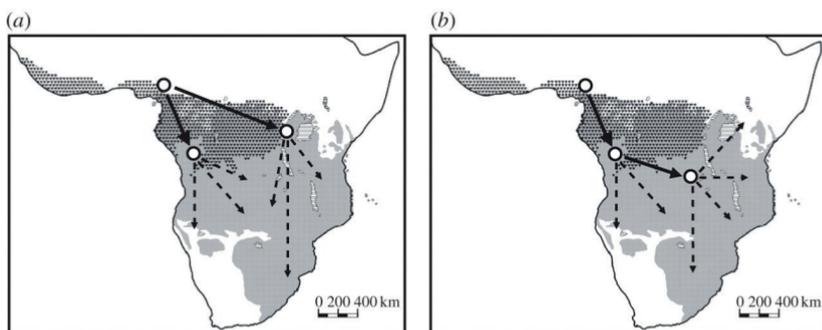
Para encerrarmos esta seção, falaremos brevemente sobre as migrações Bantu, que é um assunto importante para compreender o processo de formação dos povos da África Ocidental, Central, Oriental e Austral. Estima-se que a dispersão dos falantes de línguas Bantu tenha sido uma das mais expressivas da história. Os povos de línguas Bantu se dividem em cerca de 400 subgrupos étnicos.

Os dados arqueológicos indicam que a dispersão de Bantu começou há cerca de 5.000 anos na fronteira atual entre a Nigéria e Camarões, expandindo-se em duas direções. A expansão para o oeste se movimentou pela Costa e ao longo dos rios. A dispersão oriental dos Bantu envolveu o assentamento de agricultores na região interlacustre (Uganda) em 3.000, como um novo centro de expansão.

Mais tarde, movimentações de pequenos grupos promoveram a expansão da região dos Grandes Lagos dirigida para o sul, em duas ondas de expansão distintas, uma viajando ao longo da Costa do Oceano Índico e a outra em paralelo pelo leste do Zimbábue. Grupos seguiram sempre próximos à Costa e alcançaram a atual região da província de Limpopo por volta do século VI d.C. Pesquisas indicam que o fluxo ocidental da expansão Bantu foi um processo mais gradual do que a contrapartida oriental, que provavelmente envolvera múltiplas dispersões curtas.

As razões que motivaram essa grande dispersão não estão bem definidas. A metalurgia do ferro, o uso da cerâmica e o desenvolvimento das técnicas agrícolas são apresentados como fatores que impulsionaram as ondas migratórias dos Bantu. Porém, nada é certo e a questão permanece em aberto.

Mapa 1.4 | A dispersão Bantu



Fonte: Bostoen et al. (2012, p. 3.257).

Esses são os dois principais modelos explicativos sobre as migrações Bantu. As áreas cinzas correspondem às atualmente ocupadas por línguas Bantu. A extensão da floresta está indicada pelo sombreamento mais escuro: (a) dispersão precoce e (b) desdobramento tardio.



Pesquise mais

Para a África Central, é importante notar que arqueólogos, etnógrafos e historiadores já não mais sustentam que a expansão Bantu se deveu ao domínio da metalurgia do ferro. Grupos falantes de outras línguas foram igualmente importantes para a evolução tecnológica de fundição de ferro. O ferro e o aço produzidos em muitas partes da África tinham qualidade igual ou superior às barras fornecidas pelos europeus. O controle desta tecnologia permitia uma maior exploração da agricultura, o que levava ao incremento da produção de alimentos e atraía também um maior contingente populacional. Os africanos são hábeis técnicos metalúrgicos. Em alguns lugares, trabalhavam em fornos com ar preaquecido que resultava em um ferro com maior teor de carbono, mais especificamente, o aço. Essa técnica só foi conhecida na Grã-Bretanha em 1828, muito tempo depois de surgir na África.

Objetos de metal também eram forjados durante cerimônias específicas, abençoadas por sacerdotes.

Figura 1.5 | Machado – emblema de autoridade. Ferro



Fonte: Tervuren, Musée Royal de l'Afrique Centrale. In: DIAS, JILL. *Nas vésperas do mundo moderno: África*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1992. p. 140

As insígnias de ferro estavam relacionadas à realeza, tais como as machadinhas rituais. O guardião das insígnias poderia acessar o mundo dos mortos e detinha forças espirituais. Dessa forma, elementos materiais da cultura, com uma função aparentemente banal, poderiam estar imbuídos de significados espirituais fulcrais para a ordenação social e política.

Depois de uma exposição panorâmica que puxou muitos fios soltos, quais são suas impressões sobre o processo de hominização, o caráter multidisciplinar da escrita sobre a história da África, as heranças que o rico continente nos conferiu? Retomando as questões discutidas até aqui, você acha que faz sentido a ideia de uma África enquanto um continente fechado sobre si, que pouca importância tem – e teve – para o resto do mundo?

Sem medo de errar

Com todas essas reflexões em mente e com os subsídios teóricos que adquirimos, vamos voltar aos dilemas da professora Teresa e de seus alunos, que, no fundo, são impasses de todos nós.

O aluno Pedro teve dificuldades para entender a validade das tradições orais. Nesta seção, retomamos a importância da ancestralidade e da palavra falada para a África. Uma maneira de instigar a reflexão é questionar o que é uma fonte para a história. Devolver a pergunta para Pedro pode ser o início de uma longa reflexão: como você pode saber se o que está escrito é verdade, “realmente aconteceu”?

A multiplicidade de fontes que possibilita o estudo da pré-história também pode redimensionar a compreensão do trabalho do historiador/arqueólogo/paleontólogo e alargar o conceito de fonte. Afinal, uma carta do século XV, um fóssil de dois milhões de anos, uma narrativa contada por um *griot*, uma certidão de nascimento, não são em si fontes. As perguntas feitas por um pesquisador, juntamente com os métodos desenvolvidos em cada área, é o que tornam fragmentos do passado fontes para a história. Afinal, como disse Hobsbawm (1998, p. 215-232): “não existe material algum até que nossas perguntas o tenham revelado”.

Essa discussão, que tem como pano de fundo o conceito de fonte, é um caminho interessante para diferenciar a teoria evolucionista das diversas narrativas criacionistas. Temos aqui duas formas de compreender o mundo: a mágica, a mítica, a religiosa – cada uma com sua especificidade – e a explicação científica. Essas não são as únicas formas de explicar de onde viemos e podem também não ser excludentes.

Os contos africanos, a bíblia e uma infinidade de outros relatos versam sobre a criação do mundo, são importantes vetores de sociabilidade e afetividade, todos eles sem exceção e sem hierarquização. Expressar a diversidade é uma forma de combater a intolerância religiosa e de mostrar o discurso científico como uma possibilidade valiosa de desconstruir preconceitos como o racismo, que é tema adjacente a essa discussão. O que você acha dessa proposta?

Faça valer a pena

1.

A África – mais precisamente a África Oriental e a África Meridional – representa, neste momento, a única região do mundo a ter oferecido à paleontologia hominídeos incontestáveis de 2, 3, 4, 5, 6, talvez 10 milhões de anos. (COPPENS apud M´BOKOLO, 2009, p.24)



Fonte: M´BOKOLO, Elikia. *África Negra: História e civilizações*. Salvador/São Paulo: Edufba/Casa das Áfricas, 2009.

Sobre o processo de hominização, assinale a alternativa que apresenta as principais fontes que atestam a sua existência e como ocorreu a sua evolução.

- Fósseis, artefatos de pedra. O processo de hominização ocorreu exclusivamente no continente africano.
- Pedras, documentos escritos, armas de madeira. O processo de hominização aconteceu em várias partes do globo ao mesmo tempo.
- Rochas estilizadas, ossos, pinturas rupestres. O processo de hominização ocorreu com a sucessão de diferentes hominídeos que nunca coexistiram no tempo.
- Cerâmica, artefatos de ferro. O processo de hominização não foi linear e aconteceu em várias partes do globo ao mesmo tempo.
- Rochas, documentos escritos. O processo de hominização ocorreu de forma linear, progressivamente.

2. No final do século XIX, um importante cientista fez a seguinte observação:



Em cada grande região do mundo, os mamíferos vivos estão intimamente relacionados às espécies extintas da mesma região. Por conseguinte, é provável que a África fosse anteriormente habitada por macacos extintos aliados ao gorila e ao chimpanzé; e como essas duas espécies são agora aliadas mais próximas do homem, é um pouco mais provável que nossos primeiros progenitores vivessem no continente africano do que em outros lugares.

Fonte: Trecho do livro *The Descent of Man* citado por BULLA, Marcelo. O papel das interações polêmicas (controvérsias científicas) na construção do conhecimento biológico: investigando um curso de Formação Continuada de professores sobre Evolução Humana. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual do Oeste do Pará, 2016, p. 72.

Assinale a alternativa que indique corretamente o autor do trecho acima, o primeiro cientista a afirmar que a África seria o berço da humanidade.

- a) Hegel.
- b) Yves Coppens.
- c) Charles Darwin.
- d) Walter Neves.
- e) Eric Hobsbawm.

3.



Dentre os grupos linguísticos dessa grande família congo-saariana [a soma de duas famílias a Nilo-saariana e a níger-congo], as línguas Bantu apresentam um parentesco genético tão notável que pode ser encarado como um fenômeno relativamente recente. Não só linguistas como também historiadores e arqueólogos empenharam-se em elucidar a 'gênese dos Bantu' [...] Avançando ainda mais, chega-se a apresentar os povos de língua bantu como uma unidade cultural e biológica, esquecendo-se que o termo bantu é apenas uma referência linguística. (OLDEROGGE, D. Migrações e diferenciações étnicas e linguísticas. In: KI-ZERBO, J. (Ed.). **História geral da África I**. 2. ed. Brasília: MEC/Unesco, 2010. p. 315.)

Lembrando que há, em média, um terço das populações da África subsaariana que são falantes de línguas Bantu, assinale a alternativa que relaciona corretamente o conteúdo do texto à história da dispersão Bantu.

- a) A expansão Bantu ocorreu devido ao desenvolvimento da metalurgia do ferro e da agricultura de um grupo coeso, por isso as línguas Bantu apresentam um homogêneo plano lexical e fonético.
- b) A metalurgia é o fator mais importante para a dispersão Bantu, pois era controlada por um coeso grupo de povos que tinham os mesmos traços culturais e linguísticos.
- c) Ainda não se sabe quais razões levaram à expansão Bantu, porém a homogeneidade das línguas Bantu sugerem uma homogeneidade étnica e cultural.
- d) Embora haja uma grande semelhança entre as línguas Bantu, no plano lexical e fonético as variações são complexas. Porém, isso não significa que os falantes Bantu tenham ampla variedade linguística e cultural.
- e) Ainda não se sabe quais razões levaram à expansão Bantu, embora alguns pesquisadores apontem para a metalurgia e a agricultura como fatores importantes. Embora haja uma grande semelhança entre as línguas Bantu, no plano lexical e fonético as variações são complexas, há a presença de cliques, por exemplo, que são constitutivos da família Khoisan.

Seção 1.3

África Antiga: a formação da civilização egípcia

Diálogo aberto

Quantas vezes você estudou a história do Egito atrelada à da Mesopotâmia a partir da lógica explicativa das civilizações do Crescente Fértil? Sem dúvida, essa análise está correta e tem muitos méritos. Entretanto, enquanto aluno da educação básica, você teve a oportunidade de conhecer a história de uma das grandes civilizações da humanidade a partir da ideia de que essa história começa no interior do continente africano?

A própria informação básica de que o Egito se localiza na África passa despercebida em alguns materiais didáticos. Esse é mais um dos problemas que você enfrentará enquanto professor.

Você se lembra da personagem que tem nos acompanhado nas situações-problema? Como Teresa responderia a essas perguntas e como encararia esse desafio?

A professora Teresa começou a aula perguntando onde se localizava o Egito. Depois das aulas sobre a diversidade geográfica e cultural do continente africano, não foi difícil para eles identificarem que a civilização egípcia era africana. No entanto, em uma das imagens do livro didático figurava a atriz Elizabeth Taylor representando Cleópatra em um filme de 1962. Logo, o assunto passou a ser os filmes sobre a própria Cleópatra e, principalmente, sobre as múmias e os faraós. Os protagonistas desses enredos são usualmente representados por atores europeus ou estadunidenses, majoritariamente brancos. Como você considera que esse tipo de representação pode prejudicar nosso entendimento sobre a história do Egito? Teresa viu crescer o interesse entre os alunos em descobrir a cor da pele dos egípcios. Você acredita que existe uma África branca e outra África negra? Qual o melhor caminho teórico para abordar a questão polêmica das origens dos antigos egípcios?

Nas próximas páginas, analisaremos em detalhe algumas dessas questões, evidenciando a perspectiva africana da história da civilização dos faraós.

Não pode faltar

A região do vale do rio Nilo se destacou no processo de sedentarização da humanidade. Como você já sabe, a África, berço da humanidade, teve um desenvolvimento civilizacional e cultural endógeno. Por isso, o Egito foi formado por essas influências civilizadoras que brotaram no interior do continente.

Os primeiros humanos que povoaram o vale do Nilo eram de origem africana e nilótica. De acordo com o importante historiador senegalês, Cheikh Anta Diop, os egípcios sempre consideraram a Núbia e a Etiópia, o coração do continente africano, o lugar de procedência de seus antepassados (DIOP, 2010).

Esse fato foi comprovado por Édouard Brissaud, que nos períodos arqueológicos identificou culturas e povos similares na Núbia e no Egito. Ao longo do tempo, a civilização egípcia se desenvolveu sob influência do Saara e do interior africano.

Durante toda a Antiguidade o Egito teve uma posição geográfica central, uma encruzilhada entre o Mediterrâneo, a Ásia Menor, o Saara e a África subsaariana. Ao norte, era limitado pelo mar Mediterrâneo, ao sul e sudeste pela Núbia e Etiópia, a leste pelo mar Vermelho e oeste pelo deserto da Líbia. Seu nome origina do grego *Aigyptos* e da expressão egípcia *Hewet-ka-Ptah* – “mansão do espírito de Ptah” – que era o nome do templo de Ptah na cidade de Mênfis.



Fonte: <<http://www.ead.ufrpe.br/acervo-digital-eadtec/node/327>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

Ali se fixaram pessoas de diversas procedência, aparência e condição social. Entretanto, de acordo com Cheikh Anta Diop, os egípcios pré-faraônicos eram em grande parte negros. Théophile Obenga também defende que o fenótipo dos antigos egípcios, desde o neolítico até a época histórica, pouco mudou, ou seja, os governantes e povos de uma mesma origem negra foram os responsáveis pelo estabelecimento da grande civilização dos faraós (LOPES, 2012, verbetes “Egito” e “egípcio”).



Na egiptologia, as polêmicas em torno da origem e cor da pele dos primeiros egípcios estiveram marcadas pelos preconceitos atribuídos às teorias evolucionistas e racialistas do século XIX, segundo as quais nenhum impulso civilizacional poderia partir dos africanos da “África profunda”, subsaariana. As explicações sobre o Egito giravam em torno de sua formação mediterrânea e asiática e sobre a incontestável aparência de seus habitantes. Chegavam a dizer que ali se estabeleceram “brancos de pele negra” – o que podemos ler como a expressão máxima do racismo biológico do Oitocentos. Para combater essas ideias equivocadas, intelectuais como Cheikh Anta Diop comprovaram a ascendência africana e negra de uma das civilizações mais importantes da história da humanidade. Além do que temos dito, esse autor chama a atenção para o modo como os egípcios se autodenominavam: *kmt*, literalmente “negros”. E os nomes dos deuses benfeitores invariavelmente eram identificados pela cor negra, Osíris, por exemplo, era o “grande negro” (*kmwr*). De forma geral, as características físicas da população egípcia começaram a mudar apenas no Antigo Império, com as invasões de persas, gregos e romanos.

Embora o historiador grego Heródoto chamasse o Egito de “dádiva do Nilo”, é preciso lembrar que a sociedade e a cultura egípcia foram resultados da ação criadora do homem. O regime de secas e enchentes recorrentes do Nilo exigiram elaborado controle técnico por meio de um sistema complexo de diques, canais e “bacias”.

Por volta de 6.000 a.C., houve um crescimento da população dedicada à agricultura no vale, consequência do processo de desertificação do Saara. Clãs de caçadores-pescadores passaram a se dedicar à agricultura, beneficiando-se das cheias periódicas do grande rio. Mais que tecnologias, essa população inventou um novo modo de vida e uma nova religião. Robert Laffont (1972) caracteriza esse momento como “nascimento quádruplo”: da terra, de homens, de técnicas e da religião.

Até 3.400 a.C., as primeiras unidades políticas, germes dos futuros *nomos* ou províncias, eram independentes e seus líderes resolviam conflitos e eram chefes militares. A instalação de alguns asiáticos neste território trouxe alguma instabilidade, mas, do ponto de vista religioso, a incorporação de grupos e divindades permitiu a formação de alianças políticas.

As primeiras dinastias reinaram até 3.000 a.C. Nesses quatro séculos, foram lançadas as bases da cultura faraônica, inclusive o nascimento da escrita, aliás, de um dos mais antigos sistemas de escrita de que se tem conhecimento.

Assim, desenvolveram-se a língua, a religião, a escrita pictográfica (os hieróglifos), o calendário e a organização e centralização política. Pelas próprias características geográficas, o Egito foi dividido em duas partes: o Alto Egito, como se chamavam as terras férteis localizadas ao longo do Nilo, de Assuã até a região do atual Cairo; o Baixo Egito ou Delta, um triângulo extenso formado pelos depósitos de limo no rio, que corre em direção ao Mediterrâneo. Toda a sua história está marcada por essa divisão, não conformando um reino homogêneo, mas duas áreas de influência.

Falamos sobre a origem dos egípcios antigos se assentar no coração do continente africano, mas os contatos do Egito com a chamada "África profunda", ao sul, foram sempre frequentes não se limitando aos primeiros tempos. Os egípcios seguiam o curso do rio Nilo, estabelecendo rotas comerciais pelo Cordofão e pelo Darfur, atravessando a região central do Sudão pelo Chade até o Sudão Oriental. Houve contínuas expedições ao sul e a Núbia era a terra do ouro, que muito interessava aos egípcios.

Esses contatos nem sempre foram pacíficos. Ainda assim, o intercâmbio entre núbios e egípcios era notável, tanto que, entre os séculos VIII e VI a.C., o Egito foi governado por faraós de uma dinastia cuxita. As trocas também ocorriam no plano religioso. Pode-se dizer que a cultura egípcia compartilhou desde os tempos mais longínquos de um patrimônio comum africano, que abrangia a região do vale do Nilo à região do Chade.

Os costumes nessa grande área eram idênticos: o sistema matrilinear, os ritos de circuncisão, as cerimônias e os rituais reais, as lendas, os signos gráficos e os sistemas matemáticos. Por essa razão, não há dúvidas de que a civilização egípcia foi sobretudo negro-africana.

Um evento de grande importância na história egípcia é a fundação do Estado egípcio por meio da sujeição do Baixo Egito pelo soberano do Alto Egito, conhecido como Menés pela tradição, mas chamado de Narmer nas fontes arqueológicas, no início do século IV a.C.

Menés fundou a primeira das 30 dinastias que compõem a longa linhagem de soberanos até Alexandre, o Grande. Foi no seio das primeiras dinastias que o dogma do faraó como realeza divina se consolidou com o objetivo de manter um poder único sobre os dois territórios. A partir da III dinastia, o soberano já passou a ser identificado como um deus. (BAKR, 2010, p. 38 e ss.).

O faraó era o sumo sacerdote de todos os deuses e a própria encarnação do Estado, responsável por todas as atividades político-administrativas. Para tornar essa empreitada possível, nomeava representantes: ministros, funcionários nas províncias, generais no exército e sacerdotes nos templos.

A vida do faraó era regida por ritos e obrigações, não podiam sequer se banhar sem se submeterem a uma cerimônia. A centralidade da figura do faraó era tal que a cronologia do Egito tinha por referência o reinado faraônico. Exemplo: "Ano do faraó N, segundo mês *Akhet* (primeira estação), oitavo dia".



Reflita

É interessante observar que quatro mulheres se tornaram faraós: Nitócris, Sebeknefru, Hatshepust e Tauosré. As rainhas e princesas não eram sempre alvo de honrarias, mas conseguiram, ao longo do tempo, conquistar um papel indispensável e influenciaram as decisões políticas e religiosas. Ahmés-Nefertari foi a primeira a ostentar o título de "esposa divina", na XVIII dinastia. Durante seu reinado, se consolidou o papel preponderante das mulheres na condução do governo. A conhecida Cleópatra, não foi, portanto, uma exceção à regra, antes comprova a centralidade das mulheres na história do Egito. Por que razão as mulheres enquanto dirigentes são tão pouco conhecidas na história?

Ao lado da divisão dos anos, que seguia o nome dos faraós, havia o calendário lunar que estabelecia as festas religiosas. Além disso, os camponeses tinham suas vidas definidas pelo ritmo agrícola: sementeira, maturação, colheita. Esse ritmo, por sua vez, dependia das cheias do Nilo, que marcavam as estações. A estação *Akhet*, por exemplo, indicava o começo da enchente do rio.

As divindades eram representadas na forma humana ou animal, os egípcios acreditavam que seus deuses se encontravam na natureza e

que a terra e o céu eram lugares dos espíritos. Como exemplo, cito alguns dos deuses poderosos: Rá, o sol; Nut, o céu, Nun; o oceano; Shu, o ar; Geb, a Terra e Hapi, as cheias do Nilo.

A crença na vida após morte era fulcral nessa sociedade, bem como a eternidade e a ideia de que seus corpos continham elementos imortais. Um deles era conhecido como *Ba* e era retratado por um pássaro com cabeça de homem, traços idênticos ao do morto e braços humanos.

As cerimônias fúnebres e o alimento oferecido ajudavam o defunto a ser transformado em *Ba* ou alma. Outro elemento era o *Ka*, um espírito protetor que surgia com o nascimento da pessoa. Para servir ao *Ka*, os egípcios montavam seus túmulos com “mobiliário funerário” – as posses que o proprietário tinha em vida. A maioria das pirâmides eram túmulos dos faraós e seus consortes.

Figura 1.6 | Inscrição fúnebre egípcia



Fonte: Servos transportam o mobiliário fúnebre para o túmulo e todos os demais pertences do morto. As crianças também levavam para o túmulo seus brinquedos de estimação. Tumba do vizir RAMOSE, XVIII dinastia. Disponível em: <<http://jv-egiptologia.blogspot.com.br/2015/06/ritual-funerario-do-antigo-egito-jarbas.html>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

Todas essas informações constam nos textos mortuários, chamados em determinado momento de “Textos dos Sarcófagos” – escritos em rolos de papiro que eram colocados junto aos corpos mumificados. A reunião de alguns desses textos ficou conhecida como “Livro dos Mortos”, porém, na verdade, existiram vários “livros” funerários que variavam de acordo com o tamanho do rolo, com a preferência do adquirente e com a opinião do sacerdote que o escrevia.

Vejamos algumas fases da história dos grandes faraós. Muito do que sabemos sobre a história egípcia se deve aos arquivos oficiais bem organizados mantidos por sacerdotes e funcionários reais. Infelizmente, apenas dois desses documentos sobreviveram: a Pedra de Palermo e o Papiro real de Turim. Pelo primeiro conhecemos os nomes dos soberanos e os principais eventos de cada reinado e, pelo Papiro de Turim, temos acesso a uma lista de governantes em ordem cronológica.

Figura 1.7 | Detalhe da Pedra de Palermo



Fonte: <<http://thule-italia.com/wordpress/pietra-di-palermo/?lang=pt>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

Outras fontes importantes são as literárias, elaboradas para enumerar as realizações de um faraó, garantindo que ele cumprira sua missão terrestre e, portanto, os desígnios dos deuses. Esse é o caso dos textos e das imagens históricas que adornam os templos egípcios. Devido ao seu caráter laudatório, é preciso utilizá-las com minúcia metodológica.

Vale lembrar que foi somente em 1822 que Jean François Champollion (1790-1832) decifrou a escrita hieroglífica e todo esse conjunto documental se tornou acessível aos pesquisadores.

A unificação do Egito marca o início do período chamado Antigo Império. A cronologia da história egípcia ficaria assim:

- Antigo Império (III à VI dinastia) – 2.750 a 2.200 a.C.
- Primeiro Período Intermediário (VII à X dinastia) – 2.200 a 2.150 a.C.

- Médio Império (XI à XII dinastia) – 2.150 a 1.780 a.C.
- Segundo Período Intermediário (XIII à XVII dinastia) – 1.780 a 1.580 a.C.
- Novo Império (XVIII à XX dinastia) – 1.580 a 1.080 a.C.
- Terceiro Período Intermediário (XXI à XXIII dinastia) – 1.080 a 730 a.C.
- Baixa Época (XIV à XXX dinastia): 730 a 330 a.C.

Alexandre da Macedônia conquistou o Egito em 332 a.C. colocando um ponto final na fase faraônica. Seria o início do período helenístico (MOKHTAR, VERCOUTTER, 2010, p. XLIV).

Não temos espaço aqui para nos demorarmos em cada uma das divisões cronológicas. Optamos por uma apreciação geral dos principais acontecimentos, além de ressaltarmos as contribuições dos egípcios.

O legado material e imaterial da cultura egípcia é variado: o artesanato (pedra, metal, madeira, vidro, marfim, ossos, a cultura precoce do linho), a invenção do papiro, a geometria, a arquitetura, as inovações náuticas (pioneiros no uso de velas), a astronomia, a química, a matemática aplicada, a medicina, a cirurgia, a religião, a literatura, as teorias filosóficas. Por isso, todas as civilizações contemporâneas ao Egito o viam como o auge das conquistas humanas.



Pesquise mais

A civilização mais longeva da Antiguidade, o Egito, perdurou por 3.000 anos. A história da arte egípcia tem muitas vertentes: arquitetura, escultura, pintura. As representações das figuras nas pinturas seguiam a hierarquia social, as pessoas das camadas mais altas eram representadas maiores em relação aos mais pobres. A ordem de grandeza é a seguinte: o rei, a mulher do rei, o sacerdote, os militares e, por último, o povo. De forma geral, a arte expressa a crença mais arraigada: a esperança da vida após a morte. Quanto à arquitetura, a grandiosidade dos túmulos é explicada por uma razão muito palpável: era ali que se viveria a vida pós-morte. Para conhecer mais sobre a arquitetura egípcia, assista a um trecho de um vídeo produzido pelo History Channel: Construindo um império. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4eflYa2A1Uo>>. Acesso em: 16 nov. 2017. Recomendamos o intervalo entre 10min e 25min.

As múmias são as personagens que mais povoam nosso imaginário sobre o Egito, não? A mumificação é um dos exemplos mais profícuos para compreendermos a engenhosidade dos egípcios. A preservação do corpo humano era uma pré-condição da vida além-túmulo.

Os egípcios descobriram o natrão, um mineral que é uma mistura de carbonato de sódio, bicarbonato de sódio e sulfato de sódio. No processo de mumificação, o corpo era mergulhado em natrão por dois meses. O cérebro era extraído pelas narinas e os intestinos removidos por uma pequena incisão na lateral do corpo.

Todas essas operações mostram um avançado conhecimento de anatomia que foram a base para os experimentos cirúrgicos. Os cirurgiões egípcios sabiam suturar ferimentos e curar fraturas usando talas de madeira. Há também indícios de tratamentos dentários. A habilidade dos cirurgiões do antigo Egito foi transmitida para a Ásia e a Antiguidade clássica pelas expedições egípcias.

Um célebre súdito do rei Zoser, da II dinastia, ganhou grande fama. Imhotep foi um reconhecido arquiteto, médico, sacerdote, mágico e escritor. Os gregos o chamavam de Imuthes e 2.300 anos depois de sua morte, Imhotep passou a ser considerado o deus da medicina.

O grego Hipócrates, que é celebrado erroneamente como o pai da medicina, teve acesso à biblioteca de Imhotep em Mênfis. Além dos avanços médicos, a Imhotep devemos a substituição da pedra pelo tijolo, a construção da “pirâmide de degraus” e todo o complexo funerário construído para seu faraó em Saqqara.

Figura 1.8 | Imhotep – o pai da medicina, o responsável pela construção da primeira pirâmide do Egito



Fonte: <<http://thule-italia.com/wordpress/pietra-di-palermo/?lang=pt>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

Com certeza, você já ouviu falar das famosas pirâmides de Gizé, próximas do Cairo. A pirâmide de Khufu, um outro nome do faraó Quéops, é a maior construção de uma única peça feita pelo homem. O projeto foi desempenhado com tamanha perfeição e beleza que ela é considerada a primeira das Sete Maravilhas do mundo e tinha originalmente 146 metros de altura (a altura de um prédio de 48 andares), erguidos sobre cerca de dois milhões de blocos de pedras. As outras duas pirâmides, dos netos do faraó Quéops – Quéfren e Miquerinos -, são menores, mas apresentam estruturas semelhantes.

Esses grandes monumentos são prova da importância da invenção da geometria entre os egípcios. Criaram também as colunas e inauguraram o uso de muitos materiais antes desconhecidos.



O Egito desenvolveu uma grande variedade de formas arquitetônicas, das quais a pirâmide, sem dúvida, é a mais característica. As primeiras pirâmides eram em degraus e somente a partir da IV dinastia (cerca de -2300) foram tomando a forma triangular. Desse período em diante, os arquitetos abandonaram o uso das pedras pequenas da III dinastia, em favor dos enormes blocos de calcário e de granito. [...] (NADOURY, 2010, 144)

Apesar de os egípcios usarem largamente colunas e arquivadas, o arco e a abóbada também tinham lugar na arquitetura egípcia. De acordo com Nadoury (2010, p. 144), é provável que em cerca de 2.900 a.C., durante a II dinastia, os egípcios tenham inventado a abóbada.

Além disso, os egípcios se preocuparam com o urbanismo. É o caso da cidade de Kahun, que dispunha de edifícios administrativos e residenciais destinados a trabalhadores, mais modestos, e aos dirigentes, com até sessenta aposentos. O plano urbano também compreendia longas avenidas retas, paralelas aos muros da cidade e valetas de escoamento.

As disputas dinásticas pelo poder levavam à ruína famílias inteiras e também eram influenciadas pelos sacerdotes, governadores de províncias, guerreiros e altos funcionários. A defesa das fronteiras e a expansão das relações comerciais com os vizinhos também pautavam a complexa geopolítica do governo faraônico. Produtos

como o cedro da Síria, a mirra, o ébano e os animais da Costa Somali eram constantes entre os egípcios.

A hierarquia social, política e religiosa ao redor de uma monarquia forte era multifacetada. Como dissemos, pequenos agricultores e camponeses arrendatários que trabalhavam nos campos do rei ou dos deuses, os quais pagavam altos impostos, perfaziam a maior parte da força de trabalho. A mão de obra escrava, oriunda de guerras ou decorrente de alguma falta penal, era utilizada mais em âmbito doméstico, enquanto serviçais.

Havia também os escribas, engenheiros, contadores, agrônomos, os artistas e escavadores responsáveis pela decoração dos túmulos dos faraós e rainhas, além de comerciantes, viticultores, tropeiros (YOYOTTE, 2010, p. 74-80)



Exemplificando

Bertolt Brecht (1898-1956) escreveu um poema famoso intitulado "Perguntas de um trabalhador que lê". Os primeiros versos são sobre o Egito: "Quem construiu a Tebas de sete portas? / Nos livros estão nomes de reis. / Arrastaram eles os blocos de pedra?" (BRECHT, 2000, p. 144).

O poeta grego Homero exaltou Tebas, "a cidade das cem portas" que foi a capital do reino durante o Império Novo. Os egípcios a chamavam de *niwt*.

Tendemos a nos maravilhar com as pirâmides, os faraós, os avanços médicos, astronômicos e artísticos da civilização egípcia. Contudo, quem possibilitou pelo seu trabalho cotidiano a existência de todas essas maravilhas?

Escavações arqueológicas em vilas na planície de Gizé revelam que 20 mil pessoas trabalharam na construção das pirâmides. Os trabalhadores que construíram as pirâmides receberam tumbas decoradas e preservadas, seus corpos mostram marcas de tratamento médico – fraturas curadas, amputação de membros, cirurgias cerebrais. As escavações ainda mostram aspectos da vida cotidiana na Cidade dos Trabalhadores: fragmentos de fôrmas de pão, jarras de cerveja, ossadas de animais domésticos, além de milhares de camas de barro. São indícios de que os trabalhadores eram integrados à sociedade, bem alimentados e tratados. Zahi Hawass, diretor do Conselho Supremo de Antiguidades do Egito, encontrou no interior da pirâmide de Quéops inscrições que mostram que os trabalhadores formavam equipes que se revezavam no trabalho e tinham orgulho de suas tarefas. É um pouco contraproducente pensarmos em categorias como escravidão, liberdade, trabalho assalariado para períodos históricos

em que as fronteiras entre o que cada um desses conceitos significa não estavam delineadas ou fixadas.

Fonte: NARLOCH, Leandro. **Quem construiu as pirâmides?** Disponível em: <<https://super.abril.com.br/historia/nem-ets-nem-escravos/>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

O domínio egípcio se estendeu sobre a Baixa Núbia, a região Dongola, a região do Sinai, delineando uma trajetória expansionista. Também sofreu com a invasão dos hicsos por 150 anos e assistiu à chegada de hebreus. O hebreu José, como narra a bíblia, chegou à alta condição de vizir ou primeiro ministro. Os hicsos foram efetivamente expulsos pelo faraó Amósis, da XVIII dinastia. Esse é o mesmo monarca que concluiu um acordo comercial e militar com Creta, abrindo o Egito para o mundo grego.

Pouco antes da efetivação do domínio greco-romano, o Egito caiu no domínio do Império Kush. A dinastia cuxita ficou conhecida como etíope e todos os faraós apresentavam traços físicos negroides. Foi um período de paz e prosperidade e os faraós cuxitas foram os responsáveis pela reunificação do Egito e por enfrentarem as ofensivas dos assírios. Com a invasão persa em 525 a.C., o Egito praticamente perdeu sua independência. A dinastia XXVIII se rebelou contra os persas e conseguiu articular uma revolta e manter 60 anos de independência. A segunda dominação persa se iniciou sob o poder de Artaxerxes III e terminou quando Alexandre, o Grande derrotou a Pérsia na batalha de Isso e invadiu o Egito.

De 332 a 30 a.C. o Egito foi dominado pelos gregos. Alexandre Magno entregou seu governo a um de seus generais, Ptolomeu, que posteriormente tomou o título de basileu (rei) e inaugurou a dinastia ptolomaica. De 30 a.C. até 395 d.C., ano da morte do imperador Teodósio, o Egito permaneceu sob o domínio de Roma.

Durante a dinastia macedônica dos Lágidas, dos faraós "Ptolomeus" que reinaram por três séculos, se consolidou a importância de Alexandria, uma cidade tão próspera que se converteu na mais importante do mundo helenístico.

Fundada por Alexandre Magno, a cidade era uma das evidências das muitas influências culturais dessa época. Nas ruas se falava várias línguas: o grego e seus muitos dialetos, o egípcio, o aramaico, o

hebraico junto a outras línguas semíticas. Alexandria era conhecida pela sua imensa biblioteca e pelo museu que recebia cientistas e homens de letras (RIAD, 2010, p. 167).

As tentativas de controle de Roma sobre o Egito, após sucessivas alianças em tempo de guerra, tornaram-se flagrantes nos últimos reinados dos Ptolomeus.

O nome Cleópatra se destaca nesse cenário. Na verdade, esse epíteto se refere ao de sete rainhas do Egito durante o período ptolomaico. Eram esposas-irmãs de soberanos Ptolomeus. A Cleópatra VII foi a última rainha ptolomaica, chegou ao trono depois de sucessivas contendas pelo poder com seus irmãos, por meio de sua aliança com Júlio César. Ao lado de Marco Antonio, voltou-se contra Roma até ambos sucumbirem ante o poderio do futuro imperador romano Otávio (DONADONI, 2010, p. 193).

É preciso fôlego para acompanhar a história egípcia, não é mesmo? Aqui, devido ao teor da disciplina, escolhemos dar maior ênfase aos eventos e contribuições do período faraônico. Afinal, é na formação do reinado dos faraós que percebemos as raízes africanas dessa história.

Sem medo de errar

Depois dessa breve explanação da história egípcia, vamos voltar para as questões que apresentamos no início desta seção e que desafiaram a professora Teresa em seu cotidiano escolar.

Neste ponto, retomamos discussões que foram apresentadas nas seções anteriores desta unidade. Principalmente, é incontestável a centralidade da representação para o entendimento de como ocorre o ensino-aprendizagem sobre a história da África.

Se tem algo que povoa o imaginário infantil sobre o Egito são os filmes hollywoodianos sobre os deuses antigos e as múmias. Também é famosa a figura de Cleópatra. E como são representadas essas personagens tão caras à história egípcia? Em sua maioria, são atores brancos estadunidenses ou europeus que tomam a cena.

Nós abordamos essa temática na seção, resta pensarmos como apresentar didaticamente o conteúdo estudado. E como falamos de representação, é fundamental recorrermos aos textos e imagens a que temos acesso que mostram a origem negra-africana do Egito

antigo. Isso não é o mesmo que dizer que não existiam brancos no Egito. O que os autores citados nesta seção querem combater é uma imagem preconceituosa de que teria existido uma “África negra” que seria incapaz de civilização.

As pinturas dos templos e sarcófagos evidenciam a presença de negros entre todos os segmentos da hierarquia social egípcia, sobretudo em períodos anteriores ao Médio Império, quando as características físicas da população já teriam mudado, o que também pode ser dito das imagens e esculturas dos faraós ou do importante vizir Imhotep, por exemplo.

Essa é uma estratégia certa para combater um equívoco histórico de longa data e, conseqüentemente, o racismo.

Em primeiro lugar, cabe lembrar que Cleópatra não era apenas grega, era mestiça tal como esse mundo culturalmente miscigenado de sua época. Seu pai, Ptolomeu XII, era o filho ilegítimo de Ptolomeu XI com uma mulher egípcia. Logo, é preciso combater o mito de que Cleópatra era apenas grega.

Além disso, as imagens e descrições que temos de Cleópatra não coincidem com a beleza estonteante de Elizabeth Taylor. Pelo contrário, Cleópatra tinha um nariz grande e um queixo cumprido, segundo uma moeda que traz sua esfinge e relatos do historiador Plutarco.

Figura 1.9 | Uma moeda com a esfinge de Cleópatra



Fonte: <<http://www.wildwinds.com/coins/sear5/s1515.html>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

Mais que chamar a atenção para a feiura ou a beleza de Cleópatra é preciso discutir com os alunos sobre como os padrões de beleza mudam ao longo do tempo. E, o mais importante, Cleópatra foi quem foi porque era culta, habilidosa, espirituosa. Sua aparência física não é o aspecto fundamental de sua personalidade e sucesso.

Feitas essas ressalvas, você, professor da educação básica, poderá apresentar outra faceta dessas representações para os seus alunos. Afinal, as mulheres egípcias tinham um lugar privilegiado na política, algumas chegaram a ser faraós. Logo, o que importava para a mulher egípcia não era se encaixar em um padrão de beleza, mas ser capaz de governar, discutir sobre política, desempenhar um papel preponderante na sociedade.

Como é frutífera a discussão sobre representações, não é mesmo? Quais outros argumentos a professora Teresa poderia desenvolver com seus alunos tendo como ponto de partida o conteúdo desta seção?

Faça valer a pena

1.

N. IV.

*Tableau Des Signes Phonétiques
Des Caractères Hiéroglyphique & Démotique des anciens Egyptiens*

<i>Alphab. Grecques</i>	<i>Signes Démotiques</i>	<i>Signes Hiéroglyphiques</i>
A	Ⲁ. Ⲁ.	Ⲁ Ⲁ Ⲁ Ⲁ Ⲁ Ⲁ Ⲁ Ⲁ Ⲁ Ⲁ
B	Ⲃ. Ⲃ.	Ⲃ Ⲃ Ⲃ Ⲃ Ⲃ Ⲃ Ⲃ Ⲃ Ⲃ Ⲃ
Γ	Ⲅ. Ⲅ.	Ⲅ Ⲅ Ⲅ Ⲅ Ⲅ Ⲅ Ⲅ Ⲅ Ⲅ Ⲅ
Δ	Ⲇ. Ⲇ.	Ⲇ Ⲇ Ⲇ Ⲇ Ⲇ Ⲇ Ⲇ Ⲇ Ⲇ Ⲇ
E	Ⲉ.	Ⲉ Ⲉ Ⲉ Ⲉ Ⲉ Ⲉ Ⲉ Ⲉ Ⲉ Ⲉ
Z	Ⲋ.	Ⲋ Ⲋ Ⲋ Ⲋ Ⲋ Ⲋ Ⲋ Ⲋ Ⲋ Ⲋ
H	Ⲍ. Ⲍ. Ⲍ. Ⲍ.	Ⲍ Ⲍ Ⲍ Ⲍ Ⲍ Ⲍ Ⲍ Ⲍ Ⲍ Ⲍ
Θ	Ⲏ.	Ⲏ Ⲏ Ⲏ Ⲏ Ⲏ Ⲏ Ⲏ Ⲏ Ⲏ Ⲏ
I	Ⲑ. Ⲑ.	Ⲑ Ⲑ Ⲑ Ⲑ Ⲑ Ⲑ Ⲑ Ⲑ Ⲑ Ⲑ
K	Ⲓ. Ⲓ. Ⲓ. Ⲓ.	Ⲓ Ⲓ Ⲓ Ⲓ Ⲓ Ⲓ Ⲓ Ⲓ Ⲓ Ⲓ

Fonte: Detalhe da carta de Jean François Champollion a M. Dacier (1822) em que apresenta os signos fonéticos demótico e hieroglífico com seus equivalentes gregos. Disponível em: <<http://www.fascinioegito.sh06.com/champoll.htm>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

A carta acima apresenta o resultado das pesquisas filológicas de Champollion, em 1822. Após a decifração dos hieróglifos com a comparação dos escritos da Pedra de Roseta, o avanço do conhecimento histórico sobre a civilização egípcia cresceu e se intensificou sobremaneira. Haja vista que a história do Egito foi ampliada em 3.000 anos.

Sobre a escrita hieroglífica, assinale a alternativa correta:

- a) O sistema de escrita hieroglífica não deriva do continente africano. Trata-se de um empréstimo de civilizações orientais.
- b) Uma das forças propulsoras do desenvolvimento da escrita no vale

do Nilo foi a necessidade de concentrar e organizar mão de obra para combater o complicado ritmo das enchentes do grande rio.

c) Os sistemas de escrita da China e da Mesopotâmia são completamente diferentes do egípcio. Nessas regiões não se desenvolveu uma escrita pictográfica.

d) Os egípcios não inventaram nenhum tipo de suporte para a escrita. Isso dificultou que o legado de sua civilização chegasse até nós.

e) O fechamento dos templos egípcios por Justiniano I, na Era Cristã, não teve impacto sobre a escrita faraônica.

2. Comentando sobre a importância da África para o Egito, Cheikh Anta Diop disse o seguinte:



A Antiguidade egípcia é, para a cultura africana, o que é a Antiguidade greco-romana para a cultura ocidental. A constituição de um *corpus* de ciências humanas africanas deve ter isso como base.

(DIOP, Cheik Anta. Origem dos antigos egípcios. In: KIZERBO, J. (Ed.). **História geral da África I**. 2. ed. Brasília: MEC/Unesco, 2010. v. II. p. 34.)

O Egito passou por muitas influências externas à África: asiática, persa, grega, romana. Quanto mais notamos a relevância do Egito para a civilização, mais suas origens são disputadas. Aponte a alternativa que comenta acertadamente sobre as origens da cultura pré-faraônica.

a) É difícil conhecer os antepassados da civilização faraônica devido aos grandes trânsitos comerciais e contatos comerciais do Egito com as regiões circunvizinhas.

b) Os contatos do Egito com os povos da África subsaariana sempre se deram em circunstâncias bélicas; trocas culturais e materiais eram impossibilitadas por esse motivo.

c) Théophile Obenga considera que egípcios e núbios compartilham da mesma ancestralidade e, portanto, sistema cultural. Chega a chamar essa origem comum de "egipto-núbio".

d) Os costumes dos egípcios eram diferentes dos das sociedades ao sul do Saara, de modo que suas fronteiras meridionais nunca estiveram abertas.

e) A língua, a religião, a escrita e o calendário egípcios eram uma novidade no universo africano, fruto de uma sociedade que se limitou aos contornos do Nilo.

3. No Egito, presava-se pela ética social:

[...] não usar a violência contra os homens [...] eles nasceram dos olhos de Rá, são seus descendentes. Em uma das célebres narrativas do papiro Westcar, um mágico usa de compaixão com um prisioneiro, pois é proibido agir assim com o rebanho de deus.

(YOYOTTE, J. **O Egito faraônico: sociedade, economia e cultura.** In: KI-ZERBO, J. (Ed.). *História geral da África I.* 2. ed. Brasília: MEC/Unesco, 2010. p. 94.)

No Egito, todos os aspectos da vida estavam previstos e referendados pela religião. A respeito desse aspecto da história egípcia é correto afirmar que:

- a) Uma característica conhecida da religião egípcia era a mumificação. A preservação do corpo era contrária à sobrevivência da alma.
- b) O poder divino do faraó o tornava dono de uma capacidade absoluta de satisfação de sua vontade individual. Poderia mudar práticas e crenças antigas sem grandes conflitos.
- c) Os deuses egípcios excluía a possibilidade da existência de divindades femininas, isso refletia na organização do governo, que excluía as mulheres de posições centrais de decisão política.
- d) A religião se limitava à vida pós-morte, tendo pouca influência na trajetória dos vivos.
- e) A função do faraó era manter a harmonia da criação, do "tempo de Rá". Sua face divina se coadunava aos preceitos de uma sociedade guiada pela religião, em que a vida além-túmulo guiava os passos dos vivos.

Referências

ÁFRICA em arte-educação. Disponível em: <<https://africaarteeducacao.ciar.ufg.br/modulo3/index.html>>. Acesso em: 19 ago. 2017.

BALOUT, L. A hominização: problemas gerais. Parte II. In: KI-ZERBO, J. (Ed.) **História geral da África I**. 2. ed. Brasília: MEC/Unesco, 2010. p. 447-470.

BOSTOEN, Koen et al. Bringing together linguistic and genetic evidence to test the Bantu expansion. **Proceedings of The Royal Society**, v. 279, n. 1741, p. 3256-3263, 2012.

BRECHT, Bertolt. **Poemas: 1913-1956**. São Paulo: Editora 34, 2000.

BULLA, Marcelo. **O papel das interações polêmicas (controvérsias científicas) na construção do conhecimento biológico**: investigando um curso de Formação Continuada de professores sobre Evolução Humana. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Pará, 2016.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **O trabalho compulsório na Antiguidade**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

COPPENS, Yves. A hominização: problemas gerais. Parte I. In: KI-ZERBO, J. (Ed.). **História geral da África I**. 2. ed. Brasília: MEC/Unesco, 2010, p. 471-491.

DIOP, Cheik Anta. Origem dos antigos egípcios. In: KI-ZERBO, J. (Org.). **História geral da África I**. 2. ed. Brasília: MEC/Unesco, 2010. v. II. p. 1-36.

DARWIN, C. R. **The Descent of Man, and a Selection in Relation to Sex**. London: John Murray, 1871.

DONADONI, S. O Egito sob dominação romana. In: KI-ZERBO, J. (Org.). **História geral da África I**. 2. ed. Brasília: MEC/Unesco, 2010. v. II. p. 191-212.

EGITO ANTIGO – ARTE E ARQUITETURA. Juliana Godin. **Youtube**. 26 jun. 2013. 44m04s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3nX2jR-L8j0>>. Acesso em : 16 nov. 2017.

FERNANDES, Dirley. **O que você sabe sobre a África**: uma viagem pela história do continente e dos afro-brasileiros. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

GREENBERG, Joseph. A classificação das línguas na África. In: KI-ZERBO, J. (Ed.). **História geral da África I**. 2. ed. Brasília: MEC/Unesco, 2010. p. 317-336.

HAMPÂTÉ-BÁ, Amadou. **Amkoullé, o menino fula**. São Paulo: Palas/Casa das Áfricas, 2003.

-"Tradição viva". In: KI-ZERBO, J. (Ed.). **História geral da África I**. 2. ed. Brasília: MEC/Unesco, 2010. p. 167-212.
- HEGEL, George W. F. **Filosofia de la historia universal**. Madri: Revista de Occidente, 1928. t. I.
- HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula**. São Paulo: Selo Negro, 2005.
- HOBSBAWM, Eric. A história de baixo para cima. In: **Sobre história: ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- KI-ZERBO, Joseph. Introdução Geral. In: KI-ZERBO, J. (Ed.). **História geral da África I**. 2. ed. Brasília: MEC/Unesco, 2010. p. XXXI-LVII.
- LAFFONT, Robert. **Les memoires de l'Afrique: des origines a nos jours**. Paris: Robert Laffont, 1972.
- LOPES, Nei. **Dicionário da antiguidade africana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- M´BOKOLO, Elikia. **África Negra: História e civilizações..** Salvador/São Paulo: Edufba/Casa das Áfricas, 2009. Tomo I e II.
- MBEMBE, Achille. **A crítica da razão negra**. Tradução de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2014.
- MELLA, Frederico A. **O Egito dos faraós**. São Paulo: Hemus, 1998.
- MOKHTAR, G.; VERCOUTTER, J. Introdução geral. In: KI-ZERBO, J. (Org.). **História geral da África**. 2. ed. Brasília: MEC/Unesco, 2010. v. II. p. XXXI-LXII.
- MUDIMBE, Valentin Yves. **A invenção de África: Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento**. Mangualde (Portugal), Luanda: Edições Pedagogo; Edições Mulemba, 2013.
- NADOURY, Rashid. O legado do Egito faraônico. In: KI-ZERBO, J. (Org.). **História geral da África**. 2. ed. Brasília: MEC/Unesco, 2010. v. II. p. 119-159.
- NARLOCH, Leandro. **Quem construiu as pirâmides?** Disponível em: <<https://super.abril.com.br/historia/nem-ets-nem-escravos/>>. Acesso em: 16 nov. 2017.
- NEVES, Walter. E no principio... era o macaco!. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 58, p. 249-260, dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n58/21.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2017.
- OLDEROGGE, D. Migrações e diferenciações étnicas e linguísticas. In: KI-ZERBO, J. (Ed.). **História geral da África I**. 2. ed. Brasília: MEC/Unesco, 2010, p. 295-315.

RIAD, H. O Egito na época helenística. In: KI-ZERBO, J. (Org.). **História geral da África**. 2. ed. Brasília: MEC/Unesco, 2010. v. II. p. 161-190.

ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. **A História da África na Educação Básica**. Belo Horizonte: Nandyala, 2009.

TED. Technology, Entertainment and Design. **Chimamanda Adichie: o perigo de uma única história**. 2009. Disponível em: <https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story/transcript?language=pt-br>. Acesso em: 22 out. 2017.

UEMORI, Celso Noboru. Darwin por Manoel Bomfim. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 28, n. 56, p. 327-348, 2008.

VANSINA, Jan. A tradição oral e sua metodologia. In: KI-ZERBO, J. (Ed.). **História geral da África I**. 2. ed. Brasília: MEC/Unesco, 2010. p. 139-165.

YOYOTTE, J. O Egito faraônico: sociedade, economia e cultura. In: KI-ZERBO, J. (Org.). **História geral da África**. 2. ed. Brasília: MEC/Unesco, 2010. v. II. p. 69-96.

África: da Era Cristã ao século XV

Convite ao estudo

Prezado aluno, nesse momento, iniciamos o estudo da segunda unidade, a partir da qual abordaremos a história dos reinos e impérios, da África antiga até o século XV, alguns exemplos de sociedades que emergiram em diferentes territórios a partir de configurações sociais, políticas e econômicas particulares, a saber: os reinos de Kush, Napata e Méroe; os Impérios Axum, de Gana (Wagadu), do Mali e o Império Songhay.

Esse estudo pode ser uma boa oportunidade para a ampliação do conhecimento sobre o passado africano, inclusive para considerar que, desde o período da África antiga até o século XV é possível perceber algumas dinâmicas sociais que indicam possíveis processos de centralização política de alguns Estados africanos em diferentes regiões do continente.

Ao longo da Unidade 2, portanto, estudaremos a formação desses reinos e impérios, apresentando aspectos políticos, econômicos e culturais que revelam a dinâmica social para a formação dessas sociedades. Quando estudamos as culturas africanas, é sempre bom ficarmos atentos aos termos usados para se referir a essas "comunidades", "sociedades", "reinos" ou "civilizações", pois parte desses conceitos e categorias são de vieses eurocêntricos, a exemplo de termos como "Era Cristã", "Idade Média", "civilização", "evolução", "feudalismo", "progresso", entre outros. Entretanto, se por vezes recorremos a alguns desses termos, é por uma preocupação meramente didática, a julgar pela ausência de uma categoria que explicita melhor as peculiaridades das comunidades africanas. Além disso, até mesmo entre os historiadores e pesquisadores

especializados nesse assunto, não há consenso sobre os termos exatos a serem usados para se referir às mais de 2.000 culturas existentes no continente africano.

A proposta desta unidade tem por objetivo nos ajudar a formular ideias mais complexas sobre esse rico continente, bem como destacar o seu protagonismo na construção do passado da humanidade.

Bons estudos!

Seção 2.1

A região da Núbia: política, cultura e religião

Diálogo aberto

Bem-vindo à Unidade 2. Nessa etapa de nosso estudo, buscaremos uma melhor compreensão da história das organizações políticas africanas desde o período antigo até o século XV. Para um melhor aproveitamento desse estudo, devemos recuperar algumas informações trabalhadas na Unidade 1, como as questões metodológicas presentes no estudo do passado africano.

Conforme estudamos na unidade anterior, a tradição oral, as fontes escritas, e as fontes arqueológicas são os principais documentos históricos e suportes utilizados para o estudo do passado africano. Assim, nesta unidade, perceberemos uma presença maior das fontes arqueológicas para o estudo das regiões da Núbia, Napata e Méroe, a exemplo dos reinos Kush e Axum.

Serão bastante recorrentes relatos de textos de escritores como Heródoto, Estrabão e alguns escritores do Novo Testamento, período contemporâneo a uma das fases por nós estudada. Uma boa forma de compreender essas sociedades é por intermédio de imagens dos sítios arqueológicos, a partir dos quais historiadores, arqueólogos, antropólogos e sociólogos se debruçaram para que, junto das fontes da história material, possam “recompôr” o passado desse continente que é considerado o berço da humanidade.

A organização política, como a que ocorreu na Mesopotâmia e no Egito, também se desenvolveu na Núbia, que nos legou aspectos importantes da história da África e que iremos discutir nesse momento. Os próprios nomes dos países atuais fornecem ótimos exemplos para refletir sobre as diferentes culturas estrangeiras que estiveram e estão presentes na formação do continente africano: Egito e Etiópia (termos provenientes do grego: *aetioπia*, *aegyptos*), Cush (hebraico), Sudão (*bilal-as-sudan*, termo árabe que significa “terra dos negros”) e Cabo Verde (palavra portuguesa), entre outros.

O estudo dos aspectos religiosos, políticos e culturais da Núbia pode ser um ótimo ponto de partida para um maior esclarecimento

do legado africano para as regiões vizinhas, a exemplo do Estado faraônico, do Oriente Médio, e da Europa mediterrânea.

Agora, imaginemos a seguinte situação:

Por ocasião do Dia da Consciência Negra, efeméride celebrada no dia 20 de Novembro, o professor de História, Joílson da Silva, foi convidado pela diretora da Escola em que leciona com a finalidade de realizar uma atividade vinculada a essa data comemorativa. Tomando por base o conteúdo da sua disciplina, o professor sugeriu à direção elaborar uma exposição de imagens (mapas antigos, fotos de sítios arqueológicos e artefatos) retratando a história dos reinos africanos antigos. A direção da Escola aceitou de bom grado a proposta, acrescentando, ainda, que tal atividade contasse com a colaboração das três turmas (1º, 2º e 3º) do ensino médio diurno.

O Dia da Consciência Negra é uma data importante para fomentar debates acerca das relações étnico-raciais, em que a complexidade da cultura africana pode servir de base para desconstruir visões simplistas e preconceituosas acerca do continente africano. Trabalhar a temática com turmas do ensino médio, cuja faixa etária varia entre 13 e 17 anos, ajuda na compreensão de conceitos vinculados às esferas política, cultural e religiosa, ampliando o conhecimento do aluno sobre o passado africano.

Neste sentido, quais pontos da temática o professor Joílson deveria destacar para questionar as visões simplistas da história africana? Quais procedimentos poderiam engajar os estudantes nesse questionamento?

Não pode faltar

Conforme sabiamente observou o historiador burquinabê Joseph Ki-Zerbo, “a África merece algo mais do que o nosso silêncio ou indiferença” (KI-ZERBO; 2012, p. XXXIII). Entretanto, podemos nos perguntar: como é possível romper o silêncio em relação à África? Talvez, uma boa forma de fazê-lo seja nos informando acerca de seu passado, de seus costumes, de suas relações de poder, de suas crenças e ritos; da particularidade de seus povos, das dinâmicas e movimentos de suas civilizações. Levando isso em conta, que tal começarmos por uma região de grande importância e de caráter diverso, como a Núbia?

A Núbia

Vamos visualizar o mapa a seguir para iniciar os nossos estudos sobre a Núbia, que exerceu papel tão destacado na antiguidade africana.

Mapa 2.1 | Mapa do antigo território núbio



Fonte: <<https://ep-domyamar.wikispaces.com/Nubia+and+Egypt>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

Localizada em território estratégico no continente africano, a Núbia situa-se entre a região dos Grandes Lagos, a Bacia do Congo e o Vale do Nilo, na região Nordeste do continente, e constituiu-se, sobretudo, como um importante elo entre a África Central e o mundo mediterrâneo. Nos dias atuais, essa sociedade abrangeria o atual Sudão, parte da Etiópia e o Egito. Nos primórdios, a chamada grande Núbia (de território mais amplo) encontrava-se nas regiões “arenosas do vale do Nilo”, abarcando a primeira cachoeira do rio Nilo e se estendendo até a sexta cachoeira.

Daí ser possível, inclusive, mencionar um “corredor” núbio, existente entre o famoso deserto do Saara e o deserto árabe, também denominado núbio. Foi justamente nessa região que

ocorreu um rico intercâmbio cultural entre as antigas sociedades do Mediterrâneo e os povos da dita "África negra". Isso, mais uma vez, comprova a ideia de que as populações africanas jamais viveram em enclaves culturais isolados. Talvez a região núbica seja uma das maiores provas disso.

Apesar de o Nilo ser um rio que permitia a ligação entre várias cidades e regiões do Alto ao Baixo Egito, a sua travessia em direção à Núbia oferecia alguns impasses aos navegadores, a exemplo da presença de muitas cataratas e enormes curvas, como as existentes nas cidades de Assuã, Abu Hamad e Uadi el-Milk, isso sem levar em conta as regiões pantanosas, os ventos, as correntezas e o próprio curso do rio (que vai de sul a norte).



Pesquise mais

Para um maior aprofundamento sobre os reinos africanos, assista ao documentário "Os reinos perdidos da África". Produzido pela BBC, fala sobre os reinos da África antiga, com destaque para a civilização Núbia

Os reinos perdidos da África. Produção: BBC. Londres: BBC, 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sep_cdhlFTs>. Acesso em: 15 dez. 2017.

A partir de meados da década de 1960 e início de 1970, com a proposta da Unesco de fomentar pesquisas sobre o patrimônio oral africano e os monumentos históricos da África antiga, cresceu o interesse pelos sítios arqueológicos localizados na Núbia, criando uma tendência crescente de se estudar o passado dessa região, para além da historiografia mais tradicional, que, nos estudos da antiguidade africana, priorizava somente o Egito faraônico e suas dinastias. Desde os primórdios, os povos do Egito antigo tinham grande fascinação pela Núbia devido à sua vasta riqueza: ébano, ouro, marfim, incenso, óleos, mercadorias de luxo e pedras preciosas.

Em termos culturais, a Núbia era uma região predominantemente habitada por negros, tanto no passado quanto no presente. Os textos egípcios antigos descreviam a população núbica como de peles mais escuras. Alguns povos do mediterrâneo, a exemplo dos romanos e gregos, referenciavam-se aos núbios como "etíopes", palavra que significava "possuidores de rostos queimados".

De modo assemelhado, os primeiros historiadores árabes que viajaram pela região referiam o lugar como “a terra dos negros”. Os traços faciais dos núbios também eram típicos dos povos das regiões ocidental e central da África, a exemplo de seus idiomas e de suas práticas culturais e religiosas. Isso demonstra o caráter diversificado dos núbios, principalmente pelas trocas comerciais e culturais que mantinham com os povos do Egito, do Oriente Médio e da região dos Lagos, onde atualmente estão localizados Congo, Ruanda e Burundi.

Mesmo com a difusão da escrita no Alto Egito, que se deu por volta do ano 3.000 a.C., a Núbia ainda era uma sociedade fortemente atrelada à matriz oral, forma de comunicação própria aos seus valores culturais, sobretudo por serem possuidores de uma forma de organização descentralizada e mais voltada a um modo de vida comunitário. Assim, os núbios possuíam uma composição social e política organizada em torno de pequenas células comunitárias, o que reforça a ideia de que a organização das sociedades e das comunidades africanas não era homogênea, nem mesmo seguia um único modelo de convivência.

Desnecessário dizer que existiam “várias Núbias” dentro da Núbia, uma das quais de cultura seminômade e outra mais voltada para a intensa exploração da agricultura, que aos poucos foi se organizando em torno de um modelo político mais centralizado, influenciada, possivelmente, por povos vizinhos, a exemplo do Egito. Entretanto, cabe destacar que a ideia de uma possível separação entre Egito e Núbia é uma divisão mais didática do que meramente real, pois não existia uma homogeneidade tão evidente entre núbios nem mesmo no Egito antigo.

Tempos depois, esses dois modelos acabaram por se intercambiar, encontrando o seu apogeu por volta dos anos 3.000-2.000 a.C., período da constituição do Reino de Kush.

Pesquisas arqueológicas realizadas na década de 1970 apontam os primeiros indícios de uma organização política centralizada no continente, aproximadamente, no ano de 3500 a.C., quando uma sociedade hierárquica emergiu na Núbia, denominada pelos historiadores *pré-Kerma*.

Esse processo durou até aproximadamente o ano de 2500 a.C., período em que provavelmente ascendeu na Núbia uma oligarquia,

cujo poder era distribuído entre uma realeza, homens de armas e sacerdotes. Apesar de existirem poucas informações sobre esse *protoreino*, é possível constatar o início de uma formação política que ultrapassava a organização comunitária das regiões, que praticavam uma agricultura seminômade.

Figura 2.1 | Pirâmides em Jebel Barkal, antigo território núbio



Fonte: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Jebel_Barkal_Pyramids.jpg>. Acesso em: 15 dez. 2017.

A descoberta de mosteiros e eremitérios na Núbia comprova que o cristianismo chegou precocemente à região, mesmo antes que a Imperatriz Teodora de Bizâncio empreendesse uma missão para cristianizar a Núbia. Os fatores que contribuíram para a cristianização de algumas regiões núbias foram: o desenvolvimento do comércio, a exemplo das caravanas de mercadores, que se tornaram mais frequentes na região a partir do século V; o papel da diplomacia de Bizâncio, que buscou estabelecer uma aliança com o reino de Axum, contra os persas; e a própria adoção do cristianismo, por parte do Império Romano, como religião oficial do Império, que ocorreu em 380 d.C, com o Édito de Tessalônica, criado pelo Imperador Teodósio.

Ao longo desse período, muitos soberanos núbios se converteram ao cristianismo, seguindo o exemplo do que vinha ocorrendo

no Egito. O cristianismo se alastrou rapidamente pelos reinos da Nobadia (do árabe, *Nuba*), da Makuria (localizado na antiga região meroítica), este último sob influência da missão enviada por Justino II; e, por fim, a Alodia foi o terceiro Estado núbio a se converter à fé cristã. Mesmo a conquista árabe no Egito, que ocorreu a partir do século VII, não prejudicou a cristianização da Núbia, uma vez que os soberanos do reino Kush assinaram, na época, um tratado com os vizinhos árabes que vigorou durante aproximadamente três séculos.

Percebe-se, por esses aspectos da civilização Núbia, a sua importância para a compreensão da História africana antiga. Esperamos que essa breve explanação tenha ajudado você a se inteirar mais sobre a história antiga do continente.

Reino de Kush

Localizado nas confluências entre o Nilo Azul, o Nilo Branco e o Rio Atbara, o Reino de Kush contemplaria hoje os territórios do Sudão e do Sudão do Sul. No seu primeiro período, a capital do reino foi Napata, cidade próxima à curva do Nilo. Uma das particularidades desse reino africano consistia no fato de o rei ser escolhido pelos líderes da comunidade, que elegiam aquele que considerassem mais apto para exercer o reinado, processo somente finalizado após a consulta aos deuses. Os kushitas eram politeístas e muitos dos seus deuses foram tomados emprestados do panteão egípcio: Amon, Ísis, Anúbis e Hórus eram nomes comuns de divindades tanto no Egito quanto na Núbia.



Refleta

O relato a seguir consiste em uma resposta do rei de Meroé ao rei da Pérsia, Cambises. A partir da análise do relato, busque compreender qual situação o documento menciona. Procure ter em mente que é a partir do documento histórico que o historiador produz conhecimento sobre o passado.

O etíope, que se tinha dado conta de que eles [os comedores de peixes] tinham chegado como espíões, mandou-lhes dar esta resposta: Não, o rei dos persas não vos enviou carregados de presentes porque atribuiu uma grande importância em se tornar convidado; vós,



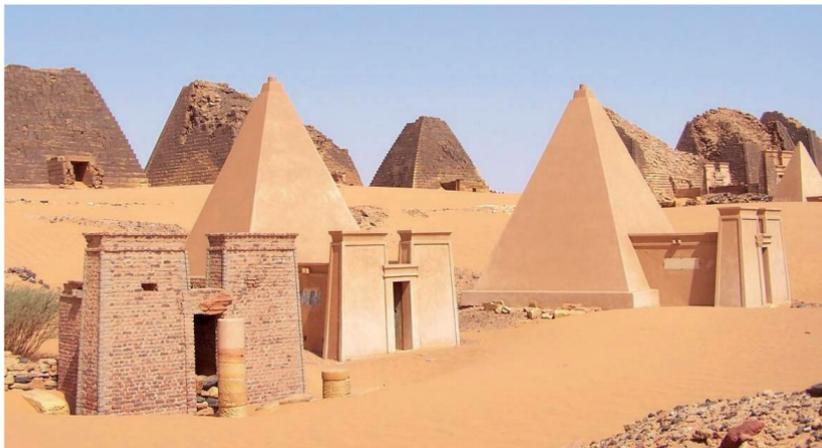


não dizeis a verdade (porque viestes para espionar nos meus Estados); e ele não é homem justo. Se fosse justo, nunca teria como efeito desejado um país outro que o seu e não reduziria à servidão homens dos quais não recebeu nenhuma injúria. Mas, agora, entregarei-lhe este arco, e quando lho entregardes dizei: O rei dos etíopes dá ao rei dos persas este conselho: quando os persas retesarem tão facilmente como eu faço, arcos tão grandes como este, podem então avançar com forças superiores contra os etíopes longevos, mas, até este momento, que saiba agradecer aos deuses por não meter no espírito dos filhos dos etíopes a ideia de acrescentar ao seu próprio país a posse de outro território. (Heródoto, Histoires, III 21, 443 a.C., apud MOKHTAR, 2012, p. 282)

De acordo com as crenças kushitas, no início da criação, o mundo era coberto por águas, e, das profundezas marítimas, floresceu um monte e, no topo dele, nasceu Atum, a primeira divindade sobre a Terra. Atum então criou *Shu*, o primeiro ser humano, e *Tefnut*, a primeira deusa mulher. *Shu* e *Tefnut* casaram-se e conceberam *Geb* (o deus da terra) e *Nut* (o deus dos céus). Assim, *Geb* e *Nut* foram responsáveis por darem à luz os mais importantes deuses kushitas, ao passo que *Atum* representava o conceito da criação.

Nas regiões de Napata e Méroe, era comum a presença de lugares sagrados, em concordância com a crença kushita da criação, a exemplo da montanha de Jebel Barkal, que em caracteres árabes significa "montanha sagrada". Na Figura 2.2, observa-se outro sítio arqueológico, que revela o patrimônio arquitetônico do reino de Kush, também chamado antigo Sudão. A partir do Mapa 2.1 e da Figura 2.1, é possível observar algumas linhas de continuidade no padrão arquitetônico dessas duas regiões, relativamente próximas.

Figura 2.2 | Patrimônio histórico do antigo Sudão



Fonte: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/N%C3%BAbia#/media/File:NubianMeroePyramids30sep2005\(2\).jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/N%C3%BAbia#/media/File:NubianMeroePyramids30sep2005(2).jpg)>. Acesso em: 15 dez. 2017.

O reino de Kush alcançou o seu apogeu entre os anos 1700 e 1500 a.C., período em que os kushitas ofereceram apoio aos hicsos, povos de origem semita, na investida contra o Egito faraônico, que deu início ao Segundo Período Intermediário (1780-1570 a.C.), significando dizer que, aos kushitas, a conquista do Egito era só uma questão de tempo.

Conforme observou o historiador Elikia M'Bokolo, "se a pertença do Egito ao mundo negro-africano continua a suscitar controvérsias, Kush e Axum são os primeiros Estados africanos a respeito dos quais estamos assaz informados" (M'BOKOLO, 2009, p. 76).

Nesse sentido, voltar nossa atenção para a formação e para o desenvolvimento de Kush é colocar em evidência um dos maiores exemplos de organização política, econômica e religiosa da África antiga. O rápido desenvolvimento do Estado kushita deveu-se, sobretudo, à crescente demanda existente no Egito por produtos que na terra dos núbios se encontravam em abundância: recursos minerais, incenso, ouro, ébano, penas de avestruz e cerâmicas. Até mesmo em períodos de rivalidades entre Kush e Egito, acreditam os historiadores que esse comércio não foi totalmente interrompido.

Na XVIII Dinastia Egípcia, em 1530-1520 a.C., ocorreu o restabelecimento da autoridade do Faraó, levada a cabo por Tutmés I, que submeteu Kush ao poder egípcio, com o título de "Governador dos países do Sul".

No período em questão, Kush foi dividido em dois “subconjuntos”: Wawat, localizada entre o alto Egito e a 2ª catarata, até a região localizada entre a 2ª e a 4ª cataratas. O soberano de Kush criou uma coleta indireta de impostos em que alguns dos filhos dos chefes locais ficavam encarregados dessa função, tarefa facilitada pelo fato de esses jovens passarem a ser educados na corte do faraó.

Nesse período, a Núbia passa por uma espécie de “egiptização”. O apogeu do Egito não duraria muito, visto que, no século VIII a.C., aproximadamente, os kushitas o submeteram a seu reino. São desconhecidos os nomes dos primeiros reis e imperadores kushitas da XXV Dinastia que reinou no Egito, conhece-se somente o nome de alguns sucessores, como Alara e Kashta.

Dentre esses soberanos, merece grande destaque o rei Peye (em algumas grafias, aparece como Piankhy), por ter tentado unificar as duas partes desse Estado: Kush e Egito. Esse rei buscou fundamentar a nova Dinastia na religião, nos moldes de um Estado teocrático, um tipo de organização político-religiosa já existente em alguns reinos e impérios vizinhos, como no próprio Egito. Atribui-se a ele a gravação da seguinte proclamação: “Amon de Napata fez-me soberano da totalidade do povo. [...] Amon de Tebas nomeou-se soberano do Egito [...] Os deuses fazem um rei, o povo faz um rei, mas foi Amon que me fez” (M'BOKOLO, 2009, p. 80).



Assimile

Para facilitar a compreensão, é preciso que prestemos atenção à periodização a seguir, de caráter meramente informativo:

- 2000-1700 a.C.: formação do Reino de Kush, ao sul do Egito.
- 1600 a.C.: consolidação do Reino de Kush, na Núbia.
- 750 a.C.: o rei Kashta, soberano de Kush, conquista o Egito, constituindo um Império.
- 747-721 a.C.: o rei Piye, de Kush, novamente conquista o Egito.
- 747-665 a.C.: a XXV Dinastia egípcia é exercida a partir de um soberano Kush.
- 721-707 a.C.: o Rei Shabaka de Kush controla todo o Egito.

Fonte: **Ancient History Encyclopedia**. Disponível em: <<https://www.ancient.eu/timeline/kush/>> Acesso em: 15 dez. 2017.

O desenvolvimento da sociedade kushita, bem como de seu Estado, fornece interessante elemento para pensar a sua particularidade na chamada Era Antiga. Se, por um lado, o Egito, limitado ao sul pelo poderoso Estado kushita, foi obrigado a se voltar cada vez mais para o Mediterrâneo, por outro lado, Kush, a despeito da influência egípcia, soube impor os aspectos culturais da chamada "África negra": técnicas de cerâmicas, ourivesaria, formação militar e prática política.

Em 591 a.C., o rei Egípcio, Pasmético II, colocou fim à conquista kushita de Napata, ameaça que foi intensificada com a chegada dos persas na região, que inclusive contou com a presença de núbios nas fileiras de seu exército. Isso demonstrava o intercâmbio cultural entre esses povos e, também, a presença de mercenários, prática recorrente à época. Assim, diante das guerras intermitentes nas quais Napata estava inserida, os kushitas começaram, a partir do século VI a.C., a transferir a sua capital para Méroe.

Méroe despertou o interesse de muitos viajantes estrangeiros. Escreveu o historiador Heródoto sobre os meroítas: "Os etíopes são, ao que parece, os homens mais altos e mais belos do mundo. Certos costumes diferenciam-nos dos outros homens, em particular a escolha dos reis, por que eles designam sempre como rei o maior e o mais forte em proporção com a sua estatura" (Heródoto apud MOKHTAR, 2012, p. 274).

Diferente dos povos mediterrânicos, do Oriente Médio e do Egito, os núbios escolhiam seu soberano por eleições, a exemplo da escolha de alguns soberanos, como Peye (751-716 a.C.) e Nastasen (335-310 a.C). Elikia M'Bokolo (2009) fornece um quadro interessante da realeza kushita no contexto de quando a capital estava situada em Méroe:

Antes de ser eleito, o rei vivia com os seus 'irmãos reais'. Eram os chefes militares e os altos funcionários e os altos dignatários políticos – em número de vinte e quatro se acreditarmos numa estela do rei Aspelta (593-568 a.C.) – que procediam a eleição, dando-se preferência aos 'irmãos' do rei defunto antes que o poder passasse à geração seguinte. (M'BOKOLO, 2009, p.82)



De igual destaque, na política meroítica, as mulheres tinham papéis importantes. A rainha e as princesas, denominadas por autores gregos e escritores do Antigo Testamento como “candácias” – que, em língua meroíta (*ktke* ou *kdke*), significa “rainha-mãe” –, ocupavam um lugar central no sistema de governo monárquico.

Isso é reforçado pela ideia de que a sucessão ao trono se dava de forma matrilinear, a exemplo do rei kushita Aspelta, que reivindicou esse direito para exercer o seu poder. No que se refere à administração dos negócios de Estado, a mulher exercia uma espécie de regência enquanto rainha-mãe.

Esse sistema abria espaço, inclusive, para uma tomada de poder por parte das mulheres, como ocorrera entre o século II a.C. e o século I da Era Cristã, em que as rainhas Shanakdakhete, Amanichakêê e Amanitêê tomaram o poder, conforme descrito por Estrabão, que diz ter conhecido uma rainha candácia de alma viril, a quem uma ferida recebida em combate tinha feito perder um olho. No livro de Atos dos Apóstolos, no Novo Testamento, referências igualmente são feitas à Amanitêê, a “candácia” que reinava em Méroe.

Apesar de possuírem crenças tradicionais, os kushitas eram atentos a outras estruturas religiosas, sobretudo àquelas provenientes dos estrangeiros, como as divindades egípcias, os deuses gregos e, por fim, o cristianismo, introduzido por uma pequena comunidade judia que se estabeleceu na cidade de Elefantina, no século V da Era Cristã.



Exemplificando

Um melhor conhecimento da história africana pode contribuir para questionar os estereótipos criados por meio da historiografia europeia, um dos quais defendia a ideia de que a África era um continente sem história (*a-histórico*). O estudo empreendido sobre a sociedade Núbia e o reino de Kush faz cair por terra essa visão engessada acerca do passado africano. Isso vai ao encontro da observação do historiador Joseph Ki-Zerbo (2012) que, no seu dizer, afirma que o estudo do passado africano é uma forte alavanca para recompor a identidade dos povos do continente.

O conceito de religiosidade de alguns povos antigos, como os núbios, era baseado na crença em muitos deuses. Daí serem denominados *politeístas*. A partir da chegada do cristianismo, entretanto, ocorreu uma alteração dessa pluralidade de crença. O documento histórico a

seguir traz justamente o início desse fenômeno, ou seja, o princípio do cristianismo em Méroe. O fragmento foi retirado do Novo Testamento, do livro de Atos dos Apóstolos:

Um anjo do Senhor disse a Filipe: 'Vá para o sul, para a estrada deserta que desce de Jerusalém a Gaza'.

Ele se levantou e partiu. No caminho encontrou um eunuco etíope, um oficial importante, encarregado de todos os tesouros de Candace, rainha dos etíopes. Esse homem viera a Jerusalém para adorar a Deus e, de volta para casa, sentado em sua carruagem, lia o livro do profeta Isaías.

E o Espírito disse a Filipe: 'Aproxime-se dessa carruagem e acompanhe-a'.

Então Filipe correu para a carruagem, ouviu o homem lendo o profeta Isaías e lhe perguntou: 'O senhor entende o que está lendo?'

Ele respondeu: 'Como posso entender se alguém não me explicar?' Assim, convidou Filipe para subir e sentar-se ao seu lado.

O eunuco estava lendo esta passagem da Escritura: 'Ele foi levado como ovelha para o matadouro, e como cordeiro mudo diante do tosquiador, ele não abriu a sua boca.

Em sua humilhação foi privado de justiça. Quem pode falar dos seus descendentes? Pois a sua vida foi tirada da terra'.

O eunuco perguntou a Filipe: 'Diga-me, por favor: de quem o profeta está falando? De si próprio ou de outro?' Então Filipe, começando com aquela passagem da Escritura, anunciou-lhe as boas novas de Jesus.

Prosseguindo pela estrada, chegaram a um lugar onde havia água. O eunuco disse: 'Olhe, aqui há água. Que me impede de ser batizado?'

Disse Filipe: 'Você pode, se crê de todo o coração'. O eunuco respondeu: 'Creio que Jesus Cristo é o Filho de Deus'.

Assim, deu ordem para parar a carruagem. Então Filipe e o eunuco desceram à água, e Filipe o batizou.

Quando saíram da água, o Espírito do Senhor arrebatou Filipe repentinamente. O eunuco não o viu mais e, cheio de alegria, seguiu o seu caminho.

(BÍBLIA, 2000, v. 26-37)



Sem medo de errar

Olá, prezado aluno, lembra-se da situação-problema inicial vivenciada pelo professor Joílson?

Lembre-se de que o professor está coordenando a semana da Consciência Negra, e que ele sugeriu uma exposição fotográfica retratando sítios arqueológicos de reinos africanos antigos. A partir da leitura do material, poderíamos sugerir algumas regiões para que os alunos empreendessem sua busca para formar um banco de imagens, tais como:

- sítios arqueológicos de Napata;
- sítios arqueológicos de Méroe;
- sítios arqueológicos da antiga Núbia;
- sítios arqueológicos do Baixo Egito.

Pesquise imagens sobre esses sítios arqueológicos, dê preferência a sites confiáveis, de universidades, institutos de pesquisa ou do Google Acadêmico (Google Scholar):

Seguindo esse modelo de pesquisa e análise das imagens, busque fazer a seleção do material pensando em seu contexto de produção, nas características dos sítios arqueológicos e em como as imagens nos retratam.

Faça valer a pena

1.



De início, a capital se manteve em Napata, ao pé da montanha sagrada de Djebel Barkal. Mais tarde, provavelmente no século VI antes da Era Cristã, foi transferida para Méroe, bem mais ao sul. Não se tem muita certeza acerca da extensão do reino cuxita, e até agora as diferenças entre suas várias regiões ainda estão mal explicadas. (LECLANT; 2012, p.273)

A quais fatores se deve a transferência da capital do Reino Kush de Napata para Méroe? Assinale a alternativa que responda corretamente à questão:

a) A expansão dos egípcios na região obrigou os kushitas a mudarem a sua capital para uma região mais ao sul, portanto mais protegida, tanto dos egípcios quanto de reinos rivais.

- b) Devido aos litígios existentes na Baixa Núbia, sobretudo contra os romanos, os kushitas viram-se obrigados a transferirem o seu centro de poder para uma região mais distante.
- c) O avanço romano constituiu uma ameaça real, o que tornou obrigatória a mudança da capital do Reino Kush.
- d) Na realidade, o Reino Kush tinha duas capitais, uma em Napata e outra em Méroe.
- e) A mudança da capital é atribuída ao avanço hicsó.

2.

O sistema de realeza que se desenvolveu em Kush tinha algumas vantagens em relação ao sistema rígido de sucessão direta, pois eliminava o perigo de um sucessor indesejado, quer se trate de um rei na minoridade, quer de uma personalidade impopular. A incorporação de novos membros à família real era assegurada pelo sistema de adoção, enquanto os vários contrapesos e controles a ele inerentes, bem como a proeminência da rainha-mãe e à importância atribuída à legitimidade da descendência, garantiam a sua continuidade no poder. Esses fatores podem ter contribuído para a continuidade e a estabilidade de que se beneficiaram Napata e Méroe durante tantos séculos. (HAKEM; 2012, p. 273).

Sobre a participação feminina na política no Reino de Kush, é correto afirmar:

- a) A mulher tinha pouco espaço de atuação na política, exceto em tempos de guerra.
- b) A mulher tinha nenhuma participação na política devido a sociedade kushita ser de caráter patriarcal.
- c) A participação feminina na política ficava restrita à administração dos bens.
- d) A participação feminina era bem proeminente, como o demonstra o papel exercido pela candace.
- e) A participação da mulher se restringia ao exército imperial, função para a qual era treinada desde criança.

3.



Assim, deu ordem para parar a carruagem. Então Filipe e o eunuco desceram à água, e Filipe o batizou. Quando saíram da água, o Espírito do Senhor arrebatou Filipe repentinamente. O eunuco não o viu mais e, cheio de alegria, seguiu o seu caminho. (BÍBLIA, 2000, v. 38-39)

Tomando por base o contexto da história Núbia, a qual evento o fragmento de texto acima faz alusão?

- a) À conquista egípcia dos kushitas.
- b) À arabização dos núbios.
- c) À cristianização da Núbia.
- d) À escravidão transaariana.
- e) À evangelização dos mouros.

Seção 2.2

Norte e Nordeste africanos: outras formações estatais

Diálogo aberto

Lembra-se de que o professor Joílson recebeu uma solicitação da escola em que leciona para organizar a Semana da Consciência Negra? Em um primeiro momento, ele sugeriu aos alunos do ensino médio que fosse realizada uma pesquisa nas bases de dados sobre imagens de sítios arqueológicos que contemplassem reinos e impérios africanos do passado. A partir dessa atividade, é importante que o professor estimule os alunos a refletirem sobre as características particulares dessas regiões. Tal proposta é uma forma de repensar os modos como esses povos se organizavam. Nesse sentido, esse tipo de análise do passado demonstra a importância de se estudar as particularidades do Império de Axum, do modo de vida dos berberes ou do Império de Cártago. Para isso, o professor Joílson sugeriu que os alunos pesquisassem esses três tópicos, e, com base em tal atividade, os estudantes deveriam comparar a forma de os axumitas, os berberes e os cartaginenses se organizarem.

Não pode faltar

O Império Axum

Além da Núbia e do reino de Kush, localizados nas proximidades do Egito, podemos identificar outras sociedades, no continente africano, cujas formações sociais demonstram o que estamos chamando de organização política. Uma das mais grandiosas sociedades da antiguidade africana foi o Império de Axum.

Apesar de essa sociedade ter tido seu apogeu no século IV da chamada Era cristã, ainda hoje há uma cidade homônima localizada no norte da Etiópia, na região Tigré, que foi a capital do antigo Império de Axum. A cidade foi tombada em 1980 pela Unesco como Patrimônio da Humanidade, a exemplo das suas ruínas, que simbolizam muito das crenças e da estrutura social e política dessa sociedade.

Figura 2.3 | As Estelas eram blocos de pedra talhados e cada uma representava um rei do Império Axum



Fonte: National Geographic, July, 2001, p. 124.

A julgar pelas pinturas rupestres encontradas desde o norte da Eritreia até a cidade de Harrar, no leste da Etiópia, há fortes indícios de que, antes da constituição do império de Axum, a região foi habitada primeiramente por axumitas pastores. Em regiões como Godebra, entre o III e o IV milênio, foram encontradas cerâmicas e indícios do cultivo de grãos, sendo possível depreender que, no espaço etíope, existiu, nesse período, um modo de vida mais sedentário, o que contribuiu posteriormente para o desenvolvimento de uma importante sociedade.

Muitas das informações acerca da cultura pré-axumita, ou até mesmo sobre o Império Axum, se devem a relatos feitos por escritores egípcios, como Ptolomeu Filadelfo, ou por viajantes árabes e gregos. Há muitas menções feitas a povos e à sociedade axumita em textos sul-arábicos, como a menção às tribos dos *asachae*, comunidade que talvez tenha fornecido o nome para Axum (MOKHTAR, 2012).

A cultura axumita recebeu forte influência dos povos sul-arábicos. No início da Era Cristã, a península arábica era composta por variadas culturas e crenças. Povos que, em sua maioria, eram

politeístas, uma vez que a unificação religiosa desses agrupamentos se deu somente a partir do século VII, com a ascensão do islamismo e com a formação dos califados (unidades político-religiosas).

As esculturas e artefatos fornecem elementos para compreendermos que, antes do império Axum, havia uma complexa sociedade na mesma região. Estátuas expressivas, ricas em detalhes e adornos, possuidoras de uma estética não somente local, mas árabe, helênica ou persa, sugerem que o sincretismo era um dado da cultura axumita.

Inclusive, há muitas semelhanças entre as estátuas encontradas em Axum e as esculturas gregas do mesmo período, o que comprova intercâmbios entre esses povos. Tais elementos permitem reafirmar o caráter intercambiante e “cosmopolita” dos axumitas, comprovado pela presença de uma esfinge na região da Etiópia (escultura que representa leões de cabeça humana, comum na Grécia, Egito e Méroe).

Pesquisadores como F. Anfray chegam a afirmar que a “cultura predominantemente semítica emergiu após vários séculos de penetração silenciosa, sem dúvida em consequência de pressões demográficas e política que ainda ignoramos” (ANFRAY, 2012, p. 366). O autor ainda enfatiza o fato de que “as características da cultura etíope”, enquanto síntese de influências diversas, “chega a inspirar-se em formas sul-arábicas” (ANFRAY, 2012, p. 367).

Após o período pré-axumita, essa sociedade adentrou ao chamado período intermediário, considerado o século III a.C., marcado pela constituição de uma cultura local que se apropriou de elementos de povos vizinhos. Algumas características desse período são: a acumulação de objetos em poços ou em túmulos, como aqueles achados em Yeha, Matara, Sabea e Haúlti; a presença de instrumentos de ferro, cuja fabricação data desse período; a existência de santuários, como os que foram achados em Haúlti. Esses exemplos reforçam o desenvolvimento técnico dos povos que habitaram a localidade nessa época.

O nome de Axum é mencionado pela primeira vez em uma carta naval e comercial denominada *Periplus Maris Erythraei* (Périplo do Mar da Eritreia). Esse mesmo documento fornece informações sobre Adulis, descrevendo-a como “uma grande aldeia”. A própria localização dessa cidade, na região costeira, é um elemento que

demonstra a aproximação entre a cultura axumita e a cultura dos povos do chamado Oriente Médio.

Interessante notar que os sítios arqueológicos etíopes trazem inscrições dos séculos II e III, com caracteres pioneiros do alfabeto etíope, que se supõe ter tomado por modelo, no passado, a escrita do tipo sul-arábica, separando-se dela a partir do século II da Era Cristã. Isso demonstra que o uso da escrita em território africano ocorreu mesmo antes da chegada do Islamismo, no século VI d.C., o que faz cair por terra a tese de que o continente africano não teve escrita.

O lugar correspondente à área que ocupou o império de Axum se refere a uma superfície de aproximadamente 300 km de comprimento, por 160 km de largura, conforme demonstrado no Mapa 2.2.

Mapa 2.2 | A localização do império Axum



Fonte: <encurtador.com.br/chGJ2>. Acesso em: 20 dez. 2017.

Já no século III da Era Cristã, observou F. Anfray, “A cidade de Axum e o reino de mesmo nome gozavam de sólida reputação” (ANFRAY, 2012, p. 366), de tal forma, à época, Axum figurava entre um dos grandes impérios da humanidade.



Muitas dessas informações podem ser obtidas a partir de fontes preservadas pelo Instituto Etíope de Arqueologia. Nesse link, da **Universidade de Addis Ababa**, é possível ter acesso direto ao site do Instituto:

Addis Ababa University. Archaeology and Heritage Management. Disponível em: <http://www.aau.edu.et/offices/v_president-office/office-of-the-academic-vise-president/undergraduate-programs-office/undergraduate-programs/college-of-social-sciences/archaeology-and-heritage-management/>. Acesso em: 20 dez. 2017.

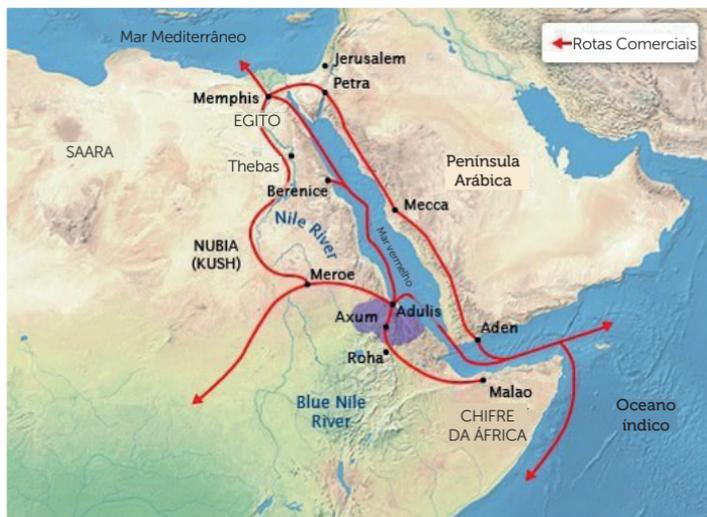
Há algumas regiões de Axum, como as ruínas de Dongour, que foram palco de eventos históricos grandiosos na antiguidade, tais como as guerras entre os axumitas e os povos sul-arábicos, além das rotas de comércio que ligavam a região da Núbia à península arábica. Hoje, nessas regiões, encontram-se inúmeros sítios arqueológicos, a exemplo de um outeiro arredondado que, segundo algumas tradições locais, é onde se localiza o túmulo da rainha de Sabá, a mesma que foi desposada por Salomão no âmbito de uma aliança entre o rei judaico e essa rainha afro-oriental.

Kobishanov observa que, nos primórdios de sua formação, Axum talvez tenha sido um principado que, posteriormente, tornou-se a primeira província de uma centralização política maior, cujos governantes tiveram que afirmar a sua "hegemonia sobre Estados segmentários da Etiópia setentrional, e uni-los em um só reino" (KOBISHANOV, 2012, p. 401). Claro está que isso ocorreu posteriormente, pois Axum acabou se tornando um grande Império, em cujo território viviam judeus, núbios, cristãos e budistas.

Os primeiros povoados de Axum possivelmente se desenvolveram devido às trocas comerciais existentes entre os povos que habitavam o entorno do Mar Vermelho, visto que muitas fontes da época se referem à grande dinâmica existente no porto da cidade de Adulis. Nesse sentido, por sua localização geográfica, Axum ocupava um lugar preponderante no trânsito de mercadorias entre os povos da Arábia, o Império Romano, a África Austral (região sul do continente) e a Ásia. Nesse sentido, cidades como Axum (capital do império), Adulis e outras cidades interioranas, constituíram-se como uma

rede comercial com grande fluxo de pessoas e mercadorias, confirmando, assim, o seu caráter cosmopolita.

Mapa 2.3 | Rotas comerciais via império Axum



Fonte: <<https://www.quora.com/Did-Rome-ever-attempt-to-take-over-Axum>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

No século II, os axumitas acabaram anexando Estados localizados na península arábica, além de conquistarem o norte da Etiópia e submeterem os kushitas ao seu domínio, impondo-se na cidade de Méroe.

A organização política em Axum consistia em uma espécie de “reinos vassalos”, cujos soberanos deveriam se reportar ao Imperador de Axum, pagando-lhe tributos em troca de proteção militar. Essa relação entre reis e imperador é descrita por textos da época.

O termo axumita para se referir aos soberanos do império era *negus*. Nesse sentido, um rei, governador, era um *negus*, ou seja, uma autoridade local, regional ou imperial. Além de reunir em torno de si a política, o *negus* era também um chefe militar.

Um dos reis axumitas que contribuiu para a expansão de Axum e a consolidação do Império foi o soberano Ezana (320-360), que, em 330 d.C. se converteu ao cristianismo. Sob o governo de Ezana, Axum se estendeu até a Alta Núbia, submetendo, inclusive, territórios vassalos na Arábia Meridional, criando uma rede hierárquica de poder em torno dos “reis dos reis” de Axum.

Os reis vassalos deveriam pagar um tributo anual ao soberano de Axum, e os exércitos eram formados por guerreiros das comunidades, que, por vezes, eram parte da comitiva armada do *negus*. Os funcionários da corte cumpriam o papel de agentes do governo e eram incumbidos de tarefas específicas, como o cargo de representantes do Estado em territórios conquistados, coletores de tributos, secretários ou tesoureiros.

Outro fator interessante diz respeito ao comércio, pois Axum foi o primeiro Estado da chamada África Tropical a cunhar moedas. A elaboração desse recurso monetário evidencia a posição de importância do reino como uma potência mercantil de primeiro plano, visto que as moedas eram cunhadas em prata, cobre e ouro. O nome dos monarcas era cunhado nas moedas e foi graças a isso que os arqueólogos conseguiram restituir grande parte da genealogia dos soberanos axumitas, a exemplo do rei Endybis, o primeiro a colocar em circulação a sua própria moeda, na segunda metade do século III.



Exemplificando

Moeda de ouro cunhada na época do *negus* Endybis, o primeiro soberano a colocar em circulação sua própria moeda.

Figura 2.4 | Moedas utilizadas pelo império Axum



Fonte: Disponível em: <<https://en.numista.com/catalogue/pieces70729.html>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

A introdução do cristianismo na Etiópia

A exemplo da Núbia, o advento do cristianismo na região ocorreu por volta de 330 d.C. e se consolidou até 360 d.C. Antes da chegada do cristianismo, os axumitas eram adeptos de um politeísmo complexo, cujos cultos estavam relacionados à agricultura e à criação de animais, ou seja, uma crença muito atrelada a seus modos de vida. Parte da religiosidade na região se assemelhava à dos povos sul-saarianos e, igualmente, à dos povos da antiga Arábia do Sul. Divindades como Astar (encarnação do planeta Vênus), Beher e Meder (símbolos da terra) eram de grande importância em seu panteão.

Posteriormente, essas divindades foram combatidas pela Igreja Católica, conforme ocorreu com os povos núbios e egípcios, muito embora parte desses ritos e crenças tenham sobrevivido, ainda hoje, no norte da Etiópia, local em que a lua ainda é concebida enquanto uma divindade, por vezes associada ao deus Mahren.

No que se refere à cristianização da etiópia, merece grande destaque a atuação do religioso sírio-fenício Frumêncio (??? – 383). Coube a ele a tarefa de introduzir essa religião na Etiópia. Por vezes denominado como “Abba Selama” (pai da Paz), a trajetória de Frumêncio é descrita em detalhes pelo escritor Rufino.

De acordo com esse escritor, Frumêncio, por ser de origem grega, foi tesoureiro na corte do *negus* de Axum, Elle Ameda. Após a morte do soberano, a rainha-mãe se tornou regente e solicitou a Frumêncio que se encarregasse da educação do seu jovem príncipe, Ezana. Assim, o religioso educou o jovem Ezana nos preceitos da nova religião.

Em retorno à Alexandria, Atanásio nomeou Frumêncio como bispo de Axum, devido ao grande favor prestado ao cristianismo. Em retorno à Etiópia, o bispo batizou o *negus* e toda a família real.

Ao que tudo indica, o exemplo do rei Ezana foi seguido de bom grado pelos seus sucessores. Alguns autores defendem a ideia de que a conversão do soberano de Axum ao cristianismo não se deveu apenas ao talento individual de Frumêncio, mas também às relações amigáveis existentes entre os *negus* de Axum e da Constantinopla, que, à época, empreendiam trocas comerciais e compartilhavam informações mútuas.

O *negus* axumita Zoscales, por exemplo, empregava a escrita e a língua grega em sua corte. Enfim, talvez seja possível afirmar que

a inserção do cristianismo na Etiópia foi um processo gradual que encontrou o seu apogeu com a atuação de Frumêncio.

Os bérberes

Desde a antiguidade, há notícias da existência de povos bérberes na região norte do continente africano. Graças a seu modo de vida peculiar, as rotas de comércio entre a região da África subsaariana, o Oriente Médio e a Europa se tornaram uma realidade concreta, uma vez que elas se constituíram a partir das caravanas criadas pelos bérberes, desde a antiguidade, principalmente em regiões nas quais hoje estão localizados o Marrocos, a Argélia, a Mauritânia, o Mali, a Líbia, a Tunísia (antiga Cártago), o Saara Ocidental e regiões próximas.

Figura 2.5 | Homem bérbere na contemporaneidade



Fonte: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Tuaregues#/media/File:Touareg-craftmanship.jpg>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

A partir da Figura 2.5, é possível notar que os bérberes (também denominados, em algumas regiões, como tuaregues) ainda mantêm seu modo de vida nos moldes de seus ancestrais: nômades, comerciantes e habitantes de regiões desérticas.

Nos seus primórdios, os bérberes viviam em comunidades esparsas em grande parte do Saara, sobretudo na região conhecida como Magreb, palavra árabe que significa “poente” ou “ocidente” e que se refere ao que hoje conhecemos como Marrocos, Argélia, Tunísia e Saara Ocidental.

Profundos conhecedores do deserto, os bérberes desenvolveram grandes habilidades de se adaptar a essa região, por vezes se locomovendo por grandes distâncias do Saara, apesar das difíceis condições físicas e climáticas impostas por essa região arenosa.

É necessário dizer que os bérberes não se constituem enquanto um único povo, pois há, na realidade, inúmeras comunidades que habitam as regiões do deserto. Muito embora descendam de um mesmo tronco linguístico e cultural, essas formações sociais se organizaram em grupos étnicos diversos, apesar de serem representadas como um povo homogêneo.

Evidentemente, com a expansão do islamismo na região oeste da África, entre os séculos VII e XI, grande parte desses povos se islamizaram e passaram a introduzir, em seus modos de vida, os preceitos do Alcorão. Contudo, apesar da fé comum, não se pode ainda falar de uma homogeneidade, pois há bérberes tuaregues (talmacheq), há bérberes tamazights e há bérberes chleuhs. Há ainda comunidades chaouias, rifanis e kabyles que possuem identidades em torno da cultura bérbere e do Islamismo.

No contexto do comércio transaariano, os bérberes foram os principais mercadores desse novo empreendimento, visto que eram eles os mais adaptados para fazer essa conexão entre as savanas e as florestas tropicais, até então isoladas pelo desafiador deserto do Saara.

Difícilmente outros povos, senão os bérberes, teriam conhecimento técnico e cultural para fazê-lo. Nesse sentido, eles cobriram grandes rotas entre centros consumidores e produtores de mercadorias, como a ligação entre as cidades núbias e as regiões costeiras do Mediterrâneo, ou ainda entre as cidades do Oeste africano e do Baixo Egito.

Tampouco conseguiriam fazê-lo se não fossem introduzidos o dromedário e o camelo nessas longas rotas, na medida em que esses animais conseguiam viver em condições mais extremas. Transportes de marfins, cerâmicas, lanças, peles de animais, pedras preciosas, animais selvagens e tráfico humano eram algumas das atividades realizadas pelos bérberes nesse contexto de comércio transaariano, no mais das vezes percorrendo as rotas do deserto entre a região Sul-saariana, o Egito, a Núbia e o Oriente Médio.

É possível constatar a riqueza cultural dos povos bérberes, ampliada pelo contato que tinham com diversas culturas, criando,

dessa forma, “pontes” entre eles e os demais povos da região, a exemplo dos ashanti, dos povos banto, das comunidades songhay, dos haussás e bambana, no atual Mali, dos habitantes da região do oásis, no atual Marrocos, lugares distintos em que mercadorias eram compradas e vendidas.

Cártago

Existiu uma colônia, fundada pelos fenícios na antiguidade, de nome Cártago, que ficou bastante conhecida pela oposição feita ao Império Romano no contexto das Guerras Púnicas. No total, temos o número de três guerras e a última batalha marcou a conquista definitiva dessa colônia pelos romanos em 146 a.C.

Cártago estaria localizada hoje em parte nos territórios tunisianos e líbios. Embora figurasse na historiografia desse período, a interpretação da história de Cártago, em sua maioria narrada por autores gregos e latinos, foi pouco associada à dinâmica interna dos povos bérberes do norte da África.

Isso pode ser explicado pelo fato de os romanos considerarem os cartaginenses os seus inimigos mortais, a exemplo de outros povos anteriores aos romanos, como os gregos, os judeus e os egípcios. É bem famosa a história da última batalha entre Roma e Cártago, na qual a cidade foi incendiada e as suas terras foram aradas com sal para que mais nada nelas florescesse.

A cidade de Cártago foi fundada há mais de 2.000 anos e dominou o Mediterrâneo por mais de 600 anos. Sua posição privilegiada, na costa do Mediterrâneo, facilitou um desenvolvimento comercial que causou inveja aos seus rivais.

B. H. Warmington relata que “permanece até certo ponto obscuro o desenvolvimento das culturas líbias autóctones, antes do século III da Era Cristã” (WARMINGTON, 2012, p. 473). Entretanto, autores gregos citam a existência, nesse período, de um grande número de comunidades distintas, com três grupos principais: a oeste, entre o oceano Atlântico e o Muluca, viviam os mouros; já entre a Mauritània e os limites ocidentais, viviam os númidas, a exemplo dos mouros, que eram povos de culturas pastoris; e, nos limites setentrionais (norte) do Saara, existiam os getulos. Essa região ampla estava localizada no norte do continente africano.



Mouro: faz alusão ao vocábulo utilizado pelos romanos para se referirem aos antigos habitantes da Mauritânia. Em alguns escritos foram, usados como sinônimo de muçulmanos ou povos islamizados. Por vezes, os povos de cultura bérbere estão associados a esse termo.

Númidas: são povos de cultura bérbere que, no contexto da história de Cártago, se distinguiram dos cartagineses provenientes de linhagem fenícia. Por ser Cártago uma cidade cosmopolita, nem sempre foi tão evidente essa distinção, porém aconteceram eventos, no passado, que acentuaram essa diferenciação, a exemplo da revolta dos númidas contra o domínio cartaginês, no contexto da Primeira Guerra Púnica.

De acordo com as fontes mais antigas, a cidade fenícia chamada Tiro foi a responsável pelo início da colonização de Cártago. Considerada uma grande potência na antiguidade, a Fenícia já iniciara as suas navegações desde o I milênio a.C. e, graças a isso, cidades fenícias como Sidon, Biblos e Tiro eram grandes centros mercantis.

Dentre as cidades que faziam parte das principais rotas fenícias, Cártago e Útica, ambas localizadas no norte da África, eram, portanto, entreposto de ótima localização para o comércio, notadamente pela proximidade com o mediterrâneo.

Kart Hadasth foi o nome com o qual os fenícios batizaram a nova colônia, palavra que significa, em alfabeto fenício, "cidade nova". Sua fundação se deu no ano de 814 a.C., porém, no século V a.C. a cidade africana se tornou autônoma e passou a exercer grande domínio em relação a outras cidades setentrionais, constituindo-se um império na África do Norte.

Cercados por vizinhos poderosos, como os soberanos líbios, os fenícios colonizadores de Cártago, em suas práticas comerciais e políticas, voltaram-se para o mar. Dois séculos depois de sua fundação, a ex-colônia fenícia se expandiu para o Mediterrâneo, fundando colônias nas regiões da Córsega, Ibiza e cidades vizinhas no norte da África, como Útica e Numídia.

Entre os anos 700 e 600 a.C., a "cidade nova" já era uma potência conhecida na região mediterrânica e arredores, enriquecendo-se graças às novas rotas comerciais, passando, inclusive, por um surto demográfico, pois sua população chegou a 300 mil habitantes. Só

para termos um referencial, à época, uma grande cidade-Estado grega, como Atenas, tinha aproximadamente 175 mil habitantes.

Na metade do século VI a.C., uma líder de nome Magon, membro de uma poderosa família cartaginesa, iniciou uma nova política que consistia em recrutar mercenários para os seus empreendimentos expansionistas, que permitiu a Cártao sustentar longos períodos de guerras, como aquelas empreendidas contra os romanos.

Mapa 2.4 | Segunda Guerra Púnica



Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Segunda_Guerra_P%C3%BAnica#/media/File:Second_Punic_War_full-pt.svg>. Acesso em: 20 dez. 2017.

Dentre as personalidades que conferiram importância à história de Cártao, há que se mencionar a atuação de Hanno (Hanão – 500-440? a.C.), o almirante que viveu no século VI a.C. e se alçou a soberano, responsável pela expansão de Cártao, ampliando as suas colônias e redes comerciais.

Na época de Hanno, além das técnicas avançadas empregadas na construção de seu porto, cujo uso era tanto para atividades militares quanto comerciais, as embarcações cartaginesas eram bastante sofisticadas, o que permitiu rapidamente a sua expansão por todo o Mediterrâneo, despertando, inclusive, a preocupação entre os romanos, já que Cártao havia se estabelecido em ilhas próximas à península itálica, como a Córsega e a Sardenha.

A princípio, a rivalidade entre Cártao e os romanos decorreu da disputa por influência na Sicília, dando início às lutas conhecidas

como Guerras Púnicas, pois *punos* era o nome pelo qual os romanos designavam os seus rivais.

Desde o ano de 508 a.C., existia um tratado que regulava as relações entre as cidades de Roma e Cártao, em um contexto no qual Roma era composta por algumas comunidades na península itálica. O novo acordo foi assinado em 348 a.C., regulamentando o comércio entre as duas potências (WARMINGTON, 2012, p.491), em período no qual Cártao era mais avançada comercialmente do que Roma, e esta última mais avançada militarmente.

Assim, eclodiu a primeira Guerra Púnica, em que Cártao e Roma disputaram influências na cidade de Messina (Messana), à época, em guerra contra Siracusa, ambas localizadas na Sicília. Messina optou por receber aliança romana ao invés dos antigos aliados cartagineses, despertando a fúria destes. Essa guerra durou de 264 a 242 a.C. e foi um mal negócio para ambos os lados. Quando a guerra parecia favorável aos romanos, devido a uma revolta local existente entre os númidas, súditos de Cártao, os púnicos contrataram os serviços hábeis de outros mercenários, que expulsaram os romanos de seus territórios.

Apesar da derrota imposta aos latinos em seu território, Cártao perdeu a comunicação com a Sicília e um acordo, liderado por Amílcar, líder cartaginês, foi estabelecido entre ambos, devido à exaustão decorrente da guerra. Cártao pagou alta indenização aos romanos, mas posteriormente se preparou para a segunda Guerra Púnica (218-201 a.C.), liderada por Aníbal, considerado um grande estrategista da antiguidade.

No ano de 218 a.C., o general Aníbal Barca, filho de Amílcar, iniciou a segunda Guerra Púnica contra os romanos. Dotado de um gênio estratégico, Aníbal empreendeu grandes proezas na luta contra os romanos, fazendo uso de hábil equipe de engenheiros e estratégias militares.

À época, Roma tinha o controle do Mediterrâneo, devido à façanha conquistada na primeira disputa com os cartagineses. Contudo, a estratégia usada por Aníbal para "furar" o bloqueio romano consistiu em marchar com o seu exército, por terra, pelos Alpes, região do continente Europeu de difícil acesso. A ideia era conduzir o seu exército de 90 mil homens, 12 mil cavalos e 37 elefantes, para atacar Roma para além dos Pirineus.

Os cartagineses chegaram a atravessar o rio Ródano, na França, com jangadas construídas com madeiras retiradas de uma floresta de coníferas, além de abrir fendas nos rochedos das regiões dos Alpes. Derrotaram um exército romano de 90 mil homens na batalha de Canas, com uma habilidosa estratégia. Isso demonstra o grande conhecimento técnico dos cartagineses, demonstrando grande avanço para a época.

Ainda em campo de batalha, Aníbal teve que retornar para Cártago para defender sua cidade contra a investida romana liderada por Scipião, o africano, em 204 a.C. Dois anos depois, Aníbal e Scipião se enfrentaram na batalha de Zama, e o líder cartaginês foi derrotado e forçado a se render. Uma vez exilado na atual Turquia, lá se suicidou. A partir dessa derrota, os romanos impuseram pesadas indenizações à Cártago, que foi completamente destruída na terceira Guerra Púnica, em 146 a.C.



Reflita

A partir das leituras do item *Não pode faltar*, vimos que Cártago, embora tenha sido uma colônia fenícia, fundada aproximadamente no século IX a.C., adquiriu uma dinâmica própria, principalmente em razão da sua localização, na parte do norte do continente africano, na costa do Mar Mediterrâneo. Isso demonstra o caráter extremamente plural do continente, cujas comunidades, por intermédio de movimentos históricos peculiares, contribuíram para o engrandecimento cultural desse território. Reflita como você poderia, a partir de seus estudos, criar uma argumentação que evidenciasse as contribuições das sociedades africanas para a ciência e para a humanidade.

Sem medo de errar

O professor Joílson propôs aos seus alunos que fosse realizada uma atividade de pesquisa sobre o Império Axum, os bérberes e o Cártago. Tal tarefa tinha por intuito ampliar a visão dos estudantes em relação ao passado africano.

A partir dessa pesquisa, há alguns pontos que seriam notados pelos alunos, tais como:

No Império de Axum, as redes comerciais de algumas cidades, como Adulis, demonstravam a preponderância econômica da

região da África oriental na antiguidade. Se comparadas às cidades do Oriente Médio, é possível perceber muitos acordos e trocas entre as cidades árabes e as cidades etíopes, inclusive um grande fluxo populacional (vide o item **Império Axum**). Sobretudo, na constituição dos Impérios, observa-se um momento em que o poder político também se confundia com o poder religioso (Estado teocrático). Contudo, seria interessante o aluno destacar a criação de uma escrita etíope, a partir dos elementos árabes.

Esse mesmo raciocínio poderia servir para pensar a cultura bérbere, como a peculiaridade de seu modo de vida: habitantes de regiões desérticas, nômades e povos comerciais, falantes de inúmeras línguas, a partir do tronco linguístico bérbere.

Faça valer a pena

1.



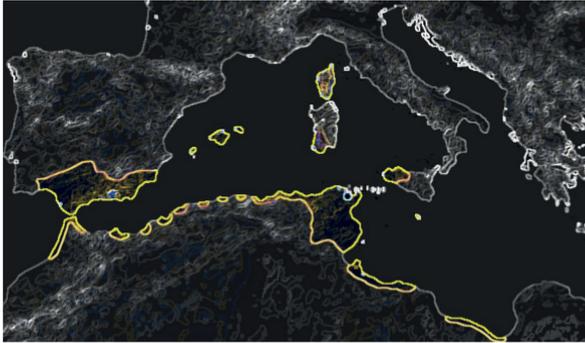
A introdução do Cristianismo em Axum ficou a dever-se a Frumêncio, jovem mercador cristão. Ele foi tutor do futuro rei Ezana. Consagrado em Alexandria como primeiro bispo de Axum, influenciou o referido rei para adotar oficialmente o Cristianismo, o que veio a acontecer em 333 d.C. (BRANCO, 2015, p. 65)

O fragmento de texto mostrado relata o processo de cristianização do Império Axum, que ocorreu a partir da conversão de seu soberano. Quais os efeitos decorrentes da cristianização dos axumitas?

- a) A tradução da Bíblia Sagrada para a língua franca semita de Axum, cujo alfabeto era inspirado na escrita árabe, o que possibilitou a difusão do cristianismo para regiões mais distantes do Império.
- b) A completa destruição dos templos pagãos, evento iconoclasta, que consistiu em apagar a memória dos deuses etíopes.
- c) A destruição da cidade de Adulis, por ser um reduto muçulmano, religião que, desde os primórdios, era combatida pelo cristianismo.
- d) A expulsão dos hebreus e gregos das fronteiras do Império Axumita, devido à recusa desses povos em se cristianizarem.
- e) A perseguição, por parte dos cristãos, dos monofisistas, povos que negavam a condição humana de Jesus Cristo.

2.

Figura 2.6 | A Região do Mar Mediterrâneo



Fonte: adaptado de: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Guerras_P%C3%BAnicas#/media/File:CarthageMap.png>. Acesso em: 20 dez. 2017.

A área destacada no mapa anterior se refere a um grande Império do passado africano. Qual Império foi esse e em qual contexto se deu a formação de seu povo no território africano?

- a) A área em questão faz alusão à região bérbere, formada a partir da expansão muçulmana no norte africano, no século VII d.C.
- b) A área em questão se refere ao Império de Cartago, que foi uma colônia grega antiga, formada no contexto de expansão da Hélade.
- c) O Império de Cartago, representado pela área em destaque, foi uma ex-colônia fenícia, fundada no século VII a.C.
- d) A área faz alusão ao Império Axum, que se formou a partir da expansão dos povos núbios.
- e) A área faz referência ao Império Egípcio, formado a partir da migração de povos da baixa Núbia.

3.

Sim, o povo talmacheq teve desde muito tempo também uma produção musical própria. E assim como foi constatado por Chernoff no seu estudo das expressões musicais africanas nos anos 70, a produção ali fez sempre parte do cotidiano e das celebrações, como modo de união do povo. Cada instrumento era ligado a um aspecto: o anзад, uma rabeca de uma corda só, originou-se em rituais aristocráticos; o tendê, um tambor com dois bastões, é a base para cantos cotidianos; o téhardant, uma harpa de três cordas, não podia faltar em cerimônias de cura e casamentos, tocadas por artesãos. (VELOZZO, 2016, [s.p.]



O fragmento de texto faz alusão aos povos talmacheq, também conhecidos pelo termo genérico de bérberes. Acerca da história desse povo, é correto afirmar:

- a) Os povos berberes, na Antiguidade, geograficamente, se restringiam às regiões do Saara.
- b) Os seus costumes e modos de vida desapareceram completamente devido à expansão colonial, na Idade Moderna.
- c) São povos que possuem uma homogeneidade cultural, compartilhando as mesmas crenças e língua.
- d) Foram colonizados pelos cartaginenses e adotaram a cultura destes, bem como a religião e a língua.
- e) Compõem uma cultura heterogênea, com costumes, linguagens e crenças distintos, a exemplo dos talmacheq, chleuhs, chaouias, rifanis e kabyles.

Seção 2.3

África Ocidental: entre reinos e a expansão do islamismo

Diálogo aberto

Durante a aula de história, ao fazer uma explanação sobre as organizações políticas do passado africano, o professor Joílson foi indagado por alguns alunos, que lhe perguntaram se seria correto o uso de terminologias como império, Estado, nobreza e Idade Média para se referir à história africana. A partir desse evento, o professor achou que essa seria uma boa oportunidade para problematizar o assunto.

Não pode faltar

Vimos, no fim da seção anterior, que algumas sociedades africanas foram submetidas ao domínio romano, como Cártago, no início da Era Cristã, e outras foram cristianizadas, como sucedeu com os impérios Kush e Axum. Contudo, o cristianismo não foi a única religião que, por meio de uma política imperial expansionista, se infiltrou no continente africano.

O islamismo, pouco a pouco, também adentrou o continente. Desde tempos remotos, existia uma forte presença da cultura árabe na banda oriental da África, conforme estudamos na formação do Império Axum e na história da antiguidade etíope.

Porém, os povos árabes somente se tornaram monoteístas quando do advento do Islamismo, no contexto da revelação do Alcorão, o livro sagrado dos muçulmanos, que foi apresentado ao profeta Maomé (Mohamed) no século VII (HOURANI, 2006, p.43). O profeta que fundou a religião dos muçulmanos faleceu em 632 d.C. e, desde então, o Islamismo iniciou um processo de expansão, ao qual se submeteram reinos e impérios africanos de culturas tradicionais.

No contexto da expansão islâmica no continente africano, sobretudo na região da África Ocidental, já existiam impérios e reinos bem consolidados. Em decorrência do avanço muçulmano, esse movimento acabou por criar graves conflitos. Contudo, antes

de entrar nessa particularidade, merece ser destacado o processo de formação desses reinos africanos, que coincide com o período medieval europeu.



Assimile

Embora alguns autores tentem fazer uso dessa definição, o termo *Idade Média africana* parece ser de uso inadequado, visto que na própria Europa, esse conceito foi criado no Renascimento, cujos pensadores buscaram minimizar as contribuições intelectuais e científicas do período medieval.

No que se refere à África, é evidente que muitas organizações políticas do período, como o Mali, o Wagadu e o Takrur (impérios da região Oeste), tinham uma burocracia e um desenvolvimento econômico mais sofisticados do que os Estados europeus medievais, dos quais eram contemporâneos. Nesse sentido, utilizar o conceito de Idade Média africana para se referir a esses Estados pode incorrer em grandes equívocos. Assim, o que ocorreu na região da África no período em questão (século III ao século XVI) foi a constituição de reinos e cidades fortificadas implantados em torno de atividades comerciais. Nesse sentido, o conceito de "feudalismo", "cristandade" e "campesinato" também não se aplica à África, visto que corresponde somente à Europa, pouco dizendo sobre a História africana (KEITA, 2009, p.147).

Império de Gana

O Império de Gana, também denominado Wagadu, foi uma das primeiras organizações políticas africanas que abarcou uma grande extensão territorial no continente. A história do Wagadu começou ainda no século V, período em que teve início a dinastia Kayamaga, após dominar organizações políticas menores, como as de Takru, Mandinga e Kaniaga. O império do Mali ou Wagadu se constituiu como um Império nos moldes próprios dessas configurações políticas do contexto africano desse período histórico.

Gana era outra forma pela qual este império era conhecido, cuja influência também foi grande nos interiores do continente. Atualmente, o Wagadu corresponderia aos territórios do Mali e da Mauritânia, abarcando, igualmente, parte do imenso deserto do Saara.

O Império começou a se expandir quando passou a estabelecer contato com os povos da região norte do continente, como os

talmacheq e outros povos de cultura bérbere. Já no século VI, ocorreu, em seu território, a domesticação do camelo, o que permitia a cobertura de rotas mais longas pelos guerreiros e comerciantes, isso sem contar o início de comunidades pastoris nas regiões do Saara.

Era comum que, nos períodos de seca, essa mesma população migrasse para a região do Sael, a cujo habitat era mais fácil se adaptar. Muitos súditos do Wagadu eram bérberes, o que permitia trocas comerciais com maior facilidade, uma vez que esses povos eram grandes conhecedores daquela região e já tinham se adaptado ao clima rigoroso do Saara.

Contudo, diferentes comunidades habitavam o antigo território do Império do Wagadu, sendo os soninké um exemplo. Eles viviam às margens dos rios Senegal e Níger e começaram as suas atividades em torno da agricultura, formando uma aliança de clãs para se protegerem de invasores nômades. Posteriormente, devido à abundância de ouro na região, os soninké se desenvolveram comercialmente e lançaram as bases para a formação do reino de Gana, criando uma monarquia nessa região da África Ocidental, conforme destacou o historiador senegalês Youssouf Tata Cissé (CISSE, 1994).

A monarquia ganense tinha um eficiente sistema de cobrança de impostos e, apesar de imperial, enfatizou o historiador guineense Dijibril Tamsir Niane (NIANE, 2008, p.37), eles eram tolerantes com os seus súditos no que se referia às crenças e ritos religiosos, inclusive em relação aos muçulmanos, que já estavam presentes na região do Wagadu desde o século IX.

O Império de Gana acabou sucumbindo à conquista árabe, no século XI, e, em 1076, foi conquistado pelos guerreiros árabes almorávidas. No contexto de enfraquecimento de Gana, outros reinos africanos, como o Sosso, o Songhay, o Gao e o Mali, disputaram a região entre si.



Nem sempre os conceitos tomados emprestados, como a noção de Império ou realeza, são apropriados para pensar as organizações políticas africanas. Na presente seção, inclusive, iremos nos deparar com categorias ou conceitos que definem melhor as atividades próprias de um governante ou administrador nos territórios abordados, como a função de maghan ou musa (imperador), ou a de ogisa (sacerdote e rei), de oba (soberano) e de sunni (soberano). Enfim, isso permite refletirmos em que medida é necessário pensar África a partir de sua dinâmica própria.

Império do Mali

O Império do Mali se consolidou a partir da unificação de 12 reinos da África do Oeste. Um desses reinos africanos de que se tem notícia, antes da unificação do Mali, é o reino Sosso (Sosoe, Sossoe), cujo soberano, Sumaoro Kante, foi um grande rival de Sundjata Keita, imperador do Mali. Existiam inúmeras comunidades no Império do Mali antigo, em que os povos, em sua maioria, eram de cultura mandinga (manden, mandingo, em outras nomenclaturas), igualmente falantes de línguas mandinga ou manden. Nesse sentido, comunidades como os wolof, dogon, bambara e malinké eram também povos de cultura mandinga e faziam parte do grande Império do Mali.

Foi a partir da derrota do rei Sosso que o maghan (imperador) Sundjata Keita garantiu ao Mali um maior poderio, tanto militar como econômico, a exemplo do acesso às rotas comerciais transaarianas. A capital do Império do Mali era Niani, localizada próxima ao grande rio Níger. A epopeia Mandinga, que nos chega pela tradição oral, narra a trajetória do maghan Sundjata Keita. Em *La Grande Geste du Mali*, publicada em 2009, o djeli Wa Kamissoko descreveu a genealogia dos soberanos de Niani, a princípio, fundada por um rei de nome Kolomba Kamara, até chegar ao fundador do Império, Sundjata Keita.

Figura 2.7 | Mapa atual do Mali. Vide os países ao redor (Níger, Burkina-Faso, Guiné, Mauritânia e Senegal), que correspondem a antigos territórios do Império do Mali



Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Mali#/media/File:Mali_carte.png>. Acesso em: 2 jan. 2018.

Enquanto chefe do exército e soberano, Sundjata se constituiu como um grande articulador, reunindo tanto chefes militares quanto letrados do mandinga pertencentes à alta hierarquia do islamismo. O maghan codificou costumes, estabeleceu alianças com outros clãs e, sobretudo, após muitas conquistas, permitiu que os súditos submetidos ao Império do Mali pudessem manter os seus costumes locais e comunitários.

Atualmente, o antigo Império do Mali abarcaria os atuais países africanos de sudoeste do Saara: Mali, Níger, Burkina Fasso, Guiné-Conakri, Guiné-Bissau, Gâmbia e Senegal, sendo a maior unidade política que já existiu na África nesse período.

Na época de Sundjatar, o Islamismo exerceu grande influência na cultura mandinga – portanto, no Império Mali –, na medida em que, no século XII, se deu a islamização de grande parte dos governantes dos mandingas. Parte dos clãs islamizados forneceram apoio logístico a Sundjata Keita durante a guerra contra os Sosso.



Para maior aprofundamento do tema em questão, indicamos a obra *A Epopeia Sundjata*, transcrita por Djibril Tamsir Niane, que narra, de forma mítica, a trajetória do maghan Sundjata Keita rumo ao Império do Mali.

O islamismo foi bastante difundido na Era Sundjata e se consolidou no reinado de Mansa Mussa, no século XIV, período em que esse rei fez peregrinação a Meca e trouxe sábios, artistas, comerciantes e arquitetos muçulmanos para professarem a fé islâmica na região. No século XV, as relações no Império do Mali se desgastaram devido às disputas internas pela sucessão ao trono. Nesse contexto, um dos povos submetidos pelo Mali, os songhay, concentraram suas forças na região de Gao e acabaram por conquistar o reino do Mali.

O Império Songhay

Os povos songhay viviam nas imediações do médio rio Níger e, após o declínio do Império do Mali, erigiram uma organização política forte que, inclusive, conquistou parte do Sudão e o próprio Mali (CISSOKO, 2012, p. 211). A capital desse império era Gao, que, no século XII, já era uma cidade conhecida pelo seu alto potencial de comércio, tendo em vista que era rota obrigatória das mercadorias que vinham da Líbia e do Egito com destino às cidades do baixo Níger.

Merecem destaque, nesse Império, o seu desenvolvimento comercial e as conquistas militares impostas aos seus vizinhos. Grande parte dessas façanhas foi empreendida pelo Sunni (imperador) Ali Ber, o grande (1464-1492), que alterou a política da capital Gao, promovendo uma mudança de estratégia em relação aos povos dominados. A pilhagem dos vilarejos, que era uma prática recorrente entre os antigos soberanos de Gao, foi substituída pela conquista de territórios.

Sunni Ali Ber tinha à sua disposição um exército bem estruturado, com flotilhas, infantaria, cavalaria e guerreiros vencidos incorporados ao exército songhay. Esse soberano inovou no que se refere às táticas de guerra, com ataques rápidos aos seus inimigos, conquistou grandes cidades como Djenné e Macina; nesta última, habitavam os povos fula (peul), que se tornaram grandes rivais dos povos songhay.

Durante o seu reinado, Ali Ber adotou a forma manden de governar, ou seja, praticando a tolerância em relação aos povos conquistados. Contudo, o Império Songhay, nesse contexto, não era um espaço em que os fiéis muçulmanos estavam totalmente seguros, pois há relatos de grandes rivalidades entre os songhay e os muçulmanos, visto que o soberano cultuava crenças tradicionais da região.

A partir da morte de Sunni Ali, decorreu uma violenta guerra civil, pois o soberano sucessor, Sunni Baare, recusou-se a se converter ao Islã. Então, um partido muçulmano, encabeçado por Muhamed e seu irmão, Umar Kondiagho, rebelou-se contra o imperador e tomou o poder, assumindo o título de askiya (rei), dando início a uma dinastia muçulmana.

Explica Sekéné Mody Cissoko que “Askiya Muhamed era de origem soninke, do clã dos Turé ou Sylla, provenientes do Takrur” (CISSOKO, 2012, p. 215). Esse evento marcou o fim do poder do songhay em torno dos valores tradicionais, que foram substituídos pelos preceitos muçulmanos, inclusive no que se refere à forma de se governar e gerir as questões políticas.

Império de Benim

O Benim foi outro grande império localizado na região da África Ocidental. Também denominado Império Edo, especificamente, estava localizado no atual território da Nigéria. Uma pequena parte dos africanos que foram trazidos para o Brasil, por meio da escravidão transatlântica, vieram dessa região.

A capital desse Reino, também chamada Benim, foi fundada em 1180, pelo povo Edo (ou Bini), e foi uma das principais cidades da costa Atlântica. O representante que reinava nessa cidade recebia o título de Senhor do Céu (Ogisa), demonstrando a forte relação entre a política e a religião nessa localidade.

O Ogisa reunia em torno de si tanto o título de “senhor das armas” quanto a função de oba, ou seja, mestre espiritual. De acordo com Allan Frederick Charles Ryder, “O Benim foi o primeiro Estado desta costa em que estiveram os portugueses com o qual estabeleceram tanto laços diplomáticos quanto comerciais” (RYDER, 2012, p. 393).

Estima-se que o reino de Benim existia desde o século XII e foi passando por grandes transformações no século XV. Nos termos de

uma tradição local, “alguns chefes do Benim pediram ao rei de Ife [reino vizinho], Oduduwa, que lhes mandassem um príncipe, e o rei enviou-lhes o filho Oronyan” (RYDER, 2012, p.393).

No século XV, o reino de Benin passou por grandes transformações: o que era uma organização de poder limitado, acabou se transformando em um grande reino e, posteriormente, em um Império. O responsável por tal feito foi Ewuare, que se apossou do trono a partir de uma luta política violenta no bojo do reino.

A nova capital foi batizada com o nome de Edo, cidade existente até hoje. Ewuare foi responsável também pela criação de uma burocracia palaciana, em que os funcionários mais qualificados eram cooptados para servirem ao *oba*. O governo desse Benim era formado pelo soberano e três grupos de dignatários: o *uzama*, os chefes do palácio, e uma organização (ordem) de representantes (chefes) das cidades. Todos esses formavam, juntos ao *oba*, um conselho, a partir do qual as decisões eram tomadas acerca de qualquer assunto. Logo abaixo, nessa hierarquia, estavam os mensageiros e os soldados.

Criou-se, a partir de Ewuare, o direito de sucessão ao trono por intermédio da primogenitura, denominado *edaiken*. Anualmente era comemorada a festa Igue, em que o soberano renovava o seu poder religioso, visto que o *oba* era também considerado uma espécie de mágico.

O Império do Benim vivia em estado de guerras intermitentes com os seus vizinhos, às quais outros povos, como os Ibo e os Yorubá, que habitavam o oeste do Níger e a região oriental da costa, eram submetidos. Esses povos deveriam pagar tributos e o poder do *oba* alcançava regiões distantes do Benim, como os territórios de Owo, Akure e Ekiti.



Exemplificando

Vimos que, no contexto do Império do Mali, o maghan Sundjata Keita criou o seu Império a partir de uma derrota imposta ao rei Sosso, Sumaoro Kante. Do mesmo modo, os sucessores de Sundjata foram submetidos pelos povos sonhay. Essas rivalidades existentes entre esses reinos africanos demonstram que esses povos, ainda que possuíssem elementos culturais comuns, não formavam um todo homogêneo, provando, mais uma vez, a complexidade das culturas africanas. É importante ter isso em mente ao estudar a história africana desse período.



Para nos referirmos às organizações políticas africanas do período estudado, optamos pelo conceito de **império**. Porém, cabe ressaltar que essa terminologia não pode ser concebida a partir da noção de império que se tem no ocidente, cujo poder é pensado com base em uma estrutura política militarizada. A noção de império africano se vincula mais ao reconhecimento que o imperador (o *maghan* no Império do Mali ou *musa*) possuía em relação aos seus súditos e demais povos submetidos.

O próprio *maghan* Sundjata tinha o seu poder limitado pela *Gbara*, que era uma grande assembleia em torno da qual se reuniam representantes de todas as comunidades e ofícios dos *mandinga* (*manden*): mulheres, servos, muçulmanos, *nyamakalas* (homens de linhagem), *griô* (tradicionalistas) e membros da família do imperador (*Keita* e *Konaté*).

Nesse sentido, em termos comparativos, essa noção de império africano afasta-se da concepção ocidental de império, a exemplo do Império Romano, que era uma organização política fortemente militarizada, em que as leis não eram discutidas com o povo, mas sim impostas pelas armas (MACEDO; LOPES, 2017).

Ao se estudar a dinâmica dos reinos africanos da região ocidental, deve-se evitar criar um paralelo com os reinos europeus, pois os reinos e impérios como Gana, Mali ou Songhay foram constituídos com base nos valores de suas comunidades locais, em que as leis, as práticas e a economia se desenvolveram, por vezes, a partir de costumes tradicionais, a exemplo do Império do Mali, criado no século XIII, e que fundamentou suas leis tendo por base um juramento da Irmandade dos Caçadores, datado do século XI.

O advento do islamismo no continente africano

O islamismo penetrou no território africano, primeiramente, pela região do Mar Vermelho, como o Egito, a Líbia, a Argélia e o Marrocos, fruto da primeira fase da expansão árabe-islâmica, entre os séculos VII e VIII. O historiador Elikia M'Bokolo, que se debruçou sobre esse assunto, observou que "A introdução relativamente precoce do Islã também moldou mais ou menos profundamente as sociedades e os sistemas políticos oeste-africanos" (M'BOKOLO, 2009, p.132). O autor assinalou que, até mais ou menos o século XI, o Islã manteve relações de convivência mútua com as sociedades locais.

A partir do século XI, com a chegada dos almorávidas, guerreiros árabes islamizados que habitavam a região norte do continente africano, ocorreu uma alteração da forma como o islamismo se impôs na região da África do Oeste. Os almorávidas se impuseram por meio das armas, de tal sorte que o Império Wagadu (Gana) foi submetido em 1076.

Não se pode esquecer tampouco que se criaram diferentes concepções do islamismo no continente africano, assim como existem hoje diferentes vertentes dessa religião no Oriente Médio. Nesse sentido, ocorreram disputas políticas entre essas diferentes concepções no Islamismo nos territórios africanos, a exemplo da disputa entre os almorávidas e os almoádas, que seguiam uma interpretação bem *sui generis* do Alcorão.

Atualmente, as regiões do mundo em que o Islamismo é mais expressivo se localizam no Oriente Médio, em países como Afeganistão, Arábia Saudita, Azerbaijão, Emirados Árabes, Irã, Iraque, Kuwait, Líbano Palestina etc., e no Oeste e Norte da África, em países como Egito, Argélia, Tunísia, Líbia, Marrocos, Saara Ocidental, Senegal, Mali, Burkina-Faso, Chade, Mauritânia e Nigéria. No continente africano, há aproximadamente 300 milhões de islamizados, correspondendo a 27% dos fiéis dessa religião.

Sem medo de errar

Ao ser indagado pelos alunos acerca do uso correto de terminologias para pensar a história africana, o professor Joilson aproveitou a oportunidade para problematizar algumas definições. Em primeiro lugar, ele enfatizou que todos esses conceitos mencionados pelos alunos, como *Estado*, *nobreza*, *Idade Média* e *Império* são categorias eurocêntricas.

O professor explicou que, mais importante do que “enquadrar” os eventos ou as organizações políticas africanas nessa categoria, seria interessante compreender as instituições e os acontecimentos ocorridos na África a partir de sua especificidade nesse período histórico.

Tomando como exemplo a categoria *Império*, o professor mostrou as diferenças entre o Império Romano (27 a.C.-476 d.C.) e os impérios africanos, como o Império do Mali. Segundo a explicação do professor Joilson, a noção de império africano, por

exemplo, o Império do Mali, que foi fundado em 1235 por Sundjata Keita, dependia do reconhecimento que o imperador, denominado *maghan*, possuía junto aos seus súditos e povos submetidos, além do modo como ele (o *maghan*) conduzia a política. Outro fator importante nesse império africano dizia respeito ao modo como o imperador aplicava as leis. Nesse sentido, percebe-se que, buscando as particularidades dessas organizações políticas africanas, é possível fugir de estereótipos ou generalizações ocidentais sobre a história desse continente.

Assim, o uso de terminologias provenientes de outras realidades históricas para pensar a história africana mais atrapalha do que ajuda na compreensão da realidade deste continente. Ainda que usemos termos correlatos para nos referirmos às organizações políticas africanas, sempre devemos problematizar e refletir sobre tais conceitos, como fez o professor Joílson com seus alunos.

Faça valer a pena

1.

Do ponto de vista das populações, o progresso da nova religião foi particularmente rápido em certos casos, em consequência da conjunção de vários fatores de ordem social, política ou geográfica: toucouleurs, sarakole, mandinga, songai e kanembu mostraram-se sensíveis à nova crença, sem que isso significasse de resto a renúncia total e definitiva às crenças antigas. (LEVTIZION apud M'BOKOLO, 2009, p. 135)



O fragmento de texto anterior faz referência a uma religião que adentrou o território africano entre os séculos VII e VIII. Assinale a alternativa que cita corretamente a religião e qual provável região da África foi utilizada para a sua expansão:

- a) O cristianismo, que se inseriu no território africano a partir da região Norte.
- b) O islamismo, que penetrou no território africano a partir da África Ocidental.
- c) O sufismo, que penetrou o território africano a partir da cadeia do Atlas.
- d) O islamismo, que se expandiu no continente africano a partir da região Nordeste do continente africano.
- e) O cristianismo, que se inseriu no continente africano a partir da África Oriental.

2.



Foi Mamadi Kani quem inventou o Simbon, ou apito do caçador, com o qual entrou em comunicação com os gênios da floresta e da mata; estas não tinham segredo para ele; ele foi amado de Kongolon Ni Sanê. Seus discípulos foram tão numerosos que ele os constituiu num exército que se tornou temível; ele os reunia amiúde na mata e os ensinava a arte da caça. Foi ele quem revelou aos caçadores as folhas medicinais que curam ferimentos e enfermidades. Graças à força de seus discípulos ele se tornou rei de um vasto país. (NIANE, 1982, p. 9)

O fragmento de texto faz menção a uma prática muito valorizada em algumas comunidades da África do Oeste: a caça. Assinale a alternativa que argumenta com propriedade a função da caça nessa região do continente africano:

- a) O ofício, a exemplo da prática da caça, tem grande importância nas sociedades tradicionais africanas, pois é a forma pela qual o ser social se insere na comunidade.
- b) O ofício, nas sociedades tradicionais, como entre os povos mandinga, está vinculado às questões políticas, a exemplo do imperador Sundjata Keita, que era um rei caçador.
- c) O ofício, na sociedade tradicional africana, determinava o lugar que o indivíduo deveria ocupar em tempos de guerra.
- d) Os ofícios, entre os povos manden, tinham uma mera função utilitária, pois cada profissão deveria prover algo útil para a comunidade.
- e) O ofício estava relacionado à vida religiosa dos indivíduos, por isso, para cada ofício, existia um mito fundador que explicava a atividade exercida.

3.



Provavelmente entre 1285 e 1300, exércitos manden conquistaram o reino de Gao. Entre 1324 e 1325, aproximadamente, o mansa Kanku Musa, voltando de peregrinação, construiu uma mesquita em Gao. Sob a direção dos farin ou governadores, os Manden organizaram a região da curva do Níger e encorajaram seu desenvolvimento econômico. Gao tornou-se, então, grande centro comercial e uma das cidades mais belas do Sudão. (CISSOKO, 2012, p. 212-213)

Após a decadência do Império do Mali, no século XIV, um grande reino, localizado na cidade de Gao, emergiu, constituindo-se, posteriormente, como um grande Império. Assinale a alternativa que identifica corretamente o reino e sua localização geográfica:

- a) soninké, localizado no Alto Níger.
- b) peul, localizado no Vale do Níger.
- c) songhay, localizado nas duas margens do Níger.
- d) wolof, povos autóctones do sul do Casamance.
- e) diola, localizado no reino Jolof.

Referências

- ADAM, S. **A importância da Núbia: um elo entre a África Central e o Mediterrâneo**. In: História Geral da África. Brasília: Unesco/MEC, 2012. V. II. Cap. 8.
- ADDIS ABABA UNIVERSITY. **Archaeology and Heritage Management**. Disponível em: <http://www.aau.edu.et/offices/v_president-office/office-of-the-academic-vise-president/undergraduate-programs-office/undergraduate-programs/college-of-social-sciences/archaeology-and-heritage-management/>. Acesso em: 20 dez. 2017.
- ANFRAY, J. A civilização de Axum do século I ao século VII. In: MOKHTAR, Gamal (editor). **África Antiga**. História Geral da África. SP: Cortez; Brasília: Unesco, 2012.
- BARRY, B. **El Reino de Waalo: Senegal antes de la conquista**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2008.
- BÍBLIA, N.T. Atos dos Apóstolos, 8, 38-39. In: BÍBLIA. Português. **Bíblia NVI**. Tradução de Luiz Alberto Teixeira Sayão. São Paulo: Bíblica Brasil, 2000.
- BRANCO, A. M. V. Do Reino de Axum ao Reino da Etiópia: a força e o isolamento do cristianismo na África do Norte e Nordeste. **Revista Millenium**. Lisboa, 2015, 48, (jan/jun), p.63-74.
- CELHTO. Centre d'Etudes Linguistiques et Historiques par la Tradition Orale. **La Charte de Kurukan Fuga: aux sources d'une pensée politique em Afrique**. Paris: L'Harmattan / S.A.E.C, 2008.
- CISSE, Y. T. **La confrérie des chasseurs Malinké et Bambara: mythes, rites et récits initiatiques**. Paris: Arsan, 1994.
- CISSOKO, S. M. Os Songhai do século XII ao XVI. In: NIANE, D. T. (ed.) **África do século XII a XVI – História Geral da África**. Brasília: Unesco, 2012. v. IV.
- FASI, M.; HRBEK, I. (ed.) **África: do século VII ao XI – História Geral da África**. Brasília: Unesco, 2012.
- HAKEM, A. M. **A civilização de Napata e Méroe**. In: História Geral da África, vol.II. Brasília: MEC, 2012.
- HOURANI, A. **Uma História dos povos árabes**. São Paulo: Cia das Letras, 2006.
- KEITA, B. N. **História da África Negra**. Angola: Texto Editores, 2009.

- KI-ZERBO, J. Introdução geral. In: História Geral da África. Brasília: Unesco/MEC, 2012.
- KOBISHANOV, Y.M. Axum do século I ao século IV: economia, sistema político e cultura. In: MOKHTAR, G. (ed.). **África Antiga**. História Geral da África. Brasília: Unesco, 2012, V. 2.
- LECLANT, J. **O Império de Kush: Napata e Méroe**. In: História Geral da África, vol. II. DF: Unesco/MEC, 2012.
- LEVTIZION, N. apud M'BOKOLO, E. **África Negra: história e civilização**. Bahia: EDFBA, 2009.
- MACEDO, J. R. LOPES, N. **Dicionário de História da África – séculos VII a XVI**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2017.
- MACEDO, J. R. **História da África: séculos VII a XVI**. São Paulo: Editora Autêntica, 2017.
- M'BOKOLO, E. **África Negra: história e civilizações**. São Paulo: Casa das Áfricas, 2009.
- M'BOKOLO, Elikia. **África Negra: história e civilizações**. Tomo I (até o século XVIII). Salvador: EDFBA, 2009.
- MOKHTAR, G. **História Geral da África**. Brasília: Unesco/MEC, 2012.
- MOKHTAR, G. (ed.). **História Geral da África**. Brasília: Unesco, 2012. V. 2.
- MUDIMBE, V.Y. **A Invenção de África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento**. Indiana: University Press, 2013.
- NIANE, Djibril Tamsir. **A Epopeia Mandinga**. São Paulo: Editora Ática, 1982.
- NIANE, D. T. (org). **África do século XII ao XVI – História Geral da África**. Brasília: Unesco, 2012.
- RYDER, Allan Frederick Charles. Do rio Volta aos Camarões. In: **NIANE, D. T. (ed.) África do século XII ao XVI**. Col. História Geral da África: Vol. IV. SP: Cortez Editora; Brasília: Unesco, 2012.
- SHERIF, N. M. **A Núbia antes de Napata**. In: História Geral da África. Brasília: Unesco/MEC, 2012.
- VELOZZO, G. Existir como povo, resistir pelo som. **Mamute Noise**, 11 set. 2016. [Adaptado]. Disponível em: <<http://seamut.wixsite.com/mamutenoise/single-post/2016/10/02/Existir-como-povo-resistir-pelo-som>>. Acesso em: 20 dez. 2017.
- WARMINGTON, B. H. O período cartaginês. In: MOKHTAR, G. (ed.). **África Antiga**. História Geral da África. Brasília: Unesco, 2012. v. 2.

África: colonização europeia entre os séculos XVI e XIX

Convite ao estudo

A Unidade 3 inaugura o estudo dos reinos africanos do chamado período moderno, contexto em que ocorreu o contato com os colonizadores europeus. O estudo desse período ajuda a compreender a complexidade das formações políticas que, no mais das vezes, não seguem um único modelo, por exemplo, o fato de o poder estar nas mãos de um monarca, como no Reino do Congo, ou ainda um único rei poder acumular o poder político e o poder militar, conforme ocorria no Império Luba.

Nesse sentido, o conteúdo desta unidade nos ajudará a melhor se apropriar da história africana, podendo, inclusive, fazer um paralelo entre o que eram essas comunidades, como elas se organizavam politicamente e o que elas se tornaram após a chegada dos colonizadores europeus, a partir do século XV em diante.

No contexto de aprendizagem desta unidade, vamos tratar de um local em que a educação não formal é colocada em prática: os museus. Neste espaço, é possível a atuação de pedagogos e historiadores, como é o caso de nosso personagem: um educador, cujo nome é Pedro, que trabalha no Museu sobre a Escravidão. Pedro é um funcionário muito inquieto e sempre busca pensar quais são as boas estratégias pedagógicas que o museu deve usar para que os visitantes possam ir além da compreensão da escravidão e observem seus reflexos para os países africanos e a sociedade brasileira.

Seção 3.1

África Central e Oriental: entre reinos e a colonização europeia

Diálogo aberto

Pedro é um educador e trabalha no Museu sobre a Escravidão. A partir de leituras sobre a História africana, ele começou a compreender a importância de mostrar outros aspectos da cultura que não se restringissem somente à escravidão. Diante disso, Pedro propôs aos seus superiores a elaboração de uma exposição em torno da temática: *Reinos africanos do período moderno*.

A proposta foi bem aceita pelos mantenedores do museu e Pedro ficou encarregado de fazer uma pesquisa sobre as principais organizações política presentes no continente africano, partindo da indagação: qual é a importância dos *lugares de memórias*, como os museus, trazerem ao grande público parte da história africana moderna?

Não pode faltar

Reino do Congo

Só para termos dimensão dos desafios para o estudo do passado africano de algumas regiões desse continente, estamos longe de nos propor a “reconstruir a história” da região da África equatorial e Angola no período que vai de 1100 a 1500. Como bem nos lembra o historiador africanista Jean Vansina, essa tarefa se “constitui um difícil desafio para o historiador, pois são poucas as fontes de época de que dispomos atualmente” (2012, p. 624). Apesar da ressalva de Vansina, há um grande volume de fontes escritas que remete ao Reino do Congo, notadamente do período que vai da segunda metade do século XV ao século XVI. No que se refere a outros suportes teórico-metodológicos, há as tradições orais, que são de grande valor para recompor o passado africano.

As primeiras formações sociais da região da África equatorial, onde se localizava o Reino do Congo, são bem anteriores a 1500, uma vez que, a título de análise, existiam povos, como o imbangala, que eram formados a partir dos lunda, luba, ovimbundu e ambundu.

No século XVI, era comum o intercâmbio comercial, na bacia central, entre agricultores, pescadores e caçadores e os povos dessas diferentes culturas, a exemplo dos pigmeus, os quais, em sua maioria, praticavam a caça, por habitarem as regiões florestais.

Mesmo antes do surgimento do Reino do Congo, as comunidades da região eram organizadas a partir de linhagens patrilineares, ainda que existissem comunidades matrilineares, considerando o caráter diverso desses povos, a exemplo de habitantes da região da África Central, da Namíbia, do Zambeze e do Ogoue, como os Luba de Shaba.



Vocabulário

Os estudos dos *sistemas de parentescos* foram de fundamental importância para os trabalhos desenvolvidos por antropólogos no século XX. A partir desses estudos, os antropólogos buscavam princípios que organizavam as estruturas sociais das sociedades estudadas, tal qual o parentesco. Categoriza-se como **patrilinear** quando da predominância do homem na linhagem, ou seja, é o homem que passa a descendência para os filhos; ou **matrilinear** quando da predominância da mulher na configuração da linhagem de uma família.

As comunidades patrilineares eram organizadas em aldeias, cuja autoridade era exercida por um clã, baseando-se em princípios territoriais, residindo aí o seu caráter político. Toda a comunidade deveria se reportar a esse chefe.

Em territórios próximos, como no atual território da República Centro-Africana, as comunidades matrilineares também se organizavam. Eram comuns os casos em que um clã era considerado um "senhor de terras", mas deve-se ter claro que esse clã não poderia exercer a posse efetiva do território, tendo em vista que ela pertence aos espíritos protetores da floresta ou da natureza.



Refleta

Quais relações podemos estabelecer entre a chefia do clã, as relações de parentesco e a posse de territórios?

Essa descrição representa a dinâmica na qual estavam organizadas as unidades territoriais desses povos antes do contato com os colonizadores europeus. Não se pode esquecer que existiam vastas regiões auríferas nessa parte central do continente, justamente em um período no qual esse metal passava a ser cada vez mais valorizado, acarretando o fortalecimento da linhagem de alguns chefes políticos das regiões em que ele era abundante.

Nesses territórios, o poder do chefe do clã aumentava ao passo que ele se convertia em chefe territorial, o qual podia fundar um agrupamento social. Isso poderia ser feito pelas armas ou pela absorção de outras linhagens. A esse respeito, Vansina (2012, p. 632) destaca que, nessa região equatorial, o Estado nasceu “do fortalecimento da autoridade de um chefe de linhagem”.

Possivelmente, esse foi o modelo a partir do qual o soberano do Reino do Congo angariou forças. O rei, conhecido como Mwene Congo, denominado pelos portugueses como Manicongo, exercia a sua autoridade sobre outras comunidades, nas quais existiam representantes do reino central para recolher impostos e fazer valer as leis.

Esse Estado foi fundado em, aproximadamente, 1390, período em que Lukeni lua Nimi tornou-se soberano após conquistar o Reino de Mwene Kabunga, também conhecido como Mwene Mpangala. Ao conquistar o poder, Lukeni transferiu a capital para uma região montanhosa, conhecida como *Mongo dia Congo*, que em língua kikongo significa “montanha do Congo”. Quando da chegada dos portugueses, esse local era conhecido como Mzanza Congo.

Após a morte de Lukeni, o poder foi exercido pelo seu irmão Mbokani Mavinga, que governou esse Estado até, aproximadamente, 1467, ampliando-o. Durante o seu governo, o Reino do Congo conquistou Loango e anexou áreas localizadas onde, hoje, seria a República Democrática do Congo.

Quando os portugueses chegaram em Mzanza Congo, por meio da expedição liderada por Diogo Cão, que adentrou na foz do Rio Zaire em 1483, o Reino do Congo era altamente organizado, com subdivisões políticas, cujas unidades territoriais reportavam-se ao poder central do Manicongo.

A compra e venda de sal, o comércio de metais e a agricultura eram o que movia a economia local, assim como a confecção de tecidos e de artesanatos feitos de ráfia, um tipo de material fibroso de palmeira, muito usada na produção de cestos. A atuação de

Diogo Cão na região foi responsável pela cristianização de parte da nobreza do Reino do Congo, como o rei Nzinga a Nkuwu, que mudou seu nome para João I.

À época, foram abertas as primeiras escolas portuguesas na costa africana. Com a morte de Nkuwu (João I), seu filho Afonso Mwenba a Nzinga subiu ao trono e, desde então, promulgou o cristianismo como religião oficial do reino. Entretanto, essa conversão deve ser vista com ressalvas, pois analisar a cristianização a partir da ideia de “triumfalismo cultural”, a partir da dinâmica em que uma cultura supostamente se sobrepõe a outra, não contribui em nada para a compreensão do processo. Para John Thornton, o cristianismo foi adotado pelos congueses em níveis diferentes e variáveis, por vezes, interpretado de modo bem peculiar (THORNTON apud FROMONT, 2014).

A esse respeito, na concepção de Fromont (2014), a elite conguesa refundiu aspectos do cristianismo com as crenças locais, criando outro sistema de pensamento religioso, misturando aspectos artísticos e políticos. Se por um lado o Congo cristão foi usado para afirmar o padroado português, por outro deu sustentação ao comércio de seres humanos no continente africano, processo firmado no governo de D. Afonso, que durou entre 1506 e 1545.

Império Luba

Os reinos de Luba se desenvolveram próximo às savanas meridionais. De acordo com as tradições orais, coube ao chefe Kongolo conduzir seu povo às áreas próximas ao lago Tanganica, no século XVI, aproximadamente em 1420, na região do Rio Congo, vencendo outros povos e constituindo o Primeiro Império Luba.

Kalala Ilunga reinou no século XVI, subindo ao trono ao assassinar o seu tio, o soberano Kongolo. Ilunga foi responsável por criar o Segundo Império e expandi-lo. Em pouco tempo, este se desintegrou devido à tirania reinante e às disputas pelo poder por diferentes clãs.

No que se refere à estrutura política, abaixo dos soberanos existia a figura do *kiloto*, o qual era um chefe local que reconhecia a autoridade do rei. Existiam funções correlatas ao *kiloto*, como o *inabanza*, que era responsável por guardar os emblemas do reino, e o *twite*, que era o chefe militar.

De acordo com Vansina (2012, p. 642), “a realeza luba fundava-se no princípio de *bulopwe*, ou seja, o ‘caráter sagrado’, que se vinculava ao ‘sangue real’, chamado de *mpifo*”. A região dos luba era

rica em sal e minérios, o que favoreceu, desde cedo, o comércio, a miscigenação entre povos distintos e um relativo adensamento populacional. Introduziram, no bojo das instituições políticas luba, o sistema de parentesco patrilinear, que era orientado pelo princípio do *mpifo*, ou seja, do sangue real, complementando-se ao *bulopwe* (caráter sagrado).

É interessante notar que existiram vários reinos luba, como na região dos Lagos do Lualaba, em que existia o Reino Kikonja. Os luba acreditavam em um deus criador, Da, que teria criado o universo e, depois, se desligaria dele. Eram povos conhecidos também por serem exímios artistas, notadamente escultores. No século XVIII, ocorreu o ressurgimento desse império, quando o rei Ngombo conquistou regiões próximas ao Rio Tanganica, durando até o século XIX, período em que foi conquistado pelos belgas.

Reino Lunda

O Reino Lunda (1665-1887) constituía-se como a reunião de vários agrupamentos que formavam uma poderosa confederação na região em que, hoje, estão localizadas a República Democrática do Congo, o nordeste de Angola e uma parte do território da Zâmbia. Katanga era uma das províncias principais do Reino Lunda.

Nos seus primórdios, os lunda viviam em um pequeno vilarejo denominado, em língua kilunda, gaand, e eram governados por um chefe de nome Mwannta Gaand. O irmão deste, Mwaanta, Ilunga Tshibinda, casou-se com Lueji, uma princesa de um reino vizinho, e tornou-se o primeiro soberano dos Lunda. O filho do casal criou o título de Mwanta Yaav, que foi assumido pelos reis Lunda (THORNTON, 1998, p. 104).

Esse Estado tornou-se uma potência militar na região e tirou proveito, sobretudo, de um adensamento populacional de, aproximadamente, 175 mil habitantes e de uma diplomacia atuante que estimulava os casamentos entre membros de clãs vizinhos, em sua maioria descendentes dos reis Luba.

O Reino Lunda entrou em colapso no século XIX. Neste período, os lunda foram invadidos pelos chokwe, que impuseram suas leis, línguas e costumes. A derrota dos lunda só foi possível devido ao uso de armas de fogo pelos chokwe, provavelmente adquiridas em comércio com os europeus. Após a *Conferência de Berlim* (1884-1885), que partilhou a África entre os colonizadores europeus, o

Reino Lunda foi definitivamente destruído, e seu território foi dividido entre os portugueses, o rei belga Leopoldo II e a Inglaterra.

Reino Ndongo

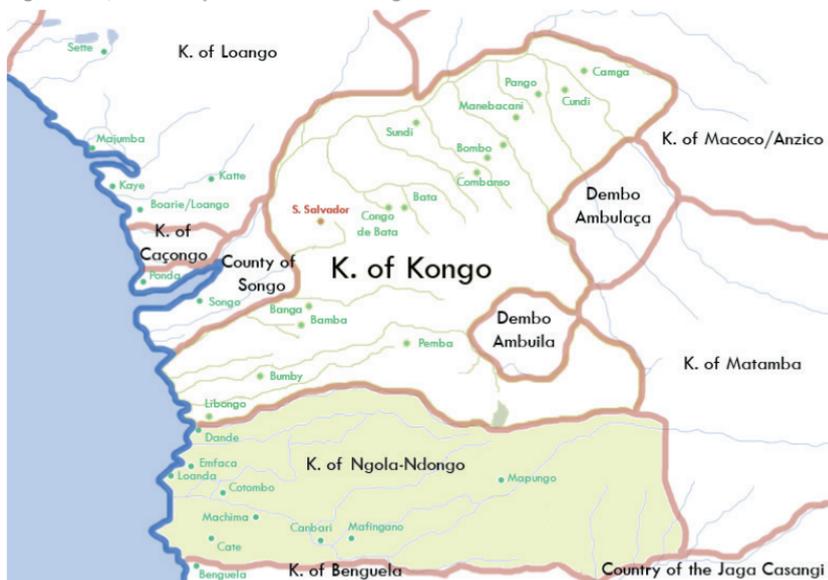
O Ndongo (vide Figura 3.1) teve início no século XVI e sua fundação ocorreu através da atuação de um chefe **kimbundo**, um grupo étnico não somente do antigo Ndongo mas também da atual Angola. Os Ndongos acabaram submetendo alguns *soba* (autoridades locais) de regiões próximas aos afluentes do Lucala, Cuanza e Dande ao seu domínio. Esse povo se desenvolveu graças ao comércio de ferro e à agricultura, o que lhes permitiu se livrar do domínio do rei do Congo, a quem deviam obrigações, como o pagamento de impostos.



Assimile

Quimbundo, ou **kimbundo**, se constitui tanto como uma subfamília linguística como um grupo étnico em Angola, o que nos faz refletir sobre a complexidade das sociedades africanas, visto que, nos atuais Estados Nacionais, a riqueza pluriétnica e multicultural de um povo nem sempre está visível.

Figura 3.1 | Localização do Reino Ndongo e demais reinos vizinhos



Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Reino_do_Ndongo#/media/File:KingdomNdongo1711.png>. Acesso em: 13 fev. 2018.

O Reino de Ndongo somente se viu livre do domínio do reino do Congo em 1556. Desde então, teve uma política atuante na região, estabelecendo, inclusive, acordos bilaterais com a Coroa portuguesa, para fazer frente à influência do Manicongo.

As relações com a coroa portuguesa não duraram muito, pois Portugal nomeou um representante, Paulo Dias de Novaes, para conquistar o litoral angolano, evento que acabou desagradando os Luba.

Dias de Novaes foi, posteriormente, nomeado pela coroa lusitana como donatário das terras do manicongo e do ngola. Aos poucos, os portugueses foram adentrando os interiores Ndongo em busca de escravizados, transcorrendo uma violentíssima guerra entre os portugueses, já estabelecidos em Luanda, e o Reino Ndongo. Este reino, por sua vez, se aliou ao Reino de Matamba e impôs grandes derrotas aos portugueses. Com o comércio na região praticamente estancado, os portugueses iniciaram um diálogo de paz com os kimbundo Ndongos, para pôr fim à guerra.

Uma personalidade de grande importância para a história dos Ndongos e da atual Angola foi Nzinga Mbandi (Ginga, Njinga, Zinga – 1582-1663). Após a morte do seu pai, um soberano ngola, o sucessor ao trono foi o ngola Mbandi, irmão de Nzinga. Mbandi limitava a atuação dos portugueses na região, inclusive no que se referia ao tráfico de escravizados. As relações entre os portugueses e Mbandi foi sendo tensionada, desdobrando-se em guerra, não sem antes o estabelecimento de uma diplomacia atuante por parte de Nzinga, que se mostrou uma habilidosa embaixadora.

Após a morte do irmão por causas misteriosas, Nzinga subiu ao trono, assumindo o reino de Ndongo. Graças a ela, os ndongos recuperaram praticamente todo o território que haviam perdido em guerras sucessivas contra os portugueses. Rainha Nzinga reinou absoluta durante 40 anos no Ndongo e tornou-se também soberana de Matamba, aliando-se, inclusive, aos povos vizinhos, como os jagas (yagas), para fazer frente ao poder dos portugueses. Faleceu por volta dos 81 anos, em 1663.



Exemplificando

A atuação da rainha Nzinga é um grande exemplo da participação feminina ao longo do processo histórico, por vezes, não muito

evidenciada pela historiografia. Trazer a proeminência das mulheres na história africana é, sobretudo, uma forma de “dar voz” a esses sujeitos, além de ressaltar a importância da luta das “minorias” ao longo do processo.



Pesquise mais

Para um aprofundamento sobre os temas relacionados à história africana deste período, segue a indicação do filme *Nzinga, rainha de Angola* (2013), do diretor Sergio Graciano. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PZUHKL-J83U>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

Reino Matamba

A história do Reino Matamba (1631-1744) se entrelaça, de certa forma, com a história do Reino Ndongo, sobretudo em um dado período, entre os anos de 1631 e 1663, a partir de quando a rainha Nzinga reinou também em Matamba até o dia da sua morte.

Esse reino localizava-se onde, hoje, encontra-se a província de Malanje, em Angola, e foi um dos principais reinos que resistiram à colonização portuguesa na região. Inclusive, no contexto da guerra entre os lusitanos e os ndongos, a ajuda militar fornecida por Matamba, antes de este se constituir um reino, em 1590, foi essencial para que os ndongos derrotassem os portugueses na Batalha de Lukala.

Em 1530, aproximadamente, Matamba pagava tributo ao rei do Congo, conforme documentação escrita na época do soberano Afonso I. A partir de aproximações com o Reino Ndongo, o povo de Matamba conseguiu angariar forças para irromper como uma forte organização política na região, apesar da influência do manicongo.

Durante a metade século XVI, Matamba foi governado por uma rainha, cuja documentação da época não traz uma descrição detalhada. Possivelmente, foi essa soberana que recebeu os representantes diplomáticos do manicongo, Diogo I (1545-1561), à época cristianizado.

As ameaças dos portugueses aos Ndongo fizeram-se sentir também em Matamba, a exemplo da aliança estabelecida entre o representante português Luis Mendes de Vasconcelos e os povos imbangala, que

serviram de soldados mercenários que lutaram ao lado dos portugueses contra os Ndongo e saquearam as cidades da Matamba.

Mesmo após o fim da aliança com os lusos, muitos imbagalas continuaram a destruição da Matamba, sobretudo na região de Kasanje, aí se estabelecendo. Nesse contexto, muitos dos povos de Matamba foram mortos e milhares escravizados e enviados compulsoriamente para as Américas. A título de análise, constam inventários, em alguns arquivos ultramarinos da América espanhola, que contém antropônimos de muitos africanos que são referenciados como “matamba”.

Reino Kasanje

Em 1620, aproximadamente, muitos mercenários que lutavam ao lado dos portugueses contra os reinos Ndongo e Matamba formaram, na região de Kasanje, um reino que levava esse nome, também conhecido como Reino de Jaga, localizado no atual norte de Angola.

O nome desse reino faz alusão ao guerreiro Kasanje, que liderou o grupo no evento de ocupação do Rio Cuongo e, desde então, assumiu o título de jaga (soberano). Kasanje era sobrinho de Kingouri, um chefe Lunda.

O Reino Kasanje foi um rival voraz do reino Matamba, sobretudo no contexto em que a rainha Nzinga o governou. Kasanje tornou-se um grande centro comercial. Em 1648, os Kasanje expulsaram os holandeses de Luanda, ganhando respeito na região, e derrotaram o Reino do Congo em 1665.

Kasanje se colocou em um papel proeminente na região ao lado dos portugueses através do tráfico de seres humanos. Kasanje se alçou, no século XVIII, a um dos maiores entrepostos comerciais de escravizados e marfim. O crescimento dessa demanda fez com que eles ampliassem a sua zona de influência junto aos portugueses, limitando, inclusive, o acesso dos lusitanos ao seu território até o início do século XX. Sucumbiram ao poder luso entre os anos 1911-1913, sendo conquistados militarmente.

Império de Monomotapa

O Império de Monomotapa talvez tenha sido um dos mais prósperos da região da chamada África Austral (região sul do

continente africano), cuja existência se deu entre 1430 e 1760. Esse império era originalmente referido como Mwene a Mutapa (em língua chixona ou shona), por vezes denominado como Reino de Mutapa, ou ainda Munhumutapa.

Sua localização se estendia desde o Rio Zambeze, atravessando o Limpopo, e chegando ao Oceano Índico, no sudeste do continente africano. Na sua autobiografia, *Long Walking for Freedom*, publicada em 1994, Nelson Mandela se refere à grandiosidade do Império de Monomotapa e como ele foi influente no passado africano.

Na atualidade, esse território shona abrangeria os atuais Zimbabwe, África do Sul, Lesotho, Suazilândia, Moçambique, parte da Namíbia e Botswana. Vale reter a informação de que os atuais povos que fundaram o grande Zimbabwe reivindicam a descendência dos antigos soberanos de Monomotapa.

O primeiro soberano desse reino foi Nyatsimba Mutota (1430-1450), que já era soberano de um reino denominado Zimbabwe. Durante o seu reinado, Mutota descobriu minas de sal no norte desse território, o que lhe permitiu desenvolver o comércio na sua região.

O sucessor de Mutota foi o soberano Mwenemutapa Matope, que alçou o reino à categoria de império por meio de uma ambiciosa expansão, conquistando as terras dos caçadores tavar, territórios shona e alargando as fronteiras até o Oceano Índico.

Esse imperador estimulou a união entre povos de etnias distintas sob o argumento de evitarem a ingerência de invasores de outros continentes, já que, provavelmente, existiam notícias no reino sobre a expansão islâmica ao norte e no chifre da África (região próxima). Isso sem contar a cristianização de reinos vizinhos, na África Central Ocidental, na atual região de Angola. Os reinos costeiros de Mayika, de Kiteve e Madanda foram facilmente conquistados pelo imperador Mwenemutapa, assim como os povos tonga e tavana.

A religiosidade dos mutapas consistia na crença em espíritos, os quais eram consultados para assuntos importantes, sendo que se acreditava que os soberanos desencarnados eram consultados. Santuários eram usados para a comunicação com esses espíritos, através de *mhondoro*, médiuns que eram igualmente mestres iniciados na arte das tradições orais. Os *mhondoro* também cumpriam a função de historiadores e genealogistas, por serem profundos conhecedores dos eventos do passado.

Outro argumento a que se deve a importância desse império na região diz respeito a suas reservas minerais, como as minas de ouro, ferro e cobre, muitas das quais inexploradas até no final do século XIX, como as que eram existentes em Johannesburgo. Essa abundância transformou esse reino em um polo de minérios na região, com rotas e conexões ligadas diretamente a Zanzibar, região insular próxima à Tanzânia, à zona portuária de Sofala, em Moçambique, ao Oriente Médio e, até mesmo, ao território indiano. Aos poucos, a abundância desse metal atraiu os colonizadores portugueses.

Além do comércio aurífero, os povos do Império Monomotapa praticaram a agricultura de subsistência e a criação de caprinos e bovinos, além da pesca. O solo fértil do território permitia o cultivo da cana de açúcar, do milhete, do trigo e de árvores frutíferas, tanto é verdade que, hoje, parte desse território desponta como grande produtor de hortifrutigranjeiros.

Os rios abundantes eram usados não somente para a pesca mas também para o transporte dos inúmeros produtos que eram comercializados, conforme descritos por cronistas portugueses que por lá passaram. Outros produtos comercializados eram o marfim, as peles de animais selvagens, os tecidos e o algodão, cuja produção excedia a demanda local. No mais das vezes, quem se interessava por esses produtos eram os povos árabes, ali presentes desde então.

Desde muito cedo os portugueses tiveram contato com a região, visto que Vasco da Gama, no início do século XVI, tomou conhecimento do Porto de Sofala. No mesmo período, os portugueses foram autorizados a instalarem uma feitoria nesse território de Monomotapa, tomando conhecimento da abundância aurífera da região.

A penetração dos portugueses na região foi um processo lento e gradual. Aos poucos a Coroa portuguesa foi explorando as rivalidades internas do local, como a guerra entre Monomotapa e Uteve e Maniva, entre 1569 e 1575, na qual esses dois últimos territórios receberam apoio direto de Portugal.

Depois de guerras intermitentes, alianças, traições, acordos bilaterais, tréguas e articulações políticas, Monomotapa sucumbiu ao poder português a partir de um processo gradual: no século XVII, a submissão desse território africano, por meio do sistema de prazos (obrigações de Monomotapa em relação aos lusitanos); e, por fim, no século XVIII, quando do domínio efetivo de Portugal.

Sem medo de errar

A pesquisa sobre os reinos africanos do período moderno, como o Reino do Congo, o Reino Kasanje e o Império de Monomotapa, forneceu a Pedro um melhor embasamento para a realização da exposição sobre reinos africanos do período moderno. Após a finalização desse trabalho, Pedro percebeu que os lugares de memórias, como os museus e os centros de memória, podem corroborar com um melhor conhecimento, por parte do grande público, sobre culturas até então desconhecidas. Pedro aprendeu na prática como contribuir para reforçar a identidade de comunidades às quais as memórias se vinculam, a exemplo da população afrodescendente, que é tributária da história e da cultura africana. Dito de outro modo, isso significa uma possível construção de conhecimentos sobre o passado de um povo, o que possibilitaria o questionamento de alguns estereótipos.

Faça valer a pena

1. “Ela recusava o título de rainha e fazia questão de ser chamada rei. Por isso que decidiu tornar-se socialmente homem e ter um harém, com os concubinos vestidos de mulher. Por isso que lutava como um soldado, à frente do exército. Na realidade, Jinga estava a criar a sua tradição, a sua legitimidade, os precedentes que permitiriam a suas netas e bisnetas ascenderem, sem contestação do sexo, ao poder.” (SILVA, 2014, p. 438)
(Fonte: SILVA, Alberto da Costa e. **A Manilha e o Libambo**. São Paulo: Nova Fronteira, 2014.)

O fragmento de texto acima faz referência à rainha Nzinga, uma personagem histórica de grande importância para a história de Angola. Assinale a alternativa que apresenta as características mais marcantes do período em que Nzinga (ou Ginga, ou ainda, Jinga) esteve à frente do Reino de Ndongo.

- a) A atuação de Nzinga demonstra que todas as mulheres da realeza africana do período possuíam grande liberdade de atuação, sobretudo nos assuntos ligados à política, o que comprova que ela não detinha nenhum talento especial.
- b) A rainha Nzinga era possuidora de uma habilidade diplomática peculiar, pois soube fazer frente à ingerência lusitana no Império Ndongo e em Matamba.
- c) Nzinga era uma déspota esclarecida, residindo aí a sua característica peculiar, visto que governava de forma autoritária, mas era uma mulher muito afeita à ciência.

d) A grande característica de Nzinga dizia respeito ao modo como se davam as relações com os homens da corte, na base do mandonismo e do machismo reverso, conforme demonstra a observação de Alberto da Costa e Silva.

e) Nzinga lançou as bases para a consolidação de um império que priorizava a diplomacia em detrimento da guerra, a qual somente se recorria em última instância; eis a sua característica de maior destaque.

2. “A implantação de redes comerciais e a adoção do cristianismo levou o Congo a ocupar, nos séculos XVII e XVIII, um lugar de alguma relevância no mundo atlântico, tanto em termos comerciais como políticos: influenciou a política da Igreja Católica Romana quanto às missões ultramarinas e participou das disputas entre Portugal e os Países Baixos. Mas foi o comércio de escravizados - moeda internacional - que permitiu sua entrada no mundo moderno, fez com que estivesse presente nas Américas e, junto com a diplomacia, que marcasse sua presença na Europa.”

(Fonte: MELO E SOUZA, Marina de. O cristianismo Congo e as relações Atlânticas. *Revista de História*, São Paulo, n. 175, p. 460, jul./dez. 2016.)

Assinale a alternativa que demonstra a relação existente entre a cristianização do Reino do Congo e a escravidão atlântica, sobre a qual o texto faz referência.

a) A cristianização do soberano congense permitiu que Portugal estabelecesse uma rota nos interiores da África austral, tendo em vista a região aurífera, tão cobiçada no bojo do Império Monomotapa.

b) Não há relação alguma entre a cristianização do Reino Congo e a escravidão atlântica, visto que o catolicismo proibia toda e qualquer prática escravagista.

c) A escravidão atlântica se iniciou com a conversão do Manicongo ao cristianismo, de tal sorte que o comércio transatlântico se intensificou nesse período.

d) A relação existente entre a cristianização do Reino do Congo e a escravidão atlântica foi similar ao que ocorreu no Império do Mali, no século XI, quando da islamização da nobreza malinesa, quando somente os pagãos foram escravizados.

e) Após a catequização do manicongo, Portugal pôde atuar de forma mais proeminente na região, já que tinha encontrado um aliado em um território em que outros reinos eram lhes avessos.

3. O mapa a seguir representa, de forma detalhada, os atuais grupos étnicos de Angola. Analise-o detalhadamente:

Grupos étnicos de Angola



Fonte: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/C%C3%B4kwe_\(etnia\)#/media/File:Angola_Ethnic_map_1970-pt.svg](https://pt.wikipedia.org/wiki/C%C3%B4kwe_(etnia)#/media/File:Angola_Ethnic_map_1970-pt.svg)>. Acesso em: 13 fev. 2018.

Acima, é possível visualizar o mapa dos grupos étnico-linguísticos de Angola de 1970. A partir da análise do mapa e do conteúdo estudado na Seção 1, da Unidade 3, é possível afirmar que:

- a) Os diferentes grupos étnicos de Angola formavam um todo homogêneo, com algumas variações no que se refere às línguas e culturas.
- b) As classificações dos grupos étnicos de Angola, assim como em outras regiões do continente africano, eram meramente formais, não existindo diferenciações no bojo desses grupos.
- c) Os diferentes grupos étnicos de Angola eram de caráter heterogêneo, muito embora todos eles tiveram um passado comum, proveniente de uma mesma clã.
- d) As diferenças culturais entre os inúmeros grupos étnicos de Angola somente foram reveladas quando da chegada dos colonizadores europeus, que criou divergências internas entre eles.
- e) Os diferentes grupos étnicos de Angola eram de caráter heterogêneo, possuidores de línguas e culturas distintas.

Seção 3.2

Díaspóra africana: escravidão e tráfico

Diálogo aberto

A escravidão africana promovida pelos europeus foi um dos alicerces para a introdução do sistema de *plantation*, que consistia no uso de mão de obra escrava em grandes propriedades, nas quais eram cultivadas monoculturas. Lembra-se do Pedro, um educador que trabalha no Museu sobre a Escravidão? Ele percebeu, a partir de leituras em um grupo de estudos dentro do museu organizado por um professor universitário da rede federal, que haviam diferentes formas de escravidão. A partir disso, ele aproveitou a ocasião para debater com os colegas de grupo esses dois tipos de escravismo: a escravidão transaariana, promovida pelos árabes, e a escravidão atlântica, promovida pelos europeus.

Como Pedro poderá tratar pedagogicamente esses tipos de escravismo nas visitas guiadas que o museu oferece aos alunos das escolas públicas e privadas?

Não pode faltar

Os assuntos estudados na Unidade 2 deste livro didático demonstram que a escravidão é uma prática antiga na história da humanidade, mais do que a própria formação dos Estados. Contudo, há diferentes formas de escravidão, o que significa dizer que, para definirmos o que se entende por “escravo”, devemos levar em consideração muitas variáveis, sobretudo para evitar equívocos na compreensão das diferentes formas de escravidão que ocorreram ao longo da história.

A escravização de africanos se constituiu enquanto um fenômeno sem precedentes na história, visto que foi embasada tanto por discursos religiosos quanto por discursos científicos. Isso já é um elemento que a diferencia da escravidão existente na Antiguidade, como a que ocorreu na Grécia Antiga, no Império Romano ou no Oriente Médio. Houve, sobretudo, a partir do século XVIII, a criação de argumentos pseudocientíficos, por parte de teóricos europeus,

para justificar a superioridade racial dos brancos em relação aos não-brancos, ou seja, povos indígenas, asiáticos e africanos.

Se a teoria do evolucionismo, formulada pelo naturalista britânico Charles Darwin (1809-1882), foi importante para o desenvolvimento científico, no que se refere aos estudos das espécies, alguns desses “modelos teóricos” serviram também de inspiração para que as ciências humanas formassem suas teorias, as quais passaram a justificar a suposta superioridade racial dos europeus.

Nesse sentido, teorias como o “darwinismo social”, criada pelo antropólogo inglês Hebert Spencer (1820-1903), corroboraram para alicerçar o racismo e justificar, inclusive, a escravidão de africanos. Cabe destacar que a teoria de Spencer não foi a única, visto que tiveram outros autores que formularam teorias igualmente racistas, o que demonstra o impacto do evolucionismo nas ciências humanas.

No que se refere aos estudos da escravidão africana, a historiografia concentra mais a sua atenção no protagonismo dos Estados europeus no estabelecimento do escravismo, a partir do século XVI. Ainda que a Europa tenha tido um papel preponderante a esse respeito, não podemos nos esquecer que, anteriormente aos europeus, houve outras formas de escravidão.

Quando falamos de escravidão devemos considerar que esse fenômeno ocorreu em diferentes tempos históricos, locais e em condições específicas para cada um dos casos. Podemos identificar dois tipos de escravidão associada ao continente africano: a escravidão transaariana e a escravidão atlântica. A escravidão transaariana, por exemplo, foi promovida pelo tráfico árabe-muçulmano, e deixou grandes sequelas nas comunidades das regiões do Saara, do Sudão e da África ocidental e oriental.

A escravidão islâmica na África

De acordo com M'Bokolo (2009, p. 2110, “muito antes do tráfico europeu, os africanos tinham sido objeto de um comércio regular em duas vias de acesso – o Saara e o oceano Índico – que os punham em contato com o mundo exterior”.

Com o advento do islamismo, essa escravidão mencionada por M'Bokolo cresceu gradativamente, iniciando-se pela região oriental e na África do Norte e, aos poucos, alterou profundamente a

realidade das comunidades aí existentes. No que se refere à relação entre o islamismo e a escravidão, é esclarecedora a observação Silva sobre o Alcorão, livro sagrado dos muçulmanos:



Não justifica nem condena a escravidão. Tem-na como natural. Se dela fala em algumas passagens, é para recomendar, como obra pia, reparadora ou expiatória, a manumissão dos escravos, preceituar que devem ser tratados com bondade e estabelecer regras de comportamento entre escravos e seus senhores. (SILVA, 2002, p. 32)

Diferente do escravismo da Antiguidade, a escravidão surgida da relação entre a África subsaariana e a Arábia é decorrente das relações entre os Estados núbios, etíopes e árabes, e foi empreendida pelo islamismo, cujo itinerário ia desde a Abíssinia (na atual Etiópia e chifre da África), passando pelo norte africano e Saara, desdobrando-se até o Senegal. Essa escravidão fez uso de um forte argumento religioso – a suposta guerra ao infiel –, embora, em primeira instância, houvesse um interesse político e econômico: o comércio de seres humanos.

Nesse sentido, a escravidão africana era legitimada a partir dessa guerra santa, denominada *jihad*, feita ao *infiel* ou ao *idólatra*. Assim, recorda M'Bokolo que, no mundo muçulmano, “as necessidades econômicas, militares e domésticas” se mantiveram duradouramente elevadas, ampliando a busca por africanos escravizados (2009, p. 215).



Assimile

A *jihad* ou *guerra santa*, por vezes, é erroneamente denominada como um dos pilares do islamismo. Muitos dos veículos midiáticos que estabelecem essa relação são ocidentais e acabam corroborando para uma *islamofobia* (ódio aos muçulmanos).

A religião muçulmana se apoia em cinco preceitos principais:

- Aceitar *Allah* (Deus) como único e Mohamed (Maomé) como seu profeta.
- Praticar a *zakat* junto aos necessitados.
- Fazer a peregrinação a Meca, pelo menos uma vez na vida, se dispor de recursos para isso.

- Realizar cinco orações diárias.

- Jejuar no mês do *ramadã* (nono mês do calendário islâmico).

Pelo exposto, é possível afirmar que a *jihad* está longe de ser um pilar do islamismo, pois ela somente pode ser declarada ou empreendida por um califa, ou seja, um chefe de Estado, que reúne em torno de si o poder político, religioso e militar.

Na maioria dos países árabe-islâmicos, de regimes teocráticos (que reúne política e religião), recorre-se à *jihad* como última instância, muito embora a mídia ocidental descreva a atuação de grupos terroristas, como Hamas, Hezbollah, Al Qaeda e Daesh, como guerras em nome de um deus, essa é uma estratégia para criar estereótipos e promover a islamofobia em relação aos países árabes.

Esses grupos terroristas justificam as suas atuações como guerra ao infiel, nos termos de uma *jihad*, mas as suas ações são condenadas pela maioria dos países árabes e por suas populações. Tanto no passado quanto no presente, a religião tem sido usada como argumento para alcançar objetivos políticos, quer no mundo ocidental, quer no mundo árabe, daí ser necessário refletir criticamente sobre esse tema.

As formas pelas quais o islamismo se impôs na África foram tanto por meio da livre divulgação da fé através dos acordos comerciais entre lideranças políticas quanto pela submissão dos povos pelas armas. No norte da África, isso ocorreu com os berberes, os quais, no Saara, foram um dos primeiros povos islamizados, ainda no século VIII.

Grandes caravanas que atravessavam o deserto norte-africano eram conduzidas por berberes islamizados, muitos dos quais praticavam o comércio transaariano de seres humanos. Não há dados muito precisos, pois as estatísticas são constantemente atualizadas de acordo com os avanços das pesquisas, porém se estima que, entre 650 e 1920 d.C., o número de africanos escravizados no continente e no Oriente Médio foi de 4 milhões e 100 mil via o Mar Vermelho; de 3 milhões e 900 mil na Costa Suáli; e de 9 milhões via o Saara, totalizando, no período, 17 milhões de seres escravizados (AUSTEN, 1979). No que se refere à escravidão atlântica, estimam-se, aproximadamente, 11 milhões e 700 mil, entre os anos de 1450 e 1900.

Difícilmente, nesse contexto, inexistiam atividades que não fossem realizadas por um escravizado ou escravizada, conforme

lembra Silva: “Não cessou de aumentar o número de escravos e escravas. Para concubinas, cantoras e músicas. Para o cuidado dos jardins e das hortas. Para o trato dos cavalos e dos camelos. Para trabalharem o barro, as fibras, o couro os metais e a madeira. Para as minas” (2002, p. 33).

Percebe-se que, por onde o Islamismo passou, a escravidão foi empregada de forma ostensiva. Não somente mulheres eram capturadas para “servirem” nos haréns dos sultões, como também homens para administrarem os haréns, na condição de eunucos. No dizer de Silva: “Como Maomé condenara o fabrico de eunucos, mas não o seu uso e posse, pois ele próprio fora dono de um capado, não restava ao muçulmano senão obtê-los fora dos territórios do Islame” (2002, p. 34).

O islamismo trouxe outros tipos de mudanças às regiões pelas quais passou, a exemplo da alfabetização dos povos convertidos e, inclusive, de escravizados. Segundo reflexão trazida por Hunwick (1964, p. 24):



Por onde se espalhou, o Islão encorajava a aprendizagem do árabe e a fundação tanto de escolas para ensinar o Alcorão e quanto centros de ensino para o estudo aprofundado da língua árabe e dos textos sobre a história do povo muçulmano, principalmente a bibliografia teológica e oficial, às quais formavam a base tanto da vida espiritual quanto da vida temporal dos novos convertidos. Uma vez estabelecida enquanto idioma do texto sagrado, o árabe foi rapidamente usado para propósitos mais amplos, como finalidade comercial, política e registros familiares.

Interessante que, quando da chegada dos europeus em regiões como o Senegal, antigo território do Império do Mali, a existência de africanos alfabetizados em árabe foi surpreendentemente notada. Diouf (2003) lembra que o diretor da Companhia Francesa de Comércio ficou admirado ao perceber que a maioria dos habitantes dessa região sabia ler e escrever e que tinha aprendido em “escolas públicas”, onde os *marabus* (chefe religioso muçulmano) ensinavam as crianças.

Cabe destacar que muitos africanos que vieram ao Brasil, no contexto do tráfico promovido pelos europeus, já eram alfabetizados em árabe e, por vezes, usavam os caracteres

árabes para escreverem e se comunicarem em línguas africanas das subfamílias manden e iorubá. Muitos africanos islamizados que chegaram ao Brasil eram denominados de *malês*, cuja denominação, segundo Reis (2003), vem de *imalê*, que na língua iorubá significa muçulmano. Possivelmente, esse termo em iorubá remete ao nome do antigo Império do Mali (povos de cultura mandinga), fundado por Sundjata Keita, no século XIII, rei de cultura mandinga, proveniente dos clãs *malinké*.

Existiram, no território brasileiro, no século XIX, africanos chamados de malês, mas que, na verdade, eram haussás, jejes, iorubás ou nupe, o que comprova esse processo de islamização de africanos no que, hoje, poderíamos identificar como territórios da atual Nigéria. Recorda o historiador João José Reis (2003) que *malé* não era uma etnia, outrossim uma denominação dada ao negro muçulmano.

E, ainda, há que ressaltar que os negros mulçumanos tiveram um papel de destaque na deflagrada Revolta dos Malês, na noite de 24 de janeiro de 1835, na capital baiana. A revolta foi programada para o dia 25, no fim do mês sagrado para os mulçumanos, o Ramadã, e organizada por pessoas escolarizadas na língua árabe.

A escravidão europeia na África e a diáspora

No período final do tráfico transaariano, que durou entre os séculos VII e XVI, segundo M'Bokolo (2009), há uma redução relativa deste a partir do advento do tráfico atlântico, o que significa dizer que a Europa passou a pôr em prática suas formas de colonização, na chamada *Era dos Descobrimentos*.

Iniciado no século XVI, o colonialismo foi igualmente traumático não somente para o continente africano mas também para as Américas, já que a própria ideia de "descobrimento" é altamente questionável, visto que a Europa se projetou sobre terras já ocupadas.

Assim, esse colonialismo moderno, oficializado, em um primeiro momento, por pactos, como o Tratado de Tordesilhas (1494), celebrado entre a Coroa Portuguesa e a Coroa Espanhola, moldou, gradativamente, o Novo Mundo a partir de seus anseios expansionistas.

Uma das estratégias usadas pelas potências europeias, não somente por Portugal e Espanha, no século XV e XVI, mas também no século XVII, pelos impérios coloniais francês, neerlandês e britânico, consistiu na exploração de *terras de além-mar*, também denominadas colônias.

Submetidas nas Américas, no Caribe, na Ásia e em algumas regiões costeiras da África, as colônias e seus respectivos povos foram sistematicamente explorados pelas metrópoles, as quais, nesses territórios, impuseram vorazmente o *pacto colonial*. Um dos elementos decorrentes do pacto colonial, colocado em prática pela metrópole, já no século XVI, foi a exploração da mão de obra nos territórios coloniais.



Exemplificando

O *pacto colonial* era um contrato existente entre a colônia (território explorado) e a metrópole (Estado explorador), em que, por intermédio de um conjunto de leis, as metrópoles extraíam recursos de seus territórios coloniais, como minérios (ouro, prata, ferro), produtos agrícolas (pau brasil, cana de açúcar, cacau, madeiras) e até mesmo a exploração de seres humanos escravizados, conforme ocorreu com os indígenas nas Américas. No mais, o *pacto colonial* era também formalizado por tratados que garantiam à metrópole não somente atividades comerciais, mas regulamentava igualmente atividades militares, políticas e disposições jurídicas entre a parte mais forte (metrópole) e a parte mais fraca (colônia), a exemplo da relação existente entre a Coroa Portuguesa e o Brasil colonial. Tampouco não se pode esquecer que, mesmo após a independência do Brasil, em 1822, alguns tratados internacionais, de forte espectro colonial, ainda foram implantados, como os *tratados desiguais*, assinados entre o Estado brasileiro e o Império Britânico (CERVO; BUENO, 2012).

De acordo com Diouf (2003, p. 33), “o sequestro e a escravidão caracterizou um dos primeiros contatos entre a Europa cristã e os africanos”. A autora também recorda um dos eventos pioneiros de “contato” entre esses dois povos, momento em que Dinis Dias, o primeiro navegador português a chegar ao Senegal, em 1444, sequestrou quatro dos homens que encontrou nessas terras, aprisionando-os em seu navio. Um ano depois, uma expedição portuguesa, nesse mesmo continente, capturou crianças de uma região costeira do Atlântico. Em outras regiões mais protegidas, os europeus estabeleceram relações com líderes locais, por vezes selando pacto, não raro empreendendo comércio ou, em outras instâncias, conflitos armados.

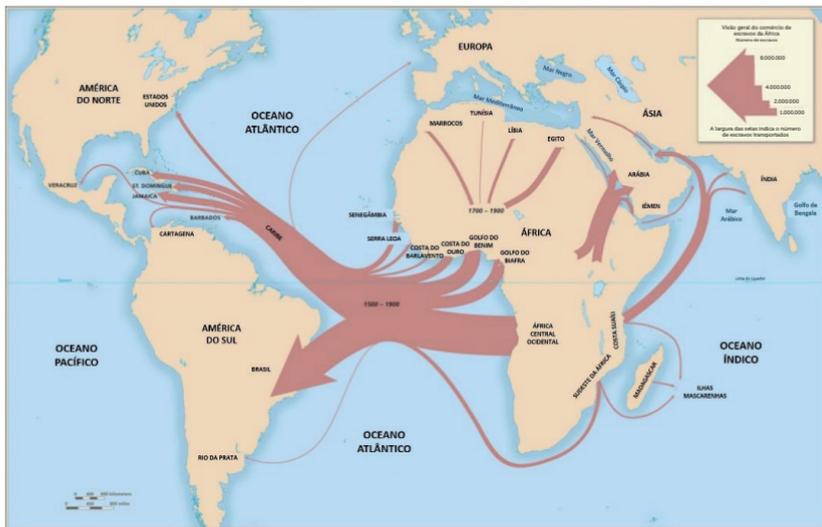
Embora não seja de opinião totalmente contrária à de Diouf, o historiador Elikia M'Bokolo (2009, p. 252) infere que “A Europa não

se manteve ausente das correntes de trocas negreiras anteriores ao tráfico transatlântico”, demonstrando que esse contato se deu antes do período assinalado por Diouf.

Essas trocas evidenciadas por M'Bokolo já corroboram com a ideia de que os europeus começavam a abrir vias de trocas comerciais com reinos africanos, principalmente na região do Atlântico. O autor reconhece que o interesse dos europeus passou a “se concentrar nos escravos como mercadoria privilegiada”. Uma vez “independente dos canais árabes, o comércio dos escravos feito pelos europeus havia de conhecer uma amplitude sem precedentes” (p. 252).

Aos poucos, os europeus foram criando uma imagem degradante do continente africano, via literatura de viagens, relatórios ultramarinos ou até mesmo discursos políticos ou religiosos. Não houve, de imediato, uma rápida infiltração das potências europeias na África, mas sim um processo gradual e demorado de ocupação dos territórios. A princípio, a Coroa Portuguesa ocupou apenas alguns entrepostos nas regiões costeiras, a julgar pela dificuldade de adentrar o território africano.

Figura 3.2 | Visão geral do tráfico atlântico de escravos partindo da África 1500-1900



Fonte: Eltis e Richardson (2010, [s.p.]).

Os africanos foram resistentes à colonização, tanto que Silva (2002, p. 451) assinala que “o manicongo mandou aprisionar vários dos tripulantes de uma embarcação francesa que ali fundeara”.

De fato, a terminologia “Era dos Descobrimentos” investiu este empreendimento colonial de um caráter grandioso e imponente por parte dos europeus, quando, na verdade, o que sucedeu foi uma série de conflitos, conspirações, batalhas e alianças com líderes locais, práticas de pilhagens, torturas, saques e “barbáries” em sua forma mais atroz.

O europeu se impôs na África de uma forma extremamente violenta, desumanizando o africano, inclusive a partir de argumentos religiosos, como o da Igreja Católica, que por meio de documentos oficiais, como a *Bula Dum Diversas*, de 1452, promulgada pelo Papa Nicolau IV, justificava e legitimava a busca por escravos:



Nós lhe concedemos, por estes presentes documentos, com nossa Autoridade Apostólica, plena e livre permissão de invadir, buscar, capturar e subjugar os sarracenos e pagãos e quaisquer incrédulos e inimigos de Cristo, onde quer que estejam, como também seus reinos, ducados, condados, principados e outras propriedades. (WIKIPEDIA, 2018, [s.p.]

O documento não cita diretamente o termo escravo, porém fornece embasamento para submeter todo e qualquer povo concebido como “incrédulo”. As coroas portuguesa e espanhola acabaram valendo-se de argumentos como esses para se imporem no continente africano. A maior prova disso é que a Igreja Católica, no contexto das grandes navegações, não foi contrária à escravidão africana.

No que se refere à escravidão indígena, em 1537, o Vaticano promulgou a *Bula Sublimi Deus*, proibindo a escravidão dos nativos nas Américas, mas não se manifestou acerca da escravidão africana. Muito pelo contrário, no período, iniciou-se o aumento gradativo da escravidão africana, sendo que, em 1518, se sucedeu o primeiro transporte direto de escravizados da África para a região das Antilhas (M'BOKOLO, 2009).

Além do argumento religioso, a ciência também foi usada para desumanizar o africano, já que, a partir do século XIX, com o advento de teorias, como o evolucionismo e o darwinismo social, iniciou-se um processo de hierarquização das diferentes culturas e povos a partir de um olhar extremamente racista que, por um lado, apoiava-se na *eugenia* e colocava o europeu como superior, e por outro, inferiorizava o africano, o indígena e o asiático.



A **eugenia** foi uma teoria elaborada pelo cientista inglês Francis Galton (1822-1911), que creditava a alguns indivíduos a superioridade genética tanto em termos físicos quanto mentais. A partir dessa teoria criaram-se argumentos que defendiam a superioridade racial de certos grupos sociais, ganhando adeptos no meio científico e justificando o racismo e o extermínio de seres humanos, como o holocausto judeu na Segunda Guerra Mundial. Outros entusiastas da eugenia, como Artur de Gobineau (1816-1882), ampararam-se nessa teoria para justificar a superioridade racial dos europeus em relação aos africanos.

Com a instalação dos sistemas de *plantations*, compostos por plantações monocultoras, voltadas para a exportação e o uso de mão de obra escrava, a demanda por escravizados aumentou vorazmente. Inclusive, antes da formação de uma sociedade escravocrata no Brasil, ocorreu a formação daquilo que Alencastro (2000, p. 68) chamou de "enclaves ibero-africano", nas Canárias, em Cabo Verde, na Madeira, nos Açores e em São Tomé, que, para os portugueses, foram adaptações prévias aos trópicos e ao *modus operandi* de um escravismo em alta escala.

Os africanos escravizados que chegaram ao Brasil procedem da costa ocidental, donde, em uma primeira fase, no século XVI, vieram os africanos do chamado ciclo da *Guiné*, onde, atualmente, seria o Cabo Verde, o Senegal e o Gabão. Em um segundo momento, vieram os africanos provenientes do ciclo de *Angola*, no século XVII, muitos dos quais das etnias bakongo, ovimbundo e lingala. Posteriormente, foram mais expressivos os africanos vindos da *Costa da Mina (ciclo de Benim e Daomé)*, no século XVIII, de onde vieram etnias como os iorubás, jejes e haussás. Esse evento foi, inclusive, realizado com a chancela da Igreja Católica, que, no contexto em questão, não somente não se opunha à escravidão como também ajudava a promovê-la.

Na passagem do século XVI para o século XVII, argumenta Alencastro (2011), a escravidão passou de atividade secundária para empreendimento principal, de tal sorte que, já no século XVII em diante, Portugal teve que lidar com outras potências → escravidão (**ciclo**): → produção aurífera (subciclo) → produção açucareira (subciclo) → produção de algodão (subciclo).

A escravidão atlântica foi responsável igualmente pela retirada da sexta parte da população do continente, podendo-se dizer que, para realizar um estudo consistente sobre a história da África, deve-se ter em vista a população de africanos dispersos pelo mundo, devido ao tráfico de escravizados. A esse fenômeno de dispersão de africanos pelo mundo chamamos de **diáspora negra**.

O próprio termo diáspora significa dispersão, sinalizando essa imigração forçada de seres humanos entre a Idade Moderna e o século XIX. No decorrer deste tráfico, empreendidos pelos europeus, mais de 100 cidades do continente africano desapareceram por completo. Estima-se que, entre 1450 e 1900, mais de 11 milhões de africanos foram retirados do seu continente.

Dentre os países que mais receberam africanos, ao longo da diáspora compulsória, foi o Brasil. A seguir, consta um quadro que compara o tráfico transaariano com o tráfico do Atlântico. Vale ressaltar que os dados são aproximados, pois pesquisas recentes vêm atualizando esses números, considerando novas fontes analisadas nos lugares de destino dos escravizados, como Estados Unidos, Cuba, Jamaica, Haiti e Brasil.

Quadro 3.1 | Comparação entre tráfico transaariano e tráfico atlântico

Vias	Período	Número	Média Anual
Mar Vermelho	650-1920	4.1000.000	3.200
Costa Suaíli	650-1920	3.900.000	3.100
Saara	650-1910	9.000.000	7.100
Atlântico	1450-1900	11.700.000	26.000

Fonte: Austen (1979, p. 66-68) e Austen (1987, p. 275).



Refleta

Refleta sobre como, no fim da abolição da escravatura, em 1888, no Brasil, foi difícil a inserção dos ex-escravizados na nova ordem econômica: a lógica do trabalho assalariado. Para melhorar sua argumentação sobre essa temática, leia esta obra:

CHALHOUB, S. **Trabalho, Lar e Botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

As sociedades da costa e o tráfico negroiro

No contexto da escravidão atlântica, existiram reinos costeiros que também tiveram papel preponderante neste comércio de seres humanos, estabelecendo alianças com os europeus, tendo em vista rivalidades locais, conforme visto na Unidade 2.

Um desses reinos foi o Daomé (*Dahomey*, *Dahomé*). Localizado onde seria o atual Benin, o Daomé (1600-1894) foi um reino que se fortaleceu na região costeira e submeteu povos e comunidades vizinhas. A expansão do Daomé ocorreu graças ao rei Agaja, que subiu ao trono em 1708 e impôs a outros reinos conquistados o pagamento de tributos, como os que eram exigidos do Império Oyo. Isso somente era possível devido ao fato de o Daomé ter sido superior em armas em relação aos seus vizinhos.

Com a descoberta do ouro nas regiões costeiras, no século XVII, o Daomé se impôs de modo mais incisivo em relação aos seus vizinhos. Outra característica desse reino é que ele foi um dos maiores fornecedores de escravizados para os europeus.

Esse reino promovia disputas entre comunidades vizinhas, com o intuito de escravizá-las, e muitas das regiões daomeanas eram usadas pelos portugueses (aliados) para a criação de fortes e entrepostos.

Os escravos capturados no Daomé eram, por vezes, trocados por armas e produtos provenientes das Antilhas ou Américas. Isso criou um ciclo vicioso no bojo do reino: aquisição de armas para a captura de escravizados, e vice-versa. Contudo, o Daomé jamais lograria êxito se não fosse pelo apoio do colonizador português.

Desnecessário dizer que reinos como o do Daomé contribuíram para a destruturação das comunidades africanas locais, uma vez que esses reinos eram estimulados pelos europeus, tendo em vista o aumento do fluxo do tráfico de escravizados.



Pesquise mais

Para ter mais informações e argumentos para falar sobre a escravidão, consulte o artigo **A historiografia sobre os escravos em Portugal**, de Jorge Fonseca, o qual aborda o tema de forma minuciosa.

Disponível em: <<http://journals.openedition.org/cultura/2422>>. Acesso em: 8 dez. 2017.

Sem medo de errar

Foram propostas as seguintes reflexões no que se refere à situação-problema, a qual trata de como Pedro poderia, pedagogicamente, abordar algumas questões teóricas nas visitas guiadas aos estudantes no museu onde ele trabalha: quais são as principais diferenças entre a escravidão transaariana e a escravidão atlântica? Em quais contextos elas ocorrem? Quem são os principais responsáveis? Qual conjuntura histórica permitiu o seu surgimento?

A escravidão transaariana, promovida pelos árabes, consistiu na escravização de africanos nas regiões do Saara, oeste africano e África oriental. Esses africanos eram enviados para o Oriente Médio, Europa ou para diferentes regiões do continente africano. Iniciou no século VII e durou até, aproximadamente, o século XIX. A conjuntura histórica que fortaleceu a escravização na região do Saara foi a expansão do islamismo nas terras africanas, muito embora antes do surgimento dessa religião já existisse a escravidão nas regiões do Egito, Núbia e Etiópia.

A escravidão atlântica, promovida pelos europeus, ocorreu entre o continente africano e o Novo Mundo (Américas), entre o século XVI e o século XX, período em que os escravizados eram enviados para trabalharem nas *plantations*.

A conjuntura histórica que fortaleceu a escravização na região do Atlântico foi a constituição da escravidão enquanto um negócio lucrativo que trasladou de 12 a 13 milhões de africanos para a América.

Faça valer a pena

1. “No Brasil os desembarques também foram reordenados para fugir da repressão. As praias litorâneas, mais afastadas do controle do Estado, passaram a acoitar os indivíduos traficados. Nelas, novas estruturas foram edificadas para receber os africanos que continuavam chegando em números crescentes na década de 1840.” (PESSOA, 2013, p. 12)

(Fonte: PESSOA, Thiago Campo. O comércio negreiro na clandestinidade: as fazendas de recepção de africanos da família Souza Breves e seus cativos. **Revista Afro-Ásia**, Salvador, n. 47, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0002-05912013000100002>. Acesso em: 8 dez. 2017.)

Se no contexto da escravidão atlântica existiam alguns reinos na costa oeste africana que eram conivente com a escravidão, deve-se ressaltar que esses reinos eram minoritários, e muitos desses só existiam devido à promoção europeia, que a eles forneciam armas e apoio logístico. Assinale um desses reinos e qual nação europeia era o seu principal apoiador.

- a) Reino Ashanti; Império Britânico.
- b) Reino Daomé; Coroa Portuguesa.
- c) Reino Jolof; Império Francês.
- d) Reino Ndongo; Coroa Portuguesa.
- e) Reino do Congo; Coroa Espanhola.

2. "Fontes indicam que, naquela época, a capital da província da Bahia possuía em torno de 65 mil habitantes, dos quais aproximadamente 40% eram cativos. Por outro lado, a maioria não escrava era composta por africanos e seus descendentes (pardos e mulatos). Considera o historiador João José Reis que, somando 'os negros e mestiços escravos e livres, os afrodescendentes representavam 78% da população. Os brancos não passavam de 22%. Entre os escravos, a grande maioria (63%) era nascida na África, chegando a 80% na região dos engenhos de açúcar localizados no Recôncavo'." (ABI-RAMIA, 2016, [s.p.]

(Fonte: ABI-RAMIA, Jeanne. **A revolta dos malês**. 2016. Disponível em: <<http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/artigos/11808-revolta-dos-mal%C3%Aas>>. Acesso em: 8 dez. 2017.)

O fragmento de texto acima faz menção à província da Bahia, onde ocorreu uma grande revolta de escravizados na primeira metade do século XIX. Assinale a cidade e o nome da revolta sobre a qual o fragmento de texto faz alusão.

- a) Salvador; Balaiada.
- b) Cachoeira; Revolta dos Malês.
- c) Água de Meninos; Praieira.
- d) Recôncavo; Revolta do Cupim.
- e) Salvador; Revolta dos Malês.

3. "[...] quem descobriu a África no Brasil, muito antes dos europeus, foram os próprios africanos trazidos como escravos. E esta descoberta não se restringia apenas ao reino linguístico, estendia-se também a outras áreas culturais, inclusive à da religião. Há razões para pensar que os africanos, quando misturados e transportados ao Brasil, não demoraram em perceber a existência entre si de elos culturais mais profundos."

(Fonte: SLENES, R. Malungu, ngoma vem! África coberta e descoberta do Brasil. **Revista USP**, n. 12, dez./jan./fev. 1991-92.)

A chegada de africanos no Novo Mundo marcou profundamente o espaço americano e caribenho, fenômeno denominado como diáspora africana, que se sucedeu de forma compulsória. No que se refere aos acontecimentos ocorridos nesse contexto diaspórico, assinale a alternativa correta.

- a) No contexto da “triste travessia” (escravidão atlântica), houve o apagamento da cultura dos escravizados.
- b) A escravidão transatlântica afetou profundamente a identidade dos afrodescendentes, sendo irreversível a recuperação da autoestima deste sujeito histórico.
- c) A diáspora africana se refere a um movimento de populações dentro do continente africano de forma espontânea.
- d) No contexto da escravidão atlântica, os valores africanos foram ressignificados, permitindo o surgimento de práticas, como a umbanda, a capoeira e o samba.
- e) No contexto da escravidão atlântica, não houve mudança nas culturas africanas no Novo Mundo, que se mantiveram intactas.

Seção 3.3

Partilha da África e colonialismo

Diálogo aberto

No museu em que o educador Pedro trabalha, foi estabelecida uma parceria com o Departamento de História e Geografia de uma conceituada universidade. No ensejo de fomentar projetos interdisciplinares e mostrando ter uma boa visão transdisciplinar, o diretor do museu propôs que fosse realizada uma oficina sobre os mapas da divisão política e da diversidade cultural do continente africano. Tal atividade partia da seguinte problematização: como uma pesquisa aprofundada a partir de mapas da divisão política do continente e da diversidade social, linguística e cultural poderia contribuir para a compreensão do neocolonialismo da África? Partindo de tal indagação, Pedro e sua equipe ficaram encarregados de desenvolver um projeto de pesquisa tendo essa problematização como diretriz.

Não pode faltar

O final do século XIX marcou por definitivo a conquista do continente africano, período em que as potências europeias submeteram sistematicamente a África às suas estratégias de dominação. Evidentemente, esse processo se iniciou tempos anteriores, conforme demonstrado pelas tentativas pioneiras da Coroa Portuguesa em submeter os reinos costeiros do Atlântico. Porém, somente entre os anos 1880 e às vésperas da Primeira Guerra Mundial que isso foi efetuado, a despeito das respectivas resistências dos povos africanos (M'BOKOLO, 2011).

A partilha da África

A *partilha da África* ou *roedura da África* é o nome dado ao processo de ocupação, divisão e colonização do continente africano pelas potências europeias. Esse evento ocorreu de forma sistematizada e, muito embora houvesse conquistas anteriores,

como, em 1830, a intervenção francesa na Argélia, até a década de 1870, somente 10% do continente havia sido ocupado pelos europeus. Já em 1914, no início da Primeira Guerra Mundial, quase 90% do continente estava sob ocupação europeia, com exceção da Etiópia, da Libéria e de parte do território Dervish (Somália).

Há uma tese erroneamente generalizada entre alguns historiadores que consiste em dizer que as potências europeias conquistaram a África a partir da *Conferência de Berlim* (1884-1885). Entretanto, essa ocupação não ocorreu por intermédio de um único evento, uma vez que tal intervenção foi feita de modo minuciosamente sistematizado, fazendo-se uso de recursos militares e econômicos, contando, inclusive, com o apoio de particulares e empresas, em vistas de interesses de mercado.

Parte da invasão do território africano também foi motivado pelo nacionalismo dos Estados europeus, fenômeno que fomentou guerras entre as próprias potências europeias, como as guerras decorrentes da unificação da Itália e da Alemanha, na década de 1870, ou a Guerra Franco-Prussiana, em 1871, finalizada com a vitória alemã. Nesse contexto, do final do século XIX, criava-se um olhar atento, por parte dos europeus, em relação à África e à Ásia, como se as terras localizadas nesses continentes de além-mar se constituíssem enquanto o palco em que as "grandes nações" iriam protagonizar as grandes "cenas históricas" (GIDE apud M'BOKOLO, 2011, p. 351).

A Europa acabou arrogando para si uma "missão civilizadora" em relação à África. A esse respeito, é ilustrativo o poema do escritor britânico Rudyard Kipling, *O Fardo do Homem Branco* (no original, *White's Man Burden*), que argumentava que caberia aos povos de "raças superiores" (os "brancos") ajudar os povos de "raças inferiores" ("negros, asiáticos, ameríndios") a se desenvolverem. Evidentemente, essas doutrinas raciais (estudadas na seção anterior) serviram de suporte para tais argumentos. Vejamos o poema de Kipling, publicado no *Times*, em fevereiro de 1899, que é sintomático do modo como, à época, os europeus viam os povos africanos e asiáticos.

O Fardo do Homem Branco - Rudyard Kipling (1899)

Tomai o fardo do Homem Branco -
 Envia teus melhores filhos
Vão, condenem seus filhos ao exílio
 Para servirem aos seus cativos;
 Para esperar, com arreios
 Com agitadores e selváticos
Seus cativos, servos obstinados,
 Metade demônio, metade criança.

Tomai o fardo do Homem Branco -
 Continua pacientemente
Encubra-se o terror ameaçador
 E veja o espetáculo do orgulho;
 Pela fala suave e simples
 Explicando centenas de vezes
 Procura outro lucro
 E outro ganho do trabalho.

Tomai o fardo do Homem Branco -
 As guerras selvagens pela paz -
 Encha a boca dos Famintos,
 E proclama, das doenças, o cessar;
E quando seu objetivo estiver perto
 (O fim que todos procuram)
Olha a indolência e loucura pagã
 Levando sua esperança ao chão.

Tomai o fardo do Homem Branco -
 Sem a mão-de-ferro dos reis,
 Mas, sim, servir e limpar -
 A história dos comuns.
As portas que não debes entrar
As estradas que não debes passar
Vá, construa-as com a sua vida
 E marque-as com a sua morte.

Tomai o fardo do homem branco -
E colha sua antiga recompensa -
A culpa de que farias melhor
O ódio daqueles que você guarda
O grito dos reféns que você ouve
(Ah, devagar!) em direção à luz:
"Porque nos trouxeste da servidão
Nossa amada noite no Egito?"

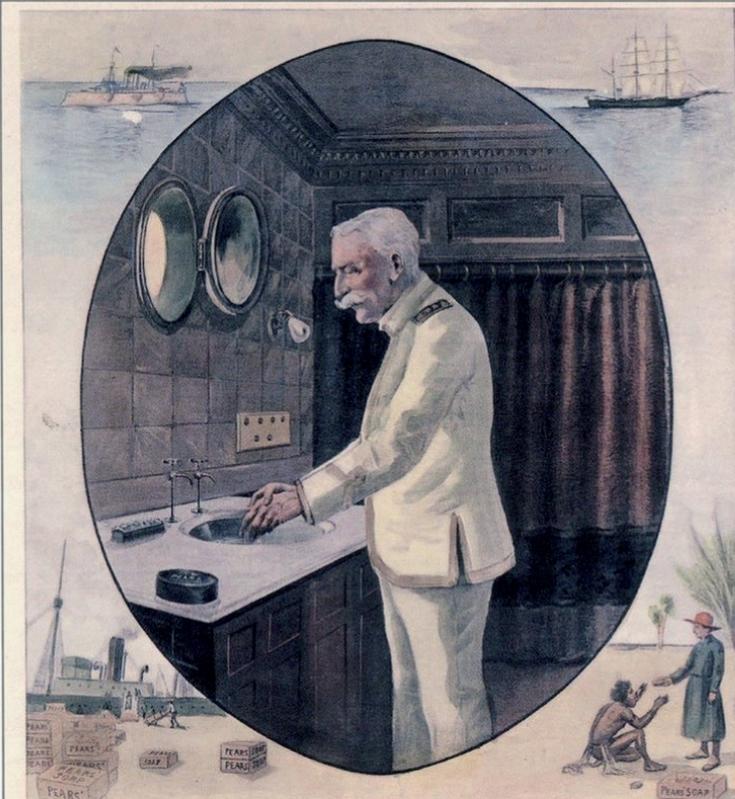
Tomai o fardo do homem branco -
Vós, não tenteis impedir -
Não clamem alto pela Liberdade
Para esconderem sua fadiga
Porque tudo que desejem ou sussurrem,
Porque serão levados ou farão,
Os povos silenciosos e calados
Seu Deus e tu, medirão.

Tomai o fardo do Homem Branco!
Acabaram-se seus dias de criança
O louro suave e ofertado
O louvor fácil e glorioso
Venha agora, procura sua virilidade
Através de todos os anos ingratos,
Frios, afiados com a sabedoria amada
O julgamento de sua nobreza.

(Fonte: <http://pt.wikisource.org/wiki/O_fardo_do_Homem_Branco>. Acesso em: 18 jan. 2018.)

O poema de Kipling expressa bem o modo como os europeus concebiam a relação com os povos africanos, sempre partindo de um olhar "civilizado", que enxergava ali a "selvageria ou barbárie". Escritores que pensavam como Kipling foram ganhando espaço nos espaços acadêmicos, políticos e artísticos, de tal forma que até uma propaganda de sabonete endossava esse tipo de opinião.

Figura 3.3 | Propaganda de sabão de época, na qual o homem branco é encorajado a ensinar noções de higiene às pessoas de outras raças



The first step towards lightening
The White Man's Burden
is through teaching the virtues of cleanliness.

Pears' Soap

is a potent factor in brightening the dark corners of the earth as civilization advances, while amongst the cultured of all nations it holds the highest place—it is the ideal toilet soap.

Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/O_Fardo_do_Homem_Branco#/media/File:1890sc_Pears_Soap_Ad.jpg>. Acesso em: 18 jan. 2018.

Essas noções de caráter fortemente racistas foram ganhando força, de tal sorte que a invasão e a ocupação da África foram sendo justificadas valendo-se do argumento falacioso de que caberia ao europeu ensinar os valores civilizatórios que os “bárbaros” e “selvagens” se adaptariam à “supremacia cultural” dos ditos civilizados.

No que se refere à Partilha da África propriamente dita, melhor seria se referir a esse evento como “partilhas da África”, considerando o seu caráter complexo e os inúmeros eventos realizados pelos colonizadores, cujo interesse era de se impor política e economicamente no continente.

Em 1882, por exemplo, foi assinado o *Tratado de Makoko*, que colocava o Reino Bakeke, no atual território do Congo, sob proteção francesa, aguçando a rivalidade dos portugueses, que já vinham se impondo na região do rio Congo. Esse exemplar evento foi realizado antes da Conferência de Berlim (1884/85), que segundo alguns historiadores foi o evento que marcou em definitivo a Partilha da África.

Contudo, atribuir tal divisão a um único evento seria uma forma muito simplista de explicar esse fenômeno, pois tiveram eventos anteriores de natureza imperialista, como a ocupação francesa da Argélia, em 1830, ou a abertura do Canal de Suez, no Egito, em 1869, que abriu definitivo espaço para os britânicos na região. Ainda a esse respeito, já em 1875, a França reivindicava controle político e jurídico das regiões costeiras do Gabão e do Congo-Brazzaville.

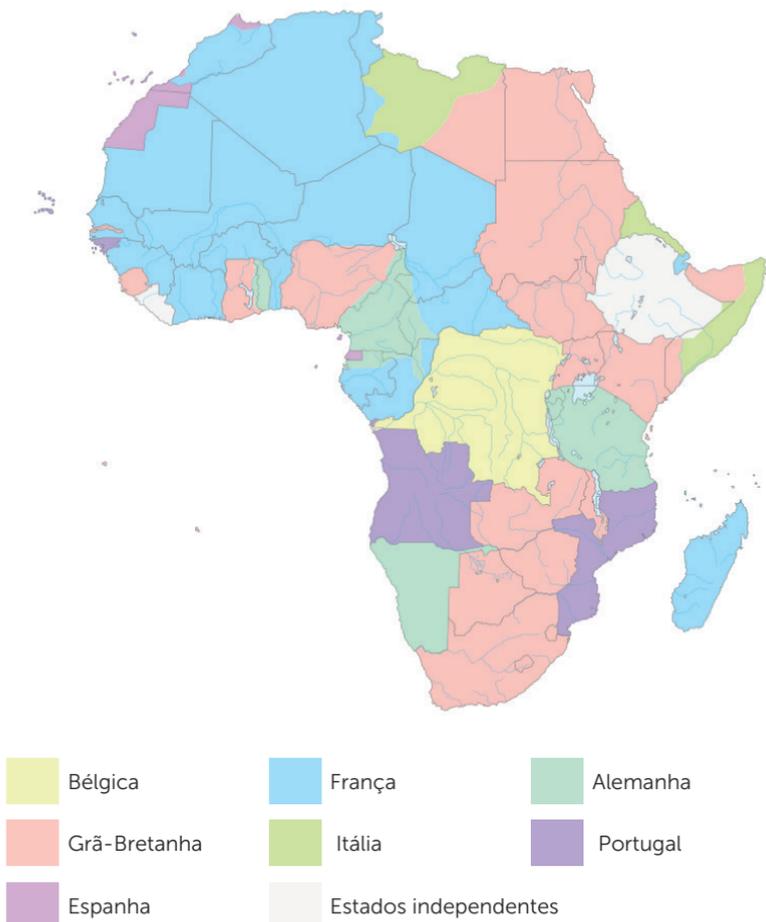
A Conferência de Berlim (1884-1885)

Entre novembro de 1884 e fevereiro de 1885, as potências europeias se reuniram para decidir a forma de ocupação e exploração do continente africano. O evento ficou conhecido como a *partilha* ou *roedura* da África, devido à sua característica fortemente colonial. Conforme observou o historiador Elikia M'Bokolo (2011, p. 358), “a Conferência de Berlim é um desses eventos fundadores que muitas vezes são investidos ‘a posteriori’ de uma importância real ou simbólica, que não tinham no momento em que ocorreram”.

A Conferência foi empreendida pelo chanceler alemão Otto von Bismarck e seu caráter inicial consistia em resolver três questões: a liberdade de comércio na bacia do Congo, a livre navegação dos rios Congo e Níger e “as formalidades a observar para que

as ocupações posteriores nas costas da África pudessem ser consideradas efetivas” (M'BOKOLO, 2011, p. 358). Com o avanço tecnológico decorrente da segunda fase da Revolução Industrial, a Europa angariou possibilidades econômicas e técnicas nas áreas de produção de energia, química e militar, muitas das quais foram mobilizadas para o empreendimento colonial. Os países articularam entre si a divisão do continente a partir de áreas de interesses, considerando-se também ocupações já existentes.

Figura 3.4 | Mapa da África colonial, em 1913, às vésperas da Primeira Guerra Mundial



Fonte: <<http://trayectorio.com/one-world-naciones-online-pases-por-continente/>>. Acesso em: 16 fev. 2018.

A divisão do continente não ficou somente a cargo de Estados, pois houve particulares que se apropriaram de territórios no continente, como o rei belga, Leopoldo I, que se apropriou de todo o território do Congo, processo que foi continuado pelo seu filho, Leopoldo II.

Ambos impuseram a esse país um domínio imperialista muito cruel, de tal sorte que as denúncias de violência referiam sempre decapitações, mutilações e torturas como os “métodos” de punição usados pelos reis belgas para obrigar os congolese a trabalharem compulsoriamente para eles. Além disso, é importante situar a expropriação das terras nativas por parte deste regime que repassava a “tutela” delas para o Estado belga.

À época, essa colônia africana era 88 vezes maior do que a Bélgica. O romance do escritor peruano Mario Vargas Llosa, *O sonho do celta*, tem como pano de fundo a atuação do neocolonialismo belga no Congo, no qual o personagem principal da história, Roger Casement, um diplomata irlandês, denuncia os belgas nas cúpulas internacionais.

A história foi baseada em fatos reais, já que Llosa teve acesso aos arquivos da época do neocolonialismo em África. O romance também desmonta a atuação dos britânicos na Amazônia peruana, mostrando que não existia ética no chamado “empreendimento colonial”, mas sim uma intenção maior, que era a de reificar os seres humanos em prol do lucro a qualquer custo.

O neocolonialismo não seguiu um único padrão, pois havia diferentes nuances no que se refere ao *modus operandi* dos diferentes colonizadores. Os interesses das potências na África eram os mais distintos possíveis, como a busca de matérias-primas, áreas de influência, estratégias geopolíticas, mercados consumidores ou mão de obra barata.



Assimile

Neocolonialismo é nome dado ao processo pelo qual as potências europeias (França, Inglaterra, Portugal, Espanha, Itália, Bélgica, Estados Unidos, Holanda, Império Otomano e Reino Austro-Húngaro) estabeleceram a dominação econômica e política de territórios existentes, principalmente, nos continentes africanos, caribenhos, americanos e asiáticos no século XIX. O conceito foi criado na tentativa de diferenciar esse processo do termo colonização, mais utilizado para o processo de exploração de colônias no período mercantilista,

momento da expansão das grandes navegações. Algumas ações decorrentes do neocolonialismo resultaram na Primeira Guerra Mundial.

O neocolonialismo português em África

Entre 1840 e 1880, o comércio português na África, segundo M'Bokolo (2011), passou de 3% para 10%, o que aumentou o interesse de particulares, como banqueiros, industriais têxteis e exportadores para empreitada colonial. Muitos empresários compraram terras de chefes locais, a partir de negociações escusas, como o que ocorreu na Guiné, em que um governador mestiço, Honório Pereira Barreto, entre 1837 e 1859, aumentou as posses portuguesas a partir da compra de terras.

Fenômeno similar ocorreu em São Tomé, em Cabo Verde e em Angola. A esse respeito é interessante a observação da historiadora portuguesa, Miriam Halpern Pereira (apud M'BOKOLO, 2011, p. 369): "A unidade da burguesia, desagregada pela independência do Brasil, iria refazer-se nos últimos anos do século XIX, em torno da expansão colonial africana".

Portugal, com o intuito de criar o Império Ultramarino Português, foi uma das potências mais atuantes na Conferência de Berlim. Os portugueses se impuseram em Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. Essas nações foram as últimas a se tornarem independentes, cuja emancipação ocorreu em 1975, a partir de guerras extremamente violentas. Hoje, quando nos referimos a uma África lusófona, é a esses países que se fazem alusão, muito embora existam línguas de estruturas mais antigas do que o português em seus territórios, como o kikongo, o quimbundo e o lingala, idiomas falados em Angola e Congo.

O assimilacionismo francês

Em 1895, o jurista francês, Arthur Girault, formulou a ideia de que a nação francesa teria a obrigação moral e civilizatória de "fornecer" seus valores culturais aos outros povos por meio da *aculturação*. Até outros países europeus, como os portugueses, ampararam-se nesse modelo, criando, por exemplo, um **Estatuto do Indígena**, em 1921, cujas ideias eram baseadas nas ideias de Girault.



Assimilacionismo foi uma estratégia usada pelos colonizadores para apagar a tradição cultural dos povos nativos das colônias conquistadas. Por meio da europeização ou ocidentalização, países como França e Portugal formaram uma elite colonial detentora de privilégios, cujo intuito era o de colaborar com os colonizadores. Arthur Girault foi um dos grandes idealizadores do chamado *assimilacionismo*. Quais seriam as estratégias assimilacionistas com relação à educação, aos comportamentos e aos costumes dos povos tradicionais africanos?

A França, por exemplo, dividia os povos africanos entre *indigènes* (nativos ou indígenas) e *assimilés* (assimilados). Nesse sentido, os *assimilados* angariavam algumas vantagens, como adquirir propriedades, ocupar cargos burocráticos, prestar serviço militar e ter acesso a uma formação escolar. Essa nação estendeu essas leis às suas colônias, como Argélia, Tunísia, Senegal, Gâmbia, Burkina-Fasso, Mali, Camarões, Chade, República Centro Africana, Costa do Marfim e mais dez colônias.

Para propagandear esses valores coloniais, enquanto benéficos aos colonizados, o cinema se constituiu um veículo extremamente eficaz, tanto é verdade que alguns países africanos, ocupados pela França e pela Inglaterra, foram proibidos de fazer cinema durante o período colonial (LEQUÉRET, 2003).

Além do assimilacionismo francês, outras nações europeias se basearam nessa estratégia para estabelecer alianças com os povos colonizados. Este foi o caso da empresa neocolonial portuguesa, a qual abordaremos mais detidamente na Unidade 4 deste livro.

A Inglaterra na África

O Império Britânico foi um dos maiores impérios de áreas descontínuas que já existiu, cujos territórios se estendiam desde a Europa, passando pelas Américas, Caribe, Ásia e se desdobrando na África. Esse imperialismo se iniciou no século XVI e, a partir do século XVII, os britânicos se impuseram na África, processo que se intensificou no século XIX.

Em um primeiro momento, os ingleses interviram no tráfico de escravizados, a partir de uma estratégia que consistia em criar mercados consumidores nos territórios ocupados, visto que coube à Inglaterra o pioneirismo na Revolução Industrial. Os britânicos controlaram grande parte do comércio de diamantes, ouro e

tecidos, o que levou à criação de novas colônias em regiões costeiras e interiores, em territórios que correspondem, hoje, ao Sudão, Egito, Nigéria, Somália, Serra Leoa, Tanzânia, Uganda, Zimbabwe, Suazilândia, África do Sul, entre outros.

Parte da intervenção neocolonial britânica foi promovida por particulares, como Cecil Rhodes, que explorou minas de diamantes na África do Sul, ocupando também a região de Botswana, criando uma província denominada Rodésia, batizada, em 1885, com esse nome em sua homenagem. De acordo com José Rivair Macedo, a primeira colônia a conquistar a independência dos ingleses foi a África do Sul, em 1910, e a última foi o Zimbabwe, em 1980.

Os problemas da colonização da África

A colonização europeia na África interferiu fortemente na forma dos africanos se organizarem, visto que tal intervenção alterou a estrutura organizacional das comunidades. A própria divisão do continente africano não levou em consideração as características locais, como a cultura de cada povo. Eventos, como a *Conferência de Berlim* (1884/85), que deliberavam sobre a geopolítica do continente, foram realizados sem a presença de representantes das nações africanas.

Nesse sentido, a atuação dos colonizadores no continente foi no sentido de estimular rivalidades entre os grupos sociais e culturais, reconhecida pela famosa estratégia de dividir para melhor dominar, a partir da qual reinos soberanos foram derrubados e “chefes fantoches” foram nomeados para empreender os mecanismos de lucratividade e dominação dos colonizadores.



Exemplificando

Conflitos étnicos decorrentes do neocolonialismo – a ocupação e implantação, por parte das potências europeias, de instituições jurídicas, econômicas e políticas nos territórios africanos coloniais acabaram por desestruturar a relação entre os diferentes povos autóctones do continente, a exemplo do assimilacionismo, que foi uma estratégia usada pelos colonizadores para submeter as populações coloniais.

É exemplar a esse respeito o acirramento dos conflitos étnicos entre os povos africanos, como o ocorrido entre Ruanda e Burundi, entre *tutsis* e *hutus*. Antes da chegada dos alemães (1885-1919) e dos belgas (1922-1962) a esse país, os ruandeses não possuíam rivalidades

entre si. Contudo, essa realidade acabou se alterando no decorrer do século XIX, período em que, por intermédio da aplicação de modelos pseudocientíficos, como a eugenia, os colonizadores construíram fronteiras entre esses grupos a partir de diferenciações que levavam em consideração aspectos físicos, como a medição do tamanho da cabeça (craniometria), a cor da pele, dos olhos, o tamanho das mãos e a altura.

Evidente que esse método foi uma estratégia avançada do neocolonialismo e que consistia, como ressaltamos, em dividir para dominar. Tanto é verdade que foi desencadeada uma série de conflitos em Ruanda devido à eficácia dos colonizadores na criação de rivalidades entre essas populações.

A maior projeção desses conflitos foi o que desencadeou o genocídio de Ruanda, em 1994, que dizimou parte de sua população. Entre 7 de abril e 15 de julho de 1994, foram assassinadas mais de 500 mil pessoas. Algumas fontes apontam que mais de um milhão de pessoas foram mortas, em sua maioria tutsis (10% da população total), geralmente por hutus (que correspondiam de 85 a 90% da população).

(Fonte: RUANDA. Tribunal Penal Internacional para Ruanda. Conselho de Segurança de Segurança das Nações Unidas. **Resolução 955 S-RES-955**. 1994.)

Durante a ocupação colonial, segundo o escritor e intelectual martinicano Frantz Fanon (1969), a cultura tradicional ficava completamente fossilizada, já que o colonizador criou toda uma estrutura para controlar as mentes dos novos colonizados, como o cinema, a escolarização, a propaganda, a burocracia de Estado nos moldes ocidentais, as leis e os cargos administrativos que auxiliaram nos processos de assimilação.



Pesquise mais

Para maior aprofundamento sobre a temática, segue o link da ata correspondente à Conferência de Berlim, conforme o conteúdo exposto no Não pode faltar.

Disponível em: <http://casadehistoria.com.br/sites/default/files/conf_berlim.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2018.

Sem medo de errar

A pesquisa realizada por Pedro e sua equipe sobre a relação entre a divisão política do continente africano e milhares de comunidades desse mesmo território se constituiu uma ótima atividade para demonstrar problemas decorrentes do neocolonialismo.

A partir dela, a equipe com a qual Pedro trabalha observou que a África está dividida politicamente em 54 países e nove territórios independentes, muito embora existam mais de 2.000 comunidades culturais, possuidoras de línguas, crenças e rituais particulares.

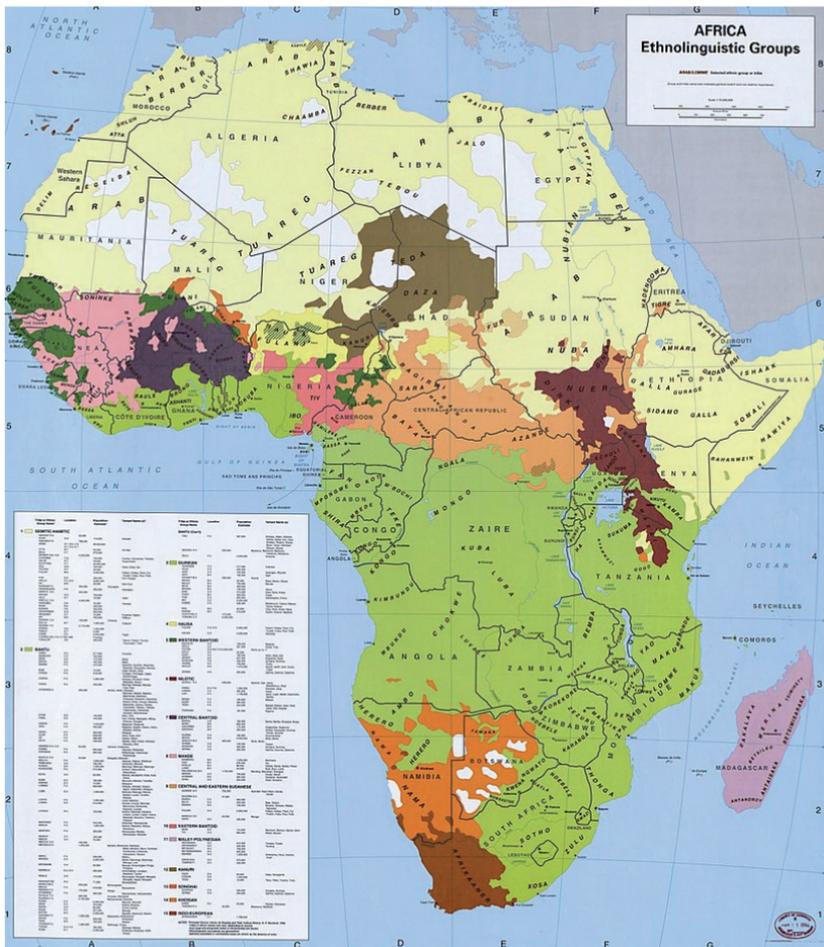
Uma vez comparados ambos os tipos de mapeamento, é possível constatar problemas decorrentes do colonialismo, como as questões fronteiriças, que dividiram comunidades, e o nacionalismo, que fomentou, em alguns países, as rivalidades entre comunidades locais. Um cotejamento entre os mapas poderia ser ilustrado pelos exemplos a seguir, nos quais se nota, de imediato, essa disparidade.

Figura 3.5 | Divisão política do continente africano



Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:African_continent-pt.svg>. Acesso em: 18 jan. 2018.

Figura 3.6 | Mapeamento das comunidades do continente africano (mapa etnolinguístico)



Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%81frica#/media/File:Africa_ethnic_groups_1996.jpg>. Acesso em: 18 jan. 2018.

Faça valer a pena

1. “Aconteceu num debate, num país europeu. Da assistência, alguém me lançou a seguinte pergunta: - Para o senhor, o que é ser africano? Respondi com uma pergunta: - E para o senhor, o que é ser europeu? O homem gaguejou. Não sabia responder. Mas o interessante é que, para ele, a questão da definição de uma identidade se coloca naturalmente para os africanos. Nunca para os europeus. E ele nunca tinha colocado a questão ao espelho. Recordo o episódio porque me parece que ele toca uma questão central: quando se fala de África, de que África estamos falando? Terá o continente africano uma essência facilmente capturável?”

Haverá uma substância exótica que os caçadores de identidades possam recolher como sendo a alma africana? Conhecemos a impossibilidade da resposta. Afinal, é a própria pergunta que necessita ser interrogada. São pressupostos que carecem ser abalados. E onde se enxergam essências devemos aprender a ver processos históricos, dinâmicas sociais e culturais em movimento.”

(FONTE: COUTO, Mia. Um retrato sem moldura. In: HERNANDEZ, Leila. A África na sala de aula. São Paulo: Selo Negro, 2005. p. 11.)

Apesar de a África ser um continente com 54 países e nove territórios independentes e mais de 2.000 culturas, há quem se refira à África como se fosse um espaço homogêneo. Considerando essa observação e o problema apontado pelo escritor Mia Couto no fragmento de texto acima, assinale a alternativa que melhor expressa a que se deve esse olhar enviesado sobre o continente africano.

- a) À existência de uma comparação excessiva, por parte da grande mídia, entre os povos africanos e os povos da Europa central, o que contribui para o essencialismo, apontado por Mia Couto.
- b) À inexistência de historiadores e escritores que retratem a cultura africana e a realidade de seu povo em perspectiva não essencialista.
- c) Ao racismo estrutural que limita o conhecimento acerca da cultura africana e afrodiáspórica, motivo pelo qual o essencialismo do ser africano constitui-se enquanto uma realidade concreta.
- d) A um olhar essencialista, que consiste em conceber a África e o africano a partir de arquétipos homogeneizantes.
- e) A uma deturpação midiática, que veicula somente notícias que retratam violências e instabilidades políticas no continente africano.

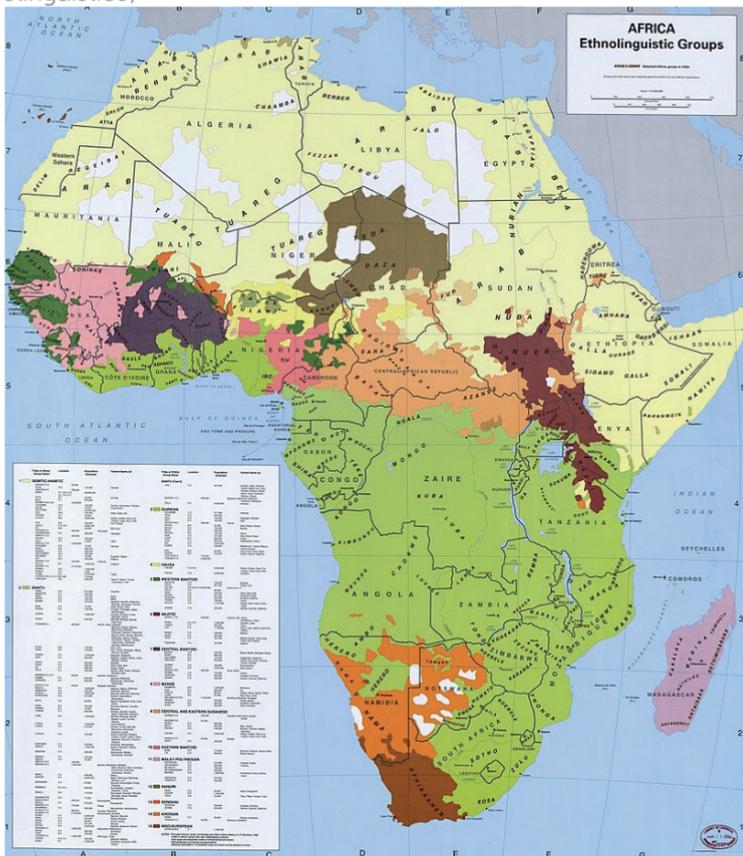
2. “Foi o agravamento da crise do seu desenvolvimento econômico na via capitalista que empurrou Portugal na corrida para África, mais do que uma qualquer nostalgia irracional da grandeza imperial [...] Os motivos da participação de Portugal na corrida para África eram pois idênticos aos dos outros Estados da Europa Ocidental. A única particularidade do caso português residia no fato de Lisboa dispor na África de posições estabelecidas e de direitos legais que lhe permitiram obter uma parte dos despojos desproporcionada relativamente à sua posição econômica e política na Europa.”

(FONTE: CLARENCE-SMITH, Gervase. The Third Portuguese Empire (1825-1975): a study in Economic Imperialism. Lisboa: Teorem, p. 81-82, 1990.)

Levando em consideração o fragmento de texto acima, assinale a alternativa correta.

- a) Nos termos do autor, os direitos legais dos quais dispunham Portugal no continente africano deviam-se ao seu pioneirismo na colonização do continente.
- b) Um dos motivos da participação de Portugal no continente africano era o de dirimir déficits econômicos entre os povos de países como Cabo

Mapa 2 | Mapeamento das comunidades do continente africano (mapa etnolinguístico)



Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%81frica#/media/File:Africa_ethnic_groups_1996.jpg>. Acesso em: 18 jan. 2018.

Analise os dois mapas e assinale a questão correta no que se refere ao cotejamento entre ambos:

- Percebe-se que a divisão política, que consta no Mapa 1, não corresponde à complexidade do Mapa 2, que retrata inúmeras comunidades culturais.
- Ambos os mapas não conflitam, pois as comunidades retratadas no Mapa 2 estão contidas nos países representados no Mapa 1.
- Os mapas são incongruentes entre si na medida em que ressaltam de períodos históricos distintos, não existindo mais as divisões étnicas do continente, apenas divisões nacionais.
- Os mapas se complementam, pois as fronteiras nacionais salvagamam as comunidades culturais.
- Os mapas se complementam, pois as fronteiras nacionais preservam os limites do Estado-nação, é o que preserva os idiomas falados pelas inúmeras comunidades.

Referências

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O Trato dos Videntes**: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

_____. O observador do Brasil no Atlântico Sul. **Revista Pesquisa Fapesp**, ed. 188, out. 2011.

AUSTEN, R. The trans-saharan slave trade: a tentative census. In: GEMERY, H. A.; HOGENDORN, J. (ed.). **The Uncommon Slaves Market**: Essays in the Economic History of Atlantic Slave Trade. Nova Iorque: Academic Press, 1979. p. 66-68.

_____. **African Economic History**: Internal Development and External Dependency: Internal Development and External Dependency. Londres: James Currey, 1987.

BILA, H. H. K. A região ao Sul do Zambeze. In: OGOT, Bethwell Allan (Ed.). **História Geral da África V**: África do século XVI ao XVIII. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2010.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 4. ed. Brasília: Editora UnB, 2012.

DIAS, Manuel Nunes. Os campos de ouro do Monomotapa. **Revista de História**, v. 17, n. 35, p. 107-122, 1958.

DIOUF, Sylviane A. **Servants of Allah**: African Muslims Enslaved in The Americas. Nova Iorque: New York University Press, 2013.

ELTIS, David; RICHARDSON, David. **Atlas of the Transatlantic Slave Trade**. New Haven, Londres: Yale University Press, 2010. Disponível em: <<https://tracingafricanroots.wordpress.com/maps/southeast-africa/>>. Acesso em: 16 out. 2018.

FAGAN, Brian Murray. As Bacias do Zambeze e do Limpopo, entre 1100 e 1500. In: NIANE, Djibril Tamsir (Ed.). **História Geral da África IV**: África do século XII ao XVI. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2010.

FAGE, J. D.; OLIVER, R. **The Cambridge History of Africa**. Cambridge: Cambridge University Press, 1975. p. 355.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

FROMONT, Cécile. **The Art of Conversion**. Christian visual culture in the Kingdom of Kongo. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2014.

HUNWICK, John. **The influence of Arabic in West Africa**. Transactions of the Historical Society of Ghana. 1964.

LEQUERET, Elisabeth. **Le Cinéma africain**: un continent à la recherche de son propre regard. Paris: Cahiers du Cinéma, 2003.

LLOSA, Mário Vargas. **O sonho de celta**. São Paulo: Alfaguara, 2011.

GREENBERG, Joseph H. **Some universals of grammar with particular reference to the order of meaningful elements**. Cambridge: MIT Press, 1963. p. 73-113.

- MACEDO, José Rivair. **História da África**. São Paulo: Editora Contexto, 2013.
- MANDELA, Nelson. **Long Walking for Freedom**. New York: Little Brown & Co, 1994.
- M'BOKOLO, Elikia. **África Negra: história e civilizações**, Tomo I (até o século XVIII). Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2009.
- _____. **História da África Negra**. São Paulo: Casa das Áfricas, 2011
- NIANE, Djibril Tamsir. Conclusão. In: _____. (Ed.). **História Geral da África IV: África do século XII ao XVI**. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2010.
- _____. Introdução. In: _____. (Ed.). **História Geral da África IV: África do século XII ao XVI**. 2. ed. Brasília, UNESCO, 2010.
- NICOLAIDES, A. Early Portuguese imperialism: Using the Jesuits in the Mutapa Empire of Zimbabwe. **International Journal of Peace and Development Studies**, v. 2, n. 4, p. 132-137, 2011.
- REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês em 1835**. São Paulo: Cia das Letras, 2003.
- SILVA, Alberto da Costa. A manilha e o limbambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700. Rio Janeiro: Nova Fronteira, 2002. p. 32.
- _____. A Manilha e o Libambo. São Paulo: Nova Fronteira, 2014.
- THORNTON, John. **Africa and Africans in the Making of Atlantic World, 1400-1800**. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- VANSINA, Jean. A África equatorial e Angola. **História Geral da África**, Distrito Federal, Unesco, v. IV, 2012.
- WIKIPEDIA. **Bula Dum Diversas**. 2018. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Dum_diversas>. Acesso em: 16 fev. 2018.

Identidades nacionais na África lusófona e anglófona

Convite ao estudo

Na última unidade deste livro-didático, discutiremos como se organizaram as resistências anticoloniais a partir de duas experiências de colonização ocorridas no continente africano: as empresas coloniais portuguesa e inglesa. Outros poderiam ser os exemplos de colonização, porém, para fins didáticos, decidimos focar nesses dois casos para que você tenha condições de compreender que o processo histórico da colonização desses países apresenta especificidades características dos contextos em que foram implementados.

Após o debate sobre as tendências nos processos de colonização das diferentes empresas coloniais, a proposta da sessão é um estudo sobre as identidades nacionais na África lusófona e anglófona. Na Seção 4.1, vamos procurar entender as resistências e independências nos países africanos. Esse tema será subdividido em temas: as resistências anticoloniais; a negritude e o pan-africanismo; os movimentos de independência; a construção das identidades nacionais dos países na África.

Na Seção 4.2, vamos estudar os nacionalismos na África Lusófona que compreenderá conteúdos como: os países de língua portuguesa na África insular: Cabo Verde e São Tomé e Príncipe; países de língua portuguesa na África continental: Guiné Bissau, Moçambique e Angola, procurando dar relevo às suas independências e à instabilidade política e social agravada pela interferência dos colonizadores. Dando continuidade, na Seção 4.3, estudaremos a África do Sul, o apartheid e a resistência ao regime segregacionista.

Antes de iniciar esse estudo, vamos conhecer nosso contexto de aprendizagem: a diversidade de alunos nas

classes de uma universidade. Há muito o Brasil tem recebido estudantes africanos em suas instituições universitárias. Nas últimas décadas os programas de cooperação entre universidades e governos de países africanos têm intensificado essa presença no território nacional brasileiro. Esses estudantes são principalmente oriundos de países de língua portuguesa ou lusófonos, como Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné Bissau. Entretanto, existem também alguns alunos procedentes da Nigéria e da África do Sul, que são países que foram colonizados pela Inglaterra, portanto, de língua inglesa ou anglófonos. Nas salas de aula de nossas universidades encontram-se brasileiros e africanos. A troca de conhecimento é mútua e ambas as partes aprendem algo sobre o outro, seja ele africano ou brasileiro.

Luiza é uma aluna brasileira que frequenta uma universidade que participa de um desses programas de cooperação com os governos africanos. Em diversas disciplinas, ela se encontra com estes africanos e tem possibilidade de trocar informações diversas. Muitos assuntos surgem desses encontros, tais como os modos de viver na África, as guerras que aconteceram pós-colonização, o que significa ser colonizado, como é o governo de seu país, quais são os encantos de ser africano, o que esperam da “Nova África”. Enfim, é uma série de questões que Luiza passou a observar depois que cursou a disciplina História da África. Ao mesmo tempo, os africanos também interrogam Luiza sobre o negro no Brasil e sobre o racismo nesta terra que tem tantos afrodescendentes.

Vamos, então, participar das conversas em que Luiza e seus novos amigos africanos trocam experiências, a fim de perceber o quanto o colonialismo marcou essas culturas africanas e como a “Nova África”, livre, propõe-se a afirmar “a identidade africana” no mundo de hoje.

Vamos, então, procurar com esse estudo compreender a “Nova África”, agora descoberta do véu do preconceito que historicamente marca a compreensão de sua realidade.

Seção 4.1

Resistência e Independências nos países africanos

Diálogo aberto

Luiza cursava várias matérias na universidade e, entre elas, um curso de inglês. Neste curso, estavam também matriculados diversos africanos principalmente dos países lusófonos. Na classe de Luíza havia um rapaz moçambicano de nome Agostinho, que era filho de um cônsul. Vale notar que o rapaz vinha de uma família abastada de Maputo, capital de Moçambique. Naquela aula, a professora pediu para que cada um dos alunos falassem um pouco de sua vida. Isso ajudaria na prática da língua inglesa, além de proporcionar a apresentação e o conhecimento dos integrantes da classe. Cada um se apresentava e contava um pouco de sua vida. Quando chegou a vez de Agostinho, ele disse seu nome: “- Agostinho Ferreira, porque em Moçambique não se usa mais nomes tradicionais locais e sou originário de Maputo”. Contou que essa cidade era muito bonita e desenvolvida e que Moçambique era um belo país. Neste ponto da conversa, a professora lhe perguntou sobre o povo moçambicano. Agostinho se empolgou e com uma expressão de superioridade disse: “O povo africano é muito ignorante, atrasado, cheio de credices”. Continuando a conversa, um colega de classe lhe perguntou sobre a comida, pratos típicos, comidas exóticas. Agostinho respondeu prontamente que a comida era igual à dos portugueses. Foi aí que Luiza entrou na conversa e disse: “Agostinho, eu vi um documentário em que a carne de hipopótamo é muito apreciada pelos moçambicanos. Hipopótamo não é comida portuguesa. Eu a consideraria exótica. Gostaria de fazer outra observação: como você pode chamar seu próprio povo de ignorante?” Agostinho se defendeu: “Ninguém em Moçambique come hipopótamo, isso é coisa de gente atrasada. Agora falei que os moçambicanos são ignorantes e atrasados porque não são como os europeus. Os africanos não sabem se comportar. Por isso, meu pai me enviou para cá para um estágio curto, porque no próximo semestre vou estudar na Inglaterra”.

Esse episódio pode nos trazer muitas evidências de uma África que foi colonizada e traz profundas cicatrizes. Como você, aluno(a), analisaria essa conversa de Agostinho? O que você pensaria sobre a identidade africana construída por ele? Quantas evidências da colonização ainda estão presentes no discurso de Agostinho? Que relação você pode fazer do discurso de Agostinho com a ideia de “Nova África”?

Vamos ao nosso estudo!

Não pode faltar

Ao conhecer informações históricas referentes às sociedades africanas, que são objeto de ensino e aprendizagem na educação básica, você terá a oportunidade de fazer uma análise crítica da importância dessas histórias para as Ciências Humanas e, sobretudo, para a História do Brasil.

Ainda hoje presenciamos conflitos entre regimes ditatoriais africanos e seus opositores. Cada país africano tem sua história e maneira de lidar com os conflitos, no entanto, todos têm um denominador comum que se referem às marcas que os governos colonialistas deixaram nas culturas políticas de cada uma dessas colônias africanas, que após décadas de exploração (em alguns casos, séculos) foram obrigadas a incorporar a cultura organizacional das instituições impostas pelos colonizadores. Conhecendo estas questões podemos entender melhor a complexa realidade africana.

Prezado(a) aluno(a), iniciaremos essa seção procurando reconhecer as resistências dos povos africanos frente à colonização europeia. Entre 1880 e 1900, o processo de ocupação pelos europeus era irreversível, devido à supremacia tecnológica. As armas, a telegrafia, o navio à vapor e as ferrovias davam aos colonizadores o poder de comunicação e a superioridade tecnológica em relação aos africanos. Por outro lado, a resistência à colonização também foi muito presente.

Entretanto, a ideia difundida, até os anos de 1980, era de que o africano foi resignado quanto à colonização europeia. Essa é uma ideia falsa, pois houve muita resistência ao colonialismo. Ranger (1991, p. 52) escreve que: “Os europeus enfrentaram uma enormidade de movimentos de resistência que provocaram e até

inventaram por ignorância e medo. Tinham de 'obter a vitória final', e, uma vez obtida, trataram de pôr em ordem o conturbado processo".

É verdade que os europeus foram vitoriosos inúmeras vezes, mesmo assim, devemos considerar os movimentos de resistências válidos e importantes. Ranger (1991), numa análise crítica da historiografia, aponta para três pontos básicos que aparecem nos trabalhos sobre a resistência ao colonialismo na África:

Em primeiro lugar, afirmou-se que a resistência africana era importante, já que provava que os africanos nunca se haviam resignado à "pacificação" europeia. Em segundo lugar, sugeriu-se que, longe de ser desesperada ou ilógica, essa resistência era muitas vezes movida por ideologias racionais e inovadoras. Por fim, em terceiro, argumentou-se que os movimentos de resistência não eram insignificantes; pelo contrário, tiveram consequências importantes em seu tempo, e têm, ainda hoje, notável ressonância. (RANGER, 1991, p. 53)



Em outras palavras, os africanos nunca foram resignados à colonização, mesmo porque estava longe de ser um processo de pacificação. Além disso, as resistências africanas eram racionais, organizadas e tinham ideologias que as embasavam.

Os africanos não se deixaram intimidar. Mesmo com a inferioridade de armamentos e muitas vezes em número de homens, os africanos se opuseram aos europeus com persistência. Muito antes das lutas modernas pela independência, os africanos ofereceram dificuldades à ocupação europeia. Basta que nos lembremos das investidas da rainha Nzinga Mbandi Ngola (ou Jinga), rainha de Matamba e Angola nos séculos XVI-XVII (1587-1663) para expulsar os portugueses de seus territórios.

Devemos perceber que o neocolonialismo é diferente daquele que vinha acontecendo na África até então (RODRIGUES, 1990). A ocupação da Costa não era mais suficiente e a proposta era a de que fosse ampliada a conquista para o interior, com o intuito de expandir o comércio.

Além disso, pressupunha-se que os africanos levariam muito tempo para aprenderem a se governar, pois eram considerados

povos atrasados, não civilizados. Desta forma, foi dado o sinal verde para a conquista do continente, justificada em nome da civilização. Esse processo “civilizatório” não assegurou a transferência de benefícios para os africanos.

Nas palavras de Appiah (1997, p.229), “os Estados coloniais foram criados para elevar – e não para gastar – as receitas do governo. Em 1990, apenas um em cada seis adultos na África era alfabetizado; nas possessões belgas e portuguesas, praticamente ninguém tinha diploma universitário”.

O colonialismo praticou na África a exploração econômica, a expropriação cultural e a perda da soberania. “Sinteticamente, o imperialismo entabulou um massacre cultural sem precedentes” (SERRANO & WALDMAN, 2007, p. 230). Ainda, os autores ressaltam: “Foi exatamente a tomada de consciência de que esse regime era ilegítimo, inaceitável, e propenso por si mesmo a barbaridades de todo tipo que induziu nos africanos o desejo de colocar fim na dominação colonial” (SERRANO & WALDMAN, 2007, p. 234).

Isso quer dizer que essa tomada de consciência incitou resistências contra os governos coloniais e, posteriormente, as lutas pela independência, inaugurando um novo período na África, o da criação de identidades nacionais. Um motivo preponderante para as revoltas e lutas pela independência foi a perda da soberania dos africanos.



Assimile

O neocolonialismo, decorrente do processo de exploração das colônias em países africanos e asiáticos no século XIX, marcou de maneira particular as histórias das sociedades africanas atuais. O neocolonialismo expropriou os africanos de sua cultura, porque as subjugou e as inferiorizou (a partir de uma suposta hierarquização das raças, criando inclusive teorias científicas que atestassem essa classificação arbitrária), numa tentativa de assimilá-los, subjugá-los aos dispositivos e mecanismos de poder impostos, para melhor dominar e explorá-los. Portanto, esse foi um processo que determinou o como hoje essas sociedades se relacionam e participam da construção de si mesmas como nações “independentes”.

Rodney apud Ranger (1991) nos demonstra isso na passagem a seguir:

O caráter determinante do breve período colonial [...] resulta principalmente do fato de a África ter sido despojada de seu poder [...] durante os séculos que precederam esse período, a África mantinha ainda em suas trocas comerciais certo controle da vida econômica, política e social, embora com desvantagens no comércio com os europeus. Até mesmo esse pequeno controle dos negócios internos se perdeu sob o colonialismo [...] O poder de agir com toda a independência e a garantia de uma participação ativa e consciente na história. Ser colonizado é ser excluído da história [...] de um dia para outro, os Estados políticos africanos perderam o poder, a independência e a razão de ser. (RODNEY, 1972, p. 245-6, apud RANGER, 1991, p.55).

A soberania é importante para qualquer povo, porém vale notar o significado de soberania para o africano. O poder na maioria das sociedades africanas ia além do poder político. O poder embora fosse supremo não era absoluto, não estava nas mãos de ninguém nem mesmo do soberano, rei ou rainha, pois ele era partilhado com a sociedade organizada pela religiosidade (HERNANDEZ, 1999).

Embora, houvesse diferenças de estratégias, de grupos étnicos e de êxitos nas resistências, todos tinham um motivo em comum, que era repelir os europeus, preservar a soberania e defender suas identidades culturais. A perda da soberania foi responsável por inúmeros movimentos de resistência.

Nos dias de hoje, ouvimos muito a palavra étnico associada a decorações, a vestimentas, à música, enfim, étnico entrou na moda. Entretanto, em nosso estudo, precisamos entender teoricamente esse conceito. Etnia é um “classificador”, isto é, ela representa coletividades que se opõe umas às outras, valendo-se de simbologias culturais, ‘raciais’ ou religiosas. Portanto, a visão de etnia não pode ser concebida como isolada social e geograficamente. Assim, mesmo que haja contato e interações entre grupos étnicos diversos, o grupo não se desfaz e as fronteiras são demarcadas, delimitando os de dentro e os de fora. A matéria cultural que o grupo étnico encerra designa traços os quais passam a diferenciar

os sujeitos pertencentes ao grupo. Essa nova função da cultura, em que traços dela ou a cultura original servem para marcar as diferenças, caracteriza a identidade do grupo étnico, que determina o tipo de pessoa pertencente àquela etnia. (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998).

Por outro lado, quando falamos em identidade nacional, percebemos que ela é formada e transformada no interior das representações designadas pela nação como se essas legitimassem a origem nacional compartilhada por toda a população. Isso quer dizer que a “nação tem o poder de gerar um sentimento de identidade e lealdade”. (HALL, 2004, p. 49). A lealdade e a identificação que era anteriormente nas sociedades tradicionais “dadas, à tribo, ao povo, à religião e à região, foram transferidas gradualmente nas sociedades ocidentais, à cultura nacional” (HALL, 2004, p.49). Dessa forma, o Estado-nação cria uma cultura nacional, em que há a generalização de uma única língua para comunicação, uma única cultura dominante e instituições culturais nacionais.

O que percebemos nessa questão é que os grupos nativos vivem a ambiguidade de sua dupla situação: por um lado são membros de sociedades multiétnicas, que os integra, e por outro, nas palavras de Oliveira (2000), são o “povo hóspede” do Estado colonialista. Essa situação fronteiriça na qual a etnia e a nacionalidade se justapõem como variáveis do processo identitário é marcada pela tensão da exclusão versus a inclusão e costuma definir o “nós e os outros”. No caso dos povos nativos africanos, as identidades nacionais estavam bastante diluídas se comparadas às identidades étnicas.

Tomando o caso dos ashantis, por exemplo, percebemos que o desejo de ter “certa” autonomia na escolha dos chefes tinha como objetivo aproximá-los do exercício do poder. Isso tem a ver com a necessidade que esses povos tinham de incorporar em seu modo de vida meios de sobrevivência nesse novo mundo em que foram obrigados a se inserir. “Sofrem então em nome de uma [suposta] cidadania universal, novas formas de colonialismo etnocêntrico” (ALBÓ, 1995 apud OLIVEIRA, 2000, p. 18).

A perda de soberania dos povos se dá justamente quando os grupos socioculturais ou étnicos perdem o poder sobre suas culturas, suas terras e suas instituições políticas. Nesse contexto, eclodem as revoltas e guerras.

Outro exemplo de resistência à perda de soberania foi a revolta de 10 de junho de 1881, na Tunísia. Essa revolta aconteceu após o Tratado de Bardo (12 de maio de 1881) pelo qual o governo tunisiano se propunha ao pagar as dívidas públicas aos credores europeus da Grã-Bretanha, França e Itália, por meio de elevação dos impostos e arroxco econômico para saneamento das contas públicas.

A população e aldeias tunisianas acusaram o governo de ter vendido o país aos franceses e se rebelaram. A revolta foi sufocada, o rei foi destituído de seu poder e a França transformou a Tunísia em um protetorado. Nesse caso, a dívida foi a ferramenta utilizada para a alienação e dominação da Tunísia (HERNANDEZ, 1999).



Refleta

Como você analisa a revolta dos tunisianos de 1881 em relação às consequências do tratado de Bardo? Você pode identificar o que a perda da soberania significava para os tunisianos?

Dando continuidade sobre as resistências contra o colonialismo, vale notar o papel das religiões como um importante fator. A historiografia passou a dar relevância à influência religiosa nos movimentos anticolonialistas devido ao caráter político que ela encerra. Isso foi observado em inúmeras revoltas que tiveram como base motivos religiosos. De outra maneira podemos dizer que:

nos momentos em que a colonização se fez perturbadora, a religião em graus diferenciados, cristalizou a tomada de consciência, organizou o protesto e se converteu em instrumento de oposição. A violência sofrida, por um lado, e a impotência material, de outro, favoreceram o recurso ao sagrado como afirmação cultural. (HERNANDEZ, 1999, p. 144).



Curiosamente em alguns casos, a religião foi usada como defesa, uma vez que rezas e encantamentos eram direcionados aos europeus para que diminuíssem a capacidade de luta. Devido ao desrespeito a um ritual tradicional ashanti, a religião serviu de fundamento para a formação de revoltas. Foi nesse contexto que

sucedeu a Rebelião Ashanti na Costa do Ouro (atual Gana). Essa foi uma luta que durou dez anos (1890 a 1900) contra o domínio dos ingleses.

Hernandez (1999) nos conta que essa rebelião decorreu da violação de um ritual sagrado que dava legitimidade ao poder de um chefe ashanti. Após a deposição de muitos chefes tradicionais locais, foram nomeados outros chefes que não tinham a legitimidade exigida pela tradição local. Com o intuito de dar legitimidade às nomeações perante o povo ashanti, o governo britânico fez os chefes nomeados sentarem no “Tamborete de Ouro”, objeto ritualístico que significava a alma ashanti. A leviandade dos ingleses gerou uma indignação tal que “levou praticamente todos os Estados importantes a enfrentar os ingleses em inúmeras batalhas sangrentas debeladas só depois da prisão e deportação da líder, a rainha de Edweso, Nana Yaa Asantewaa e de vários generais ashantis, em 1900” (Hernandez, 1999, p.145).



Exemplificando

Os artifícios mágicos religiosos fizeram também parte da luta contra os colonizadores, pois fazem parte da cultura de um povo. Ranger (1991) ilustra esse fato com a reprodução de um texto de Vansina.

“Por volta de 1900, os *svikiro* (feiticeiros que invocavam os espíritos) barue, tawara, tonga e de outros grupos shona preparavam poções divinas para neutralizar as armas europeias e transformar suas balas em água” (VANSINA apud RANGER, 1991, p.195)

Outra resistência africana, que teve como pano de fundo a religiosidade, foi a Rebelião de Mamadou Lamine (1898 – 1901) no atual Senegal. A sua deflagrada se deu com a justificativa de que o povo islâmico não poderia ser governado por não islâmicos. Logicamente era uma forma de restituir o lugar das tradições e da religião, uma vez que no governo de não islâmicos havia abusos do sistema neocolonial tanto com relação às práticas religiosas dos nativos, como com relação ao trabalho forçado, à violência e à precariedade, o que justificava ainda mais as resistências africanas.



Para saber mais sobre os movimentos de resistência na África, leia o artigo de Hernandez, *Movimentos de resistência na África*. Disponível em: <www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18887> . Acesso em: 17 jan 2018.

Ranger (1991) elabora uma periodização da história do neocolonialismo na África da seguinte maneira:

Tabela 4.1 | Periodização da história do colonialismo na África

PERÍODO	SOB A PERSPECTIVA EUROPEIA	SOB A PERSPECTIVA AFRICANA
De 1880 até cerca de 1919 – dito de pacificação	<ul style="list-style-type: none">- Partilha em cima de mapas;- Tropas destinadas à concretizá-la em campo;- Ocupação efetiva das regiões conquistadas;- Medidas administrativas;- Infraestrutura rodoviária, ferroviária e telegráfica, voltada para a exploração dos recursos coloniais;	<ul style="list-style-type: none">- Dominados reis, rainhas, chefes de linhagens e de clãs;- Manter ou recuperar a soberania, seu patrimônio e sua cultura;- Confronto, aliança ou submissão;
1919	Os confrontos terminaram a favor dos países europeus	Todas as sociedades africanas perderam a soberania
1919 no mundo	<ul style="list-style-type: none">- Fim da primeira guerra mundial;- Revolução de outubro na Rússia czarista;	<ul style="list-style-type: none">- Reunião do primeiro congresso pan-africano por Du Bois;
entre 1919 e 1935	<ul style="list-style-type: none">- Violenta crise dos anos 1920 e a longa depressão após 1930.- Conturbações tanto no plano econômico e social como no plano ideológico (VIDROVITCH, 2010, p. 401).	Manifestações de resistência ou protestos.

1935 a 1945	<ul style="list-style-type: none"> - invasão e ocupação da Etiópia pelas forças fascistas de Mussolini (1935); - natureza desumana, racista e opressiva do neocolonialismo; 	<ul style="list-style-type: none"> - êxodo da população rural rumo às cidades como consequência das crises internas (MAZRUI, 2010). - Movimento popular e marcha para independência
1945 a ...	<ul style="list-style-type: none"> Resistências à descolonização Lutas armadas 	Lutas revolucionárias pela independência

Fonte: adaptada de Ranger (1991, p. 19-20).

A dominação europeia tornou-se cada vez mais rejeitada, tanto por uma intelectualidade que nascia nas sociedades africanas e que estudaram nas universidades das metrópoles, quanto pela opinião pública mundial, que defendia o liberalismo e a democracia.

Dois movimentos intelectuais que criticavam o racismo e o neocolonialismo, despontaram nos trinta primeiros anos do Século XX: a negritude e o pan-africanismo. O Movimento de Negritude ou Négritude (francês) pode ser considerado o despertar do africano para uma consciência de si e a condição imposta pelo neocolonialismo francês na África e o racismo por ele empreendido.

Esse movimento nasceu do encontro de três estudantes negros oriundos de colônias francesas: Aimé Césaire (1913-2008) da Martinica, Léon Gontran Damas (1912-1978) da Guiana e Léopold Sédar Senghor (1906-2001) do Senegal. Vale notar que Léopold Senghor tornou-se o primeiro presidente do Senegal em 1960. Aimé Fernand David Césaire foi poeta, dramaturgo, ensaísta e político do movimento de negritude. Léon Gontran Damas foi escritor, poeta e político.

Figura 4.1 | Léopold Sédar Senghor (1906-2001)



Fonte: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Léopold_Sédar_Senghor.jpg>. Acesso em: 7 fev. 2018.

O próprio nome Negritude (Négritude) foi pensado como uma provocação. Idealizado a partir de uma palavra segregativa nègre, que era usada pelos brancos como um insulto aos negros. Era uma maneira de Césaire, Senghor e Damas de desafiar o termo nègre contra a supremacia dos brancos que o usavam como um insulto. (DIAGNE, 2016). O movimento nasce como um movimento cultural e literário, porém ele possuía implicações ideológicas e políticas. A partir de 1943, a negritude passa a animar a ação política, insuflando as lutas pela independência. Conforme Munanga (1988, p. 26):

O movimento da negritude deu um vigoroso impulso às organizações políticas e aos sindicatos africanos, esclarecendo-os na sua caminhada à independência nacional. Conquistadas as soberanias, continuou a servir na causa da unidade africana, ao mesmo tempo em que oferecia um quadro ideológico a partir do qual protagonistas tornados homens de Estado, iam pensar o desenvolvimento econômico e social e abordar o sistema de representação dos valores culturais de seus respectivos países.



Como, então, seus idealizadores definiram Negritude? Césaire assim a definiu no *Discours sur la Négritude*, palestra dada em 26 de fevereiro de 1987 na Florida International University, em Miami:



Négritude, aos meus olhos, não é uma filosofia. Négritude não é uma metafísica. Négritude não é uma concepção pretenciosa do universo. É uma maneira de viver a história dentro da história: a história de uma comunidade cuja experiência parece ser... única, com a deportação de populações, a transferência de pessoas de um continente para outro, suas lembranças distantes de crenças antigas, seus fragmentos de assassinatos culturais. Como não podemos acreditar que tudo isso, que tem sua própria coerência, constitui uma herança? (CÉSAIRE, 1987 apud DIAGNE, 2016, [s. p.]) (Tradução livre)

Senghor vai além e pensava Negritude como uma expressão de uma filosofia manifestada nas religiões africanas. Sobre sua concepção filosófica da Negritude, Senghor fala em uma palestra intitulada *On Négritude* entregue na Universidade Lovanium em Kinshasa:



Todo sistema é fundado na noção de força vital. Preexistente, anterior ao ser, constitui o ser. Deus deu força vital não só aos homens, mas também aos animais, vegetais, mesmo minerais. Pela qual eles são. Mas, o propósito dessa força é aumentar [...] (o ser humano) sendo mais livre e livre em uma comunidade interdependente" (SENGHOR apud DIAGNE, 2016, [s. p.]) (Tradução Livre).

Percebe-se no discurso de Aimé Césaire e Léopold Senghor a importância que eles dão à África, à valorização de sua cultura e do valor do africano como sujeito de sua própria história. Entretanto, o movimento de negritude tinha contradições. O passado glorioso da África, por si só não resolveria os graves problemas que a assolavam. Uma das críticas ao movimento é o fato de seus poetas escreverem em francês.

Senghor adotou o francês como língua oficial do Senegal, mantendo, dessa forma, o padrão cultural do colonizador. Por

sua vez, o governo de Senghor foi frustrante, uma vez que os valores africanos dos discursos da Negritude não deram conta dos problemas sócios-econômicos marcados pela desigualdade. Isso leva a uma crítica de marxistas, como Jean Paul Sartre (1905-1980), de que a Negritude baseia sua ideologia na questão da raça ao invés de perceber o negro como explorado pelo sistema capitalista. Debatendo com essa crítica, Munanga (1988) escreve que o negro antes de tudo deve assumir sua negritude. A condição de ser negro vem antes de ser trabalhador socialista, pois ele vive uma situação particular que é a discriminação pela cor de sua pele.

Outra crítica que surge em relação a Senghor foi que, durante seu governo, de 1960 até 1980, ao mesmo tempo que procurava manter o ideal da negritude, subordinou seu país aos interesses políticos das antigas potências colonizadoras. Muitas críticas foram feitas ao movimento de negritude, no entanto, não há dúvida de que o movimento marcou o seu tempo e ainda dá bases para questionar a problemática do negro no mundo.



Assimile

Os intelectuais, escritores e artistas pertencentes ao movimento de Negritude tinham em comum a rejeição ao neocolonialismo francês, ao mesmo tempo que davam ênfase à solidariedade e à unidade aos negros da diáspora, além de fazer a denúncia do racismo (SERRANO & WALDMAN, 2007).

Outro movimento crítico da dominação colonial e do racismo, assim como o movimento de negritude, é o pan-africanismo. A finalidade desse movimento era a libertação e unificação das nações africanas.



Assimile

o Pan-africanismo nasceu da luta de ativistas negros em prol da valorização de sua coletividade étnico-racial. Sua marca original é a construção de visões positivas e internacionais acerca desta identidade, entendida como comunidade negra: africana e afrodescendente (BARBOSA, 2012, p. 135).



Figura 4.2 | Bandeira Pan-africana



Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Bandeira_Pan-Africana>. Acesso em: 7 fev. 2018.

A ideia desenvolvida pelo pan-africanismo é a de que os povos da ascendência africana têm interesses comuns e devem ser unificados.

Historicamente, o pan-africanismo geralmente tomou a forma de um movimento político ou cultural. Nas Américas, esse movimento revelou os laços existentes entre os afrodescendentes oriundos da diáspora negra e da África, além da desconstrução da ideologia que pregava a inferioridade do negro.

Willian Edward Burghardt Du Bois (1868-1963) (WEB Du Bois), foi sociólogo, historiador e ativista estadunidense, figura que exerceu grande influência no pan-africanismo e na luta por medidas de ações afirmativas por parte dos Estados Unidos da América aos negros desse país.

As ideias pan-africanistas apontavam para união do povo negro, incitando a releitura da África e a procura das origens para aqueles que se espalharam pelo mundo através da diáspora negra. No campo das artes podemos citar Bob Marley (Jamaica), Abdias Nascimento (Brasil), Malcolm X (Estados Unidos), entre muitos outros que podem ser vinculados com as ideias pan-africanistas. No continente africano, esse movimento teve também uma grande repercussão, entre seus líderes tais como, Julis Nyerere (Tanzânia), Jomo Kenyatta (Quênia), Kenneth Kaunda (Zambia), entre outros (SERRANO & WALDMAN, 2007).



Sobre Pan-africanismo e Negritude ler:

BARBOSA, S.M. Pan-africanismo e teoria social: uma herança crítica. In: **Revista de Estudos Africanos**. v. 31- 32, p. 135-155. 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/africa/article/view/115352>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

As manifestações anticolonialistas se intensificaram após a Segunda Guerra Mundial. Um dos fatores que impulsionou esses movimentos de contestação foi o resultado da Segunda Grande Guerra no território europeu. Devido aos gastos e perdas com os conflitos na Europa, os países europeus ficaram fragilizados economicamente, suas cidades destruídas e, por isso, sem condições de enfrentar novos conflitos na África. Essa foi uma condição que favoreceu os movimentos anticolonialistas, pois os colonizadores não investiram nas lutas em África. Dessa forma, com os exércitos coloniais enfraquecidos, houve um impulso às lutas pela independência.

Outra questão relevante foi o surgimento da URSS, que apoiou financeira, política e militarmente os movimentos de libertação. Além disso, a República Popular da China, nos anos 1960 e 1970, também ofereceu apoio às lutas anticolonialistas (SERRANO & WALDMAN, 2007).

A fim de promover a paz e a cooperação internacional ao final da Segunda Grande Guerra, foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU). A questão da descolonização vem explícita no capítulo XI da Carta de Fundação da ONU como sendo uma questão fundamental na atuação da entidade. A ONU se posicionou contra a colonização e passou a monitorar o processo de descolonização. É indiscutível sua influência nesse processo.

Apesar da criação da ONU e seus pressupostos, muitos foram os Estados-nacionais europeus que ainda mantiveram suas estratégias políticas e econômicas que fundamentavam o neocolonialismo. O salazarismo em Portugal (em referência à António de Oliveira Salazar [1889-1970]) e o franquismo na Espanha (em referência à Francisco Franco [1892-1975]), ambos regimes nazi-facistas, procuraram elaborar alguma manobra para continuarem com as colônias.



Um desses subterfúgios foi 'transformar' administrativamente as velhas colônias em novas 'províncias ultramarinas' da metrópole[...] Com base nessa lógica, uma vez se tratando de territórios 'legitimamente' portugueses ou espanhóis, que sentido existiria – argumentavam os defensores do salazarismo e do franquismo – advogar que tais territórios teriam direito de ser independentes? Afinal, tais regiões, dado que integravam Portugal e Espanha, ficariam independentes de quem? (SERRANO & WALDMAN, 2007, p. 237)

Após a independência, os novos países africanos foram fundados como Estado-nações, que consiste em uma massa de indivíduos que vivem num território delimitado, pressupondo-se que todos têm direitos civis sob a soberania de um governo. Esse é um conceito ocidental que vem vinculado com a industrialização e a modernidade. São 54 países que compõe o mapa político da África e 9 territórios independentes. Deve ser notado que esses países independentes, após 1960, ainda obedecem às fronteiras delineadas no Tratado de Berlim. Nesses territórios, convivem inúmeros grupos étnicos, significando que as fronteiras estabelecidas pela Partilha da África não respeitaram as localizações espaciais que os diferentes grupos ocupavam anteriormente.

São nações pluriétnicas configuradas como Estado-nações, que têm como idioma oficial aquele que era do colonizador. Por isso, muitos autores falam da África anglófona, lusófona, francófona. No entanto, cada país tem seus idiomas, suas identidades étnico-culturais e a maioria da população não fala a língua oficial. Assim, para Anthony Appiah:



muitas elites locais não ficaram nada satisfeitas, por ocasião da independência, ao se submeter aos impulsos centralizadores dos Estados independentes. Muitas vezes certos grupos étnicos ficaram no poder, governando outros grupos que fazem parte do mesmo "estado Nação". Esse processo ajudou a produzir na Nigéria, por exemplo, as vigorosas forças centrípetas que deram origem a Guerra civil nigeriana do fim dos anos 1960 (APPIAH, 1997, p. 231).

Isso acontece em toda a África livre. Essa questão é só a ponta do iceberg das questões que estão imbricadas no tema das independências dos países da África.



Pesquise mais

O filme *Hotel Ruanda* mostra o conflito político entre dois grupos étnicos, os hutus e tutsis, que matou quase um milhão de ruandeses em 1994. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=EJ1AethzD2o&t=88s>>. Acesso em: 23 jan. 2018.

As novas nações, em sua maioria, são administradas por uma elite africana que é próxima aos antigos colonizadores, perpetuando o controle de fluxo de capital para a metrópole. Isso se dá por meio de empréstimos, hegemonia transnacional, colonização cultural e, em última instância, por intervenção militar (SERRANO & WALDMAN, 2007).

Outro problema que enfrentam essas novas nações é a imposição do modelo impositivo que está preocupado com a modernização da África. Esse modelo chamado de "espírito da Modernidade" está preocupado em atender as necessidades do capitalismo com implantação de megaprojetos de infraestrutura. Sem se preocuparem com os interesses das comunidades locais, a implantação de megaprojetos pode passar em meio a regiões habitadas por etnias locais com prejuízo a sua população, mas com ganhos para o capitalismo internacional.

Então perguntamos: o que é ser africano? Certamente a identidade africana ainda está em processo de formação. Após a queda dos impérios coloniais, era certo de que haveria necessidade de construir uma identidade africana. O neocolonialismo, os movimentos negritude e pan-africanismos, exerceram grande influência nesse processo. Embora o neocolonialismo em nada ajudou para a formação de uma identidade africana.

Após as independências, as ideias dos ativistas da negritude e do pan-africanismo foram muito importantes para que se formasse uma consciência africana que se preocupava com o desenvolvimento de uma identidade africana própria. Porém, cada um deles têm seus problemas. O movimento de negritude foi criticado pela

sua interpretação de raça baseada na biologia e por construir um racismo às avessas. A proposta de pan-africanismo de união de todas as nações africanas deixou de levar em conta a diversidade étnica e as culturas tradicionais da África. No entanto, foram movimentos importantes para incitar as lutas pela independência na África e chamar a atenção para valorização do negro.

A diversidade étnica é um problema quando pensamos nas diferentes identidades nacionais dos países africanos. Pensando a identidade nacional como parte do Estado Nação, o que inclui a língua, a política, a territorialidade e a religião, pode-se ressaltar que os indivíduos de diferentes grupos étnicos buscam seu status de cidadãos a partir de muita resistência e luta perante a identidade nacional imposta. As línguas, a cultura, as religiões se diferenciam em cada grupo étnico independentemente de estar no território de um Estado-Nação ou outro.

No entanto, quando a questão é a identidade continental para a “Nova África”, ela parece ter um futuro nas organizações regionais e sub-regionais. O africano Appiah escreve:



Compartilhamos um continente com seus problemas ecológicos; compartilhamos uma relação de dependência perante a economia mundial; compartilhamos o problema do racismo[...] compartilhamos as possibilidades de desenvolvimento dos mercados regionais e dos circuitos locais de produção; e nossos intelectuais participam, através das contingências comuns de nossas histórias de um (mesmo) discurso[...] (APPIAH, 1997, p. 251)

Sem medo de errar

Vamos relembrar a situação problema em que Luiza fazia um curso de inglês juntamente com Agostinho, um rapaz moçambicano. Nessa aula, foi pedido para os alunos que se apresentassem e contassem um pouco de sua vida. Por que Agostinho fez questão de dizer que não se usava mais nomes tradicionais em Moçambique? Certamente, podemos perceber as cicatrizes da colonização no seu discurso. Usar nomes tradicionais não seria um dado importante para a identidade africana?

Agostinho também não assumiu que em sua terra natal havia comidas exóticas, ou seja, diferente das comidas dos colonizadores. No caso, Luiza tinha visto em um documentário a questão dos hipopótamos em Moçambique e que sua carne era muito apreciada pela população. Agostinho não assume esse costume, porque certamente é um costume anterior ao colonialismo cujos reflexos se estendem até os dias atuais. Não parece, no modo de falar de Agostinho, que comer algo diferente dos colonizadores é algo desprezível de gente atrasada, não civilizada? É apenas um costume, mas se olhado por uma visão “civilizadora” é um costume que deveria ser extinto.

Ao mesmo tempo chamar os africanos de ignorantes atrasados por não saberem se comportar como os europeus, parece não condizer com a proposta de identidade da “Nova África”. Você se lembra do que propõe a ideia de identidade africana? Que africano é o Sr. Agostinho?

Talvez, por sua família ser abastada, ela seja de pessoas que se assimilaram aos colonizadores, por isso, ele pensa dessa maneira. O que é evidente, é que o colonialismo marcou profundamente a identidade de Agostinho, afastando-o de uma identidade negra africana.

Faça valer a pena

1.

Em 1965, o historiador soviético A. B. Davidson fez um apelo aos estudiosos do assunto (resistência africana) para que refutassem “as concepções da historiografia europeia tradicional”, segundo as quais “os povos africanos viram na chegada dos colonialistas um feliz acaso, que os libertava das guerras fratricidas, da tirania das tribos vizinhas, das epidemias e das fomes periódicas”. De acordo com essa tradição, os povos que não ofereceram resistência foram considerados “pacíficos”, e os que resistiram, “sedentos de sangue”. (RANGER, 1991, p. 52)

Ranger (1991) fez uma análise crítica da historiografia em que apontou três argumentos básicos que aparecem nos trabalhos de historiografia da África sobre a resistência. A primeiro deles trata do fato citado no texto acima.

Assinale a alternativa que traz a crítica aos argumentos da historiografia até os anos 1980.

- a) as resistências foram importantes no seu tempo, elas eram ilógicas e desesperadas, e não tiveram nenhuma repercussão nos dias atuais.
- b) as resistências africanas eram irracionais, desorganizadas e os movimentos de resistência foram insignificantes.
- c) os africanos nunca foram resignados à colonização, as resistências africanas tinham ideologias que as embasavam e os movimentos de resistência não foram insignificantes.
- d) havia um planejamento nas resistências, os africanos não reagiram à pacificação e o número de resistências foi insignificante.
- e) as resistências eram muito pensadas, mas irracionais, os africanos acabaram se resignando à dominação e as lutas armadas foram muitas.

2. África Unite

África una-te, porque temos que sair da Babilônia
e estamos indo para terra de nosso pai.
Como seria bom e agradável antes do Deus e do homem,
ver a unificação de todos os africanos
como já deveríamos ter feito,
nós somos as crianças do Rastaman
nós somos as crianças do homem mais elevado,
portanto África una-te
porque nossas crianças querem vir para casa[...],
portanto África una-te
porque temos que sair da babilônia
e nós estamos trilhando a terra do nosso pai.
Como seria bom e agradável antes do Deus e do homem
ver a unificação de todos os africanos
como já deveríamos ter feito isto,
eu digo que nós estamos abaixo do sol,
nós somos as crianças do Rastaman,
nós somos as crianças do homem mais elevado,
portanto África una-te,
una-te para o benefício de seus povos,
una-te, pois está mais tarde do que você pensa,
una-te para o benefício de suas crianças,
una-te, pois está mais tarde do que você pensa,
África espera seus criadores,

África está esperando seus criadores,
África, você é meu antepassado fundamental,
una-te para os africanos estrangeiros,
una-te pelos africanos de longe
África una-te.

África Unite - Bob Marley. Tradução. Disponível em: <<https://www.letrasdemusicas.com.br/bob-marley/africa-unite/traducao/>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

A letra da música *África Unite*, de Bob Marley, está ligada a um movimento que nasceu nas primeiras décadas do Século XX. Esse movimento intelectual surge da luta de ativistas negros em prol da valorização de sua coletividade étnico-racial. Assinale a alternativa que mostra o nome desse movimento.

- a) Panteras negras.
- b) Black Power.
- c) Camisas Negras.
- d) Pan-africanismo.
- e) Pan-americanismo.

3.

E quando eu já tinha idade suficiente para ser a favor da democracia, eu sabia que éramos também favoráveis ao desenvolvimento e à modernização; que isso significava estradas, hospitais e escolas (em oposição às trilhas pela mata, aos amuletos, à ignorância, cidade (em oposição à pasmaceira da vida rural) dinheiro e salários (em oposição ao escambo e à produção doméstica) Não considerávamos, é claro que isso excluísse a oferta apropriada de libações aos ancestrais, nem as práticas complexas multifacetadas dos funerais ashantis [...] Para dizê-lo num lema: cresci acreditando no desenvolvimento e na preservação do que havia de melhor em nossa herança cultural. (APPIAH, 1997, p. 222)

A relação que Appiah faz entre a modernidade e a tradição africana tem a ver com uma questão que era imposta pela colonização e que oprimiu os africanos enquanto foram colonizados.

Relacione as colunas:

- | | |
|--|--|
| I. Benefícios levados pela “civilização”. | a) Vida no pré-colonialismo. |
| II. Escambo, amuletos, produção familiar. | b) Em função do capitalismo internacional. |
| III. Salários. | c) Proposta de uma África livre. |
| IV. Desenvolvimento somado à herança cultural. | d) Em oposição ao escambo. |

Assinale a alternativa que traz a correspondência correta:

- a) a-III; b -I; c -IV; d – II.
- b) a-II; b -IV; c -I; d – III.
- c) a-III; b -IV; c -I; d – II.
- d) a-II; b -I; c -III; d – IV.
- e) a-II; b -I; c -IV; d – III.

Seção 4.2

Nacionalismos na África Lusófona

Diálogo aberto

Na comemoração da semana dos povos africanos, a universidade em que Luiza estuda promoveu uma exposição preparada pelos estudantes africanos. Luiza foi à abertura da exposição. O salão estava colorido com faixas compostas das cores verde, vermelha, amarela, preta, branca e azul, as cores da África. Painéis haviam sido montados, além de expositores com esculturas, objetos de bronze, mapas, instrumentos musicais e bandeiras. Os africanos e africanas estavam vestidos com roupas típicas, isto é, com vestidos e camisas de panos coloridos, as famosas capulanas. O salão irradiava alegria. Luiza logo viu as moças que eram de Angola e que estavam próximas a um estande. Ela se aproximou e foi perguntando: " - Essas são as coisas de seu país?" E elas disseram que sim e foram dando nomes e explicando cada item exposto. Passado algum tempo, Luiza viu mais adiante um outro grupo de rapazes e moças angolanos que estavam próximos a outro expositor. Luiza se surpreendeu, e perguntou: " - Porque vocês não estão no mesmo grupo, se todos são angolanos?" Uma das moças respondeu: " - Nós somos da etnia umbundo e eles são bakongo". Então Luiza disse: " - Não entendo, afinal vocês são ou não são angolanos?" Todas elas sorriram e uma das garotas respondeu: " - Somos sim angolanas, mas também umbundo. Se você olhar as duas exposições verá que carregamos a mesma bandeira, mas os elementos culturais e as fotografias são diferentes".

Você, aluno(a), consegue entender o que estava se passando ali? Até onde vai o pertencimento à uma etnia e o pertencimento à uma nação? A exposição parece que reflete um pouco dos problemas que enfrentaram a constituição das nacionalidades nos países africanos, frente a diversificação dos grupos étnicos. Como você explicaria isso?

Não pode faltar

Caro aluno,

Essa seção propõe um estudo sobre os nacionalismos na África lusófona. Entretanto para se falar de Estado nacional em África, devemos, antes de tudo, atentar para a 'construção dos Estados Nacionais'. Devemos lembrar que a colonização foi um sistema devastador no qual a exploração econômica, a dominação política e a sujeição cultural, reduziram e humilharam as populações africanas. Por isso, para a construção de um Estado nacional em cada um dos territórios africanos seria necessário resgatar e reabilitar essas culturas (MUNANGA,1996).

Os países que hoje compõem o continente africano são quase os mesmos territórios herdados do período colonial. É sempre bom ressaltar que as fronteiras estabelecidas pelo tratado de Berlim dividiram os povos e fragmentaram suas culturas. Assim, nessa configuração geopolítica, conviveram inúmeros grupos com diferentes composições culturais.

Esses grupos conviveram na era pré-colonial com vínculos de convivência pacífica e outras vezes conflitantes. Com a centralização em um Estado unificado, a hostilidade entre os grupos deixou de ser por território e se voltou para a hegemonia do poder político, o qual colocava um grupo em relação privilegiada se comparado a outro.

Com base nessas rivalidades estabelecidas entre os grupos étnicos, chamadas de "tribalismo" pelo colonizador ainda no período colonial, surgiram diversas composições políticas formadas por esses grupos com interesses em comum na libertação dos países africanos.



Foi o caso do ABAKO – Associação dos Bakongo, Balubakat, partido dos Baluba do Katanga; da CONAKAT – Confederação dos nativos do Katanga; do INKAT – liderado pelo chefe Butolezi na África do Sul; parcialmente acredito que fosse também o caso da FNLA – Frente Nacional de Libertação Angolana; da UNITA em Angola, etc. (MUNANGA, 1996, p. 297).

A questão crucial das novas nações africanas, construídas ao modelo do Estado-Nação europeu, era como criar uma identidade nacional. O que a história nos mostra é que o "tribalismo", nome

pejorativo dado pelos europeus para a diversificação étnica e seus conflitos, não foi facilmente contornado pelos governos africanos. Por isso, muitos desses governos se apoiaram em um regime militar e ditatorial.

A concepção moderna de Estado-Nação pressupõe: um poder supremo que atua dentro de fronteiras claramente determinadas, firmando sua soberania; a posse de direitos por aqueles que fazem parte do sistema político; o sentimento de pertencer a uma pátria com símbolos e convicções próprias, que é o que se considera como um aspecto do nacionalismo (GIDDENS, 2005). Neste sentido, a organização política de um Estado nacional difere muito da organização dos grupos tradicionais, que, por exemplo, não tinham fronteiras claramente definidas e a soberania era dividida entre vários chefes.



Assimile

É importante notar que, no contexto da estruturação dos Estados nacionais na África, a independência não se deu com o total afastamento das ex-colônias em relação às metrópoles. Madeira (2015) nos explica como isso acontece:

não há um corte absoluto com o passado, uma vez que a continuidade, muitas vezes jurídica e institucional, tem um suporte pessoal, já que os agentes que outrora serviram o poder colonial continuam a constituir as novas elites políticas saídas do processo de independência nacional (LARA apud MADEIRA, 2015, p. 12).



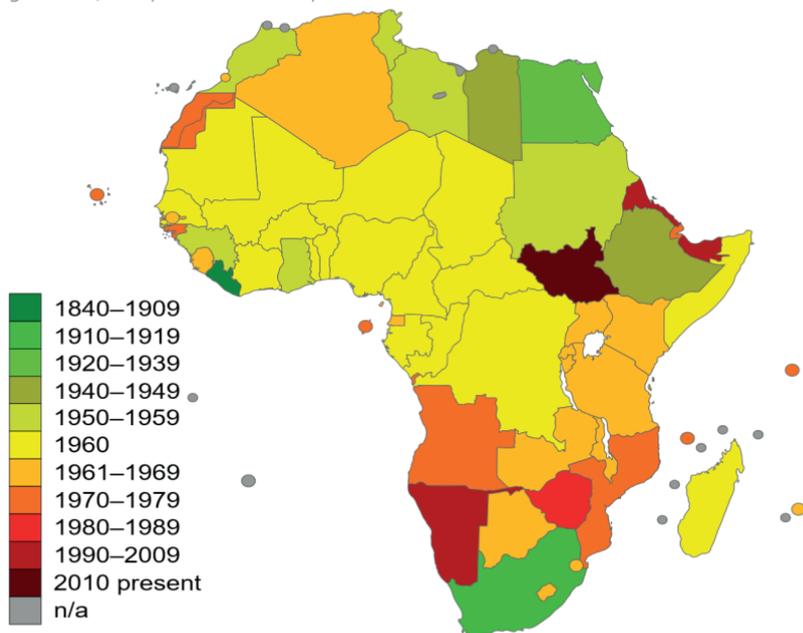
O que percebemos é que forjar uma cultura nacional para a realidade multiétnica africana não se trata de tarefa fácil. Assim, a maioria dos países africanos passaram e passam por uma abertura democrática, procurando um caminho no qual as estruturas políticas possam contar com representações dos diversos grupos que estão sob o domínio de um Estado nacional. Os dilemas que apareceram nas independências foram tanto econômicos, políticos, quanto sociais. E ao passo que a maior parte dos países africanos tiveram uma construção de independência pacífica, outros a obtiveram por meio de lutas armadas.

Portugal foi o primeiro a entrar na África e o último a aceitar a descolonização. Isso tem a ver com o governo ditatorial fascista de António de Oliveira Salazar. Apoiado numa ideia de Estado Novo, Salazar procurava recuperar economicamente Portugal. Para isso, as colônias eram imprescindíveis, pois delas vinham recursos econômicos. A partir de 1945, com o final da Segunda Grande Guerra, Portugal passou a ser pressionado pela comunidade internacional para se retirar das colônias. Porém, foi em 1960 que começaram nas colônias africanas os movimentos de libertação nacional:



tratava-se do *Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde* (PAIGC), liderado por Amílcar Cabral; da Frente da Libertação de Moçambique (Frelimo), fundada por Mondlane e, após seu assassinato por agentes portugueses, liderada por Smora Machel; e do Movimento para Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP). Todos esses movimentos eram apoiados em larga escala pelos países do Bloco socialista e esposavam programas políticos que, de um modo ou de outro, tinham filiação no marxismo. (SERRANO & WALDMAN, 2007, p.261)

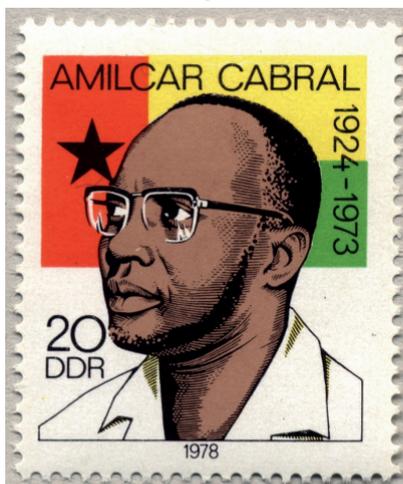
Figura 4.3 | Independências dos países africanos



Fonte: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File%3AAfrica_independence_dates.svg>. Acesso em: 3 fev. 2018.

O Cabo verdiano Amílcar Cabral (1924-1973) foi um importante ativista do movimento de libertação africana. Juntamente com Aristides Pereira, Luís Cabral, Júlio de Almeida, Fernando Fortes, Elisée Turpin e Rafael Barbosa criaram o Partido Africano da Independência/União dos Povos da Guiné e Cabo Verde (PAIGC).

Figura 4.4 | Selo da Guiné Bissau com a figura de Amílcar Cabral



Fonte: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Stamp_Am%C3%ADlcar_Cabral.jpg>. Acesso em: 28 jan. 2018.

Pesquise mais

Heróis da independência africana - Nova África. Vídeo sobre a luta de independência na concepção de Amílcar Cabral. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4b7ha1kLIW4&t=924s>>. Acesso em: 28 jan. 2018.

O sistema colonial português, assumindo um governo assimilacionista, dividiu-se em “governos gerais (Angola e Moçambique) e simples governos (Cabo-Verde, Guiné e São Tomé)” (RODRIGUES,1990, p. 184). Os assimilados eram negros ou mulatos aptos à cultura portuguesa, que, a partir de 1930, fizeram parte, juntamente com brancos, de um conselho legislativo. Foi em 1951 que as legislações que falavam em “colônias” passassem a utilizar o termo “província ultramarina”, como parte integrante da metrópole numa manobra para Portugal continuar com a dominação.

Cabo-Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe:

O arquipélago de Cabo Verde foi um dos entrepostos comerciais no continente africano, com destaque para o comércio de escravos. A população cabo-verdiana é bastante miscigenada, resultado do encontro, há mais de seis séculos, entre o europeu e o africano. A língua oficial é o português, contudo, há o crioulo, falado pela maioria da população e oficialmente a segunda língua. Considera-se que os cabo-verdianos já eram imbuídos de um sentimento forte de nacionalismo, mesmo antes da sua emancipação política.

Até o princípio do século XX, havia uma certa apatia em relação ao domínio colonial. A hipótese de uma luta armada surge apenas nos primeiros anos de 1960. Mesmo assim, as negociações da independência de Cabo-Verde até dezembro de 1974 não saíram da esfera política. O processo de independência foi pensado em cima de um projeto político em que Cabo-verde, país insular, e Guiné Bissau, com território continental, estivessem juntos formando um bloco. A independência foi proclamada em 1975 com a instauração de um partido binacional dirigente no Estado de Cabo Verde e na Guiné-Bissau. Já, a partir da década de 1980, houve a ruptura do projeto de unidade com a Guiné-Bissau.

Conforme Madeira (2015, p. 173), "configuram-se três fases no que se refere a configuração do Estado de Cabo-Verde": [1] O governo de transição do Estado de Cabo Verde (1974-1975); [2] O período de partido único, que vai desde a instauração da República à independência nacional (1975-1991); [3] O período de abertura política: multipartidarismo.

Vale notar que Cabo-Verde não herdou as divisões étnicas que tornam complexa a formação cultural de um Estado unificado. Dessa forma, o processo de formação de sua identidade vem atrelado à alteridade estabelecida entre o nós e os outros. Após a ruptura com o poder colonial, tornou-se importante o resgate da herança africana e suas manifestações culturais que foram perseguidas pelo colonizador.

Com o intuito pedagógico de sistematizar os principais marcos dos diferentes nacionalismos africanos, daremos sequência na compreensão dos movimentos de libertação e a independência da Guiné Bissau.

A Guiné Bissau sempre foi a mais pobre das colônias portuguesas e, desde que conseguiu a independência, sofreu inúmeros golpes

de Estado. O Partido da Independência da Guiné (PAIG) foi criado em 1956, na maioria por cabo-verdianos exilados na Guiné francesa (ou Guiné Conacri) e liderados por Amílcar Cabral (RODRIGUES, 1990, p. 221).

Como já vimos anteriormente, a independência da Guiné Bissau foi vinculada à de Cabo Verde em um projeto de unidade das duas nações. Embora os dois países estivessem juntos no movimento pela independência, a conquista da liberdade na Guiné Bissau foi muito mais conturbada. A partir de 1961, foram iniciadas guerras de guerrilhas contra a autoridade portuguesa. Em 1973, por meio da posse do território pela guerrilha, foi possível a declaração de independência da Guiné Bissau.

Amílcar Cabral, o comandante da PAIG, foi assassinado em 1973, no exílio em Conacri (Guiné francesa) e substituído pelo seu irmão Luiz Cabral. Assim, Luiz Cabral foi empossado em 1973, como primeiro presidente da Guiné, compondo um governo de partido único e de orientação marxista. Em 1980, por meio de um golpe de Estado articulado pelo seu ex-companheiro de guerrilha, o ex-militar João Bernardo Vieira (1939-2009) (comandante Nino), Luiz Cabral foi deposto e preso, sob a acusação de despotismo e centralização (RODRIGUES, 1990).

A partir deste momento um governo autoritário é assumido pelo comandante João Bernardo Vieira que governou o país até ser deposto por uma guerra civil na década de 1990. Nino Vieira ficou no governo por quase 23 anos. Desde então, o exército sempre esteve presente nos governos do Estado.

Mesmo com governos autoritários, a Guiné Bissau realizou eleições em 1990 e 2005. Nino Vieira, após nove anos fora do poder, retorna do exílio em Portugal e é reeleito em 2005. Logo após a sua reeleição, foi brutalmente assassinado em sua residência por um grupo militar. Em 23 de junho de 2014, José Mario Vaz (1957 -) um economista formado em Portugal e militante do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) desde 1989, foi eleito para a presidência da Guiné-Bissau permanecendo no cargo até os dias atuais.



Exemplificando

Veja a reportagem Guiné-Bissau: O país onde nenhum Presidente terminou o mandato. Conheça todos os que passaram pelo comando do país.

Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-002/guin%C3%A9-bissau-o-pa%C3%ADs-onde-nenhum-presidente-terminou-o-mandato/g-37918406>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

Dos países insulares, São Tomé e Príncipe também teve um movimento de libertação peculiar de independência. Nos anos de 1970, o único movimento de libertação era o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP). A independência foi negociada fora das ilhas entre os quadros políticos portugueses e membros do MLSTP.

Assim, sem guerra contra os portugueses e por meio de uma negociação pacífica, a participação popular no processo de independência foi reduzida às comemorações da independência. Em 26 de novembro de 1974, foi assinado um acordo entre os políticos portugueses e os líderes do MLSTP. A independência foi concretizada em 12 de julho de 1975, com a implantação de um sistema socialista de partido único, cujo primeiro presidente foi Manuel Pinto da Costa:



[...] um dos balanços que foi feito sobre esse período pode ser resumido à principal ideia de que as medidas e políticas adotadas levaram a algumas mudanças sem necessariamente provocar uma transformação drástica do sistema econômico, contrariando as promessas iniciais do governo e as esperanças dos trabalhadores agrícolas (BERTHET, 2016, p. 963).

Diferente dos cabo-verdianos, que afirmam sua identidade cultural como a de um país crioulo, os são-tomenses consideram-se africanos. "Além disso, em São Tomé e Príncipe, o português é mais falado e valorizado do que o forro, o crioulo local maioritário. Ali, a criouldade não se encontra nos símbolos nacionais cujas referências são africanas" (SEIBERT, 2014, p. 42).

Os são-tomenses fizeram revoltas no tempo colonial, porém não assentam nenhuma delas em bases nacionalistas, isto é, não eram batalhas por identidades. Da mesma maneira podemos falar da independência, isto significa que a independência não teve um cunho nacionalista, ela fez parte da questão colonial portuguesa e a descolonização da África. Apenas uma pequena parcela da população tinha a independência como projeto político.

Após a independência desse país, foi instituído um regime socialista de partido único, MLSTP, e seu presidente foi Pinto da Costa (1975 - 1991). Dez anos após a independência, uma série de erros cometidos por um sistema socialista autoritário, somados aos problemas acarretados pela seca de 1983 e 1984, fizeram o país dar sinais de que as dificuldades pareciam impossíveis de serem solucionadas. "A população reagiu em 1979, em São Tomé, e, em 1981, na Ilha do Príncipe. O primeiro levantamento foi particularmente violento, conquanto espontâneo e politicamente desarticulado. Com menor impacto, o segundo foi rapidamente abafado" (NASCIMENTO, 2010, p. 54).

Em 1990, principia a transição para a democracia e o pluripartidarismo. Desde 1990, São Tomé assumiu um sistema multipartidário quando promulgou sua nova constituição. Ao entrar em vigor a Constituição, os partidos políticos da oposição foram legalizados pela Assembleia Nacional.

De julho de 1975 a abril de 1991, Manoel Pinto da Costa (1937 -) foi o presidente até serem promulgadas as eleições. O primeiro presidente democraticamente eleito foi Miguel Trovoada e ficou no poder de abril em 1991 a agosto de 1995. Aos 3 de setembro de 2013, Evaristo Carvalho foi eleito presidente de São Tomé e Príncipe e está no poder até os dias de hoje.



Refleta

Existe uma visão sobre o colonialismo e o neocolonialismo que os considera uma *época* de **progresso**, por isso, observa que essa etapa foi **indevidamente interrompida**. Esse modo de pensar acredita que os colonizadores levaram muitas coisas dos povos europeus, considerados mais evoluídos, para pessoas que estavam vivendo no "tribalismo" e mergulhadas no anarquismo. O que você acha desse pensamento? Você acredita que o colonialismo trouxe benefícios para os africanos?

Países lusófonos da África central – Moçambique e Angola

Moçambique e Angola foram países que construíram suas nacionalidades em uma estrutura de independência obtida por meio de lutas armadas contra os regimes coloniais. Nesse caso, o sentido de nacionalidade teve que ser construído em torno dos movimentos de libertação nacional. As guerrilhas nas colônias portuguesas africanas duraram de 1961 até 1964, e continuaram sob a forma de guerra civil entre movimentos de libertação rivais depois da independência (OLIVER,1994).

Em Moçambique, a guerrilha, também conhecida como Luta Armada de Libertação Nacional, empregou as mesmas táticas que Amílcar Cabral utilizara na Guiné Bissau. A guerrilha ocupava “distrito por distrito, criando suas próprias escolas, clínicas, tribunais e uma rede administrativa e de comércio” até que depois de anos de luta os portugueses não tinham mais nada que governar, além das redondezas da capital (OLIVER, 1994, p. 266).

A guerra da independência de Moçambique (1964 -1974) foi um conflito armado que envolveu a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) e as Forças Armadas de Portugal. Essa guerra resultou numa independência negociada em 1975.

O Movimento de Libertação de Moçambique (Frelimo) foi fundado por Eduardo Mondlane (1920-1969), em 1962, devido à junção de diversos grupos nacionalistas que tinham seus líderes exilados na Tanzânia. Eduardo Mondlane foi assassinado em 3 de fevereiro de 1969 por uma bomba que estava em um pacote que recebera. Suspeita-se que o pacote tenha sido enviado pela polícia secreta portuguesa. Após sua morte, a Frelimo passou a ser liderado por Samoa Machel (1933-1986). A Frelimo venceu as eleições parlamentares em 1994, 1999, 2004 e 2009, e mesmo com acusações de fraudes, permanece no poder até os dias atuais.

Após a independência, Samoa Machel tornou-se o primeiro ministro e encontrou um país desestruturado política e financeiramente. A situação de recessão econômica e social somada ao totalitarismo marxista, à pobreza, ao insucesso dos programas de governo, geraram uma série de levantes. Logo após a independência, deflagrou-se uma guerra civil de dezesseis anos (1977-1992), na qual se opunha ao governo do Frelimo a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) de ideias anti-comunistas.

No período do neocolonialismo, as divergências entre os movimentos políticos se concentravam contra o domínio europeu, no entanto, durante o período das independências, foi gerada uma guerra civil em que cada um lutava pró ou contra o governo, que, naquele momento, passava a ser caracterizado como um governo africano. O que mudou ao longo da história foram os destinatários que proporcionavam o financiamento para que esses movimentos lutassem pelo poder político. A questão "é que movimentos rivais buscavam apoio de diferentes patronos. Russos, norte-americanos, chineses, cubanos e sul-africanos estavam todos envolvidos na questão, com os Estados africanos vizinhos, apoiando lados diferentes" (OLIVER, 1994, p. 266). Os 16 anos de guerra civil foram devastadores para Moçambique.

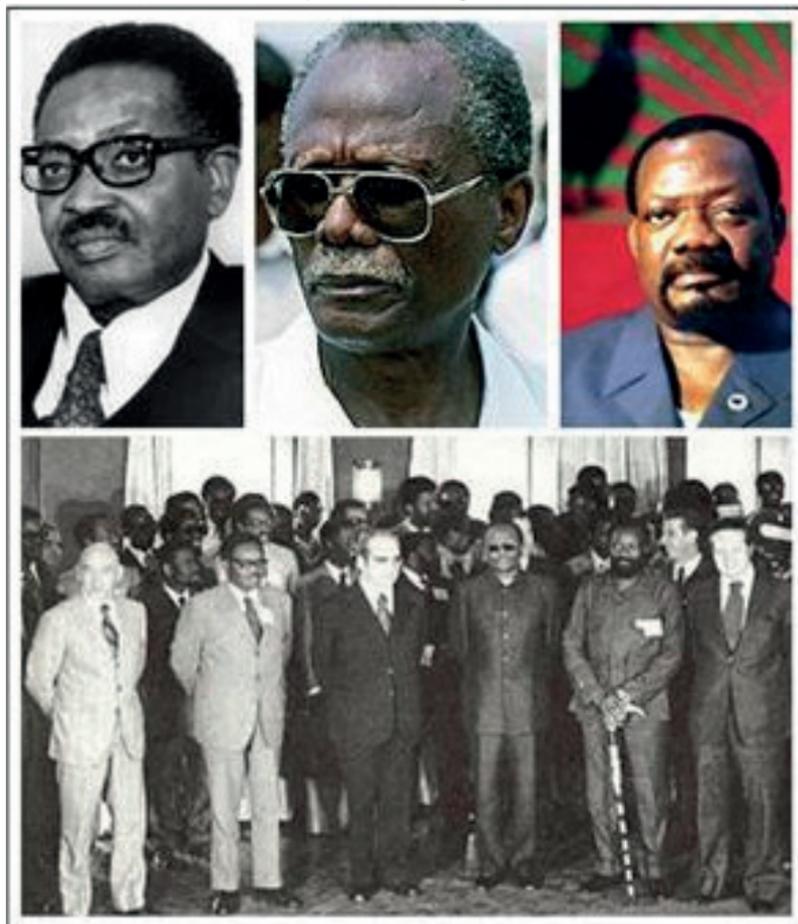
Samora Machel ocupou o cargo de presidente até sua morte em 1986. Joaquim Chissano (1939 -), que o sucedeu, implementou reformas radicais, negociou o término da guerra civil, implantou o sistema multipartidário e legalizou o movimento de Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), além de aproximar o país do capitalismo. Em 1992, sob a supervisão das forças de manutenção da paz das Nações Unidas, Moçambique inicia uma fase de pacificação.

Entretanto, em 2013, um novo conflito armado surge no país. Em 2014, o presidente da época, Armando Guebuza (1943 -) e o líder da RENAMO, Afonso Dhlakama (1953 -), assinaram um tratado de paz. Houve novas eleições em 2014, mas a RENAMO não reconheceu como legítimos os resultados, essa postura gerou uma nova crise política, deixando o país à beira de outro conflito armado.

Em Angola, o quadro político era bem mais complicado. Paralelamente ao movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), chefiado por Agostinho Neto (1922 – 1979) com um programa de orientação ideológica semelhante à dos movimentos das demais colônias portuguesas[...] (SERRANO& WALDMAN, 2007, p. 261).

Além do MPLA, operavam outros dois movimentos: a Frente Nacional da libertação de Angola (FNLA), de Holden Roberto (1923 – 2007), e a União para Libertação Total de Angola (UNITA), liderada por Jonas Savimbi (1934 – 2002). (SERRANO& WALDMAN, 2007, p.261). Nesse caso, vale notar que havia um vínculo étnico nos partidos: a FNLA vinculada aos bakongo, e a UNITA, organizada em torno dos ovibundo (SERRANO& WALDMAN, 2007).

Figura 4.5 | Agostinho Neto, Holden Roberto e Jonas Savimbi (Acima - da esquerda para direita/ Abaixo - Parcerias político-estratégicas com os Soviéticos)



Fonte: <http://3.bp.blogspot.com/_FSuPPRUJZH8/TJ6S3YmSCel/AAAAAAAAAEc/DPsyKi761Po/s400/holden+oberto+alvor+angola.1jpg%5B1%5D.jpg>. Acesso em: 30 jan. 2018.

A guerra de independência de Angola foi proclamada a 4 de fevereiro de 1961. Nesta data aconteceu, no Norte de Angola, um massacre liderado por Holden Roberto, no qual homens brancos e também negros foram brutalmente assassinados pela União das Populações de Angola (UPA). Essa chacina gerou revolta entre os colonos brancos e, no mesmo dia, Salazar enviou uma grande quantidade de soldados para Angola. Esses soldados vingaram-se do que houve anteriormente, causando um ato tão abominável quanto o primeiro. Essa guerra durou de 1961 a 1974.

A independência de Angola foi proclamada no dia 11 de novembro de 1975, sendo a última colônia portuguesa a conquistar independência. Logo após a independência, iniciou-se uma guerra civil que vai de 1975 até 2002, sendo um dos conflitos mais sangrentos da África.

Nesse cenário político conturbado, Angola foi uma república popular entre 1975 a 1992, quando assumiram a presidência Agostinho Neto de 1975 a 1979, Lúcio Lara (1929 – 2016) como presidente interino em 1979, José Eduardo dos Santos (1942 –) de 1979 a 1992.

A partir de então, Angola se tornou uma República multipartidária. Ao transitar para República, em 1992, José Eduardo dos Santos manteve a função até 2017, quando foi sucedido por João Lourenço (1954 –). O cargo da presidência desde 1975 está nas mãos do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA).



Pesquise mais

Para não esquecer Angola é um documentário sobre a independência desse país, que traz diferentes visões de africanos e portugueses sobre a questão e o resgate da dignidade e identidade dos angolanos. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=a6dX0dx88Zs>>. Acesso em: 01 jan. 2018.

O que vimos nesses novos países africanos, criados ainda sob a hegemonia do neocolonialismo português? Que a independência nem sempre resultou em um tempo de harmonia e progresso. As elites africanas dominantes estavam preocupadas com a centralização política e com a economia planejada pelo Estado. Os africanos que receberam alguma educação assumiram as ideologias de esquerda. Nesse sentido, pensavam em unir os oprimidos contra seus opressores. No entanto, foi o “partido”, com base nos movimentos de independência que atuou como “centro irradiador de propostas e concepções da nação como um todo, estabelecido e insubstituível” (OLIVER, 1994, p. 271).

Podemos crer que essa dura atuação dos partidos teve o intuito da consolidação das nações, embora não tenha colaborado para a questão econômica. Os países africanos ainda estão se constituindo

como tal, procurando seus valores, suas identidades e suas maneiras de ser. A independência real ainda é uma meta a se cumprir, pois existem heranças dos governos neocolonialistas. Embora tenha havido tantos erros e instabilidades geradas pelos governos pós-colonialistas na África, a procura africana é por superar os desafios e encontrar “o caminho da prosperidade e da justiça social, numa trajetória em que seus povos venham a reconhecer um destino comum” (SERRANO&WALDMAN, 2007, p. 283).

Sem medo de errar

Na comemoração da semana dos povos africanos, a universidade em que Luiza estuda promoveu uma exposição preparada pelos estudantes africanos. Luiza ficou surpresa quando percebeu que os angolanos e angolanas estavam distribuídos em dois grupos, em exposições separadas. O que podemos perceber é que existem duas maneiras dos moços e moças africanos se identificarem, uma é pela sua nacionalidade e a outra é pela especificidade cultural de sua etnia. Os grupos étnicos africanos existiam há muito mais tempo do que o Estado Nação, que é uma invenção moderna do ocidente. Assim entre esses grupos há diferenças quanto à religião, aos costumes e à organização familiar dos diversos grupos. Já o Estado-Nação agrega todos sob sua soberania, bandeira e identidade. Todos devem, nesse caso, falar português, o Estado-Nação tem um exército, por isso ele pode arbitrar em situações de violência e até fazer uso da força, etc. Então os garotos e as garotas são angolanos, mas também são umbundo ou bakongo. Por aí você pode perceber como deve ser difícil agregar os diversos grupos sob uma única bandeira, uma única língua, um único território, sem anular suas diferenças de grupos culturais. Agora veja como os umbundo e os bakongo se colocaram nas guerras civil angolana e responda. Baseado na história de Angola, o que mais pode estar por detrás da separação dos grupos de alunos nessa exposição realizada na universidade de Luiza?

Faça valer a pena

1. “Se não afirmamos que Portugal se arrisca a uma derrota militar entre nós, é simplesmente porque ele nunca teve nenhuma oportunidade de sair vitorioso. E só podem sofrer derrotas aqueles que têm pelo menos uma oportunidade de ganhar” (Cabral, citado em LOPES, apud SERRANO& WALDMAN, 2007, p. 262).

Assinale a alternativa que traz qual é o tipo de guerra que Amílcar Cabral se refere na sua fala transcrita no trecho do texto-base:

- a) guerra entre os grupos ovibundo e bakongo.
- b) guerra civil angolana.
- c) guerras de independência.
- d) guerra de tribalismo.
- e) guerra entre a FNLA e a PAICG.

2.

A independência significava mudanças na situação que regravava, bem poucas épocas antes, o “Continente Colonial”[...] Pontes, estradas e cidades foram rebatizadas com topônimos locais, um dos múltiplos exemplos de uma política de africanização empenhada em apagar traços da dominação ocidental. Não haveria como negar que as antigas metrópoles deixaram de estar presentes no continente. Ao menos ao nível da percepção cotidiana. (SERRANO& WALDMAN, 2007, p. 269)

Conforme o texto acima, houve muitas mudanças na África pós-colonial. Assinale a alternativa que indica o porquê a percepção era somente no nível cotidiano.

- a) Porque as novas nações não se preocuparam em mostrar as mudanças governamentais.
- b) Porque as novas nações passaram a reproduzir os padrões oriundos das antigas metrópoles.
- c) Porque as novas nações se formaram com bases no modelo marxista.
- d) Porque as novas nações foram alvo de muitas guerras civis.
- e) Porque as novas nações defendiam a escravatura.

3. As guerrilhas das colônias portuguesas duraram de _____ até _____ e continuaram sob forma de _____ entre _____ rivais muito depois da retirada portuguesa.

Complete as lacunas da sentença do texto-base assinalando a alternativa que melhor se aplica:

- a) 1961- 1994 – guerra de independência - partidos socialistas.
- b) 1967 – 1974 - Massacres- tribos.
- c) 1962 – 1975 – tribalismo – grupos étnicos.
- d) 1961 – 1974 - guerra civil – movimentos de libertação.
- e) 1961-1984 - guerrilha - partidos.

Seção 4.3

África do Sul: apartheid e resistência

Diálogo aberto

Luiza ia ao restaurante da Universidade para almoçar todos os dias. Lá encontrava as amigas de classe e, dentre elas, as africanas. Nesse dia, as moças estavam sentadas ao redor de uma mesa tendo uma conversa animada. Luiza se aproximou e foi falando: “- Nossa, quanta animação, do que é que estão falando?” Uma das africanas respondeu: “- Estamos contando coisas da África, por que vocês brasileiras não sabem nada de lá?” Então Luiza disse: “- Também quero ouvir. Afinal, o Brasil tem muito da África”.

Nesse ponto da conversa, chegaram duas pessoas que Luiza não conhecia. As moças africanas os cumprimentaram. A moça que Luiza estava conversando virou-se para ela e disse: “- Acho que você não os conhece. Essa é Sandra e esse é Robert, ambos são de Transvaal”. Luiza estendendo a mão disse: “- Muito prazer. Transvaal é na África do Sul, não é? Então agora vamos ter mais africanos para contar suas histórias, vamos pôr mais cadeiras à mesa”. Sandra, a recém-chegada, com um forte sotaque, disse: “- É verdade, nós somos da África do Sul. O que vocês querem saber sobre meu país?” Então Luiza disse: “- Todos sabemos que o apartheid foi uma coisa terrível que aconteceu no seu país. Você pode nos contar alguma coisa sobre isso, porque eu não sei muito sobre essa questão, além de que foi um período de muito racismo.

Sandra pensou um pouco e disse: “- Então vou contar um fato que eu acredito que vai fazê-la pensar. Você já ouviu falar de crianças não-classificáveis? Pois na África do Sul no tempo do apartheid elas existiam. Havia uma menina recém-nascida chamada Margie que foi abandonada. Como ela não tinha documento e precisava da classificação de raça, levaram-na para um hospital. No hospital não sabiam se ela era mestiça ou branca. Sabe o que fizeram? Mandaram um cacho do cabelo da menina aos laboratórios policiais para que determinassem se ela era ou não de sangue misto. Um funcionário de alta patente analisou o cabelo e disse que a menina era de sangue

misto. Diversas autoridades não aceitaram o resultado da análise, dizendo que a mesma não teve bases científicas. Dessa forma, acharam que o resultado foi inconclusivo. E foi assim que Margie ficou na zona nebulosa das crianças não-classificáveis”. Nesse momento, Luiza com ar surpreso disse: “ - Que horror. Que diferença faz ela ser branca, negra ou mestiça? Por que tanta polêmica?”

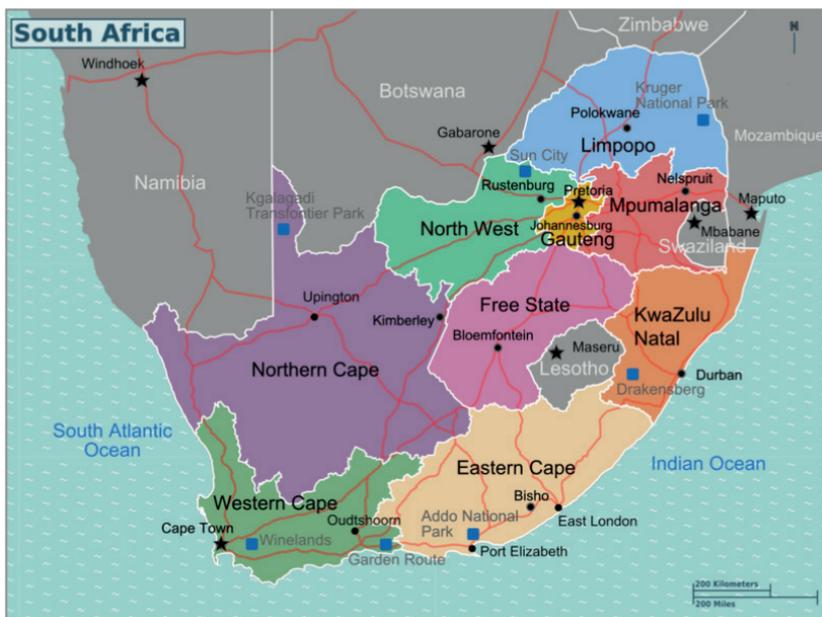
Então, Sandra respondeu: “- No regime do apartheid faz muita diferença. Por exemplo, essas crianças não são aceitas em nenhum estabelecimento de ensino. Por outro lado, executivos japoneses e diplomatas negros eram considerados brancos quando iam à África do Sul. Esses são alguns exemplos”.

Muitas coisas aconteceram nesta história racista. Você, aluno e aluna, conseguiria saber por que no apartheid era muito importante a classificação de cor? E por que a classificação racista não era aplicada para os diplomatas e executivos?

Não pode faltar

Caro aluno, iniciamos esta seção olhando para mais um país do continente africano, a África do Sul. Localizado no extremo meridional do continente, a área da região onde hoje é a atual Cidade do Cabo era ocupada, antes da colonização, principalmente pelos khoikhois (hotentotes) que era um grupo nativo que desenvolviam atividades pastoris. Além desses povos, havia também os sans (bosquímanos) que eram caçadores e coletores. Ambos pertenciam ao grupo linguístico khoisan. Outros grupos que habitavam o interior da África do Sul eram “povos agricultores de língua banta, como os ngunis (xhosas, zulus, suazis e ndebeles), sothos (basothos, pedis e tswanas), vendas e tsogas” (JONGE,1991, p. 16).

Figura 4.6 | Regiões da África do Sul atualmente



Fonte: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:South_Africa-Regions_map.png>. Acesso em: 20 fev. 2018.



Assimile

Diferentemente do que muitos acreditam e contradizendo o discurso presidencial de Pieter Villem Botha (1916 – 2006), para Jonge (1991) e muitos intelectuais africanos e africanistas (estudiosos de África), os brancos e os negros não chegaram juntos à região do Cabo e ela não era desabitada, pois se sabe que muitos povos nativos ocupavam a região muito antes da colonização portuguesa no continente. Por isso, a ocupação do Cabo pelos europeus gerou muitas guerras com os povos nativos, principalmente com os khoikhois.

A região do Cabo foi arena de grandes deslocamentos humanos que repercutiram em todas as regiões vizinhas e se projetaram até os dias de hoje (RODRIGUES, 1990). Após Bartolomeu Dias ter dado a volta no Cabo da Boa Esperança (1488) e Vasco da Gama ter descoberto o caminho para as Índias (1497) contornando-o, a Companhia Holandesa da Índias Ocidentais (VOC), sob a liderança de Jan van Riebeeck, chegou à Cidade do Cabo em 1652. A

princípio, a companhia não tinha em vista a colonização, porém, após cinco anos de sua chegada no Cabo, alguns empregados brancos se estabeleceram como colonos nas terras que foram expropriadas dos khoikhois. O encontro dos holandeses com os khoikhois foi violento, pois inúmeras guerras foram travadas entre eles, como veremos na sequência do nosso estudo.

A Companhia Holandesa das Índias Ocidentais (VOC) incentivou a ida de colonos para a região do Cabo. Essas pessoas eram de origem holandesa e calvinistas, que devido a conflitos religiosos estavam sendo perseguidos na Europa. Os calvinistas foram incentivados a se radicarem na colônia do Cabo para produzirem víveres que eram enviados para os navios que iam e vinham do Oriente. A cidade do Cabo era um excelente porto que servia de entreposto para esses navios.

A princípio, os colonos negociavam gado com os khoikhois, contudo, aos poucos tornaram-se criadores de gado dedicando-se menos à agricultura, além de também roubarem gado dos povos khoikhois. Esse comportamento gerou muitos confrontos entre os nativos e os novos colonos.

Os colonos holandeses foram expandindo seu território à medida em que perseguiam e expulsavam os khoikhois. Os nativos que não eram mortos nas guerras, que não fugiam para as terras áridas do Norte, ou que não morriam de varíola, tornavam-se escravos dos colonos brancos. Isso evoluiu a tal ponto que, "por volta de 1700, os khoikhois somente podiam sobreviver se trabalhassem para os brancos, em virtude de a ocupação total de suas terras de pastagem pelos bôeres ter impedido a realização de sua atividade tradicional de criadores de gado nômades" (JONGE, 1991, p. 18).

Devido à falta de mulheres brancas e do contato dos khoikhois com os descendentes dos colonos calvinistas holandeses, nasceram muitos mestiços que receberam o nome de griqua (outra grafia encontrada pode ser: griqa), que adotaram o modo de vida dos brancos. Assim, formaram um grupo multicultural que emigrou para o interior fugindo do domínio colonial britânico.

Entre os colonos, dois grupos se formaram, um de negociantes que se configurava numa burguesia e outro que era composto de camponeses que se dedicavam à agricultura. A expansão de terras foi se dando com inúmeras guerras contra os khoikhois. Foi nesse

contexto de diferenciações entre os colonos holandeses que sugiram os bôeres, termo que significa ‘camponês’ no idioma holandês.

Os bôeres eram os descendentes dos colonos calvinistas da Holanda, da França e da Alemanha, que se estabeleceram nos Séculos XVII e XVIII na África do Sul. Essa nova categoria de homens brancos na colônia, os bôeres, não mais se identificava com os europeus e embora se considerassem africanos, também não se identificavam enquanto nativos (ALVES, 2015).

Figura 4.7 | Uma família bôer, em 1886. Atualmente há 1,5 milhões de descendentes destes primeiros imigrantes holandeses na África do Sul



Fonte: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/B%C3%B4eres>>. Acesso em: 6 fev. 2018.

Os bôeres foram a base social para a formação do apartheid que “significa separação ou segregação e designou a doutrina oficial do governo sul africano até 1990” (JONGE,1991, p. 9). Fechados entre si, implantando seu sistema de dominação pela violência, os bôeres mesmo não se identificando com os europeus, dominavam como colonizadores e se afirmavam superiores sobre os nativos. Desenvolveram, no Século XVIII, um idioma chamado africâner (ou afrikaaner), diferente da língua mãe europeia e que tem influência de várias outras línguas como o alemão, o holandês e outras línguas locais (RODRIGUES, 1990).

No começo do Século XVIII, a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais proibiu a escravização dos khoikhois, por isso eles passaram a ser inseridos em um sistema parecido com a servidão europeia, que não era muito melhor que a escravidão, e ainda trazia grandes vantagens para os brancos. A Companhia, que desde o Século XVII deteve o monopólio da navegação e do comércio com as américas e a África Ocidental, em 1791, foi dissolvida.

As guerras napoleônicas, no começo do Século XIX, mais precisamente no ano de 1806, convulsionava a Europa. Em 1795, a França, com Napoleão, invade a Holanda e permanece lá por 20 anos. Assim, a Holanda invadida perdeu força nas suas colônias. Em 1806, a Inglaterra temerosa de que o Cabo da Boa Esperança caísse nas mãos de Napoleão, que havia dominado a Holanda, estabeleceu-se definitivamente na África do Sul.

A princípio o holandês permaneceu como idioma oficial e os costumes locais foram respeitados. Entretanto, os costumes dos colonos bôeres logo foram contestados pelos ingleses o que gerou conflitos entre as duas partes. A Inglaterra, que já estava engajada com a campanha abolicionista, tomou uma série de providências: "em 1812, foi declarada a igualdade jurídica entre brancos e não brancos; finalmente, em 1834 foram libertados mais de 40.000 escravos existentes [...]" (RODRIGUES,1990, p. 122). Isso tomou uma feição de afronta às leis de Deus para os bôeres, que tinham uma interpretação calvinista do Velhos Testamento.

A partir de 1834, os bôeres, também chamados de *trekboeres*, que lidavam com a criação e a compra e venda de gado começaram a emigrar. Pararam a colônia do Cabo "em grandes carroças puxadas por bois, no movimento conhecido por Grande Trek (Groot Trek) (JONGE, 1991; RODRIGUES, 1990). Nesse expansionismo, os bôeres defrontaram-se com dos xhosas, com os sothos e, em Natal, com os zulus. Continuando sua expansão, na década de 1740, os bôeres entraram no Little Karoo e, na década de 1760, chegaram ao interior do Grande Karoo (Great Karoo).

Figura 4.6 | A expansão dos bôeres fora da Colônia do Cabo entre 1700 e 1800



Fonte: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/f/f1/Trekboer_migration_map.png/400px-Trekboer_migration_map.png>. Acesso em: 7 fev. 2018.

Sem dúvida alguma, a fuga dos bôeres para o interior da colônia teve o intuito de expandir suas terras, porém também teve a finalidade de se afastarem do controle da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, com quem tinham conflitos regulares.

Sobre o encontro inevitável com os nativos durante o Grande Trek, Jonge (1991) nos conta que os xhosas conseguiram deter, durante muito tempo, a expansão. Entre 1778 e 1856 houveram muitas guerras dos xhosas contra os bôeres e também contra os ingleses. Os xhosas foram enfrentados pelos ingleses e pelos bôeres “no rio Peixe, espremidos entre a montanha e o mar, e pressionados pelas outras tribos que caminhavam atrás deles, entraram em choque com os europeus nas chamadas guerras Cafres (1779-1850)” (RODRIGUES, 1990, p. 123). Por volta de 1835, os xhosas chegaram a ser expulsos para além do rio Kei, porém retornaram posteriormente. Em 1847, essa região foi anexada à Colônia do Cabo sob o nome de Confraria Britânica (RODRIGUES, 1990). A última guerra entre os xhosas com as tropas britânicas aconteceu em 1878.

Desde o Século XVI, os povos bantos, principalmente os ngoni e os sotho migraram para o extremo sul do continente africano. A chegada dos bôeres no interior da África do Sul também prejudicou

a expansão territorial dos povos de língua banta em direção aos territórios khoikhois. Por isso, a expansão banta na África do Sul se deu em cima de outros povos bantos. No final do século XVIII, Dingiswaioo chefe dos Mtétua (tribo de povos que falavam o idioma ngoni pertencente a um grupo de línguas bantas) tornou-se poderoso por ter unificado os povos ngoni. Após sua morte, em 1818, o poder passou para as mãos de Shaka, um notável guerreiro do subgrupo Zulu.

Shaka desenvolveu táticas de guerra armas. Criou os *impis*, regimentos permanentes e bem treinados graças a uma disciplina rígida; idealizou novas formas de ataque; substituiu a lança de arremesso pela azagaia modificada (JONGE, 1991). Em poucos anos, Shaka transformou seu povo em uma temível potência militar. As regras eram duras:



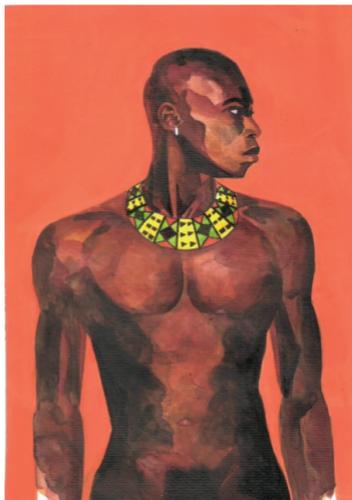
os guerreiros prestava serviço militar dos dezesseis aos sessenta anos, sendo obrigatoriamente celibatários até os trinta anos. Covardes e traidores eram punidos com a morte, assim como os velhos guerreiros capturados do inimigo (mulheres e crianças eram absorvidas na nova tribo, com pleno direito à cidadania) (RODRIGEZ,1990, p. 123).

Figura 4.7 | Desenho de 1824 do rei Shaka (1781 – 1828) com a azagaia e o escudo. Atribuído a James King, publicado em 1836 no livro "Viagens e Aventuras na África Oriental" de Nathaniel Isaacs



Fonte: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:KingShaka.jpg>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

Figura 4.8 | Obra do artista Anderson Vicentini. Shaka, guerreiro Zulu, 2018. Tinta acrílica e caneta hidrocor sobre papel Canson



Fonte: Anderson Vicentini (2018), cedido pelo artista.

Com a morte de Dingiswaio em 1818, Shaka assumiu o poder e passou a “investir na expansão dos zulus em direção ao oeste para as terras dos sothos, e em direção sul para as terras dos xhosas” (JONGE, 1991, p. 23-24). Ele se torna um déspota poderoso, ao mesmo tempo que revolucionou não somente a guerra, mas também a estrutura social. Shaka morre assassinado pelo seu meio-irmão Dingane, que o substitui no poder. A expansão Zulu, levada a ferro e fogo, teve consequências para os povos bantos. Uma das consequências da agressiva expansão do povo Zulu foi o movimento de emigração de grupos ngoni, que resultou em novos povoados nas margens do rio Limpôpo.



Refleta

A expansão dos zulus em direção aos xhosas e sothos resultava na tomada de suas terras. Os brancos (bôeres) também queriam mais terras e, para isso, avançavam usurpando as terras dos povos bantos. Se os zulus expandiam suas terras tomando-as dos xhosas e sothos, por que a expansão dos bôeres parece injusta? Em que as duas situações são diferentes?

Após a morte de Shaka, ocorreram uma série de enfrentamentos entre os bôeres e os zulus. É digno de nota a batalha chamada de Rio de Sangue, ocorrida em 16 de dezembro de 1838, em que os bôeres foram chefiados por seu líder, Andries Wilhelmus Jacobus Pretorius (1798 - 1853).



Os homens de Andries Pretorius, reunidos em laagers (acampamentos cercados com carros de boi) liquidaram guerreiros zulus às margens de um pequeno rio, que ficou vermelho de seu sangue. A resistência zulu, porém somente foi completamente desmantelada em 1887, quando a Zululândia foi anexada pelos ingleses. (JONGE, 1991, p. 25-26)

Entretanto, os zulus eram guerreiros preparados. A guerra anglo-zulu ou Batalha de Isandlwana (1879) vale ser notada, pois o exército britânico sofreu, na sua primeira investida, a pior derrota em uma batalha contra um grupo nativo e com inferioridade de tecnologia. Porém, numa segunda investida, muito mais agressiva, os ingleses venceram os zulus. Essa guerra resultou em mortes de 1.300 soldados britânicos e cerca de mil homens do exército zulu.



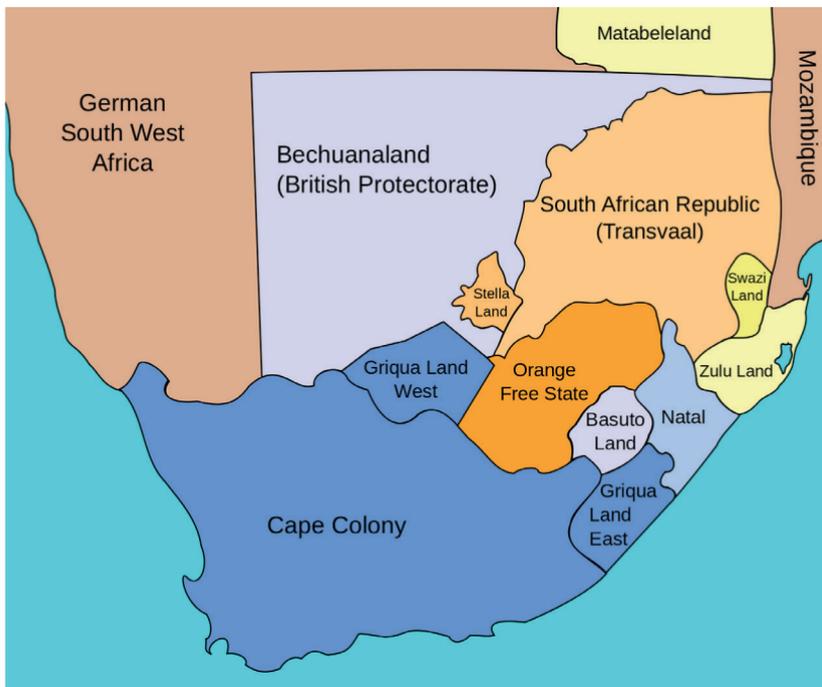
Pesquise mais

Já no vídeo de título *A guerra Anglo-Zulu*, aborda-se a mais "desproporcional" guerra dos últimos 200 anos, falando dos embates entre os ingleses e os zulus na segunda metade do século XIX, dando destaque à batalha de Isandhlwana, na qual os britânicos foram derrotados. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bVvjfwMxi0>>. Acesso em: 8 fev. 2018.

Nos anos de 1870, haviam duas repúblicas boêres independentes (Transvaal e Orange), territórios ingleses (Cabo e Natal) e outros que eram de grupos africanos. Como discorre Jonge (1991, p. 29-30), os territórios africanos da região eram: "a Zululândia, o mais forte deles, a Griqualândia e o Estado de Pedi, ao norte do Transvaal". Todos esses territórios formavam uma verdadeira colcha de retalhos, que o governo inglês queria reuni-los numa unidade confederada, a fim de ter controle sobre a região que se tornara poderosa economicamente.

Foi a descoberta de minas de diamante na Gríqualândia Ocidental, em 1867, que modificou a economia da região ao introduzi-la na economia mundial, provocada pela corrida ao diamante.

Figura 4.9 | Diferentes territórios na África do Sul em 1885



Fonte: <https://en.wikipedia.org/wiki/Cape_Colony>. Acesso em: 9 fev. 2018.

Para conseguir seu intuito, o governo inglês, em 1877, anexou o Transvaal à colônia do Cabo. Essa atitude do governo britânico gerou muitas contendas entre ingleses, pedis e zulus. Vale ressaltar a batalha de Isandhlwana quando, em seu primeiro dia: 22 de janeiro de 1879, os ingleses, servidos de artilharia, infantaria e cavalaria, foram derrotados pelos zulus. Porém, em 1890, um ano após essa batalha, em outra guerra, o rei dos zulus, Cetshwayo, foi preso, o que fez o reino zulu ruir. Assim, em 1887, a Zululândia foi anexada à colônia de Natal.

Os bôeres também não ficaram contentes com a anexação do Transvaal à colônia do Cabo e, em 1880, reafirmaram sua independência. Isso gerou a primeira guerra anglo-bôer, ocorrida entre 1880 -1881. Os bôeres derrotaram os ingleses em 1881 e Transvaal foi novamente reconhecido como território independente.

Esta guerra anglo-bôer insuflou o nacionalismo bôer. O primeiro livro bôer de história *A história de nossa terra na língua de nosso povo* insistia na ideia de que “os africâneres são um povo particular, possuidores de uma terra própria, falantes de uma língua dada por Deus e perseguidos por um inimigo pérfido: os ingleses” (JONGE, 1991, p. 31).

Em 1886, foram descobertas minas de ouro em Witwatersrand no Transvaal. A descoberta desse minério proporcionou um grande crescimento econômico para a região. A corrida do ouro levou muitas pessoas para Johannesburgo que se tornou a maior cidade do Cabo. Essas duas regiões ricas em jazidas de ouro e diamante provocaram o interesse dos ingleses pelo domínio das mesmas. O nacionalismo insuflado dos bôeres, depois da primeira guerra anglo/bôer, tornou-se uma ameaça à supremacia inglesa na África do Sul.

A pressão política e militar britânica cresceu sobre as colônias bôeres. Paul Kruger, presidente do Transvaal, perante esse quadro político, exigiu que os ingleses retirassem a presença militar das colônias do Cabo e Natal, e que mantivessem a independência de Transvaal e Orange. Os ingleses acharam a atitude de Paul Kruger inaceitável e a segunda guerra anglo-bôer aconteceu de 11 de outubro de 1889 a 31 de maio de 1902. Os bôeres perderam a guerra e as repúblicas de Transvaal e de Orange foram anexadas às colônias do Cabo e Natal, territórios ingleses. Dessa anexação, a partir de 1910, surge a União Sul-Africana, que em 1960 foi proclamada República da África do Sul (JONGE, 1991).

A necessidade de mão de obra nas minas era enorme e, durante todo o Século XIX, foi uma importante questão econômica. A questão era como produzir gastando muito pouco com mão de obra e sem usar a escravatura. E foi por isso que os ingleses passaram a estabelecer políticas que eram direcionadas aos povos autóctones de 1890 a 1896. A partir daí os mecanismos para obtenção da mão de obra de baixo custo nas comunidades negras foram intensificados.

De 1904 a 1910 foram importados mais de 60 mil trabalhadores chineses, que não foram aceitos pelos trabalhadores brancos e pelos líderes dos africâneres e, portanto, a maior parte deles foi repatriada (JONGE, 1991). Com a repatriação dos chineses, mais africanos foram necessários como trabalhadores. Considerados uma ‘raça’ inferior e subordinada, os negros deveriam ficar sob os

mandos dos brancos. A partir de então começam a se consolidar as políticas do regime segregacionista identificado como Apartheid, baseado em quatro leis principais.

Em 1912, a “Lei do Banco de Terras” decretava que os africanos negros, no seu conjunto total não poderiam ocupar mais que 13% do território sul-africano, sendo que 11% desse território eram reservas nativas. A consequência dessa política foi o esgotamento do solo, uma vez que a concentração dos agricultores negros nestas reservas era bastante grande. Para ilustrarmos rapidamente o cenário, basta lembrar que 75,3% da população era negra, e 8,6% era mestiço, portanto, 83,9% da população desse país estava confinada a esses 13% do território.

Nesse contexto, também foi implementada a “Lei do Registro Populacional”. Esta criava a obrigatoriedade de todos portarem uma cédula de identificação que classificava a população em quatro grupos: brancos, mestiços, asiáticos, negros ou africanos. Com esse registro, a população era obrigada a carregar seu documento de identidade racial, chamado de Passe, para que pudesse transitar pelo território.

A “Lei de Áreas de Grupos” determinava os espaços geográficos para cada população. Esses espaços eram chamados de bairros étnicos ou territórios formados por africanos negros que eram chamados de ‘bantustões’ (bantustans ou homelands).

A “Lei de Conservação de Diversões Separadas”, por fim, era uma política de separação espacial em praias, transportes coletivos públicos, piscinas, bibliotecas, banheiros, teatros, cinemas etc. Geralmente com cartazes com dizeres como: *whites only*, os espaços eram separados por grupo. Todas essas práticas tornaram-se oficiais a partir de 1950, no entanto, já eram praticadas antes desse período.

Os bantustões eram territórios negros agraciados com uma independência nominal (não reconhecido por outro país) com bases étnicas, “geograficamente formados por espaços fragmentados inseridos em regiões dominadas por maioria branca” (SERRANO & WALDMAN, 2007, p. 264). A maioria negra era destituída de direitos de voto e de representação parlamentar. Além disso, a união conjugal entre brancos e negros eram proibidas.



Exemplificando

Jonge (1991) nos conta que os procedimentos para determinar a raça de uma pessoa eram baseados em despropósitos. Por exemplo, um dos critérios era enrolar os fios de cabelo da pessoa em questão em uma caneta. Se os fios, ao serem retirados da caneta, se mantivessem encaracolados, essa pessoa era classificada como negro, o que definia sua vida para sempre. Quando a classificação prejudicava o governo e a política do país, como já afirmamos acima, até mesmo uma pessoa negra se tornava um "branco honorário".

O apartheid, segundo Jonge (1991, p. 9),



significa separação ou segregação e designa a doutrina oficial que orientou a política do governo sul-africano até 1990. O apartheid não é apenas discriminação racial, mas discriminação legitimada por um sistema totalitário que engloba todos os aspectos da vida das pessoas: espacial, jurídico, político, econômico, social e cultural.

Em poucas palavras, podemos dizer que o racismo na África do Sul era legal e estava na Constituição. Por meio do Partido Nacional, os bôeres monopolizaram os aparatos do Estado e impuseram o regime segregacionista aos negros.

Os africanos que habitavam os bantustões, que era a maioria da população do país, eram considerados inimigos do regime de apartheid. O Movimento Nacional Negro Sul-africano, em 21 de Março de 1960, organizou um protesto contra a lei do Passe que resultou numa chacina. A polícia armada disparou na população matando quase 60 pessoas. Esse acontecimento chamou a atenção internacional e a ONU transformou o 21 de março no dia Mundial de Protesto contra o Racismo.

Em 1976 outra revolta contra o regime segregacionista ocorre, dessa vez em Soweto, um bantustão no subúrbio de Johannesburgo. O movimento tinha chegado às grandes cidades e se aproximaram do núcleo branco do poder (SERRANO & WALDMAN, 2007).

O regime, em vista da evolução dos acontecimentos, procurou tomar algumas atitudes para persistir no poder. Nos anos 1970, os salários dos negros eram cinco ou dez vezes menores que dos

brancos. Em 1983, uma nova Constituição entrou em vigor e dava direitos limitados a uma minoria asiática que residia no país. Entretanto, as condições sociais e políticas dos negros em nada mudou.

A política legal de opressão das raças passou a ser condenada pela opinião pública internacional. Além disso, a pressão da população negra e de algumas parcelas da população branca deixava claro que o fim do apartheid era inevitável. Deste modo, em 1990, o próprio governo de brancos, liderado pelo presidente F. W. de Klerk, inicia o desmantelamento do sistema do apartheid (SERRANO & WALDMAN, 2007).

Nesse processo, Nelson Mandela, que estava preso como terrorista havia 27 anos, foi libertado, assim como muitos outros exilados foram anistiados e retornaram ao país. O partido político chamado Congresso Nacional Africano (CNA; em inglês African National Congress, ANC) desde a década de 1960 lutava na ilegalidade pelos direitos civis dos africanos e pela mudança na política da África do Sul. Tal partido passa para a legalidade no início da década de 1990.

Em 1991, inicia-se as negociações com os representantes de todas as comunidades para a elaboração de uma nova Constituição. Em 27 de abril de 1994, Nelson Mandela (1918 – 2013) tornou-se o primeiro presidente da África do Sul (27 de abril de 1994 a 16 de junho de 1999), o que marca o fim desse terrível sistema de apartheid.



Pesquise mais

Assista ao documentário *Nelson Mandela - O homem por de trás da lenda*, produzido pela TSR & TV5MONDE, tem foco na discussão do regime do apartheid e na vida de Nelson Mandela. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=SzY8EnTakvw>>. Acesso em 10 fev. 2018.

Essa foi uma luta árdua que envolveu milhares de africanos. Entretanto, apagar as marcas do apartheid não é tão simples assim. Tanto que “o fim do apartheid racial não significa o fim do apartheid social [...] a divisão social, que se confunde com uma ‘linha de cor’, continua e continuará por muito tempo” (SERRANO & WALDMAN, 2007, p. 267).

Os bôeres de extrema direita e as ideias neo-nazistas ainda estão lá e chegaram a propor a construção de um Estado branco “purificado” de mestiços, negros e asiáticos. Assim como os zulus defendem a formação de uma república independente própria. Além disso, ironicamente, mesmo com o fim do apartheid, ainda os brancos são os que têm maiores vantagens materiais, adquiridas através do processo de discriminação racial. Esses são apenas alguns problemas que os novos dirigentes terão que enfrentar e vão necessitar de muitos esforços para a construção de um país verdadeiramente democrático.

Sem medo de errar

A história de Magie, contada por Sandra, a moça sul-africana que estava estudando na faculdade de Luiza, é uma história que revela várias faces do regime do apartheid que era institucionalizado na África do Sul. As crianças não-identificáveis foram uma realidade que deixou muitas pessoas sem lugar nesta sociedade, ou melhor, sem identidade.

A identificação de raça para as pessoas nesse sistema indicava quem podia ou não frequentar os lugares, se podiam votar, onde iriam morar, com quem podiam casar, se teriam uma educação de qualidade ou não, quanto iriam ganhar no trabalho, enfim, localizava e dizia quem seria essa pessoa na sociedade em que ela vivia. Como vimos, o apartheid significa separação, segregação e englobava todos os aspectos da vida das pessoas. Além de ser um sistema racista, o apartheid estava na constituição, o que significava que ser racista era uma atitude legal. Havia neste sistema uma hierarquia de “raças”, em que a “raça branca” era a superior, por isso ficava no mais alto patamar das “raças”. Então, se o sistema tinha por objetivo separar para segregar, logicamente era importante para os brancos saberem em que classificação a pessoa estava localizada, para não se misturarem e até mesmo para poderem explorar sua força de trabalho, com baixíssimos salários.

Os negros pertenciam a uma classificação nada valorizada nessa sociedade. Dessa forma, não era bom ser classificado como negro, porque a pessoa perdia todas as regalias sociais e políticas que possuíam os brancos, considerados superiores. E os não-classificáveis? Você pode imaginar o que isso significava?

Existiam escolas para os brancos, que eram de boa qualidade e escolas para os de “sangue misto” e negros que tinham um ensino de pouca qualidade. E para as não-classificáveis? Como Sandra contou, essas crianças não existiam. Nem as escolas multiculturais as aceitavam, porque o governo proibia. Num local onde todos são classificados, você poderia imaginar o que é ser um não-classificável? Ser negro não era bom e ser não-classificável seria pior ainda? Parece que sim.

Faça valer a pena

1. “A chamada colônia do Cabo foi estabelecida desde os finais do século XVII no cabo da Boa Esperança, onde a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais incentivou colonos calvinistas perseguidos na Europa a se radicarem para a produção de víveres, destinados aos navios rumo ao Oriente” (RODRIGUES, 1990, p.121). Segundo essa referência, pouco a pouco esses colonos foram expandindo seu território perseguindo o grupo de nativos que vivia nessa região.

Assinale a alternativa que identifica que grupo de nativos foram perseguidos pelos colonos calvinistas no processo de expansão das terras dos grupos autóctones a serem colonizadas:

- a) Zulu.
- b) Urozuí.
- c) khoikhois.
- d) Namíbio.
- e) Bembá.

2.

Ainda sob o Comando do chefe Dingiswayo, seu protetor, Shaka organizou um exército inovador. Criou os regimentos permanentes e bem treinados, graças a uma disciplina rigorosa. Revolucionou o combate ao substituir a lança de arremesso pela azagaia modificada – agora com uma haste mais curta e uma lâmina mais larga – e que se adaptava melhor à luta ofensiva de corpo-a-corpo. Idealizou novas formas de ataque, como a ordem de batalha em forma de cabeça de búfalo. (JONGE, 1991, p. 23)



Shaka, ao reformular a armas e técnicas de guerra, tinha uma intenção clara. Assinale a alternativa que indica qual foi a intenção de Shaka ao organizar esse exército inovador.

- a) A expansão dos zulus em direção ao sul para as terras dos khoikhois.
- b) A guerra contra os bôeres, que estavam ao sul, e os xhosas que vivem ao norte da Zululândia.
- c) A expansão dos zulus em direção as terras dos sothos e, também, em direção sul para as terras dos xhosas.
- d) A expansão dos zulus em direção ao norte para as terras dos bôeres que bloquearam a expansão zulu.
- e) A guerra contra os ingleses que se uniram aos bôeres para a conquista das terras zulus.

3.



A instituição do apartheid em 1948 foi o resultado de uma longa sucessão de fatos da conquista e colonização, bem como da importação, para terras africanas, das ideologias essencialistas que acompanharam a formação dos Estados europeus e expansão do imperialismo (JONGE, 1991, p. 15).

Tendo como base a institucionalização do apartheid relacione as colunas a seguir:

- | | |
|---------------------------|--|
| I. Bantustões. | a) Movimento contra a lei do passe. |
| II. Lei do Passe. | b) Primeiro presidente da África do sul. |
| III. 21 de março de 1960. | c) Áreas pertencentes exclusivas para um grupo racial. |
| IV. 27 abril de 1994. | d) Fim do regime do apartheid. |
| V. Nelson Mandela. | e) Cadernetas que os negros eram obrigados a portar. |

Agora assinale a alternativa que faz as relações corretas entre as colunas.

- a) I-e; II-c; III-a; IV-d; V-b.
- b) I-e; II-c; II-d; IV-a,V-b.
- c) I-c; II-e;III-d. IV-b; V-a.
- d) I-c; II-e; III-a; IV-d; V-b.
- e) I-e; II-b; III-d; IV-a; V-c.

Referências

ALVES, R. M. K. Panorama Histórico Da Colonização E Descolonização Da África Do Sul Em Relação Com Os Romances De Coetzee. In **Revista de Literatura, História e Memória**. Dossiê Literatura e Sociedade. v. 11, n. 17, p. 135-150. 2015. Disponível em: <e-revista.unioeste.br/index.php/rllhm/article/download/12061/8876>. Acesso em: 6 fev. 2018.

APPIAH, A. K. **Na casa de meu pai. África na filosofia da cultura**. Editora Contratempo. Rio de Janeiro: 1997.

BARBOSA, S. M. Pan-africanismo e teoria social: uma herança crítica. In **Revista de Estudos Africanos**. v. 31-32, p. 135-155. 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/afrika/article/view/115352>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

BATISTA, F. F. S. **Moçambique, do seu passado colonial ao sistema de eleições multipartidárias**: Os desafios do pós-Operação de Manutenção de Paz para o País. Monografia submetida ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado em Relações Internacionais. Florianópolis, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/124666>>. Acesso em: 7 fev. 2018.

BERTHET, Marina. São Tomé e Príncipe: reflexões sobre alguns aspectos de sua história agrícola no pós-independência. In: **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 961-986, set.-dez. 2016. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/23107>>. Acesso em: 28 jan. 2018.

DIAGNE, S. B. "Négritude". **The Stanford Encyclopedia of Philosophy** (edição Spring 2016), Edward N. Zalta (ed.). Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/spr2016/entries/negritude/>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

GIDDENS, Anthony. Sociologia. 4. ed. Porto Alegre: Artmed Ed. S.A., 2005.

HALL, S. **A Identidade Cultural na pós-modernidade**. 9. ed. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro, DP&A, 2004.

HERNANDEZ, L. L. Movimentos de resistência na África. In: **Revista de História**. n. 141 (1999), p. 141-149. Disponível em: <www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18887>. Acesso em: 17 jan. 2018.

JONGE, K. de. **África do Sul: apartheid e resistência**. São Paulo: Cortez. 1991.

MADEIRA, J. P. C. e B. **Nação e Identidade: A Singularidade de Cabo Verde**. Tese de doutoramento em Ciências Sociais apresentada à Universidade de Lisboa para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais. Lisboa: 2015. Disponível em: <<https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/12823/1/Na%C3%A7%C3%A3o%20e%20Identidade%20-%20A%20Singularidade%20>>

de%20Cabo%20Verde.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2018.

MAZRUI, A. A. Procurai primeiramente o reino político. In: MAZRUI, A. A. e WONDJI, C. **A África desde 1935** – Vol. III – História Geral da África. Brasília: UNESCO, 2010.

MUNANGA, K. **Negritude: usos e sentidos**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988.

MUNANGA, Kabengele. Cultura, Identidade e Estado Nacional no Contexto dos Países Africanos. In: **A Dimensão Atlântica da África**. II Reunião Internacional de História da África. Rio de Janeiro 30-31 de outubro a 1 de novembro de 1996, pp. 297-300. São Paulo: CEA-USP/SDG -Marinha/Capes, 1997.

NASCIMENTO, A. São Tomé E Príncipe Na Idade Adulta: A Governação E O Descaso Da Rua. In: **Revista Tempo do Mundo**, rtm, v. 2 , n. 3, dez. 2010. Disponível em: <<https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/7707/1/STP-na-idade-adulta.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2018.

OLIVEIRA, R. C. de. Os (des)caminhos da identidade. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v.15, n. 42, p. 7-21, Fev. 2000.

OLIVER, R. **A experiência africana**. Da pré-história aos dias atuais. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. **Teorias da Etnicidade seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

RANGER, T. O. Iniciativas e resistência africanas em face da partilha e da conquista. In BOAHEN, Adu A. História Geral da África - Vol. II. **A África sob dominação colonial, 1880-1935**.

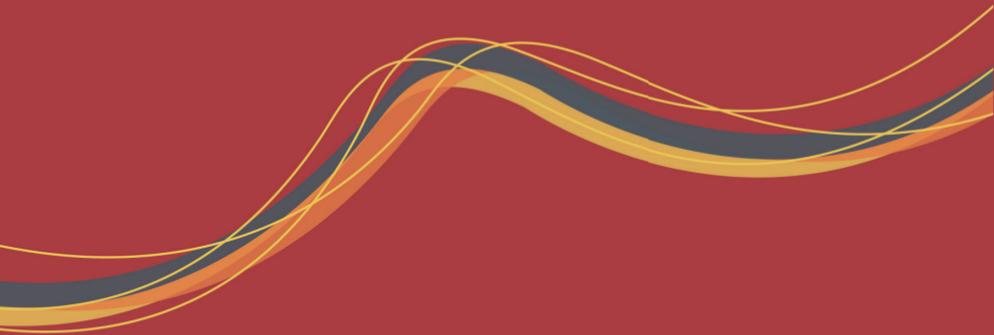
RODRIGUES, J.C. **A pequena história da África Negra**. São Paulo: Globo. Brasília: Secretaria da Cultura da Presidência da República: Biblioteca Nacional.1990.

SEIBERT, Gerhard. Crioulização em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: divergências históricas e identitárias. In: **Revista Afro-Ásia**, Salvador, n. 49, p. 41-70, June 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0002-05912014000100002>>. Acesso em: 28 jan. 2018.

SERRANO, C & WALDMAN M. **Memória D'África**. A temática africana em sala de aula. São Paulo: Cortez, 2007.

SP Ática/UNESCO, 1991, p. 51-72. Disponível em: <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000015110.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

VIDROVITCH, C. C. A economia colonial das antigas zonas francesas, belgas e portuguesas (1914 -1935). In: BOAHEN, Adu A. **África sob dominação colonial, 1880-1935**. HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA • VII Brasília: UNESCO, 2010.



ISBN 978-85-522-0680-4



9 788552 206804 >